



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICAS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ALBANEIDE CAVALCANTE OLIVEIRA

O QUE É AMBIENTE HOJE?
Quando imagem é enunciado

BELÉM-PARÁ
2016

ALBANEIDE CAVALCANTE OLIVEIRA

**O QUE É AMBIENTE HOJE?
Quando imagem é enunciado**

Autora: Albaneide Cavalcante Oliveira

Orientadora: Sílvia Nogueira Chaves

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas – Mestrado Acadêmico – do Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação em Ciências e Matemáticas.

Área de Concentração Educação em Ciências,
Linha de Pesquisa Cultura e Subjetividade na
Educação em Ciências.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sílvia Nogueira
Chaves.

**BELÉM-PARÁ
2016**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICAS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O QUE É AMBIENTE HOJE?
Quando imagem é enunciado

Autora: Albaneide Cavalcante Oliveira

Orientadora: Sílvia Nogueira Chaves

COMISSÃO JULGADORA:

PROF^a DR^a SÍLVIA NOGUEIRA CHAVES (ORIENTADORA)

PROF^o DR^o ERASMO BORGES FILHO (MEMBRO INTERNO)

PROF^a DR^a IVÂNIA NEVES (MEMBRO EXTERNO)

PROF^o DR^o LEANDRO BELINASO GUIMARÃES (MEMBRO EXTERNO)

PROF^o DR^o EDUARDO PAIVA DE PONTES VIEIRA (SUPLENTE)

BELÉM-PARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Oliveira, Albaneide Cavalcante , 512-
O que é ambiente hoje? quando imagem é enunciado /
Albaneide Cavalcante Oliveira. - 2016.

Orientadora: Profa. Sílvia Nogueira Chaves.
Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará, Instituto de Educação
Matemática e Científica, Programa de
Pós-Graduação em Educação em Ciências e
Matemáticas, Belém, 2016.

1. Análise do discurso. 2. Imagem. 3.
Ambiente. I. Título.

CDD 22. ed. 401.41

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao **Autor da vida,**
meu **Deus** em quem a minha alma se alegra.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, pela salvação em Cristo Jesus, pela vida repleta de ensinamentos que Ele me faz desfrutar, neste breve tempo, em que minha alma habita o meu corpo terreno. “Ó profundidade da riqueza, e da sabedoria e do conhecimento de Deus, quão insondáveis seus juízos e inescrutáveis os seus caminhos, quem conheceu a mente no nosso Senhor. Quem foi que deu a Ele para que este o retribua? Porque DELE, POR ELE, PARA ELE SÃO TODAS AS COISAS”.

Ao meu esposo, Michel que depois da salvação é a coisa mais maravilhosa que já aconteceu na minha vida, a benção de Deus para o meu coração. Obrigada pelo suporte tão cheio de ternura que dedicaste a esse meu período de crescimento intelectual. Serei sempre grata pelo amor com o qual tratou minhas inseguranças e ansiedades comuns a quem defende um trabalho de mestrado. Essa vitória é tua também!

Aos meus pais, Lino e Vanderlina que oraram, aconselharam e choraram junto comigo para que este sonho se tornasse real. Esta é a nossa conquista! Meus pais que na simplicidade me mostraram o quanto é precioso se concentrar primeiro no que é eterno e depois lutar por aquilo que é bom e justo. **As minhas irmãs**, Luiza Cheyla e Priscila que sempre foram mais que irmãs, amigas e cúmplices, obrigada por todo o amparo e motivação em momentos de descrédito em mim mesma. Agradeço aos irmãos que ganhei Ely e Lucas, porque sei que as orações de vocês nos ajudaram nesses momentos de reta final. Ao André e Elisa, meu louvor a Deus pela existência de cada um, e por me motivarem a continuar a árdua, porém doce caminhada no ensino de biologia e para além dele. Vocês são o futuro do que somos hoje.

A minha orientadora, que há 10 anos tem me desafiado a ser uma árvore sempre em flor e fruto, desde a primeira aula no curso de biologia. A ti, Sílvia Chaves, que consegue me mostrar que o encanto de ensinar não está em produzir réplicas do saber biológico, mas em provocar o que sempre tivemos como as certezas mais sólidas. Com as marcas que provocaste em mim, eu sigo a caminhada do ensino para além da células e estruturas biológicas. Desejo fazer o melhor com o que tu fizeste de mim. Obrigada pela paciência com que trataste esse processo de ensino em que estamos envolvidas há mais de uma década. Tuas palavras firmes, confortadoras e desafiadoras são uma das minhas condições de possibilidade para ocupar esse lugar de fala agora, mas que não garanto estar amanhã. E sei que é exatamente isso que queres de mim.

Aos professores membros da banca, Erasmo Borges, Eduardo Vieira, Ivânia Neves e Leandro Guimarães, que trouxeram suas contribuições para esta pesquisa, seja por meio da qualificação ou de seus textos que rompem as barreiras geográficas multiplicando vida em outras vidas. Saibam que o trabalho de vocês tem sido o diferencial em nossos dias, e é um privilégio tê-los construindo este trabalho.

Aos meus amigos e colegas de caminhada, Ivete Brito, Sandra Bastos e Eduardo Vieira, agradeço por todos os conhecimentos divididos e desafios partilhados, nas discussões sobre o tema de pesquisa de cada um. Obrigada pelas palavras de incentivo e força

que sempre destinaram a mim, espero que a caminhada acadêmica de vocês, tenha sempre espaço para que novas sementes sejam dispersas. Creio que elas podem nascer onde vocês nunca imaginam ir.

Aos professores de Biologia e Ciências, que fazem de cada aula um desafio a ser enfrentado, e que aceitam o convite, para junto conosco, problematizar aquilo que está presente em várias materialidades na sociedade atual, como se fosse algo naturalizado, mas que aqui é tratado como mais uma produção cultural e social historicamente construída como são as questões ambientais.

Ao Grupo de Pesquisa em Cultura e Subjetividade (GEPECS) pelas discussões produtivas que contribuiu para a releituras no processo de escrita. É em meio as nossas diferenças que podemos partilhar de mudanças milimétricas, mas que podem produzir novas criações.

Ao Instituto de Educação Matemática e Científica e Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, pelo apoio estrutural e pedagógico em todos os momentos da caminhada e por sempre demonstrarem sensibilidade para com as nossas demandas.

A CAPES pelo financiamento da bolsa de mestrado.

Sumário

RESUMO	10
ABSTRACT.....	11
LISTA DE FIGURAS	12
PARA ALÉM DO <i>AMBIENTE</i>	16
CAPÍTULO 1: DO <i>AMBIENTE</i> NATUREZA AO <i>AMBIENTE</i> CULTURA	18
I. ENTRE IMAGENS E O DISCURSO CIENTÍFICO: O <i>AMBIENTE</i> IM/PRE/VISÍVEL	19
II. AMBIENTES E POSIÇÕES DE SUJEITO: TUDO MUDA QUANDO A HISTÓRIA MUDA 30	
III. NO PERCURSO FORMATIVO, MÚLTIPLOS AMBIENTES FLORESCEM	35
CAPÍTULO 2: O <i>AMBIENTE</i> NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DO <i>AMBIENTE</i>	40
I. O QUE É FAZER UMA HISTÓRIA DO <i>AMBIENTE</i> ?	41
II. DE NATUREZA A <i>AMBIENTE</i> : AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA A PRODUÇÃO DOS MODOS DE VER E DIZER.....	43
CAPÍTULO 3: O <i>AMBIENTE</i> HOJE.....	61
I. FERRAMENTAS METODOLÓGICAS.....	62
1. PARA DES/CONSTRUIR <i>AMBIENTES</i>	62
2. PRODUZINDO FERRAMENTAS	67
i. Abalando as certezas de tudo saber: quando a análise do discurso vem à baila.....	67
i. BIO(ECO)IMAGENS: Imagem como enunciado.....	73
II. QUANTOS <i>AMBIENTES</i> CABEM DENTRO DO <i>AMBIENTE</i> ?.....	82
1. SOMOS TODOS <i>AMBIENTE</i> ?.....	84
i. Somos o que, mesmo?.....	84
ii. Nem todos somos ambiente	95
2. SALVEM OS BELOS PORQUE SÃO BONS	99
i. “Belos x bons”, “belos porque são bons”... ..	104
ii. Nem todos podem ser pandas... ..	122
3. O SELVAGEM É FRÁGIL	129
i. Era uma vez... um selvagem em apuros.....	130
ii. Maternagem ambiental.....	143
iii. Nem só de frágeis viverão as ITCA.....	147
4. AMBIENTE SUSTENTÁVEL	153
i. Nem sempre fomos sustentáveis	159
i. Do lixo sujo ao lixo luxo.....	163

ii. Dinheiro brota em árvore?.....	172
5. AMBIENTE FAUNOFLOREAL.....	176
i. O início de uma era sem árvores?.....	182
DAS BIOPEDAGOGIAS ÀS BIOLUMINESCÊNCIAS.....	191
REFERÊNCIAS	195

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar os enunciados imagéticos sobre *ambiente* na mídia, mais precisamente nas campanhas de divulgação de cinco Instituições que Trabalham com Causas Ambientais (ITCA). Tratamos o *ambiente* como um produto de discursos e não como espaço/lugar perene em que os seres vivem, sempre em harmonia com tudo o que os cerca. *Ambiente* como objeto discursivo, muda de acordo com as condições históricas, culturais e sociais. Pois, no discurso econômico, o *ambiente é sustentável*; no discurso ambientalista, ele é *intocado*; já para a política militar do governo brasileiro na década de 1950, era *ocupável*; nos relatos bíblicos, era *dominado*; em culturas de povos da floresta, era *sagrado*. Mas e na atualidade, o que é *ambiente*? Para sinalizar respostas a esta pergunta, fizemos silenciar as velhas crenças biológicas na pureza da ciência e permitimos que essa coisa que chamamos *ambiente* vibre e se multiplique. Tomamos o conceito de discurso na perspectiva foucaultiana, que não o considera apenas como palavra dita, limitada a uma frase, mas como um conjunto de práticas que sempre estão produzindo múltiplas verdades sobre as coisas, e produzindo as próprias coisas de que falam. Se encaramos o *ambiente* como produção dos discursos, podemos considerar que os enunciados são as próprias imagens na qual nos debruçamos, e não que os enunciados estejam contidos no interior das imagens, como defenderia a teoria da representação. São as bio(eco)imagens que fabricam visibilidades e dizibilidades sobre o *ambiente*, se manifestando na dispersão em diferentes formações discursivas, e problematizando a regularidade com que o enunciado aparece no decorrer do tempo. A partir da seleção do material empírico, composto pelas bio(eco)imagens das ITCA, associamos os enunciados que produziam modos de ver e dizer o *ambiente* que sabe se defender sozinho, por isso não precisa ser conservado ou preservado; há aqueles *ambientes* em que se misturam discursos da economia, ecologia e sociedade; e aqueles outros que só tem condições de possibilidade se associados a enunciados específicos, pois sozinho isso não é possível. São *ambientes* in/sustentáveis que também encontram condições de possibilidade. Outros enunciados foram associados por produzirem modos de ver o *ambiente* que deveria ser conservado, preservado ou sustentado por uma série de práticas discursivas e não discursivas, apoiadas em critérios estéticos, éticos e afetivos. Neste modelo de *ambiente*, os enunciados sobre pandas, tigres, e macacos fabricam um *ambiente que precisa de proteção*, e mesmo quando o atributo estético é afetado, como no caso dos “seres que evoluíram singularmente”, como lesmas, diabo-da-tasmânia, bobfish, ainda “merecem proteção”, por ITCA especializadas em proteger os feios. Os enunciados sobre *ambiente* produzem modos de dizer e ver as questões ambientais, ou dão lições de “como nos relacionar”, e “como cuidar do planeta”. Em todos os casos, os enunciados produzem modos de ver o *ambiente* como aquele que pedagogiza o homem, o que chamamos de (bio)pedagogização. A problematização dessas construções discursivas vai além do que aprendemos nos livros e aulas de biologia, e eleva as possibilidades de fabricação de *ambientes im/pre/visíveis*. E talvez sejam desses *ambientes* que carecemos na atualidade.

ABSTRACT

This study attempts to examine the imagery statements about the environment in the media, more specifically the five institutions' awareness campaigns, which work on environmental causes (ITCA). We deal with the *environment* as a product of speeches and not as a perennial space/place where human beings live, always in harmony with everything that surrounds them. The *environment* as a discursive object, changes in accordance with the historical, cultural and social conditions. Because for the economic discourse *the environment is sustainable*; in the environmental discourse it is *untouched*; however to the military policy of the Brazilian government in the 1950s it was *pervadable*; in biblical stories it was *dominated*; in cultures of forest people it was *sacred*, but and at present, what means *environment* ? In order to signal responses to this question, we silenced the old biological beliefs on the purity of science and we allow this thing that we call *environment* to vibrate and multiply. We took the concept of discourse in Foucault's perspective, which not only considers it as word said, but as a set of practices, which are always producing multiple truths on the things, and producing the very things of what they speak. If we regard to the *environment* as production of speeches, we may consider the utterances as the very images in which we look back, and not that the utterances are contained within the images, as would defend the theory of representation. They are the bio (eco) images producing visibility and what need to be told on the environment, manifesting itself in the dispersion on different discursive formations, and questioning the regularity with which the utterance appears in course of time. As from the selection of the empirical material, comprising the bio (eco) images of ITCA, we associate the utterances that produce ways of seeing and telling the *environment* that they know how to defend themselves, and therefore do need to be maintained and preserved; those who intermingle speeches of the economy, ecology and society; those who only have conditions of possibility in combination with other utterances, because on their own it would not be possible. They are un/sustainable. Other utterances have been associated because they produce ways of viewing the *environment* that must be preserved or supported by a number of discursive and non-discursive practices, supported in aesthetic, ethical and affective criteria. In this *environment* model, the statements about pandas, tigers, monkeys and produce an *environment that needs protection*, and even when the static attribute is affected, as in the case of "human beings who evolved uniquely" like snails, the Tasmanian Devil, blobfish also "deserve protection," by ITCA specialized in protecting the ugly. The statements about *environment* produce modes of uttering and a view on environmental issues or give lessons on "how to relate" and "how to take care of the planet". In all cases, the utterances produce ways of viewing as the *environment* as one, which educate man that we call (bio) education. The problematics of these discursive constructions goes beyond what we have learned in books and biology classes, and raises the possibilities to produce un/pre/visible *environments*. And perhaps of these environments that we lack nowadays.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Ovo de borboleta (Lepidóptera) fotografado por técnica de Microscopia Eletrônica de varredura, sobre uma estrutura (gavinha) de planta Passiflora (Maracujazeiro) divulgada sobre o título: Exquisite Castaways, ou Náufragos estranhos. Fonte: Oeggerli, M.	19
Figura 2. Capa do estudo "Deally environment", publicado pela ONG Global Witness, 2014.	33
Figura 3. Palmeiras denominada "Buritis", desenhadas em Quilombo, distrito de chapada. Por Aimé-Adrien Taunay, 1827, Junho. Aquarela 40x32,1 cm.	52
Figura 4. Campanha publicitária da ITCA, WWF denominada "pequeno panda"	76
Figura 5. Principais imagens de divulgação de quatro ITCA. (A) WWF, (B) Greenpeace, (C) SOS Mata Atlântica e (D) Projeto Tamar	78
Figura 6 (A e B). Imagens para problematizar ou satirizar as atividades do WWF.	81
Figura 7. Principal imagem do Greenpeace, criada em 1971.	85
Figura 8. Campanha publicitária "os oceanos estão em perigo. Precisamos exigir uma atitude". Divulgada pelo Greenpeace	86
Figura 9. Capa do livro "Animais são nossos irmãos"	89
Figura 10. Campanha publicitária "We are one" em português seria "Nós somos um" do WWF.	93
Figura 11. Campanha publicitária "Together. We are more powerful" em português poderia ser: "Juntos somos mais fortes" do WWF	94
Figura 12. Cartaz da campanha do ministério da saúde "Gripe quanto mais prevenção, mais proteção!", no combate aos vírus da gripe.	95
Figura 13. Campanha publicitária do Estado de Goiânia (Secretaria de Saúde de Goiânia) "Todos contra o mosquito".	96
Figura 14. Campanha publicitária sobre uma marca de sabonete que promete a "limpeza" dos microrganismos do corpo.	97
Figura 15. Imagem do jogo RubeScape, cuja renda é revertida para o WWF;	101
Figura 16. Campanha do WWF em praça na suíça com 1.600 bonecos, em comemoração aos 50 anos de fundação do WWF 2011.	101
Figura 17. Imagem disponível no site da instituição: http://wwf.org/ acessado dia 24/02/2016 as 09:43 hs. É a imagem de pano de fundo de uma das seções do site que se refere a adoção de espécies em extinção com valores que serão revertidos para os projetos da ITCA	102
Figura 18. Cenas introdutórias do filme, mostra o nascimento do protagonista a arara-azul "Blue". .	106
Figura 19. Imagem que marca o WWF internacional	112
Figura 20. Imagem dos ursos de pelúcia fabricados pela ITCAe que podem ser adquiridos no site da instituição, disponível em: http://www.wwf.org.br/participe/adote/ acessado em: 30/01/2016 as 12:38hs.	116
Figura 21. Campanha publicitária "Stop using regular light bulbs and we'll stop running ads like this" em português seria "Pare de usar lâmpadas comuns e vamos parar de lançar anúncios como este". .	118
Figura 22. A fotografia do urso polar rendeu nas redes sociais 28.249 curtidas, 5,8 mil comentários e 53.631 compartilhamentos até Janeiro de 2016.	120
Figura 23. Filhote de mamífero conhecido como Aye aye (Daubentonia madagascariensis, sendo carregado por membro da EDGE, especializada em preservação de animais considerados como "evoluídos de uma maneira singular"	123

- Figura 24. Campanha da UAPS à favor da proteção do ambiente supostamente feio, expondo seu ícone de divulgação da instituição, que tem por título em letras brancas lê-se: “Os animais feios” acompanhado do subtítulo lemos: “Não podemos todos ser pandas” 124
- Figura 25. Animal que ganhou o concurso do cachorro mais feio do mundo;..... 126
- Figura 26. Imagem da propaganda de uma marca de manteiga chamada “Panda” 127
- Figura 27. Campanha do Greenpeace “De que lado você está?” Beijing Dentsu Advertising, China; 132
- Figura 28. Campanha publicitária intitulada “Stop on. Stop them all” em português seria “Se um parar todos param” 133
- Figura 29. Imagem ganhadora do prêmio de melhor imagem da vida selvagem, denominada “Uma história de duas raposas” 140
- Figura 30. Fotografia do texto de um livro didático de ciências, tópico que aborda: “O instituto Rã-bugio para a Conservação da Biodiversidade” Disponível em: <<http://www.ra-bugio.org.br>> acesso em: 12/08/2010..... 142
- Figura 31. “Mãe natureza também precisa de cuidado e proteção. Mostre-lhe que você se importa. Através do cuidado com sua árvore”. Retirado de: <http://valappila.com/> acessado em 27/02/2016 as 11:28 hs; 143
- Figura 32. Campanha do WWF intitulada “Consumindo o planeta consumimos o nosso futuro” 144
- Figura 33. A. Disponível na rede social do WWF em: <https://www.facebook.com/WWF/> acessado em 29/01/2016 as 23:08hs. Figura 33 B. Quadro intitulado “Mãe com criança enferma”. Metropolitan Museum of Art, New York; 146
- Figura 34. A imagem faz parte da campanha “Don’t bring their home to yours” produzida pela agência: Young & Rubicam/Brasil do Greenpeace, em português poderia ser traduzida como “Não traga a casa deles para a sua” em alusão ao desmatamento. 148
- Figura 35. Cena do filme “Mogli, O menino lobo”. Momento em que a cobra envolve o protagonista a fim de mata-lo 150
- Figura 36. A A série de desenhos animados A cobrinha azulada década de 1970, sucesso no Brasil no início da década de 1980. B A capa do documentário da Discovery Chanel “O misterioso universo das cobras e serpentes” 151
- Figura 37. Campanha publicitária do WWF “Take care” “Se você desperdiçar energia, o planeta vai pagar a conta.” Agência Contraponto BBDO, Espanha. 155
- Figura 38. Campanha publicitária do WWF “Take care” “Se nos salvarmos nossas florestas, salvaremos nosso ar limpo” Agência Contraponto BBDO, Espanha..... 155
- Figura 39. Selo de certificação dos produtos orgânicos, que devem obedecer uma série de critérios para serem considerados orgânicos. 160
- Figura 40. Camanha publicitária intitulada “Just one piece of garbage is not garbage”, que em português é “Apenas um pedaço de lixo não é lixo” do WWF/Bulgária..... 163
- Figura 41. Campanha publicitária “Natura nu e reciclabilă. Redirectioneaza 2% din impozitul pe venit pentru conservarea naturil” em português poderia ser traduzido como “Natureza não é reciclável. Redirecione 2% do imposto de renda para a conservação da natureza” 164
- Figura 42. Cartaz de divulgação do documentário “Ilha das Flores” 168
- Figura 43. Capa de revista de circulação nacional sobre a problemática do lixo no Brasil. Ano 2002; 169
- Figura 44. Brinquedo educativo sobre o destino correto do lixo das residências aos aterros; 169
- Figura 45. Charge sobre a produção de lixo contra o homem;..... 170

- Figura 46. Campanha do Ministério do Meio Ambiente sobre o uso do lixo na geração de energia; 170
- Figura 47. Exemplos de decoração sustentável com pneus e desing de interiores. Bárbara Zanotti “Em suas criações, nada é desperdiçado: papelão, couro, plástico e outros materiais são transformados em peças incríveis de design único. 171
- Figura 48. Campanha publicitária do WWF intitulada “In the environment this company will survive for another 500 years” para o português ficaria: “No ambiente está empresa irá sobreviver por mais 500 anos” 172
- Figura 49. Campanha publicitária do Greenpeace “Adapta tu imagen al cambio climático” em português poderia ser traduzido como “Adapta a tua imagem a mudança climática”; 173
- Figura 50. Conjunto de selos ecológicos. Eco Cert; Rainforest Alliance Certified; Sistema Certificado Associação Brasileira de Normas Técnicas; U. S. Green Building Council LEED; FSC..... 175
- Figura 51. Campanha “Botanimal” da Marcel Paris/France. A frase no canto direito inferior da imagem dizem: “Doar para salvar árvore e salvar 875 000 espécies de graça. As florestas tropicais cobrem apenas 7% do nosso planeta, mas abrigam mais de 50% das espécies. 176
- Figura 52. Campanha da Saatchi and Saatchi – Guangzhou/China (2006) denominada: “Not only a tree is cut down” em português poderia ser traduzido como “Não é apenas uma árvore cortada ”, publicada pelo GRENPEACE 177
- Figura 53. Campanha publicitária criada por DDB Brasil (2009), com a frase “There is a lot of life in a tree. Imagine in a forest”, em português poderia ficar “Numa árvore já tem muita vida. Imagine numa floresta” do WWF Brasil..... 178
- Figura 54. Imagem que foi 1º lugar na Exposição Eco Cartoon. Exposta no Salão Internacional de Humor 2008..... 180
- Figura 55. Campanha publicitária do Greenpeace sobre o aquecimento global na floresta amazônica. 182
- Figura 56. Na foto, o presidente Médici e o ministro Andreazza em visita às obras da rodovia Transamazônica, em abril de 1972 (extraído: <http://educacao.uol.com.br/album/2014/02/24/milagre-brasileiro-grandes-obras-propaganda-e-selecao-embalam-o-pais-na-decada-de-> 184
- Figura 57. Cartaz da campanha produzida pelo governo brasileiro em 1970 para divulgar o incentivo a ocupação da Amazônia “Protegido pelo SEMTA”, que era Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, criado desde o governo de Getúlio Vargas 185
- Figura 58. : Imagem de uma página social com o título “Nossas florestas pedem socorro; uma imagem onde poucos vão entender o verdadeiro significado” 186
- Figura 59. Campanha publicitária “You don’t want to tell this history to your children, do you?” que em português seria “Você não quer contar essa história para seus filhos, quer?” 188
- Figura 60. : Campanha publicitária “You don’t want to tell this history to your children, do you?” que em português seria “Você não quer contar essa história para seus filhos, quer?” 188
- Figura 61. Campanha publicitária “Tree keep the air clean. Save tree?” que em português seria “Árvores mantém o ar limpo. Salve árvores” 189

“Há quatro coisas mui pequenas na terra que, porém, são mais sábias que os sábios: as formigas, povo sem força; todavia, no verão preparam a sua comida; os arganazes¹, povo não numeroso; contudo, fazem a sua casa nas rochas; os gafanhotos não têm rei; contudo, marcham todos em bandos; o geco² que se apanha com as mãos; contudo está no palácio dos reis. Há três coisas que tem passo elegante, sim quatro que andam airosamente: O leão o mais forte entre os animais, que por ninguém torna atrás; o galo que anda ereto, o bode e o rei, a quem não se pode resistir” (BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA, 2009)

¹ Nome comum dado a espécie de mamífero-roedor dos territórios da Síria da família dos Glirídeos;

² Nome comum dado ao réptil da subordem dos lagartos, da família dos Gekkonídeos;

PARA ALÉM DO AMBIENTE

“Por um planeta vivo³”. “Recuperar e proteger⁴”. “Quando a última árvore cair, quando o último rio secar, quando o último peixe for pescado vocês vão entender que dinheiro não se come⁵”. “Não podemos todos ser pandas⁶”. “Estão tirando o verde da nossa terra⁷”. “Animais não são nossos para comer, vestir, usar em experiências ou para entretenimento⁸”. “A vida sempre em primeiro lugar⁹”. Estas não são apenas frases ou lemas de diferentes instituições de cunho ambiental, elas produzem perigos, desejos, ações, posturas e/ou resoluções sobre o *ambiente* hoje. Mas, parafraseando Foucault (2011), *o que há de tão arriscado em falar sobre o ambiente na atualidade?* Um ponto de partida é pensar as frases como discursos, nunca desinteressados, mas sempre construídos em meio a relações de poder/saber.

Se nós corremos riscos ao falar do *ambiente* produzido nos discursos das instituições ambientais, não é por serem elas proprietárias do poder de dizer o que é *ambiente*. Pois o poder está no entre, nas relações e não em uma instância definida estabelecidas entre os seres/elementos. Nossa intenção é abalar a crença na perenidade das verdades, fazendo-as aparecer como discursos, que têm sido controlados, selecionados, organizados e distribuídos na sociedade/cultura. Por isso, acreditamos ser necessário problematizar os discursos mais enrustados historicamente, aqueles que nem ao menos nos incomoda, que nos é *natural*, e desconfiar de sua produtividade.

Ora, aquilo que chamamos *ambiente* é aqui entendido como resultante de práticas discursivas e não discursivas produzidas por diferentes instituições. Tais instituições não falam de qualquer coisa, e nem de qualquer jeito; obedecem e formulam regras que ensinam modos de ver e dizer o *ambiente* na atualidade. Algumas dessas instituições ocupam hoje um lugar de fala privilegiado, porque obtêm recursos de parceiros que apoiam suas causas, e do governo, através das verbas anualmente destinadas para assistência ambiental.

No entanto, dentre as várias instituições que falam de *ambiente* hoje, recebem destaque nas mídias algumas que têm o foco em temas como: *preservação, conservação e sustentabilidade* do *ambiente*, que nesta pesquisa chamamos Instituições que Trabalham com as Causas Ambientais (ITCA). Seriam elas lugares de alfabetização científica e de educação

³ Lema do WWF;

⁴ Lema do Projeto Tamar;

⁵ Lema do Greenpeace;

⁶ Lema do “Ugly Animal Preservation Society”-UAPS ou Sociedade de preservação dos animais feios;

⁷ Lema do SOS Mata atlântica;

⁸ Lema do “People for the Ethical Treatment of Animals”-PETA ou “Pessoas pelo tratamento ético dos animais”;

⁹ Lema da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural-AGAPAN;

ambiental? Que modos de ver o *ambiente* estariam sendo produzidos nos materiais imagéticos de divulgação dessas instituições?

Usamos estas e outras indagações que nos mobilizaram ao longo da pesquisa para recompor a malha discursiva que faz aparecer diferentes tipos de *ambiente*. Para problematizar as condições de possibilidade de emergência de tais *ambientes*, organizamos este trabalho em capítulos. No primeiro capítulo – **Do ambiente natureza ao ambiente cultura** –, discorremos sobre a relação entre mídia e discurso na produção de modelos de *ambiente*, além de problematizar como o objeto *ambiente* deslocou-me em várias posições de sujeito durante meu¹⁰ processo formativo. No segundo capítulo – **O ambiente na história e a história do ambiente** –, discutimos sobre como a ideia de *natureza* no decorrer da história passa a ser produzida como *ambiente*. No terceiro capítulo – **O ambiente hoje** – Valemo-nos das ferramentas metodológicas da análise do discurso foucaultiana para analisar as bio(eco)imagens que são o material empírico desta dissertação. As análises foram organizadas em seções temáticas criadas para discutir a produção de modos de ver e dizer o *ambiente* pelos enunciados de divulgação das ITCA. Ao final, problematizamos a biopedagogização do *ambiente*, questionando a produção do objeto de ensino para além da biologia.

¹⁰ Em alguns momentos do texto usamos o pronome “eu”, ao invés de “nós” para referir-nos as diferentes posições de sujeito ocupadas durante o processo formativo, que não se restringiu somente ao ambiente acadêmico em que a mestranda foi submetida;

CAPÍTULO 1: DO AMBIENTE NATUREZA AO AMBIENTE CULTURA



Prezo insetos mais que aviões.

Prezo a velocidade das tartarugas

mais que a dos mísseis.

Tenho em mim esse atraso de nascença.

Eu fui aparelhado para gostar de passarinhos.

Tenho abundância de ser feliz por isso.

Meu quintal é maior do que o mundo.



Manoel de Barros



|| paulicofantor

Neste capítulo, problematizamos a produção do *ambiente* enquanto objeto de pesquisa, em diferentes posições de sujeito, que ocupei durante minha formação como professora de biologia. Pois acreditamos que falar das posições de sujeito ocupadas, é dizer que o *ambiente* não é sempre o mesmo, em nossos percursos formativos, explodindo assim, com a ideia de *ambiente* e sujeito fixos. Por isso, a suposta identidade, por exemplo, perde o caráter naturalizado e pode ser encarado como algo relacional, posição cambiante que se ocupa para *dizer* ou *ver* o mundo, neste caso, o *ambiente* na atualidade. Conforme a história se modifica a posição de sujeito e o *ambiente* sofrem transformações, produzidas/produtoras por/de novos enunciados que entram na ordem do discurso ambiental na atualidade.

I. ENTRE IMAGENS E O DISCURSO CIENTÍFICO: O **AMBIENTE** IM/PRE/VISÍVEL

“A imagem deve sair da moldura” (Michel Foucault, 2007)



Figura 1 Ovo de borboleta (Lepidóptera) fotografado por técnica de Microscopia Eletrônica de varredura, sobre uma estrutura (gavinha) de planta Passiflora (Maracujazeiro) divulgada sobre o título: Exquisite Castaways, ou Náufragos estranhos. Fonte: Oeggerli, M.

Trago a imagem acima (Figura 1) e a narrativa a seguir para problematizar a ideia do *ambiente fixo*, ou *lugar onde os seres vivem*, e pensá-lo como um produto da cultura, objeto que muda de acordo com a posição de sujeito que ocupamos quando nos referimos a ele.

Eis a narrativa:

Ao iniciar um novo conteúdo sobre os Artrópodes, a professora de ciências entra na sala de aula de uma turma do 7º ano do ensino fundamental, e projeta no quadro branco a Figura 1 exposta anteriormente. Anunciando:

– Alguém pode me informar que ser vivo está presente na fotografia?

Uma das crianças responde convicta:

– Eu sei! É uma cobra comendo milho... mas cobras comem milho, professora? Retrucou o estudante.

– Claro que não! Não está vendo? Isto é uma laranja que resolveu se descascar sozinha, responde outro aluno em tom irônico.

Ansiosos pela resposta que terminaria com as suposições levantadas, a professora deu o comando audível a toda turma:

– Abram o livro na página 68, e veremos qual a classificação do ser vivo desta imagem.

Diálogos como este, transcorrem nas aulas ministradas sobre o assunto “Seres Vivos”, para alunos do 7º ano do ensino fundamental, quando ocupamos a posição de **professora de ciências naturais**. A imagem (Figura 1) foi produzida em Técnica de Microscopia Eletrônica de Varredura de ovo de borboleta *Dryas iulida alcionea* (Cramer, 1979). Imagem empregada nas aulas de ciências para provocar a curiosidade nos alunos.

Imagens como esta utilizam feixes de elétrons¹¹ para traçar a superfície do ser, sobre uma placa de petri¹² que é posteriormente colorida (digitalmente) “*para refletir a aparência natural do ovo*”¹³, em uma suposta *descoberta do ambiente microscópico*, cujos detalhes são

¹¹ Partículas atômicas eletricamente negativas, que segundo o modelo mais aceito giram ao redor do núcleo do átomo.

¹² Recipiente cilíndrico, achatado, de vidro, metal ou plástico que os profissionais de laboratório usam para a cultura de microrganismos, pequenas estruturas histológicas, plantas, ou como neste caso, ovos de insetos. Disponível em: http://pt.m.wikipedia.org/wiki/placa_de_petri; acessado em 29/03/2014 às 11 h 09 min;

¹³ A imagem está disponível em: <http://ngm.nationalgeographic.com/2010/09/insect-eggs/oeggerli-photography>; acessado em 10/02/2011 tradução livre, o fotografo é: Martin Oeggerli, e a imagem foi produzida em cooperação entre a Prüftechnik Uri e a Escola de Ciências Aplicadas, FHNW;

im/pre/visíveis¹⁴ ao olho nu. O primeiro argumento para utilizar as imagens (de microscópio) nas aulas de ciências era por acreditar que com elas, a *realidade* do mundo *natural* sobre a ótica (*exata*) do microscópio, adentraria a sala de aula. Promovendo a contemplação da *beleza* de uma estrutura microscópica, até então, desconhecida dos alunos. Como se, ao ampliar a imagem, fosse possível *ver melhor*, ou *passar a ver a verdade* sobre as estruturas biológicas que são improváveis a olho nu. De tão saturados de enunciados sobre o *ambiente*, nossos olhos estacionam em uma única visibilidade agarrando-nos a possibilidade de *ver* o cultural como *natural*.

Acerca dessa suposta exatidão de *ver melhor* com o microscópio, Lightman (apud BRUZZO, 2004) comenta como os *seres vivos* eram produzidos pelo/no discurso científico dos artistas¹⁵ que participavam das grandes viagens de identificação de espécies novas, na segunda metade do século XIX. Nessas viagens o *ambiente* era construído como o lugar que deveria ser observado pelas “lentes certas” (do microscópio), pois eram essas, as oculares, que possibilitariam uma suposta *descoberta da beleza do ambiente*, como lemos a seguir:

“Para tanto era indicado o uso do microscópio em progressivas ampliações, na tentativa de que o equipamento trouxesse a possibilidade de visualizar algo supostamente ausente e, assim, despertar o deslumbramento do observador da natureza, que, enfim, perceberia como o mosquito é belo” (LIGHTMAN¹⁶, apud BRUZZO, 2004, p. 1371 **grifos nossos**).

De posse da imagem, e semelhante ao pensamento acima, tentamos (*re*)*produzir* na sala de aula a descoberta do *ambiente*, na expectativa de que os alunos *reconhecessem a beleza natural* do ovo de borboleta, até então obscurecida pelas limitações do olhar, mas possível pelo aparato científico. Nesta perspectiva, poderíamos considerar a imagem não como um artefato que produz o mundo, mas como *revelação*¹⁷ das coisas que estão no mundo, com isso o aluno *perceberia o ambiente científico*, ou seja, aquele que passou pelo método científico para ser validado, e reconhecido como existente. Logo, a *melhor* imagem seria a que permitisse a *captura da beleza revelada* pelo método científico, pois teria menores chances de equívocos.

Neste momento, o microscópio deixava de ser um mero instrumento de laboratório, para ser o mediador entre nossa *visão incapaz*, e toda a *real beleza* do espécime analisado.

¹⁴ Criamos essa estrutura, para propor uma brincadeira com as palavras, para denunciar que uma mesma palavra pode ser ao mesmo tempo muitas coisas ao mesmo tempo, dependendo das condições de sujeito envolvidas em sua criação;

¹⁵ Segundo Brasil (2010) esses artistas deveriam ter noção de desenho, matemática e biologia, para que assim fossem prontos para reproduzirem o que vissem com uma suposta fidelidade aos formatos, cores e espécies que observassem na viagem;

¹⁶ LIGHTMAN, B. The visual theology of victorian popularizers of science: from reverent eye to chemical retina. Isis, Brussels, v. 91. 2000, p. 651-680;

¹⁷ A imagem neste momento de minha formação, e prática docente tinha a função de confirmação do conteúdo e de representação didática do ser vivo;

Como se os critérios de *beleza e feiura* estivessem apenas obscurecidos e seriam revelados pela “parafernália¹⁸” de laboratório. Segundo Foucault (2007, p.182-183), a função do microscópio na ciência é “Para tentar melhor observar através de uma lente” o que não se permite ver com os outros recursos, por isso “é preciso renunciar a conhecer pelos outros sentidos ou pelo ouvir-dizer” (idem, 2007) silenciando outras formas de dizer o *ambiente*. Assim, o discurso científico funcionava como ferramenta de *descoberta* de uma suposta *beleza*, pré-existente ou fixa na materialidade do/ao espécime.

No entanto, foi através de leituras na área dos Estudos Culturais da Ciência e Educação (WORTMANN & VEIGA-NETO, 2001) que as imagens microscópicas passaram a ser pobres para *mostrar a realidade do ser*. Esta área de pesquisa surgiu com a proposta de problematizar o papel da ciência como produtora de verdade sobre as coisas, enquanto o saber dito comum é renegado ao lugar do mítico ou do saber inculto, e por isso desprezado.

Se nossa perspectiva sobre a forma de ver as coisas muda, a forma como encaramos as imagens poderia permanecer igual? Seriam as imagens microscópicas os únicos discursos sobre o objeto *ambiente* possíveis na atualidade? Ou seriam apenas mais um dos vários possíveis? Perguntas como essas nos mobilizam a considerar cada imagem uma produção singular, com um lugar na história, e produzida pela cultura em diferentes sociedades.

Ou seja, as imagens não se limitam à língua (MILANEZ & BITTENCOURT, 2012), mas aparecerem/circulam dentro de condições de possibilidade específicas para determinada imagem. Milanez & Bittencourt (2012), ao trabalharem com imagens, se baseiam nas pesquisas de Courtine & Marandin (1981)¹⁹ para considerar a imagem uma produção discursiva que deve ser arqueologicamente investigada. Isso indica que não questionamos o significado da imagem, ou “o que ela quer dizer”, mas sim o que elas produzem, investigando a:

“[...] produção de conhecimento, o fardo arqueológico do saber, em torno da materialidade de um objeto e sua existência histórica, sedimentos fossilizados que demandam escavação incessante e exaustiva, fazendo aparecer as condições de possibilidade de um discurso, ou seja, os elementos e características que propiciaram o aparecimento e a circulação de um dado fato discursivo. (MILANEZ & BITTENCOURT, 2012 p.9)”.

Pensando as imagens, na perspectiva de Milanez & Bittencourt (2012), podemos problematizar os discursos icônicos (FERNANDES & SANTOS, 2008) que envolvem a temática ambiental. Muitos dos discursos imagéticos divulgam um *ambiente em risco de*

¹⁸ Os instrumentos que supostamente identificam um laboratório são: Microscópio, Lupas, Pipetas, Provetas, Balões de vidro, placas de petri dentre outros tantos recursos que são utilizados em experimentos e pesquisas;

¹⁹ COURTINE, J. & MARANDIN, D. Matérialités. In: Matérialités discursives. Sous la dir. de Conein, B., Courtine, J.J., Gadet, F., Pêcheux, M. - Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981, p. 21-33.

extinção, como sendo uma amostra da *realidade*, e não como um produto de discursos. Não que com isso neguemos as listas de *animais em extinção*, mas questionamos a produtividade de discursos como estes na fabricação de modelos de *ambiente* e os efeitos dessa produção. Então, se pensarmos as imagens como discursos, podemos fazer o exercício de questionar, não apenas uma, mas as múltiplas *realidades* que são produzidas a cada nova imagem que emerge dentro de determinado contexto social, cultural e histórico.

E, por mais *altruísta* que possam parecer, até as imagens que divulgam os programas de proteção às *focas* na atualidade tiveram condições de possibilidade para emergir. Não são as imagens, portanto, produto de um processo de conscientização do homem. Mas elas ajudam a construir uma suposta atitude desejável no homem, a de *cuidar da natureza*. Mas e se passássemos a considerar que essa conscientização é também um discurso produzido nessa coisa chamada humanidade? Poderíamos questionar: o que permite essas imagens e não outras em seu lugar? Haveria espaço para imagens de proteção às lesmas, ou ao mar morto, por exemplo?

Perguntas como as feitas acima fazem suspeitar que até os sentimentos que imaginamos serem mais *ternos* para com o *ambiente* devem ser problematizados e pensados como sendo um produto dos discursos (Foucault, 1998). Discurso esse que não tem sua origem na fala de quem o profere, nem em lugar algum que possamos abstrair, um autor a que se possa remeter, mas que em seu anonimato circulam produzindo múltiplas formas de *ver*, *dizer* e *agir* sobre o *ambiente*, quando falamos dele/nele.

Em contato com literaturas que encaram a visão, não mais como característica exclusivamente biológica, mas como capacidade aprendida, não só foi possível duvidar do que é ensinado como *realidade*, como duvidar de que isso é *natural/normal* somente porque fomos ensinados dessa e não de outra forma, como nos diz Sacks (1996 p.129): “*Quando abrimos os olhos todas as manhãs, damos de cara com um mundo que passamos a vida aprendendo a ver. O mundo não nos é dado, construímos o nosso mundo*” assim como tudo o que está nele, e esta construção pode perdurar em nossas vidas.

Como nos lembra Foucault (2008^b, p.50), “Não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade”, ou seja, não podemos ser ingênuos de querer *ver melhor* os objetos, neste caso, o *ambiente*. Pois o conhecimento sobre ele não está preso nele, mas é construído discursivamente pela linguagem. É por isso que não aprendemos sobre o *ambiente* somente consultando artigos em revistas científicas, mas podemos olhar ao nosso redor e *ver o ambiente* sendo produzido de diferentes formas e lugares.

As produções do *ambiente* estão a todo o momento passando diante de nossos olhos, mas é na mídia, aqui considerada como “[...] uma Pedagogia Cultural, que nos ensina a agir diante da crise ambiental que se instala na atualidade líquida moderna e vai constituindo nossos modos de vida” (GARRÉ, VIEIRA & HENNING, 2014 p.263), que esses discursos alcançam rápida divulgação.

Logo, os “[...] artefatos culturais como o cinema, rádio, televisão, as revistas etc. são ferramentas que ensinam e legitimam valores ao difundir verdades e saberes acerca da crise ambiental vivida na atualidade” (GARRÉ, VIEIRA & HENNING, 2014 p.262-263), ou seja, não só nos apresentam o *ambiente*, mas produzem discursos que ensinam a *cuidar do ambiente*, *preservar os animais silvestres*, *não contribuir com a morte de animais*, *educar as crianças a protegerem a vida animal*, dentre outros enunciados do discurso ambiental que ouvimos e vemos disperso na mídia.

Na “era da internet”, como alguns chamam o século XXI, a produção discursiva se intensificou, a quantidade e o acesso à informação são cada vez maiores, concorrendo com vantagens sobre os meios convencionais de educação. Logo, o ensino, que antes ficava centralizado nas escolas, hoje se tornou “cybernético” e pode ser produzido a quilômetros de distância física do ponto de produção da informação.

Quando nos propomos a analisar o discurso, devemos dar conta de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão “vivas” neles (FISCHER, 2001). Mas podemos nos perguntar, em que lugares essa produção tem ocorrido com maior intensidade? Essa pergunta nos levou a investigar espaços em que as imagens de *ambiente* são potencializadas. E quem estaria mais aparelhado para falar de *ambiente* na atualidade do que as ITCA?

Para Foucault (2011), existem formas variadas de se regular e controlar a produção dos discursos, além de lugares onde essa produção acontece com mais potência. As ITCA ocupam esse lugar. Na pesquisa, deparamo-nos com todo um conjunto de instituições: Organizações Não Governamentais (ONGs), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), que nomeamos Instituições que Trabalham nas Causas Ambientais (ITCA), como um termo para referir-se a todas as diferentes instituições juntas.

As ITCA têm sido fabricadas como aquelas aptas a falarem do *ambiente* na atualidade, pois não permitem a qualquer dito circular como válido, nem de qualquer forma; exigem regras para se falar dele. São as instituições a permitirem que determinados discursos

sejam mantidos e outros excluídos. De maneira que, quem fala, seja ouvido, porque fala de um lugar institucional.

A produção por parte das ITCA se dá inclusive quando se produzem uma linguagem e termos específicos a serem aprendidos. São as chamadas: “socioecologias”, “contabilidade ambiental”, “economia verde”, “marketing verde”, dentre outros conceitos criados para conceder autoridade sobre *ambiente* hoje. Sabemos que esses conceitos que hoje estão circulando na mídia não teriam condições de possibilidade para serem ditos e vistos até a década de 1950, desde tal período até os dias atuais muitos acontecimentos modificaram a forma de falar do *ambiente*.

Embora haja todo um conjunto de critérios para se referir ao *ambiente*, vemos que o discurso ambiental nunca foi tão proclamado. Apesar de biólogos e demais cientistas serem procurados para dizer sobre o *ambiente*, em algum nível, qualquer um pode falar desse objeto *ambiente*. Isso é possível porque o *ambiente* produz e é produzido a todo o momento que se fala nele/dele, e, como qualquer discurso, ele é arbitrário, não obedece a intenções de um “sujeito consciente”, não é uma escolha. Como escreve Foucault (2008^b, p. 107) “o sujeito do enunciado é um lugar vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”, ou seja, nos tornamos sujeitos do discurso ambiental. Por exemplo, ao dizer sobre os discursos ambientalistas, o indivíduo ocupa um lugar de fala nesse discurso e deve obedecer a regras próprias, do que dizer e do que não dizer sobre o *ambiente*.

E as regras por sua vez produzem uma forma correta de agir, pensar e ser. Quando esse discurso é reproduzido, ocupamos o lugar de fala ao qual ele pertence. Que pode ser do **ecólogo, ambientalista, biólogo agropecuarista**, dentre outras posições de sujeito que produzem discursos sobre o *ambiente*. É a *onda verde* que agitou o final do século XX, e ainda agita o início do século XXI, inscrevendo em nossos corpos formas de ser ecológico e fazendo ecoar através de nós dizeres e fazeres sobre o *ambiente*.

Perguntas foram se configurando: Que lugares de intensa produção do *ambiente* são estes? Que modos de ver o *ambiente* são produzidos nessas imagens institucionais? Que instituição é essa que fala com tanta potência sobre o *ambiente*? Quem tem o poder de dizer qual o *ambiente* que vai ser preservado ou não? Que tipo de *ambiente* estaria sendo criado pelas imagens das ITCA? Que condições tornaram possíveis que esses *ambientes* fossem produzidos de determinado modo? Que efeitos essas produções do *ambiente* teriam sobre o ensino de ciências na atualidade?

Muitas perguntas, poucas respostas provocam nossos sentidos e nos possibilitam duvidar de tudo o que aprendemos sobre *ambiente*. Na biologia, ensina-se que ele deveria ser

um *lugar/espaco* em que os seres vivem sempre em equilíbrio. Mas seria isso *ambiente*? E se pensarmos o *ambiente* para além da biologia? Novas possibilidades se abrem e deixamos de pensá-lo como propriedade das ciências biológicas para expandirmos e pensá-lo como discurso. E como todo o discurso, este também é produzido pela linguagem. A cada momento em que a temática ambiental emerge, outros *ambientes* podem ser produzidos, ou seja, ele sempre tem uma produtividade.

O discurso ambiental é, portanto, aquele que produz modos de *ver e dizer* o *ambiente*, que não depende de algo que venha a priori, por exemplo, um modelo de *ambiente* a ser seguido. Nesta perspectiva, o *ambiente* é produzido dentro de condições de possibilidade, sociais, culturais e históricas. Ele é objeto do discurso ambiental. Mas o que é e onde está mesmo isso que chamamos objeto?

“O objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações”. (FOUCAULT, 2008^b, p 50)

O *ambiente* não aguarda inerte por uma ordem ambiental que vai revelá-lo, pois ele é nada mais que uma coisa que apareceu dentro de uma série de práticas, em um complexo feixe de relações de poder - saber. Ele não preexiste em si mesmo, mas ao longo da história se constrói como um objeto específico que a cada época se faz diferente, pois é produzido em meio a um mosaico multiforme. E se o *ambiente* é uma criação, podemos considerar que em cada momento da história emergem tipos diferentes desse objeto, de tal modo que podemos nos referir a ele como sendo um *objeto de época*²⁰ que nunca é o mesmo, mas sempre diferente “do ponto de sua possibilidade histórica” (FOUCAULT, 2008^b p.18).

Se pensarmos o *ambiente* como *objeto de época*, veremos que em um momento ele foi algo para ser explorado até a escassez de seus elementos; em outro, sobre outras condições de possibilidade, foi protegido como objeto de culto, quase sagrado, ou como componente do humano, tal como no slogan: *Quanto de mata atlântica tem dentro de você?*²¹. Enunciações como esta saltam aos ouvidos, exigem respostas, como se esperasse uma atitude, um clamor responsivo do espectador, de um *ambiente* que foi objeto de consumo quase que em sua totalidade.

Pensar o *ambiente* como produto de discursos é importante, pois desloca-nos da crença de que existe o *lugar perfeito*, um Éden para ser redimido e feito para suprir as necessidades supostamente indispensáveis à sobrevivência unicamente da espécie humana ou

²⁰ Termo usado por CORAZZA, S. O que quer um currículo? Pesquisas pós-críticas. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001;

²¹ Estes enunciados pertencem à peça publicitária da ITCA (SOS Mata Atlântica, 2008);

para suspeitar do que é *natural*, e pensá-lo como mais um produto cultural. Porém, não é sem conflitos que deixamos de nos questionar sobre o *ambiente* ideal, pois essas construções da linguagem estão mais tatuadas em nós do que imaginamos.

Nesta perspectiva, não vamos olhar para “o que os discursos querem *realmente* dizer”, como se antes deles houvesse algo que cabe a nós decifrar, interpretar, descobrir. Isso indica que não será nosso objetivo aqui, investigar a representação que o *ambiente* recebe nos discursos. A própria ideia de representação se alicerça no pressuposto de que há no *ambiente* uma verdade última a ser descoberta, pois se fôssemos nos questionar sobre quais representações existem do *ambiente*, deveríamos partir da hipótese de que há uma suposta *verdade* já definida para o *ambiente*, que cabe a nós *descobrir*. É como se já existisse um *ambiente* modelo, no qual deveríamos ancorar nossa visão para comparar e tentar sempre adequar todos os *ambientes* ao modelo *ideal*.

Pensar o *ambiente* como produto cultural dos discursos não implica em negarmos a materialidade das rochas, atmosfera, flora e fauna, mas de exercitarmos a problematização do que passamos uma vida toda aprendendo a *ver e dizer* como tal. Não para comprovar algo, mas para movimentar outros modos de dizer e ver o *ambiente* cheio de peripécias, que abalem as certezas, tentando produzir resistências ao poder diluído nas estruturas do saber biológico, e nos grandes discursos institucionalizados sobre *ambiente*.

O *ambiente* enquanto objeto do discurso pode ter múltiplas formas de aparecimento no decorrer da história, uma vez que discurso

“[...]é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo, e no espaço, que definiriam em uma dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. (FOUCAULT, 2008^b p. 133)

São regras que subjetivam e a cada momento fazem nascer novos sujeitos para um novo modelo de humanidade. Essa nova humanidade produz novas práticas, que se instituem socialmente para que haja, por exemplo, produção de: “alimentos sustentáveis para pessoas que respeitam o *ambiente*”, “roupas com fios de garrafa pet, por que nos preocupamos com as futuras gerações”, “automóveis menos poluentes em respeito a atmosfera terrestre”. Assim, práticas discursivas e não discursivas estão sempre entrelaçadas produzindo dizeres e fazeres, que não permanecem no âmbito das ideias, pois que elas fabricam coisas, materializam e geram condutas.

Quando consideramos o *ambiente* como objeto de discursos, devemos ponderar que não há modelos a serem considerados como moldes de outras imagens, tudo é produção, única e própria, logo ele não estará aguardando ser descoberto/revelado por nossas pesquisas ou

estudos. Não estamos aqui para afirmar o que é afinal *ambiente*, mas ele mostra como isso que chamamos *ambiente* nem sempre foi o mesmo, nem ao menos foi único em algum instante da história, ele é construído a todo o momento que falamos dele/nele. Ele é re/inventado e atualizado por novas práticas, pois como já ressaltamos, o discurso “é uma prática que tem suas formas próprias de encadeamento e de sucessão” (FOUCAULT, 2008^b p. 191).

Logo, os discursos sobre o *ambiente* voltam a ser ditos, mas nunca iguais, sempre diferentes, singulares, ideia que Foucault (2011) chama de acontecimento discursivo, que é o discurso no momento de sua produção. Segundo ele, o acontecimento pode ser longo, curto, raro ou repetitivo, está sempre na atualidade do discurso. Vejamos um exemplo, o livro “Primavera silenciosa” de Rachel Carson (1962) foi um dos acontecimentos que deram condições de possibilidade para a produção do discurso contra os agrotóxicos, tal qual o que vemos hoje.

Nesta perspectiva, “A nossa percepção daquilo que consideramos como *natureza* está profundamente marcada por construções estéticas e culturais que nos permitem estabelecer ‘o que ver’, ‘o que admirar’, ‘o que conservar’ e ‘proteger’ no mundo dito *natural*” (AMARAL, 2003 p.32). Ou seja, o que é cultural é produzido como se fosse natural, e com isso se justifica uma série de comportamentos do homem para com o *ambiente*. Essas construções a que Amaral (2003) se refere, são arbitrariamente produzidas pela/na cultura, ou seja, não escolhemos acreditar ou não. Elas são discursos que desde criança ouvimos e vimos circulando na mídia, na literatura dita infantil, nos livros didáticos de ciências. Tais discursos encontram-se dispersos em acontecimentos que são ditos por meio de falas, escritas, imagens que remontam a diferentes formações discursivas as quais se (re)combinam na relação com outros enunciados produzindo novos discursos, novas práticas.

Um enunciado só pode ser compreendido na relação com outros, uma vez que não obedecem a nenhuma precisão ou permanecem presos a regras; não se limitam a frases ou ao silêncio, mas estão em constante movimentação, como átomos que ao se reordenarem compõem novas substâncias, novas materialidades. Enunciado, portanto, é o ponto de estudo micrométrico do discurso.

“Os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso; tentamos estabelecer, assim, como os elementos recorrentes dos enunciados podem reaparecer, se dissociar, se recompor, ganhar em extensão ou em determinação, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas, adquirir, em compensação, novos conteúdos semânticos, constituir entre si organizações parciais” (FOUCAULT, 2008^b, p.66)

Nesta perspectiva, os enunciados podem reagrupar-se e dispersar-se permitindo que um discurso reapareça e se modifique em diferentes momentos e contextos históricos. A isso

chamamos **regularidade**, que é a reaparição dos enunciados em diferentes espaços/formações discursivas, ou seja, na **dispersão**. O que muda são as condições históricas de possibilidade para se falar do *ambiente*, elas fazem aparecer enunciados diferentes a cada época, pois que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta” (FOUCAULT, 2011 p.26).

Vejamos um exemplo desse “jogo de enunciados”. Quando temos o enunciado *mãe-natureza* na atualidade, este não é o mesmo enunciado que no século XVI se dizia/via, pois, o próprio enunciado “mãe”, não é o mesmo que se tinha a três séculos atrás, assim como o enunciado “natureza” não tem as mesmas condições de possibilidade para acontecer. A ideia de que a mãe-natureza era aquela que tudo fornecia aos seus filhos, supridora, portadora de infinitos mananciais de doação, uma espécie de serva, tal como encontramos em Bacon, (2002), foi substituída por outros enunciados em seu lugar, a mãe-natureza que antes fornecia, agora deve ser o alvo da proteção, deve ser valorizada e suas características exaltadas.

Os enunciados só podem ser entendidos se compreendermos bem o conceito de formação discursiva, pois esses dois conceitos juntos trabalham para a produção dos discursos. Segundo Foucault (2008^b p. 141), “Analisar uma formação discursiva é, pois, tratar um conjunto de performances verbais, no nível dos enunciados e da forma de positividade que as caracteriza; ou mais sucintamente, é definir o tipo de positividade de um discurso”. Tomamos o trabalho de Gonçalves (2005) sobre as formas do discurso pedagógico, para montarmos as formas do discurso ambiental.

O primeiro passo é não considerar o discurso ambiental como propriedade da biologia. No decorrer da pesquisa lidamos com diferentes tipos de discursos ambientais como o discurso ambiental ambientalista, discurso ambiental eclesiástico, discurso ambiental pedagógico, discurso ambiental médico, dentre outros, pois há um discurso ambiental “fazendo funcionar e funcionando no interior de diversos tipos de discursos” (GOLÇALVES, 2005 p.131), pondo em operação práticas discursivas e não discursivas que produzem regras de como agir para com o *ambiente*. Ainda segundo o autor:

A cada um desses discursos corresponde um conjunto de enunciados que funcionam através de práticas discursivas específicas que estabelecem as regras do que pode ser dito (objeto do discurso, com seus conceitos e teorias), como pode ser dito (ritual do discurso), quem pode dizê-lo (sujeito do discurso), de onde se pode dizê-lo (lugar institucional do sujeito do discurso). (GOLÇALVES, 2005 p.132)

Por exemplo, no caso dos enunciados imagéticos, com os quais vamos trabalhar, quando pensamos em *ambiente*, remetemo-nos a uma série de discursos produzidos como uma espécie de rede de memória, formadas por outras imagens/enunciados, com as suas próprias regras, que juntas compõe, atualizam/sincronizam discursos, ou seja, “*uma história da memória*

das imagens vistas ou mesmo sonhadas”, como diz Milanez (2006, p.16). Imagens que são enunciados, pois participam da construção dos discursos que vemos a todo o momento serem produzidos, mas que em alguns momentos emergem em outras materialidades.

Logo, os enunciados podem se modificar, pois não são fixos e são essas modificações que separam e por vezes aproximam diferentes discursos ambientais. De qualquer forma, um enunciado nunca permanece igual ao que um dia já foi, mas sempre difere, em movimento não linear, descontínuo. Assim, o que pensamos hoje não é resultado da evolução do pensamento, como se hoje estivéssemos no estágio mais avançado de *conscientização* dos problemas ambientais. Essa é a ideia de descontinuidade, pois o *ambiente* sempre será dito de maneiras diferentes, a partir do momento em que se modifiquem as condições de possibilidade para sua produção.

O discurso ambiental vai além das enciclopédias de ecologia, dos cursos de biologia, se estende para os discursos médicos de uma alimentação saudável²² com produtos orgânicos, que não possuem adição de agrotóxicos ou produtos químicos que prejudiquem a saúde, compondo assim o discurso ambiental médico. Perpassa pela arquitetura que faz jardins verticais, suspensos, em apartamentos muito pequenos, tudo para fornecer aos clientes mais proximidade com o *ambiente* sem sair do *ambiente*. “Beleza, conforto, economia e ecoeficiência”, anuncia o site²³.

A mutabilidade dos enunciados fica marcante quando analisamos como o *ambiente* se modifica no decorrer do processo formativo dos sujeitos. Isso acontece porque a linguagem em um complexo feixe de relações produz discursos e concomitantemente fabrica múltiplas posições de sujeito. A seguir, contextualizamos o que seria pensar as posições de sujeito para o objeto *ambiente*.

II. AMBIENTES E POSIÇÕES DE SUJEITO: TUDO MUDA QUANDO A HISTÓRIA MUDA

Quando nos referimos a posições de sujeito, conseqüentemente rejeitamos a ideia de uma identidade fixa e consciente, e assim rompemos com a visão do sujeito como portador de uma interioridade, de uma razão inata, inerente à sua condição existencial. Em outras palavras, quando nos referimos ao sujeito, não o pensamos como constituído de uma substância, algo imutável, essencial. Logo, não podemos sustentar a crença em uma identidade que precisa

²² Rede de agricultura sustentável. Disponível em: <http://www.agrisustentavel.com/san/ausente.htm> acessado em 09/02/2016 as 19:51 hs;

²³ Ecoeficientes: Informação sobre técnicas da construção sustentável. Disponível em: <http://www.ecoeficientes.com.br/> acessado em: 09/02/2016 as 19:57 hs;

ser descoberta em meio à reflexão sobre si, mas acreditamos que o sujeito tem uma identidade híbrida (AMARAL, 2003), que permite ocupar diferentes lugares de fala a todo o momento que se desloca histórica, social e culturalmente.

Acreditamos que as posições de sujeito são “tributárias das experiências que vivemos dos discursos que confrontamos da forma como significamos o outro e como somos por ele significados nos diferentes tempos e espaço” (CHAVES, 2013 p.27) e assim, subjetivações são produzidas possibilitando deslocamento entre diferentes posições dentro de cada discurso. De maneira que não nos concentramos em tornar os sujeitos conscientes de seu papel como redutores do ambiente. Em contrapartida, questionamos mais as construções que fazemos do ambiente e como elas se materializam em práticas sobre ele.

Pesquisando o cenário nacional das discussões sobre a temática ambiental, encontramos vários estudos que evidenciavam a necessidade de um retorno à consciência ambiental como se fosse um atributo inato do homem, e não uma construção arbitrária da cultura. Este discurso de consciência ambiental coloca primeiramente o homem na posição de redutor do ambiente, uma espécie de salvador ou herói, que usa suas faculdades mentais para montar estratégias de proteção do ambiente, e não como um produto da cultura, que tem estratégias de modificação de seu entorno. Em segundo lugar, coloca a consciência, como algo pré-existente ao homem, algo que emana de uma essência geneticamente determinada, para responder as necessidades do ambiente.

De forma oposta às ideias acima, acreditamos que não há uma consciência ambiental introjetada e que precisaria ser despertada no que se convencionou chamar humanidade. Não há um corpo de sensibilidades que todos os homens possuem introjetado em si, que somente através das ações em educação ambiental, alfabetização científica e/ou regras e normas de conduta institucionais esse corpo de sensibilidades pode despertar, revelar ou descobrir.

O que há, são práticas discursivas e não discursivas que produzem o ambiente e a dita conscientização, e que desde a mais tenra infância são aprendidas e re/produzidas. Práticas que circulam como as “mais adequadas” para a promoção do ambiente que se deseja na atualidade. Práticas que por vezes são muito mais minuciosas (e por isso insidiosas) que protestos em grandes navios petroleiros ou campanhas para salvar os ursos polares. Elas vão desde a regulação do material para a confecção da roupa que vestimos, se de pele de animais selvagens ou de fios de garrafa pet com algodão, até o meio de transporte que usamos para nos locomovermos, se em carros movidos à energia solar, ou em carros sem filtro no escapamento.

Começamos a ser inseridos no modelo de Educação ambiental que defende uma busca pela boa conduta natural do homem, nas pequenas experiências, ou aprendimentos na escola primária, como a do “Feijãozinho”. Nela as crianças não somente aprendem que seres vivos nascem crescem reproduzem e morrem, discurso ensinado pelos PCN’s, mas também ensina que o ambiente preservado é tarefa para ser realizada desde pequenos, mesmo que o ambiente seja um copo, com algodão, água, e uma semente de feijão.

Logo, as marcas da posição de sujeito que ocupamos também se inscrevem em nossos corpos e nos impõem modos de comportamento, pois “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhes impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2008a p. 118) das quais é difícil, mas não impossível escapar. Produz-se todo um modo de vida voltado para atender as necessidades de um novo modelo de ambiente e de novas práticas frente a esse objeto.

Nesta perspectiva, um biólogo fala de ambiente tanto quando um coletor de material reciclável, e as propagandas das ITCA ensinam tanto sobre ambiente, quanto o professor de ciências e biologia; não de maneira igual, ou com as mesmas ferramentas, mas ambos produzem dizibilidades e visibilidades sobre o ambiente na atualidade.

Caso não se apresente a suposta consciência ambiental, como entre garimpeiros, madeireiros, petroleiros, posições de sujeito que geralmente são mal vistas pelos “defensores da natureza”, deve ser estimulada de outra forma. Para isso são produzidas uma série de regras sobre a importância do ambiente para a vida humana e assim o indivíduo é “sensibilizado” para a necessidade de preservação, conservação ou sustentabilidade ambiental. Esse discurso da reabilitação do homem a sua condição de protetor da natureza ecoa em algumas obras da Educação ambiental, dividida em diferentes linhas de pesquisa.

Ao ocuparem diferentes posições de sujeito não existem proprietários do discurso, pois “o sujeito só se torna autor da fala ao falar, só se torna sujeito daquele discurso ou pronunciamento ao emití-lo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011 p.235). Sendo assim as instituições produzem os discursos válidos que devem circular e ao mesmo tempo excluem outros produzidos nas margens sobre ambiente sem que uma pessoa detenha a autoria sobre determinado discurso.

Posições de sujeito que muitas vezes falam, e tem seus discursos momentaneamente autorizados inclusive sobre os corpos, e porque não dizer o corpo nas imagens produzindo modos de ver o ambiente como aquele que deve ser capturado pelas oculares das máquinas de fotografia. Vejamos o caso da posição de sujeito professor de ciências, que detém o saber e o poder para fazer dizer e fazer ver o ambiente por mais micro que seja esta relação;

“[...] poder e saber estão diretamente implicados; [...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo, relações de poder. [...] Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento” (FOUCAULT, 2008b, p.27).

Um exemplo dessa relação de poder e saber que acontece nos discursos sobre o ambiente são os duelos entre ambientalistas e os desenvolvimentistas, muito comum no início das discussões ambientais no Brasil da década de 1970. Para o sujeito ambientalista o ambiente protegido da degradação causada pelo homem era imprescindível. Ao desenvolvimentista interessava um ambiente explorado, para suprir as necessidades do mercado de consumo. Até a década de 1970 essas duas posições de sujeito duelavam pelo poder de dizer sobre o ambiente, porém nesta década o discurso da sustentabilidade inicia sua entrada na ordem do discurso e novas práticas discursivas ganham condições de possibilidade para emergir.

Em ambas as posições de sujeito os discursos produzem verdades, de um lado práticas discursivas sobre conservação, preservação são produzidas em oposição a outras ditas como incorretas como a exploração, degradação, dentre outras. Em 2014, foi divulgado um estudo realizado pela Global Witness, ONG que defende o fim dos conflitos entre ambientalistas e posseiros, grileiros, madeireiros e produtores de carvão. Segundo a pesquisa, metade do número mundial de mortes de ambientalistas vem do Brasil. O estudo chama-se “Deadly environment” ou “Ambiente mortal” em português (tradução livre). Como vemos na imagem abaixo:



Figura 2. Capa do estudo "Deally evironment", publicado pela ONG Global Witness, 2014.

A lista inclui 908 ambientalistas executados “protegendo o ambiente” entre 2002 e 2013, em 35 países; destas, 208 mortes ocorreram em solo brasileiro. Segundo uma parte do relatório publicado em português:

“Proteger o ambiente nunca foi tão importante, nem tão mortífero. A concorrência pelo acesso a recursos naturais é cada vez mais intensa num cenário de desigualdade extrema no mundo, quando a Humanidade já ultrapassou vários limites ambientais vitais do planeta. Ao mesmo tempo, cada vez mais o cidadão comum está na linha da frente de defesa do seu ambiente contra abusos de empresas ou do Estado e formas de exploração insustentáveis”.

Disputas, conflitos, e mortes, revelam diferentes posições de sujeito que há muito tem duelado pelo direito de estabelecerem o tipo de relação adequada com o ambiente. Ambas querem explorar o ambiente, ambas o modificam, mas o condenado é a exploração insustentável, que não obedece às práticas determinadas por governos, estados e empresas.

É possível falar também do lugar de sujeito madeireiro, que depende da extração de matéria-prima para alimentar a produção de móveis e imóveis. Na atualidade, a extração de madeira deve estar de acordo com a ordem do discurso ambiental, em que é exigido o replante das áreas desmatadas. Do contrário, punições sociais e econômicas são prescritas. Essa mesma posição de sujeito na década de 1970, no Brasil, exigia outras regras, pois naquele momento o desmatamento era sinônimo de desenvolvimento (a abertura de estradas que conduziam ao progresso na Amazônia, por exemplo). Muda-se o contexto histórico, e as práticas exercidas por cada posição de sujeito também se modificam.

Algumas vezes, mais de uma posição de sujeito se submete as mesmas produções discursivas, é o caso de biólogos e ambientalistas que são cobrados para terem demonstrações de afeição por todos os animais (de lesmas a ursos panda). Isso tudo sobre o jargão: “todo o biólogo/ambientalista ama todos os seres vivos”, o discurso produz uma forma de se portar diante dos animais e todo aquele que ocupa essas posições de sujeito deve/pode reproduzir não só em sua fala, como em seu corpo, as marcas dessa posição de sujeito. Só resta resistir, pelos mesmos discursos, que somos produzidos (BASTOS e CHAVES, 2015). A seguir, problematizamos mais objetivamente os ambientes que emergiam a cada posição de sujeito que ocupei nos processos formativos aos quais fui exposta. Não para analisar o sujeito que diz sobre o ambiente, mas analisar os tipos de ambiente que emergiram em diferentes momentos de minha própria história.

III. NO PERCURSO FORMATIVO, MÚLTIPLOS AMBIENTES FLORESCEM

Ao longo do processo formativo são produzidos pela cultura diferentes tipos de *ambientes* conforme somos ensinados a nos relacionar com plantas, animais, fontes de águas e até mesmo com o *pó ao qual retornaremos*. Um *ambiente* que é produto de relações históricas, que se transmuta ao longo do tempo nos diferentes documentos em que se materializa.²⁴ No decorrer de meu processo formativo, e o que se entendia como *ambiente* se modificou, ganhou nova forma, se misturou com outras culturas, graças ao objeto modelável, nunca fixo chamado *ambiente*.

Minha rede de memória sobre o *ambiente*, não começou a ser produzida no contato com a ciência e sua forma sistemática de produção ambiental. Pois *ambientes* estiveram sempre presentes nos contos, poesias, fábulas e repentes²⁵ que ouvia desde a infância, produzidas pelo imaginário, no quintal de casa; nos contos nordestinos sobre o sertão; nas visitas ao Bosque Rodrigues Alves e Museu Paraense Emílio Goeldi, nas ensolaradas manhãs de sábado; na tela da televisão, com as reportagens sobre a *savana africana* ou as *riquezas da Amazônia selvagem*, etc. Em cada lugar as produções do *ambiente* eram feitas pelas imagens, ricas em detalhes que meus olhos iam aprendendo a “apreciar”.

Foi na instituição família, que aprendi a construir as primeiras imagens do *ambiente*. Filha de imigrantes nordestinos, eu ouvia meus pais contarem das diferenças entre a paisagem das cidades do Norte e do Nordeste, e do quanto morar no interior era bom. Eles nunca esconderam a liberdade que tinham de correr pelo chão de terra fina e subir nos pés de árvore para saborear frutas e brincar bola de gude com os caroços que sobravam. Um *ambiente imaginário* era construído como o lugar das aventuras e dos grandes acontecimentos.

Essas e outras histórias me faziam viajar por terras nunca percorridas e criar o meu próprio sertão de memórias e a minha própria relação com o *ambiente* construído nas histórias dos outros, e produzindo outras histórias. Eu conseguia montar as minhas próprias imagens, usando o discurso do *amor* por um lugar que poderia ser descrito com palavras e emoção. Neste momento o *ambiente* para mim era um *sonho* dos outros, que eu transformara em meu.

Ainda no âmbito familiar, vivi muitos passeios para o Bosque Rodrigues Alves com meus pais e irmãs. Criei uma relação afetiva com aquele pedaço de Amazônia. Eu ficava tão

²⁴ Refiro-me a documentos inspirada pelo texto de Albuquerque Júnior (2011) quando defende que toda as fontes usadas para o seu trabalho ele chamaria de documentos, para não incorrer em hierarquizações que contrariam a perspectiva teórica adotada. Dessa forma os meus documentos construtores de memória, são todos os textos verbais ou não, pessoas, lugares que produziram meu percurso formativo;

²⁵ Rimas cantadas. Podem contar diferentes tipos de histórias, de guerras, lutas, desafios, paixões, vida e morte;

embasbacada por animais e plantas que me perdia horas a fio, não só olhando os animais, como interessada pelos nomes de cada espécie distribuídos em placas na frente das jaulas ou no canto dos caules das árvores e arbustos. Era como se cada espécie ganhasse um atrativo a mais quando associados com as informações das placas ao lado das jaulas ou nos canteiros. Era tudo tão grande, alto, intenso, que me sentia naqueles filmes em que as crianças ficam perdidas na floresta, mas conseguem sobreviver, pois “se tornam parte dela”. Um discurso romântico da união do homem com seu entorno, muito divulgado na década de 1990, momento de crescimento das discussões ambientais e de revolução na forma de pensar o *ambiente*.

Meu interesse que se expandia para o pequeno jardim de casa, pequeno mesmo. Graças ao gosto de minha mãe pelas plantas paisagísticas e medicinais, o pequeno espaço era disputado por herbáceas e uma menina. Neste espaço/lugar, passava horas a fio, caçando minhocas na terra, conversando com os arbustos e com insetos que a todo o custo tentavam fugir de minhas mãos. Um *ambiente* fantástico, que de tão empolgante fez das aulas de ciências as mais aguardadas da escola.

No contexto familiar e religioso havia a produção associada, do *ambiente* como *criação* que *também tinha a sua forma de louvar ao Senhor*. “O passarinho assobiava, a vaca mugia, o cachorro latia, e eu cantava” – esse era o pensamento que percorria minha mente quando ouvia discursos da *natureza* que também agradecia a Deus pela vida. Nas duas formações discursivas ouvia histórias sobre um Deus criativo e soberano que “formou o mundo e tudo o que nele há”.

As histórias bíblicas eram impressionantes para uma criança de cinco anos e até para os adultos, pois produzia o *milagre da criação*. Neste contexto, o *ambiente* deveria ser *amado*, pois segundo as histórias que ouvia, Deus tinha criado de átomos a galáxias e entregue para o homem cuidar, mas com o pecado, o homem tinha usado o *ambiente* a fim de satisfazer seus próprios interesses. Como diz a canção que aprendi ainda pequena:

“Deus quando criou o mundo, fez tudo bonitinho, tudo em seu lugar/ Fez as árvores e os bichos, na mais pura harmonia tão bom de olhar/ Mas estão cortando as matas, matando os animais sem pena e sem pensar/ Sou pequeno mais entendo que tudo isso não pode continuar./ Venham cantar comigo essa canção/ O que Deus fez não se destrói não, não, não, não” (Louvores da garotada, Vencedores por Cristo, 1989).

Ainda conservo o mesmo encanto pelas histórias sobre a criação do mundo, mas hoje consigo problematizar as dizibilidades e visibilidades do *ambiente* que são produzidos nos discursos. Esses enunciados não eram exclusivos de uma única formação discursiva, outras canções ecoavam verdades sobre o ambiente como na música popular brasileira. Beto Guedes também cantava o *ambiente* na música que ficou marcada como a canção em *defesa da terra*:

“A paz na Terra, amor, o pé na terra/ A paz na Terra, amor, o sal da.../ Terra, és o mais bonito dos planetas/ Tão te maltratando por dinheiro, tu que és a nave nossa irmã/ Canta, leva tua vida em harmonia/ E nos alimenta com teus frutos, tu que és do homem a maçã/ Vamos precisar de todo mundo, um mais um é sempre mais que dois/ Prá melhor juntar as nossas forças é só repartir melhor o pão/ Recriar o paraíso agora para merecer quem vem depois/ Deixa nascer o amor/ Deixa fluir o amor/ Deixa crescer o amor/ Deixa viver o amor” (“O sal da Terra”, composição de Beto Guedes/Ronaldo Bastos, 1981).

Em ambas as músicas, é produzido o *ambiente* marcado pela *compaixão*, como sentimentos que precisam apenas ser despertados nos corações dos homens. Nesses discursos, o *amor* pelo *ambiente* é produzido como quase instintivo. Mas aprendemos com Foucault a desconfiar até mesmo dos instintos, quando indaga. “Cremos na constância dos instintos e imaginamos que eles estão sempre atuantes aqui e ali, agora como antes. Mas o saber histórico não tem dificuldade em colocá-los em pedaços – em mostrar seus avatares” (Foucault, 1998 p.27).

Na instituição escola, vivi momentos de encanto pelo *ambiente*. Lembro que por volta dos 10 anos, descobri que minha mãe guardava um livro muito antigo de biologia e que nele havia os desenhos mais “reais” que havia observado até aquele momento. Eles mostravam as estruturas internas do corpo humano, a morfologia das bactérias, fungos, protozoários, plantas e demais animais. Lembro-me do encanto com um mundo com o qual ainda nem sabia lidar.

Relacionava as imagens dos livros de biologia com as que existiam nos meus livros de ciências do 2º ano do fundamental na educação básica, em que bactérias, vírus e fungos ganhavam rostos com expressões bravias estereotipando uns seres maléficis, enquanto outros como ursos, gatos e cachorros, tinham desenhos faciais felizes estereotipados como benéficos.

No decorrer da educação básica, as imagens se tornavam mais detalhadas e com uma nova função didática, as chamadas imagens “reais”. Nos livros, revistas, desenhos, longas e curtas-metragens as imagens ganhavam mais importância, pois eram construídas como uma espécie de transporte imaginário a lugares im/pre/visíveis ao olho nu.

Em toda a educação básica, fui apresentada a um modelo de *ambiente* que diferia em muito daquele que eu tinha aprendido a ver na família, aquele *ambiente* solto e desprezioso. O *ambiente utilitário* era aquele que deveria ser estudado na relação com o que ofertava ao humano (alimentação, transporte, remédios, etc.), e mesmo os seres não ditos tinham o seu lugar, junto com os seres inúteis acompanhados de um alerta silencioso: “Causadores de doenças”, “feios”, “nocivos ao homem”. Cada *ambiente* deveria ter valor no dia-a-dia do homem, só assim teria condições de possibilidade nas aulas de ciências.

E eu querendo sair da escola para caçar libélulas no jardim de casa! Pois o desejo que tinha, era de viver um *ambiente* mais livre, que tivesse menos lugar para as classificações e mais para as peripécias, ou algo que fosse o mais próximo possível do *ambiente* que Manoel de Barros descreve em suas memórias inventadas:

“Cresci brincando no chão, entre formigas. De uma infância livre e sem comparamentos. Eu tinha mais comunhão com as coisas do que comparação. Porque se a gente fala a partir de ser criança, a gente faz comunhão: de um orvalho e sua aranha, de uma tarde e suas garças, de um pássaro e sua árvore. Então eu trago das minhas raízes criancieiras a visão comungante e oblíqua das coisas”. (BARROS, 2008 *s/p*).

“Falar a partir de ser criança” também é produzir *ambientes*, bem diferentes dos criados pela biologia que eu aprendia na escola. Foi nela que o *ambiente* se tornou mais funcional, estrutural, fisiopatológico. Era ela que inventava as feiras de ciências e de culturas, separando em polos opostos dois saberes que apesar de incrivelmente diferentes são produto de discursos, tanto um como o outro.

Diante das diferenças entre *ambientes*, ainda há no ensino de ciências o desejo de uma verdade única, que não existe. O que existe são discursos produzidos e cristalizados como um espaço, que é *ensinado, organizado, administrado, amado e pronunciado* conforme as construções culturais, sociais e históricas lhe dão possibilidade de existência. Um *ambiente* só é semelhante a outro, na superfície dos discursos, mas “*no seu interior [há] uma diferença fundante, uma batalha, uma luta, que é preciso ser explicada*” (Albuquerque Júnior, 2011 p.38) e que está, a todo o momento, acontecendo.

Como “filha” de 1990, o enunciado ambiental em explosão naquele período era o que pregava o “amor pelo verde”, emergiam as semanas do “Meio ambiente” inundando a escola de cartazes, teatros, músicas e filmes que produziam um *ambiente* a ser *preservado* a começar pela escola. Discursos que produziam atitudes nos alunos, como a coleta seletiva, as ações de despoluição de áreas específicas, mesmo que essas áreas, fossem as “valas” no entorno da escola, mesmo que objetivo inicial fosse *salvar o planeta*, um enunciado comum naquela década. Produzia-se assim, a ideia de uma *consciência ambiental* a ser despertada nas crianças, produzindo quase mini **ambientalistas**.

Estes três lugares de produção discursiva, família, igreja e escola, foram os que se destacaram na produção do *ambiente* e porque não dizer que também foram os lugares que deram condições de possibilidade para a escolha de minha profissão, bióloga. No entanto, não foi com facilidade que consegui encontrar o caminho para permanecer com o encanto de menina pelas histórias e pelo Deus da bíblia, ao mesmo tempo que estes discursos duelavam com a evolução das espécies.

Apesar da temática ambiental me acompanhar durante vários momentos do processo formativo foi ao término do curso de Ciências Biológicas que o interesse pela literatura e pesquisa na área ambiental foi potencializada. Conforme era inserida nas literaturas da área de Ensino de Ciências, principalmente nos Estudos Culturais da Ciência e Educação, alguns questionamentos e inquietações ficavam pulsantes. Foi em outra posição de sujeito como **pesquisadora em ensino de ciências** que *aprendi* a estranhar as visibilidades e dizibilidades que chegavam até mim e atentar para produção das ITCA.

Estranhando os enunciados que chegam até nós pelas ITCA, nos inquietamos com os impactos deles no ensino de ciências. Essas inquietações fizeram-me indagar: **Que ambientes são fabricados pelos discursos imagéticos das campanhas de divulgação das ITCA? Como fabricam modos de ver esses ambientes? Que efeitos esses discursos produzem na educação científica contemporânea quando entram na ordem do discurso ambiental?**

Nosso objetivo é, portanto, investigar os diferentes tipos de *ambiente* que emergem no discurso ambiental das ITCA, problematizando seus efeitos no campo social e pedagógico.

CAPÍTULO 2: O AMBIENTE NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DO AMBIENTE



Neste capítulo, trataremos da história do *ambiente* enquanto objeto discursivo, ao mesmo tempo em que vamos tecendo como diferentes discursos sobre *ambiente* tiveram condições de possibilidade para emergir, nos relatos históricos após o século XVI. Como o percurso histórico que nos interessa investigar é consideravelmente longo para o objetivo deste texto dissertativo, é importante fazer recortes metodológicos para que a história não se torne linear, nem enfadonha, fugindo, assim, do engano de tentarmos abordar todos os acontecimentos que envolvem o *ambiente* no limite de tempo e objetivo que temos para esta dissertação.

Por isso, aqui vamos apenas desenhar um esboço histórico dos principais acontecimentos para a confecção do que até o início do século XXI se tem chamado *ambiente*. Em outras palavras, o nosso foco neste texto é a passagem da ideia de *natureza* para a ideia de *ambiente*, ao que chamamos invenção do *ambiente*. E conforme tratamos de como ele foi des/escrito em diferentes documentos históricos, vamos operando com as ferramentas que utilizaremos na análise das imagens, das instituições que trabalham nas causas ambientais, objeto desta dissertação. Porém, antes de fazermos o esboço da história ambiental, precisamos tecer alguns esclarecimentos e definições sobre o que nós entendemos acerca da própria noção de história.

I. O QUE É FAZER UMA HISTÓRIA DO AMBIENTE?

“[...] a história de um conceito não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração” (Foucault 2008^b, p. 4 e 5)

Quando Foucault (2008^b) produz seus escritos sobre a “Arqueologia do saber”, ele explica haver dois tipos de história, uma que se preocupa em analisar o *progresso* de determinada ideia durante longos períodos de tempo, e outra que se preocupa em analisar o *processo* em que determinado saber se torna possível e assim passe a circular na sociedade. Este último tipo de história é a que Foucault (2007) usa para discutir, em seu livro “As palavras e as coisas”, a passagem da História natural para a Biologia, enquanto ciência. Mas, em que, um tipo de história se diferencia da outra? Como essa forma de produzir história interage com nossos estudos sobre o *ambiente*?

Foucault (2008^b) rompe com a *história dos historiadores* quando tece críticas a este tipo de história que, segundo ele, busca a evolução do pensamento. Para ele o discurso não se

associa com outros discursos para atingir um melhoramento. As ideias de evolução e de desenvolvimento

“[...] permitem reagrupar uma sucessão de acontecimentos dispersos; relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador; submetê-los ao poder exemplar da vida [...] descobrir, já atuantes em cada começo, um princípio de coerência e o esboço de uma unidade futura; controlar o tempo por uma relação continuamente reversível entre uma origem e um termo jamais determinados, sempre atuantes” (FOUCAULT, 2008^b p.24).

Nessa perspectiva, a evolução do pensamento consiste na crença que o saber se acumula e progride no tempo até a atualidade, como se o tempo presente fosse o ápice do conhecimento, no caso desta pesquisa sobre o *ambiente*, e o que ficou para trás fossem pensamentos retrógrados e improváveis em relação aos saberes contemporâneos. Pensar assim produz uma hierarquia de um modelo de *ambiente* em relação aos outros, como se os modos de ver e dizer o *ambiente* hoje fossem mais corretos, por exemplo, que o *ambiente* do século XVI.

É exatamente contra a ideia acima que nos posicionamos, evitando traçar caminhos lineares ou essencialistas, que desenham uma lógica ou prescrevem a forma correta de como falar da temática ambiental, buscando os fatos *exatos*, ou o que *realmente* aconteceu, como se fosse possível resgatar um princípio unificador do *ambiente* ou como se existisse uma forma *pura* em suas fontes de se referir a ele; ou que, ainda, os fatos fossem livres dos condicionantes culturais ou sociais.

Consequentemente não podemos associar o modelo de história que defendemos aos contos de fadas tradicionais, em que todos são felizes no final. A história a que nos referimos envolve lutas, duelos entre discursos que disputam para serem enunciáveis, cujo final é im/pre/visível. Ora, a história que queremos fazer valer é a das transformações, a que perturba a continuidade, e nos faz estranhar tudo o que passamos a vida aprendendo nos livros de história. Dizemos, portanto, que a história deve envolver: lutas, paradas, fissuras, revoltas com múltiplas facetas girando em torno de diferentes condições de possibilidades que permitem que uns discursos apareçam enquanto outros permaneçam à sobra.

Não é do nosso interesse tampouco detalhar/compilar todo o pensamento ambiental produzido pela humanidade para, então, podermos falar dele na atualidade. Mesmo sabendo que alguns discursos atravessaram os séculos mantendo (des)aparições, que certamente são importantes de serem observadas. Porém, nossos esforços no texto convergem para as (trans)mutações que o objeto *ambiente* sofreu ao longo da história, em recortes temporais e na confluência de fatores econômicos, políticos e culturais.

As perguntas que ficam são: Será que o *ambiente* sempre foi dito e visto da mesma forma? Se não, como diferentes *ambientes* emergiram e ainda emergem na história do discurso

ambiental? Quais as condições de possibilidade para isso? Para responder a essas perguntas devemos retornar alguns séculos atrás na tentativa de problematizar o hoje, e de elaborar uma história de des/encontros, e emergências na qual agora queremos nos debruçar. Investigando o que permitiu a existência do *ambiente* mesmo antes de ser construído como tal. Traçado, então, o tipo de história que queremos produzir, passamos a contar como passamos a chamar *ambiente* esse objeto discursivo da contemporaneidade

II. DE NATUREZA A AMBIENTE: AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA A PRODUÇÃO DOS MODOS DE VER E DIZER

“Para entender tais sentimentos [de amabilidade, proteção e cuidado] atuais devemos retornar ao início do período moderno. Com efeito, foi entre 1500 e 1800 que ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor [...]. Surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem. O relacionamento do homem com as espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado” (THOMAS, 2010 p.19).

No início do período moderno²⁶, o *ambiente* não existia da forma como o conhecemos, pois as condições de possibilidade ainda não tinham se configurado para isso. O objeto homem não existia, pois não se tinha formado o conceito de vida na biologia, de fala na linguagem e de moeda na economia (FOUCAULT, 2007). “A natureza não lhe fala [ao homem] mais da criação ou do fim do mundo, de sua dependência ou de seu próximo julgamento; ela só fala de um tempo natural” (idem, p.150), e isso é assim até a atualidade, o homem separado dos demais seres, em grupos distintos, porém sempre tem sido hierarquizado como aquele que tinha/tem o poder de modificar, extinguir, devastar o seu entorno a partir de interesse próprio.

Até antes do período moderno, na Grécia antiga, segundo Aristóteles, tudo tinha um propósito definido (THOMAS, 2010), “os animais domésticos existem para labutar e os selvagens para serem caçados” (idem, p.21) pelo/para o homem, ou seja, cada um possuía uma função bem definida que só seria modificada conforme mudanças históricas, sociais e culturais, produzindo novos discursos e modificando a relação dos seres com o mundo.

No início do século XVI, o mundo estava dividido entre o que era sinônimo de civilizado e o que era sinônimo de selvagem e essas duas ideias conflitavam. A civilização era o que o homem conhecia, o selvagem era o desconhecido, principalmente quando se tratava das terras recém-descobertas e dos relatos imagéticos e verbais que eram produzidos pelos que haviam feito/ou não, as *grandes* viagens. Segundo Thomas (2010), esse período fica marcado

²⁶ A este período moderno chamamos um conjunto de modificações, filosóficas, éticas, morais e científicas, políticas e econômicas por volta do século XVI e com reflexos diretos na produção do que se tinha como natureza.

pelo “Predomínio do humano”, ou seja, o homem era o centro dos interesses, comerciais, políticos e culturais.

Quando o *homem* se referia a animais e plantas, usava o termo *natureza* para indicar o conjunto lugar/espaco em que os seres vivos viviam, que eram construídos como diferentes do *homem* pela condição *civilizada*. Seja nos relatos iconográficos ou escritos, múltiplas *paisagens* eram construídas nos discursos que ora exaltavam a *natureza* como algo à parte do homem, ora exaltavam o homem como sendo o centro da criação. Em ambos os casos, o *homem* e a *natureza* eram separados por uma série de argumentos biológicos, psicológicos e espirituais.

O *homem* era fabricado em dois enunciados: como um ser derivado de uma especial criação, ou de uma condição única, a de civilizado. Nos relatos bíblicos do livro de Gênesis, nos relatos orais das culturas indígenas e nos escritos das religiões orientais o homem sempre ganha um lugar diferenciado, quanto a sua criação. Em diferentes culturas, as ideias de que o homem é um ser que recebeu de uma/várias divindade(s) o trabalho de dominar a *natureza* foi usado como justificativa para o desmatamento de grande parte das florestas, como por exemplo, as florestas europeias, que antes do período moderno (THOMAS, 2010) já tinham sido devastadas quase que em sua totalidade.

No renascimento²⁷, cultura e *natureza* duelavam, pois os discursos civilizatórios hierarquizavam os discursos sobre a *natureza*, produzindo submissão desta aos interesses do *homem* e não o inverso – como se ele detivesse a essência da boa administração da *natureza*, e esta, por sua vez, como se não fosse também uma produção histórica, cultural e social, mas sim algo místico que necessitava ser liberta das crenças e civilizada pela cultura.

No contexto político do século XVI, a ênfase das coroas portuguesa e espanhola era de expansão dos territórios, por meio do comércio de especiarias, as “novas-terras” serviriam como rotas de escoamento de produtos, além de fonte de matéria-prima para alimentar o comércio no “velho mundo”. A economia girava em torno do comércio marítimo, que permitia que boa parte das riquezas de outros continentes fosse exposta aos olhares curiosos dos europeus. Não é sem razão que muitos banqueiros e comerciantes (chamados de burguesia) cresceram economicamente e se tornaram uma parcela da população que passou a exercer poder de escolha e decisão na política e principalmente nas relações comerciais.

Os primeiros relatos dos viajantes para as novas terras descrevem os povos da floresta como pouco entendedores do modelo de trabalho do homem europeu. O cultivo do solo com vistas ao comércio era uma das formas de lidar com o solo que se diferenciavam dos modos

²⁷ Termo usado para referir-se a um período de redescoberta e revalorização da cultura antiga, a partir do qual o homem e seus interesses torna-se central no campo das ciências, das artes, da vida, de modo geral.

como os povos da floresta faziam, ambos modificavam o seu entorno, mas com perspectivas diferentes. No relato de Pedro Vaz de Caminha, logo que chegou as terras brasileiras, observam que os povos da floresta cortavam a lenha com pedaços de pedra (CASTRO, 1996) produzindo discursos sobre povos rústicos em suas formas de lidar com a *natureza* diferente do Europeu.

Nos relatos dos viajantes também havia a produção da *natureza exuberante* quando comparada com a *natureza* que os ocidentais conheciam até o momento. Ainda sobre a carta de Pero Vaz de Caminha, havia discursos sobre as terras além do pacífico sendo produzidos conforme as naus retornavam aos seus países. Modos de ver a natureza exuberante incluíam o olhar que esperava ver o ouro e pedras preciosas, mas se deparou com outro tipo de riqueza, como aparece no relato abaixo:

“Nesta terra não vimos ferro ou qualquer outro metal, e a lenha é cortada com pedra. Têm muitos pássaros de diversas espécies, e especialmente papagaios de muitas cores, entre os quais existem alguns grandes como galinhas, e outros pássaros muito belos; e das penas dos mencionados pássaros fazem chapéus e barretes que trazem consigo. A terra é muito abundante de muitas árvores e muita água, e milho e inhame e algodão. Nesses lugares não vimos nenhum animal de quatro patas” (CASTRO, 1996 p. 102).

Os modos de *ver e dizer a natureza* como exuberante, produziam relatos estupefatos diante das cores, e sabores que diferiam em muito das terras ocidentais. Esses relatos, além do novo modelo de *natureza*, também construíam culturalmente normas e condutas frente ao novo objeto a **natureza exuberante**, de maneira que, ao *produzir conhecimento para dominar o desconhecido*, uma nova *natureza* passava a ter condições de existência para o “velho mundo”.

Os escritores não poupavam elogios, e associavam a descrição da fartura, com o paraíso perdido. Conjuntamente a isso se produzia práticas discursivas de como proceder, *o que admirar*, e *o que utilizar para benefício do homem*. Em meio a toda a curiosidade produzida nos relatos dos viajantes também era produzido a **natureza selvagem**, por isso *temida*. Sobre isso, Vieira & Henning (2013) comentam:

“Se adentrarmos a história do mundo ocidental, veremos as diferentes formas pela qual a natureza vem sendo contada e significada na cultura, desde as grandes navegações dos séculos XV e XVI: ora uma natureza paradisíaca, exuberante, ora uma natureza selvagem, temida. Foi com o projeto civilizatório, em contraposição ao protótipo medieval, que a natureza passou a ser vista como o período das trevas, do inculto” (VIEIRA & HENNING, 2013 p. 217 e 218).

Nesta perspectiva, as mesmas viagens que levavam animais e plantas, denominadas como exóticas, para o continente europeu, levaram discursos da *natureza* das “novas terras” como o lugar do *incerto*, do *indomável*, do *inóspito*. Ao mesmo tempo em que se admirava a *natureza*, também se temia como um *lugar* totalmente imprevisível. Essa dualidade de lugares discursivos (*bela*, porém *perigosa*), incentivava cada vez mais as expedições, a fim de estabelecer os primeiros contatos com os “novos povos” e levar a luz do conhecimento a eles.

Enquanto o *civilizado* detinha o saber e o conhecimento, a ciência do século XV, ainda muito envolvida pela religião, produzia uma *natureza* como sinônimo de atraso, retrocesso; e retroceder não era algo desejado pelos supostos descobridores daquelas terras. Segundo Francis Bacon (1561-1626), o fim último da ciência era desenvolver novos métodos de dominar a *natureza* e utilizá-la para serviços que beneficiassem a vida humana (BACON, 2002).

Quando se associava a *natureza* e ciência, era produzida uma **natureza útil e uma ciência utilitarista**, que estava disponível para atender a todo e qualquer fim, contanto que beneficiasse o homem e produzisse avanços tecnológicos. Um exemplo disso era o cruzamento de espécies para a domesticação ou a produção de linhagens mais vantajosas, testados sobre o rigor, o científico. A visão antropocêntrica dos recursos naturais era divulgada, em meio aos grandes avanços científicos; segundo Thomas (2010), os produtos da *natureza* só tinham fins no egocentrismo humano, logo a chamada paisagem (espécies animais e vegetais) eram seres inferiores. Em um contexto como esse, haveria espaço para algo próximo de uma preservação das espécies?

No período renascentista não se ouviam discursos preservacionistas. O que existia era um controle de espécies, que servia ao interesse econômico, ou para divertimento de algumas camadas sociais mais abastadas. Se voltarmos no tempo, vemos que desde a época medieval, já existiam parques que pertenciam à corte real ou eram propriedades particulares, cujo objetivo era conservar alguns animais exclusivamente para a caça. À medida que os animais se tornavam raros, tinham de ser tratados como animais domésticos. “A partir do século XIII houve numerosas tentativas para determinar uma estação de caça limitada e proteger os cervos, gamos lontras, lebres... no período de sua procriação” (THOMAS, 2010 p.326), pois eles eram o alvo da “caça esportiva”.

Muitos escritores depositavam sobre os relatos bíblicos a produção da *natureza* subordinada às más ações do *homem*, mas essa relação se modificou com a reforma protestante no século XVII. Os reformadores compilaram a doutrina do pecado e defenderam que quando Deus subjugou a natureza ao *homem*, o pecado ainda não havia entrado no mundo. A partir da entrada do pecado no mundo o *homem* passou a dominar de forma perversa a *natureza*.

No trecho do livro de Gênesis lemos: “E disse Deus ainda: Eis que vos tenho dado todas as ervas que dão semente e se acham na superfície de toda a terra e todas as árvores em que há fruto que dê semente; isto vos será para mantimento” (BÍBLIA DE ESTUDO GENEBRA, 2009 p.11), porém após pecarem Deus dá o castigo ao homem, que seria maior dificuldade para conseguir alimento “[...] maldita é a terra por tua causa” (idem, p.12).

Logo, o que antes seria uma relação supostamente equilibrada passa a ser conflituosa, de maneira que a *natureza* deixa de ser objeto de cuidado, para ser objeto de exploração (BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA, 2009) pelo homem. O discurso do pecado, então, foi a fissura que permitiu novas relações do *homem* com a *natureza*, logo, o mal que antes estava depositado sobre a *natureza* ou sobre o *homem* passa a ter nome e a ele é atribuído a degradação ambiental pela formação discursiva da religião.

Segundo Thomas (2010), a exploração da *natureza* era independente das interpretações antropocêntricas feitas a partir dos relatos bíblicos. Segundo o autor, nem o culto à *natureza* realizado por alguns grupos no Japão impediu a grande degradação ambiental da industrialização na sociedade oriental. Independente da formação discursiva em que o discurso é fabricado, se da religião ou da ciência, as relações do homem com o mundo se modificam, e esses discursos se dispersam em outras diferentes formações discursivas.

O discurso bíblico e o científico, em alguns momentos duem pela condição de dizer e produzir objetos. Eles não desaparecem, não deixam de estar presentes, fazendo este jogo de reaparições em diferentes momentos, fabricando enunciados similares como o de *natureza dominada e sujeitada*. É por isso que podemos dizer que os discursos não têm origem nem são fixos em uma única formação discursiva, mas flutuam dentro de vários espaços, dentre eles, a teologia e ciência.

Conforme a ciência foi ganhando espaço, os escritos bíblicos passam de única verdade válida, sobre o mundo, para mais uma produção cultural. Descartes (2005) e suas obras no século XVII são considerados por muitos, como o estopim para que a ciência moderna iniciasse uma dissociação da religião cristã²⁸. Segundo Foucault (2007 p.75), “o século XVII marca o desaparecimento das velhas crenças supersticiosas ou mágicas e a entrada em fim da natureza na ordem científica”, remodelando a forma de considerar seres e o próprio homem.

Para o filósofo Rene Descartes (1596-1650), o mundo é como um relógio que precisou de corda para começar seu cuco. Logo, Deus para Descartes, dava o primeiro movimento e permitia que o homem continuasse usando a razão. “E tendo notado que em penso logo existo, nada há que me garanta que digo a verdade, exceto que vejo muito claramente que para pensar é preciso existir” (DESCARTES, 2005: p.34).

Segundo o filósofo, a criação de um método era imprescindível para conhecer o mundo. Porém, esse pensamento não é propriedade de Descartes em particular, mas faz parte de um bloco de ideias e ideais daquele momento histórico. Por isso dizemos que Descartes foi

²⁸ Haja vista a igreja católica ter sido o berço das inquietações de muitos cientistas que negaram suas crenças e o apoio financeiro da igreja para seguirem um modo de vida laico.

também produto de um momento histórico, em que as estruturas sociais estavam sendo modificadas. Descartes divulgou a visão mecanicista e materialista da *natureza*, que interpretava os seres como máquinas ou autômatos (DESCARTES, 2005) e os pensava como matéria para atender suas necessidades econômicas e sociais.

A visão mecanicista e materialista da natureza produziu separação entre os demais seres vivos e o homem, considerando os primeiros meros autômatos. Para ele os animais são meras “máquinas ou autômatos, tal como os relógios, capazes de comportamento complexo, mas completamente incapazes de se expressar, raciocinar, ou, segundo algumas interpretações até mesmo de ter sensações” (THOMAS, 2010 p. 43). Esse discurso foi usado como justificativa para que uma **natureza explorada** fosse, naquela conjuntura, tranquilamente aceita. Os historiadores comentam, que a ‘desumanização’ (ou seria a desanimalização do humano?) dos animais, dentre outras condições de possibilidade, produziu um “pré-requisito aos maus-tratos” (Idem, p.60).

Neste contexto, era impensável que um animal fosse tratado como da família, separava-se em polos opostos o *natural* do racional. No século XVII, o contato íntimo com os animais era improvável, pois, se dizia que esse contato deixaria o homem bestializado, regrediria para sua condição anterior à civilização, a selvageria. Esse distanciamento só seria fissurado mais tarde, por novos discursos, deslocando a caça, por exemplo, de atividade valorizada para atitude ilegal.

Apesar da relação conflituosa entre civilização e *natureza*, as novas terras eram construídas como um lugar acolhedor. Uma terra que parecia “tão favorável aos que a vão buscar” e “que a todos agasalha e convida com remédios por pobres e desamparados que sejam” (PINTO, 1994 p.113), como era divulgado em um dos relatos de viajantes. Este discurso de uma terra abundante em recursos, e que está sempre pronta a receber novos habitantes, era inovador até aquele momento. E assim a terra era sempre descrita como subjugada ao *homem*.

Quando o italiano Antônio José Landi (1713-1791) encaminhou à Portugal seu relatório sobre a expedição ao Brasil no século XVIII, o viajante elogiou a flora brasileira, mas culpa o povo da localidade por não dominar/domesticar e cultivar/produzir a *terra* no modelo europeu. As palavras *terra* e cultivo eram semelhantes, já que os enunciados presentes eram de dominação pelo viés da modificação/exploração. Só então, a natureza se tornava útil, se tornando uma paisagem domesticada/produzida. Logo a produção discursiva da *natureza* era organizada e distribuída pelos relatos que os viajantes faziam das terras desbravadas, montando formas diferentes de narrar e viver na *natureza*. Como lemos no trecho abaixo:

“O fruto é redondo como as nozes verdes [...] e é certo que ao meu ver, e/ de muitos mais, é o mais agradável fruto que tem/ a América nesta parte. Sua doçura é agradabilíssima [...] Esta planta não se vê/ nestas partes, mas sim no Rio negro, onde/ a experimentei bastante, e não sei se é porque aqui/ não dá, ou pelo pouco cuidado desta gente mole, / que por outra coisa, penso, que ao cultivo” (MENDONÇA²⁹ apud kettle, 2008: p.06)

Com o aumento do contato entre civilizados e *natureza*, muitas espécies, minerais e até alguns povos da floresta foram levados para a Europa na tentativa de criar espaços que reproduzisse as terras recém-conquistadas, produzindo a imagem do *exótico*. Surgiram os parques e jardins botânicos ou lugares particulares de adoração à *natureza*. Segundo Foucault (2007, p.179 e 180), “diz-se frequentemente que a construção dos jardins botânicos e das coleções zoológicas traduzia uma nova curiosidade para com as plantas e os animais exóticos [...] o que mudou foi o espaço em que podem ser vistos e donde podem ser descritos”.

No século XVIII, a *natureza* dominada, organizada, catalogada, passava a ser compreendida dentro de uma lógica cartesiana. Lógica que passou a ser usada na ciência para sistematizar o pensamento, inclusive sobre a *natureza* em uma tentativa de trazer uma ciência ordenada que suprisse de forma sistemática a curiosidade do homem. Segundo nos diz Foucault (2007): “[...] percebe-se que a dissociação entre o signo e a semelhança no começo do século XVIII fez aparecer essas figuras novas que são a probabilidade e a análise, a combinatória, o sistema e a linguagem universal [...] como uma rede única de necessidades” (FOUCAULT, 2007 p. 78).

No século XVIII, a história natural produzia as práticas discursivas para a organização da *natureza*, como a sistematização das espécies feita por Carl Linneu em 1753. Montou-se um acervo de catalogação de espécies. Esse conhecimento sistematizado sobre a *natureza*, como nos diz Kettle (2008, p.01), foi “elaborado por Carl Lineu em 1753 que passou a orientar várias expedições científicas com o objetivo de observar e documentar as plantas e os animais”, a fim de classificar as espécies segundo um método de pesquisa científico, que consistia em *investigar, descrever, e analisar* a riqueza de *naturezas* que despontavam nas “novas terras”.

Linneu procura construir uma forma válida de organização da *natureza*, essa necessidade de observar, identificar, catalogar os seres, produziu novas condições de possibilidade para a ciência. Segundo Foucault (2007), não foi necessária nenhuma fragilidade imanente da *natureza* para que a história natural emergisse. Foi preciso que a História se tornasse *natural*, ganhasse status de verdadeira para que se aproximasse linguagem e

²⁹ MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. Antônio José Landi (1713-1791): um artista entre dois continentes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2003. p.311.

representação. Nesse momento histórico, vários historiadores elaboravam lugares para que os seres se avizinhassem. “A história de um ser vivo era esse ser mesmo, no interior de toda a rede semântica que o ligava ao mundo” (ibidem, p.176).

Segundo Bruzzo (2004, p.1365), “A exposição adequada dos organismos supunha um cuidado que ficava em algum lugar entre a precisão científica que se configurava na época, a sensibilidade estética e o sentimento religioso”. Uma espécie de cuidado com os animais era necessária neste contexto, pois o sentimento de dever para com o criador coexistia com a sensibilidade da arte e a objetividade da ciência não permitindo que organismos tão diferentes fossem desconsiderados.

Na história natural ainda imperava a dualidade ciência e religião, zigue-zagueando argumentos científicos e teológicos para justificar, por exemplo, a caça a determinados insetos considerados pragas em lavouras. Bruzzo (2004) busca na história natural essas rupturas que mesclaram os desejos de várias classes, o de admirar a *natureza*.

Ainda segundo a autora, cresceram o número de museus, universidades e recantos para estudo dos naturalistas e concomitantemente distanciou-se a busca por uma beleza estética atribuída a um Ser supremo e passou-se a admirar a beleza dos objetos, pela inquietação que eles causavam ao homem. O naturalista, George Louis Leclerc o conde de Buffon (1707-1788) indicava estudos anatômicos para a classificação da espécie. Ou seja, segundo ele, primeiro se captura, diseca, classifica, tomba e depois se considera vivo.

No final do século XVIII, a ciência, de modo geral, estava avançando rapidamente. Máquinas eram inventadas para acelerar trabalhos que até então eram feitos artesanalmente nas fábricas. Com a aceleração da produção, o consumo seguiu o mesmo ritmo, e a matéria-prima, que antes levava mais tempo para ser utilizada, precisava ser fornecida mais intensamente, mesmo que a *natureza* não fosse capaz de fornecer no mesmo embalo.

Para o funcionamento das indústrias era necessária mão-de-obra especializada que passou a ser recrutada no campo, produzindo migração de pessoas para as cidades, o que forçou as instâncias públicas a reverem a estrutura para dar suporte ao êxodo rural que se formava. Os primeiros problemas relacionados à revolução industrial e ao modo de vida que se instaurava eram referentes ao aumento na poluição do ar, da água e do solo.

Os motores movidos a combustível oriundo do petróleo começaram a ser estudados por químicos para investigar qual prejuízo eles poderiam trazer aos recursos ambientais. A chamada revolução industrial marca a passagem da relação do *homem* como aquele que manufatura a *natureza*, para a industrialização da *natureza*, o que significava um modo acelerado, intenso, e pontual de destruição do entorno.

A produção de lixo ficou mais intensa, e localizada nas cidades, cujas consequências passaram a interferir na qualidade de vida da população. A problemática se deslocava da relação homem com a paisagem para a relação homem com o meio que o cercava. A preocupação não era apenas em descartar o que não se usava, se esse descarte, volta em forma de poluição e contaminação dos mananciais, lavouras e atmosfera. O problema ambiental envolvia desde as microestruturas, até mesmo as macroestruturas.

Em outras palavras, o problema não se concentrava mais em dois polos, humano (civilizado) e paisagem (natureza), agora o *ambiente*, enquanto produção cultural, ganhava condições de possibilidade para emergir na transformação que a sociedade sofria pelo modo de produção que se instaurava. Yamashiro (2005) nos ajuda a pensar essa mudança e como ela modificou a forma de ver o mundo a nossa volta.

“Este acontecimento histórico (revolução industrial) influenciou significativamente o conceito de ambiente. Até então, a natureza era pensada como algo que sempre existiria e sobre cuja existência o homem pouco influenciava. Após a Revolução Industrial, aumentou a intervenção do homem na natureza e esta passou a ser vista como um bem à disposição da produção industrial” (YAMASHIRO Et. al, 2005 p.2)

No século XIX, a biologia, enquanto área da ciência, ganha espaço no meio científico ao se associar aos princípios matemáticos, como da probabilidade no estudo das populações. Para a história natural se deslocar e criar uma nova forma de produção de conhecimento chamada biologia, muitos cientistas tiveram papel imprescindível, dentre eles Lamarck, e Darwin, (VIEIRA, 2013) ambos contribuíram para que o discurso sobre um sistema de classificação das espécies tivesse possibilidade de existência.

Através do discurso científico proposto pela biologia, as excursões nos territórios ainda não mapeados no Brasil ficam mais criteriosas, pois elas são inseridas dentro do discurso da botânica e da zoologia, subáreas que estavam sendo produzidas. *Animais, rios, lagoas e montes* eram construídos como possuidores de uma *qualidade natural*, como se houvesse algo intrínseco nas substâncias que permitissem serem *bons* em detrimento do que era supostamente modificado pelo homem como as cidades.

As expedições dentro da Amazônia brasileira promoviam o discurso de *desenvolvimento científico* nas regiões impetradas pelos viajantes e seu exército de artistas, geógrafos, naturalistas e antropólogos. Essas áreas do conhecimento todas juntas produziam os *ambientes* que *precisavam* ser *desbravados*. Uma dessas excursões de reconhecimento do interior do Brasil foi chefiada pelo naturalista alemão Georg Heinrich von Langsdorff³⁰.

³⁰ Em 1821 e durou 8 anos, começando no Rio de Janeiro e terminando em Belém do Pará. Essa expedição é tida internacionalmente como uma das maiores do século XIX.

Os artistas que viajavam com a finalidade da produção de imagens sobre o *ambiente* não ocupavam esta função de uma forma exclusiva, ou seja, “não são apenas artistas no sentido ortodoxo do termo, dentro de um perfil, autônomo. Também cumprem a função de exploradores científicos enquanto ao seu procedimento, de catalogadores, e estudiosos do universo que encontraram” (BRASIL, 2010:39). E as “obras resultantes podem ser estudadas como uma manifestação de uma cultura visual brasileira em formação, ainda que muitas delas não tenham sido vistas anteriormente, e apesar da autoria ser estrangeira” (idem 2010:45). Como observamos abaixo:



Figura 3. Palmeiras denominada "Buritis", desenhadas em Quilombo, distrito de chapada. Por Aimé-Adrien Taunay, 1827, Junho. Aquarela 40x32,1 cm.

Observando a ilustração, podemos perguntar que *ambientes* eram produzidos nessas imagens? Como elas eram recebidas pelos expectadores alemães? Expectadores que não se interessavam apenas nas paisagens, mas na população, e em descrições médicas observadas pelos viajantes. Há um predomínio do verde, o que logo diferenciava a flora brasileira da europeia e ao mesmo tempo se construía o **ambiente exótico** em diferentes formações discursivas, dentre elas na medicina. Diferentemente dos jardins europeus que entendiam o espaço reorganizado por padrões estéticos, a floresta era entendida como o lugar que impressionava por expor essa diferença com o que os europeus conheciam como natureza, como

nos explica Amaral (2003, p.58 e 59): “Penso que isso se dá, não só no sentido de uma ordenação lineana do mundo natural, mas da organização da materialidade desse espaço em jardins [...] que impunham uma nova estética à paisagem”.

Algo interessante sobre as obras da excursão Langsdorff é que todas eram cuidadosamente identificadas com o nome, lugar ou situação em que aconteceu o encontro do artista com o objeto visualizado. Essa preocupação com os detalhes nas pinturas poderia ser pelo caráter científico da excursão e a tentativa de unir os critérios rigorosos da ciência com as influências românticas das paisagens bucólicas do século XIX. O viajante neste momento era o homem da ciência, o homem civilizado que carrega consigo o desenvolvimento e o progresso.

As imagens mesclam indígenas, negros, escravos, florestas, animais, costumes, mitos, e outros elementos que contribuía para a riqueza de detalhes nas imagens das excursões. Segundo Pereira (2008, p. 97 e 98) “A *natureza selvagem* é sinônima do exotismo de terras ainda não trilhadas, quebradas somente pela iluminação da ciência. A viagem ganhava o tom do caminho para o conhecimento.

Algumas pinturas produzem enunciados ambientais ligados a saúde pública ou devastação dos solos. Eram as doenças e anomalias que os artistas-cientistas encontravam pelo caminho, que mais interessava Langsdorff; por ser médico estava especialmente interessado nas ervas e extratos do Brasil, como possível cura/tratamento para as doenças que pesquisava.

Entre os séculos XIX e XX, a ciência experimentou a multiplicidade de invenções que deram condições de possibilidade para falarmos em viagens ao espaço, cura por vacinas ou biocombustíveis. Porém o número de guerras internas e entre países, devastou cidades, fez a indústria de armas crescer exponencialmente, inclusive as armas biológicas e nucleares. Para que isso fosse possível, elementos foram descartados poluindo atmosfera, solo e água.

Na literatura, um dos livros que chocou a Inglaterra foi “Walden”³¹, ou, “A vida nos bosques”, acerca da experiência de Henry David Thoreau (1854), que passou dois anos e dois meses vivendo no bosque Walden, e dependendo única e exclusivamente de folhas e frutos para sua subsistência. O autor, em uma de suas célebres frases, questionou o que seria fazer progresso, quando isso custava a destruição de seu entorno:

“Se por amor às florestas um homem caminha por elas metade do dia, corre o risco de ser considerado um vagabundo. Mas se usa seu tempo para especular, ceifando a mata e tornando a terra careca antes do que deveria, ele é visto como um cidadão industrioso e empreendedor”

³¹ THOREAU, H. D. Walden, ou, A vida nos bosques. 7ª edição Editora Ground São-Paulo, 2007;

Foi no século XX que se inauguraram as discussões sobre o *ambiente* com alvo na defesa do que tinha restado. O termo *natureza* ganha outros enunciados, e passa a ser visto/dito como sinônimo de herança genética. Novos enunciados sobre comportamentos, anatomia e até emoções são condicionadas a explicações genéticas como se todos os comportamentos já estivessem naturalmente impressos no DNA.

Os avanços científicos na genética dos organismos provocou revolução na agricultura, com as técnicas de melhoramento genético ou na criação de químicos que destruíssem com maior qualidade as pragas. A genética ainda é extremamente promissora no que tange aos lucros econômicos da obtenção de espécies mais resistentes a pragas ou a produtos químicos mais eficazes. Porém uma área específica nas ciencias biológicas avançava, a ecologia. Foram os ecólogos que denunciaram o perigo dos agrotóxicos, usinas nucleares e caça desenfreada de espécies marinhas. Dando início a uma série de eventos interligados em todas as esferas da sociedade.

Nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil enfrentou momentos de ditadura militar e o *ambiente* no discurso militarista era um objeto que deveria ser ocupado para não ser entregue aos países que queriam ganhar espaço no território brasileiro. O lema era “ocupar para não entregar”. Deu-se então, incentivo a abertura de estradas e a saída de nordestinos fugindo das mudanças climáticas para a abundância pluviométrica no Norte. “Muita terra para quem não tem terra nenhuma”, essa era a promessa do governo para os que trocassem de região.

Em 1960, começou a haver as primeiras discussões mundiais que colocavam em cheque não só os modos de produção como os hábitos de vida do homem contemporâneo e já se discutia a necessidade da *conservação de espécies*, deslocando o dever de *preservar e conservar o ambiente* para todos os integrantes da sociedade. Muitos dos movimentos ambientalistas internacionais foram fundados nesta década e suas ações eram principalmente a “conscientização” da sociedade civil para o problema que se levantava.

Na literatura do século XX o livro “Primavera silenciosa” de Rachel Carson (1962), denunciava em forma de ficção, as mortes de animais pela utilização de Diclorodifeniltricloroetano (DDT). Nele, a autora denuncia a consequência para a saúde humana proveniente do uso do DDT, que naquele momento não contava com regulações legais. Além da escassez de estudos sobre o impacto que estas substâncias tinham à saúde humana, principalmente das populações que moravam no entorno das plantações, o uso do DDT tinha se tornado uma ferramenta rápida de combate a pragas.

A política mundial ainda passava por anos de “guerra-fria” (1945 a 1990), que produziam tensões em torno de uma corrida tecnológica que alimentaria a indústria bélica.

Logo, a ciência teve seu papel imprescindível no resultado da guerra. Até esse período os produtos químicos, queimadas e extração de madeira não contavam com legislações ambientais; logo, a destruição de fragmentos do ecossistema, acontecia de forma quase irreparável, pois não haviam estranhamento dessas atitudes sobre o *ambiente*.

Em 1972, a reunião em Estocolmo foi um marco para as discussões sobre os prejuízos que a ação do homem estava trazendo ao *ambiente*, pois nela foram apresentados resultados de pesquisas científicas que encaminhavam a humanidade para um fim trágico. Os movimentos ambientalistas iniciam a divulgação de suas atividades de forma maciça. Em 1975, aconteceu o primeiro encontro em Educação Ambiental em Belgrado. Nele foi produzido o Programa Internacional em Educação Ambiental (PIEA). Essas e outras reuniões tinham como objetivo determinar a forma do homem se comportar no mundo, e isso relacionava todas as áreas da vida.

As discussões foram aos poucos deixando o plano das ideias e *indo à luta*. Reuniões e conferências internacionais foram realizadas para disseminar em diferentes lugares a começar da mídia as resoluções diante da situação do planeta Terra. No Brasil, a educação ambiental nas escolas se tornou lei em meados de 1970 a começar com os cursos universitários e posteriormente com o ensino médio e fundamental.

Na década de 1970, já havia filmes “ecológicos”, como “Dersu Uzala” (1975), “Os lobos não choram” (1983). Mas foi na década de 1990 que a ampliação na produção de todo um arsenal de material midiático incluiu programas de televisão criados exclusivamente para discutir temas ambientais, como o “Globo ecologia”. Revistas de divulgação nacional, como a Revista Eco 21 (desde 1990), foram produzidas especificamente para discutir questões ecológicas. Propagandas em revistas de circulação nacional divulgavam enunciados produzidos por instituições amparadas na formação discursiva estética e econômica, construindo história ao usar imagens da *mata* associada aos seus produtos de beleza como “produtos ecológicos”. Com isso, enunciados são produzidos de que é natural ser bela, como a beleza natural das florestas.

Em 1980, os movimentos socioambientalistas cresceram no Brasil, deixando as discussões mais polêmicas, pois envolviam a desaceleração da produção de bens de consumo pelas indústrias. Os discursos conservacionistas e preservacionistas já vinham sendo alinhavados por pequenos grupos de “defensores da natureza”, mesmo em meio às revoluções da agricultura, da indústria tecnocientífica que ocorreram por séculos dentro da história. Mudanças nas estruturas legais da sociedade foram associadas à criação de institutos e secretarias na presidência do Brasil, para cuidar do *ambiente*.

Conjuntamente o governo terceirizava o combate aos problemas ambientais, se comprometendo a ajudar as instituições que passaram a trabalhar com as causas ambientais. Em troca disso as organizações civis se aproximavam da população. Esse conjunto de instituições passaram a produzir discursos sobre o *ambiente*, porém, tão logo as ITCA iniciaram seus trabalhos, encontraram barreiras na complexa rede de posições de sujeito da sociedade ambiental. Forma-se o duelo de discursos. De um lado, os **desenvolvimentistas**, assegurando que era improvável o crescimento econômico de um país sem comprometer o *ambiente*. Do outro lado, os **ambientalistas**, defendendo que deveria haver uma diminuição no uso dos recursos para ter um *ambiente conservado*.

Para tentar sinalizar soluções, foram realizadas reuniões que apresentaram um terceiro modelo de produção com vistas à preservação de parte dos recursos, como propôs a ECO 92, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992, na qual outros discursos sobre *ambiente* circularam, como o da sustentabilidade. Esses discursos começaram a circular na sociedade mundial, com vistas a associar a produção de bens de consumo com as questões ambientais, em um modelo de desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva surgiu a indústria verde, com produtos e serviços que pregavam: ajudar o *ambiente*, desenvolvendo programas de: Reflorestamento, Cuidado das nascentes dos rios, dentre várias práticas discursivas que abriam novas condições de possibilidade no discurso ambiental. Conforme essas práticas discursivas foram se instituindo, empresas e postos de trabalho precisaram ser criados para suprir a carência de uma mão-de-obra especializada construindo práticas não discursivas. O discurso da sustentabilidade estava se propagando nas estruturas da sociedade.

Segundo Leis e D'Amato (2003 p.81), abordando o tema do **ambientalismo** histórico, os anos 50 ficaram conhecidos como anos de ouro, pois “emergiu o **ambientalismo** dos cientistas, nos anos 60, o das ONG's e nos anos 70 os atores políticos e estatais” nos anos 80, os atores mais em evidência foram os ligados ao sistema econômico. Nos anos 90, as empresas se vinculam ao mercado verde, que modifica a relação conflituosa que se tinha do **ambientalismo** com o setor empresarial. A ideia ainda hoje é: “Se não pode contra eles, junte-se a eles”.

Já nos anos 2000, a mídia como um todo (documentários, filmes, reportagens, desenhos, livros e jornais) passou a noticiar as consequências das mudanças climáticas, instaurando um medo do “fim do mundo”³². Curtas e longas-metragens foram sendo criados

³² Produzido por PARAMOUNT PICTURES. Dirigido por Davis Guggenheim. Nome original “An Inconvenient Truth”, EUA ano 2006;

com a intenção de discutir as questões ambientais para o público infantil (Irmão Urso³³, Procurando Nemo³⁴, Os sem floresta³⁵). Essas produções midiáticas são as que instituem maneiras antropomórficas de ver o *ambiente* e as relações entre espécies. Nessas produções, entre peixes sentimentais e amigos ursos, se faz apelos para animais não perderem sua floresta, o que produz discursos sobre uma suposta “consciência” que aparentemente já está implantada (em germen) em cada ser que se diz humano.

Nessa perspectiva, as produções midiáticas, incluindo as das ITCA, ensinam o que dizer e pensar sobre o *ambiente*, alcançando diferentes camadas da população. Como diz DULTRA (2005), a televisão dentro dos recursos midiáticos é um dispositivo de visibilidade que recebe o caráter de novidade (FOUCAULT, 2011), provocando efeitos nos espectadores, não pela produção do novo, mas pela atualização de discursos que já haviam sido acontecimentalizados (BARROS, 2006), ou seja, tornado acontecimento.

“Hoje em dia, não se pode abrir um jornal sem se encontrar alguma discussão exaltada sobre o abate de focas cinzentas, o corte de árvores em Hampton Court, ou a salvação de animais selvagens ameaçados”. (THOMAS, 2010 p.18). Ainda hoje, há uma história do *ambiente* sendo produzida, mesmo após terem se passado tantos anos desde a crítica acima, cuja obra (THOMAS, 2010) teve sua primeira edição no ano de 1983. Na década de 1980, as discussões sobre “o que era correto fazer com o planeta Terra?” se multiplicavam e as discussões de cunho ético sobre as ações do homem no seu entorno ganham cada vez mais espaço na mídia, produzindo um novo modo de ver o *ambiente*. Intensificavam-se as discussões sobre como *conservar*, *preservar* ou promover a *sustentabilidade* do homem no seu entorno.

Mais recentemente aconteceu novamente no Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, chamada Rio + 20³⁶ no ano de 2012, cuja função anunciada era avaliar os avanços do que havia sido proposto para os países na ECO 92, como uma forma de avaliação dos avanços ou das propostas não alcançados. E como uma forma de definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

Hoje a mídia, em suas diferentes modalidades, produz diferentes formas de ver o *ambiente*. Dentre elas, estão reportagens em jornais e revistas (impressas ou digitais), que fabricam e ampliam nossas experiências visuais. Por conta disso, nossos olhos não mais

³³ Produzido por Disney. Dirigido por Bob Walker, Aaron Blaise. Nome original “Brother Bear”, EUA ano 2003;

³⁴ Produzido por Disney/Buena Vista. Dirigido por Andrew Stanton, Lee Unkrich. Nome original “Finding Nemo”, EUA ano 2003;

³⁵ Produzido por United International Pictures (UIP). Dirigido por Tim Johnson, Karey Kirkpatrick. Nome original “Over the Hedge”, EUA ano 2006;

³⁶ Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/index.html> acessado em 10/02/2016 as 22:35 hs;

estranham as “notícias ambientais”, como a seção “Sustentabilidade” da revista ISTOÉ, que se destina a tratar de iniciativas de *preservação, conservação* ou *sustentabilidade do ambiente*. Contudo, mais do que in/formação, a mídia opera como dispositivos pedagógicos que produzem e põem em circulação valores, sendo, portando lugar de formação para a vida (FISCHER, 2002), tal como abordamos no capítulo anterior.

Independente do dispositivo pedagógico que usamos, os discursos continuam sendo produzidos. De revistas a redes sociais, vemos enunciados sendo repetidos e multiplicados, como o que acontece no “Facebook”. Nessa ferramenta de relacionamento digital, encontramos várias páginas de ITCA que se utilizam dessa mídia como meio de divulgação de princípios e programas. A opção que as ITCA fazem de utilizar as páginas de relacionamento na internet para promover a interatividade das instituições com o público gera inter-relações que ocorrem com maior intensidade nesses meios do que em jornais e revistas, e numa velocidade quase instantânea.

Ao acessar o endereço eletrônico das ITCA, o público se depara com postagens que colocam em circulação imagens/textos dessas instituições e, associados a isto, os internautas têm em mãos as opções: “curtir”, “comentar” e “compartilhar”, que uma vez acionadas, a um só tempo, funcionam como difusores do posicionamento da ITCA acerca do assunto tratado e interpelam o internauta a uma tomada de posição. Nesta perspectiva, o visitante é simultaneamente alvo e difusor das ideais ali defendidas. Isso porque, “[...] somos todos não somente o alvo de um poder, mas também seu transmissor, ou o ponto de onde emana um certo poder!” (FOUCAULT, 2006 p.95). A não adesão ao discurso fica a cargo do não dito, “não curtido”, indicando a indiferença ou até a não concordância do visitante com o que lhe é apresentado. Um silêncio, que diferentemente do que se pensa também diz muita coisa.

A televisão é outro exemplo de terreno fértil para a produção de discursos ambientais (ANDRADE & SCARELLI, 2014). Nela, somos a todo o momento lembrados de múltiplas obrigações de uma suposta cidadania ambiental: “seja contra a venda de peles de animais”, “vendemos carros pouco poluentes”, “compre seu lote no condomínio mais arborizado da cidade”, etc. Enunciados como estes vão montando *ambientes, ecologicamente correto, organizado* ou *paisagístico*, estimulando o consumo, com a justificativa de que assim o *ambiente* está sendo *respeitado*, ao mesmo tempo em que é utilizado/usufruído, produzindo o discurso do *ambiente* ativo/produtivo.

De todo modo, o sistema parece funcionar da seguinte maneira, o *ambiente* deixa de ser comercializado pelo valor em si (como moeda de troca/matéria-prima) e passa a ser instrumento de valorização dos produtos que se utilizam desses “slogans ecológicos”. Ou seja,

um determinado modelo de *ambiente* passa a ser estímulo no mercado de consumo, um “consumo consciente” de um sujeito que supostamente sabe o seu lugar/papel como modificador do ecossistema. Assim, o *ambiente* passa de produto, para ser considerado “valor agregado ao produto”, estimulando a compra e venda, passando a ser estratégia de marketing, o “marketing verde”.

Se permanecermos voltados aos programas de televisão, que agora se ramificaram para a internet, temos opções de assistir diversas reportagens que conjuntamente constroem modos de *ver o ambiente*. É o que vemos nos exemplos³⁷ a seguir: “Jalapão possui piscina natural que é impossível mergulhar”, “Aranhas constroem teias que fecham estradas na caatinga”, “Animais vítimas do tráfico são libertos na vibrante floresta da caatinga”, dentre uma série de outras reportagens que produzem suas verdades sobre o *ambiente*. Nessas reportagens, há a produção do *ambiente* como o lugar do *refúgio para a vida*, mas que infelizmente se encontra ameaçada de sua magnitude pela “ação humana”.

Os artefatos midiáticos também constroem discursos estereotipados do *ambiente*, diferente para cada acontecimento que se mostra. Por exemplo, no século XVI não se falava em *ambiente sustentável*, este é um produto do final do século XX. Da mesma forma, a ideia de sustentabilidade (SAMPAIO, 2012) é recorrentemente acionada em nossos dias como proposta de ação adequada com o *ambiente*, como aquela que concilia desenvolvimento econômico, preservação ambiental e bem-estar social, de maneira que esses três “pilares” estejam sempre equilibrados. Assim, o que antes era irreconciliável, agora se torna possível no modelo de *ambiente sustentável*.

Formam-se então os estereótipos sobre o *ambiente*, forjados por um discurso assertivo, repetitivo, uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011 p.30). Esses estereótipos encontram amparo na crença de que existe um modelo único de *ambiente*, e qualquer dito que destoar disso deve ser extirpado. Se por um lado as relações de poder/saber produzem um *ambiente* hierarquizado em detrimento de outros, por outro é possível haver resistências a esses modelos. Este mesmo feixe de relações que usamos para fixar identidades, também pode ser usado para fissurá-las.

Trazemos a seguir, uma massa de artefatos culturais midiáticos para pôr em questão a intensa produção do *ambiente* na atualidade, para que talvez, faça brotar uma parte apenas, do longo arquivo imagético sobre tudo o que foi dito dos enunciados sobre o *ambiente*. Essa

³⁷ Fonte: <http://globoTV.globo.com/rede-globo/globo-reporter/> acessado as 17:00hs de 24/10/2015;

massa de ditos e não ditos é chamado de arquivo (FOUCAULT, 2008^b), pois não se restringe somente a produtividade das instituições, mas se ramifica em vários lugares de produção discursiva e vem sendo produzida desde que o homem, pela linguagem, interage e produz formas de ver e dizer.

CAPÍTULO 3: O AMBIENTE HOJE



I. FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

1. PARA DES/CONSTRUIR *AMBIENTES*

Toda pesquisa de mestrado, em geral, inicia-se bem diferente da redação final, pois são muitas as oportunidades de crescimento nos grupos de pesquisa e nas orientações particulares. No decorrer do percurso, ideias são abandonadas e dão lugar a outras que se ajustam às novas inquietações. Com esta pesquisa não foi diferente.

Iniciamos o percurso do mestrado interessados em questionar a noção de cuidado ambiental presente em diferentes artefatos culturais: filmes, pinturas, livros didáticos, poemas e poesias. Até aquele momento a pergunta que nós fazíamos era: Que cuidado ambiental era esse que circulava na mídia? E que discursos eram produzidos nesses artefatos culturais que montavam um modelo de cuidar do ambiente?

Apesar de promissor, o objeto cuidado ambiental, era restrito a uma forma de ver algo maior. Quando investigávamos os sites que falavam do cuidado ambiental encontrávamos uma série de materialidades como: reportagens, imagens, poemas, músicas, propagandas, etc. Todos tratando sobre os temas ambientais somente pela perspectiva de uma suposta amabilidade sobre o ambiente.

Nós víamos que os temas ambientais estavam dispersos na mídia de uma forma tão diluída que era comum encontrar brinquedos com a proposta de educação ambiental, roupas feitas de material reciclável, automóveis que usavam biocombustível, uma nova fonte renovável de energia, alimentos orgânicos/transgênicos, decoração ecológica, dentre uma infinidade de produtos e serviços que projetavam uma outra forma de se referir ao ambiente não encontrada nos livros de biologia.

Ao expandir nossos horizontes com as pesquisas iniciais, estranhávamos uma certa regularidade que acompanhava todos os artefatos culturais. A ideia do ambiente percorria toda a massa de produções culturais em que nossos olhos esbarravam. Estávamos no meio de um turbilhão de in/form(ações) sobre o que seria posteriormente o nosso objeto de pesquisa.

Da ideia de cuidado ambiental, deslocamos o nosso olhar para pensar o ambiente como produto social e cultural, historicamente emaranhados em um feixe de relações de poder/saber. Isso aconteceu quando focamos no ambiente como objeto discursivo, e não o mais pensávamos como um lugar/espço em que habitamos, mas já vislumbrávamos uma outra perspectiva sobre o objeto que era de criação da linguagem. Ao escolhermos trabalhar com a ideia de análise do discurso era necessário levar em consideração que os discursos são construídos de enunciados. Enunciados como função do discurso ambiental, que têm uma materialidade nas imagens, em que diferentes posições de sujeito produzem discursos e que tem

um referente “um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele... como um átomo do discurso”, (FOUCAULT, 2008b p.90).

Outra definição importante que fizemos foi em que espaço temporal nos localizaríamos, se em algum momento do passado ou se na atualidade. Concordamos com Foucault (2008b) quando defende nosso olhar para a atualidade dos discursos, observando as redistribuições recorrentes como uma das formas de olhar para os objetos na história, como vemos no trecho a seguir:

“Redistribuições recorrentes que fazem aparecer vários passados, várias formas de encadeamento, várias hierarquias de importância, várias redes de determinações, várias ideologias, para uma única e mesma ciência, à medida que seu presente se modifica: assim, as descrições históricas se ordenam necessariamente pela atualidade do saber, se multiplicam com suas transformações e não deixam, por sua vez, de romper com elas próprias.” (FOUCAULT, 2008^b p.5)

Atualidade que irrompe no novo, ou seja, no acontecimento; era isso que nos atraía, nos inquietava. E foi sobre o que nos debruçamos, nessa atualidade dos discursos sobre o ambiente. Modificamos então a pergunta do texto para: O que é o ambiente hoje? Porém ainda faltava definir em que lugar de produção discursiva pesquisaríamos. Um dos critérios que usamos para a escolha desse lugar discursivo foi a intensidade de produções de enunciados sobre o objeto de estudo.

Ao investigar sobre tudo o que estava sendo produzido na atualidade acerca da temática ambiental, emergiam muitos enunciados produzidos por instituições que trabalham com as causas ambientais, em especial as Organizações Não Governamentais (ONGs), cujas materialidades mais utilizadas para a produção do ambiente eram as imagens em campanhas publicitárias, nas redes sociais, panfletos, documentários, imagens associados a outros produtos e serviços e aquelas imagens que marcam as instituições, chamadas por nós de imagens institucionais.

Segundo Dal-Farra, Ripoll e Amaral (2007 p. 4) há “o número cada vez maior de peças publicitárias e campanhas institucionais de empresas e entidades governamentais que evocam a certificados, selos e programas desenvolvidos com esta finalidade”, de educar nosso olhar sobre o ambiente. Até então, as ONGs eram vistas por nós como o lugar de intensa produção de efeitos de verdade sobre o ambiente.

Para o primeiro exercício de escrita, pesquisamos em sites e livros qual a situação das ONGs que trabalham nas causas ambientais atualmente. Encontramos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano de 2005 já havia um crescimento exponencial de ONGs voltadas para as questões ambientais. Como mostram os dados abaixo:

“A análise da evolução mais recente das FASFIL (2002 a 2005) indica que foi mantida a tendência de crescimento mais acentuado das organizações de defesa dos direitos e interesses dos cidadãos e das ambientais (Tabela 22). No entanto, no ritmo de crescimento se observa uma novidade. Isoladamente, o grupo de entidades de Meio ambiente e proteção animal teve um crescimento de 61,0%, ou seja, um percentual quase três vezes superior à média nacional (22,6%). Tal crescimento pode estar refletindo uma preocupação mundial com o tema que tem pautado os debates políticos nacional e internacional. Em que pesem os avanços na legislação ambiental nos últimos dez anos, cabe lembrar a presença de muitos conflitos nesse campo especialmente entre sociedade civil e poder público”. (BRASIL, 2008 p.46)

Ser o lugar discursivo em que mais se falava sobre ambiente e com autoridade delegada pelos órgãos governamentais não era para “qualquer um”. Em meio às pesquisas, vimos que não eram somente as ONGs que estavam autorizadas a falar de ambiente, mas existiam os órgãos governamentais (como o Ministério de Meio Ambiente – MMA e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA) e projetos entre governos e ONGs que também compunham o conjunto de produtores maciços de discursos sobre o ambiente na atualidade.

Diante das diferentes instituições, escolhemos não nos deter nas ONGs, mas criamos um termo mais amplo para designar toda e qualquer instituição que se comprometesse em proteger, defender, lutar pelo ambiente. Esse grupo de produtores de discursos sobre o ambiente denominamos: Instituições que Trabalham nas Causas Ambientais (ITCA). Quem é melhor do que elas para falar de ambiente hoje? Quem estaria mais aparelhada entre elas? Quem teria mais mecanismos de produção de enunciados do discurso ambiental?

Selecionamos somente as ITCA que tivessem presença no território brasileiro, independente de tivessem iniciado suas atividades fora do Brasil. Outro critério era a potência com que elas produzem materiais na mídia impressa e digital na sociedade atual, já que isso definiria em partes o impacto e a dispersão que as imagens teriam na população. Diante desses critérios e da lista de possibilidades, escolhemos quatro ITCA: WWF, Greenpeace, SOS mata atlântica, Projeto Tamar.

O WWF iniciou as suas atividades em 1961, momento em que as discussões dos perigos da poluição, desmatamento, caça desenfreada de espécies ainda eram muito embrionárias, mas foi neste contexto que um grupo de biólogos europeus iniciaram um movimento com vistas à conservação da vida selvagem. Já o Greenpeace iniciou suas atividades 10 anos mais tarde em 1971, por um grupo de ambientalistas, um ano antes da reunião considerada um marco nas discussões sobre os problemas ambientais, conhecida como Conferência de Estocolmo na Suécia.

Em 1980 foi criado o Projeto Tamar, por um grupo de universitários de oceanografia da UFRG, com a proposta de conservar as tartarugas marinhas, que logo se transformou em um projeto apoiado pelo governo brasileiro, cujo maior financiador é ainda

hoje a Petrobrás, que tem nesse projeto o seu programa socioambiental (uns dos critérios para ser uma empresa sustentável). A SOS mata atlântica teve seus trabalhos iniciados em 1986, por um grupo de cientistas, empresários, jornalistas e defensores da questão ambiental. O Brasil vivia o fim da ditadura militar, resseção econômica, e os ambientes estudados apontavam para a existência de poucos fragmentos em que ainda resistiam floresta virgem na mata atlântica.

Após a seleção das ITCA, fizemos uma pesquisa mais específica nas produções e ações dessas instituições. Tão logo, localizamos os endereços eletrônicos das ITCA, passamos a coletar um arsenal de imagens separadas inicialmente pelas ITCA que as divulgavam. As imagens faziam parte de diferentes materialidades: Cartilhas, Panfletos, Bottons, Camisas, Adesivos, Resoluções, Manifestos, Abaixo-assinados, Campanhas publicitárias, Desenhos e Cartuns, dispostos em suportes digitais como: Sites, Blogs, Redes Sociais, Jogos interativos e Documentários. E havia ainda um conjunto de ações divulgadas pelas ITCA como: passeatas, panfletagem, ações globais contra uso irracional da água e da luz, apoio a outras ONGs mais locais etc.

Diante de todo esse conjunto de imagens, escolhemos nos restringir às campanhas publicitárias e as imagens que marcam as ITCA, por acreditarmos que eram materialidades abundantes e de fácil acesso, disponíveis na internet, no site institucional e nas redes sociais. Não restringimos o período de produção dessas bio(eco)imagens, pois a disponibilidade delas acompanhadas das referências eram escassas. Mas a disponibilidade das imagens na internet facilitava nosso contato, assim como o contato com o público e a divulgação das atividades das instituições, incluindo mobilização para eventos ou movimentos em prol do ambiente.

Montamos um arquivo com todas as imagens capturadas e separamos umas das outras pela temática central que abordavam. Nesse momento agrupamos, separamos e reagrupamos as imagens, mas a forma como estávamos agrupando as imagens era apenas pela aparência. Isso gerou conflitos entre teoria e prática, que nos conduziu a rever toda a nossa forma de análise das imagens.

Voltamos para as leituras sobre análise do discurso foucaultiana, nos dispendo a montar a forma como deveríamos analisar as imagens que estavam diante de nós. Após esse momento, fizemos o exercício de olhar as imagens investigando qual a produtividade de cada uma como se fossem particulares, sem nos preocuparmos em nos determos nelas, mas problematizando os enunciados. Com isso, dois grupos de imagens se destacavam, o primeiro eram os enunciados que apareciam; e o outro, os enunciados que produziam lugares vazios, pontos silenciados, ambientes excluídos.

Os dois grupos de enunciados produziram dúvidas. Onde estava a tão propagada biodiversidade do ambiente? Quem tinha vez quando o assunto era a preservação do ambiente? Que modos de ver o ambiente são excluídos dos discursos ambientais produzidos pelas ITCA? Foi atrás de respostas para essa pergunta que tecemos a seção temática: “Sobrevoando os enunciados” e “Docilização do ambiente”.

No entanto, ao apresentarmos o texto no subgrupo de pesquisa, fomos desafiadas a modificar toda a forma de pensar as análises. Ao invés de pensar pelos que apareciam e não apareciam nas imagens de divulgação das ITCA, poderíamos pensar os enunciados em rede, ou seja, tratar cada enunciado dentro da rede discursiva de enunciados em que ele é construído. O desafio era fazer o enunciado conversar com os outros enunciados que estavam imbricados nele e analisar como o enunciado central estava disperso em outras materialidades. Seguimos os passos de Fischer (2001) para separar os enunciados e o seu referente, ou seja, aquilo que ele referêcia quando é enunciado.

Com esse desafio, voltamos às imagens para investigar os enunciados que poderiam ser explorados e a rede enunciativa que poderia ser construída. O trabalho de Sampaio (2012) foi uma mola propulsora para inventarmos nossa própria forma de falar dos enunciados sobre o ambiente. À medida que a proposta de olhar as imagens em rede discursiva se consolidava, começamos a agrupar pela produtividade que as imagens tinham.

Nosso foco era responder a pergunta: O que é ambiente hoje? Para isso, investigamos os modos de ver e dizer o ambiente que eram produzidos nas bio(eco)imagens. O enunciado que logo despontou nas imagens foi: “somos todos ambiente”. Havia a produção do ambiente sistêmico como aquele que deve envolver a todos nas causas ambientais. Referente desse enunciado é “nem todos somos ambiente”, ou seja, enunciados produziam os não ditos do discurso das ITCA, aqueles que não precisavam ser contados nas imagens. Não que esperássemos encontrar uma homogeneidade, ou achar as causas ou consequências do não-dito, mas sim, esperávamos problematizar os enunciados imagéticos que fabricam modos de ver o ambiente na atualidade.

Outro grupo de imagens associadas entre si eram aquelas que o enunciado central era do “belo e bom”. Durante a produção da dissertação, quando eramos interpelados sobre nosso objeto de estudo, curiosos sempre re/produziam posicionamentos sobre os enunciados de mamíferos, associados as dimensões estética, moral. Frases como “devemos protegê-lo mesmo, já que ele é fofo!” percorreram diferentes falas, e nos inquietavam cada vez mais, para investigar: Que ambientes são produzidos, quando enunciados como estes entram em operação? Nesta perspectiva, vão sendo produzidos mamíferos dilacerados, presos, ou em condições

precárias para integridade física, além de ensinarem uma conduta correta ou incorreta diante da cena que envolve compaixão, sempre do homem, para com o animal afligido, ou em perigo.

Outro grupo de enunciados fala de um ambiente frágil, que precisa ser protegido, pois suas forças não são suficientes contra um homem que lhe é dominador. Se em um momento o homem é aquele que domina o ambiente, em outros momentos ele ocupa o lugar daquele que se fragiliza pela degradação do ambiente, e em outro momento seu bem-estar é atrelado ao bem-estar do ambiente.

As imagens das ITCA produzem modos de comer, morar, trabalhar e vender, tudo sustentavelmente. Essa é a palavra que tem participado das rodas de conversa no início do século XXI. Discursos sobre uma catástrofe mundial, como o aquecimento global e efeito estufa tem participado das discussões dos interessados em salvar o planeta. Nesse modelo de desenvolvimento sustentável, o lixo é reinventado, e o que não se quer mais reter, precisa passar por processos ecologicamente corretos para então entrarem na ordem do discurso ambiental.

Plantas nunca foram tão essenciais à vida como no jogo das imagens das ITCA, não só porque se fusionam com os animais, como é por meio delas que o ar se torna propício à vida mesmo depois de muitos séculos de revoluções e de compostos sendo liberados para a atmosfera terrestre. As plantas que antes eram mais lucrativas derrubadas, agora são muito mais rentáveis em pé, purificando o ar tão contaminado por anos de queima de carvão vegetal.

A rede enunciativa não envolve somente o enunciado central, mas no decorrer da análise nós fazemos remissão a alguns mecanismos de produção discursiva que diferem das imagens. Isso serve para analisar as dispersões e as regularidades discursivas dos enunciados imagéticos que divulgam/ensinam práticas discursivas e não-discursivas sobre o ambiente. Imagens que não pertenciam a nenhuma instituição, porém elas se chocavam, duelavam, ou faziam parte do mesmo domínio de memória, as quais não descartamos, pelo contrário se constituíram em uma parte singular das análises.

2. PRODUZINDO FERRAMENTAS

i. Abalando as certezas de tudo saber: quando a análise do discurso vem à baila

Antes mesmo de saber o que seria análise do discurso, tive contato com pesquisas na linha dos Estudos Culturais da Ciência e Educação (WORTMANN & VEIGA-NETO, 2001). E foi através dos autores envolvidos nesta linha de pesquisa que pela primeira vez li

trechos dos estudos foucaultianos sobre a análise do discurso. Até aquele momento discurso para mim era uma fala escrita ou oral proferida para uma plateia.

O primeiro livro que contribuiu para abalar minhas certezas foi “A ordem do discurso” de Michel Foucault (2011), com ele fui instigada a desconfiar da ingenuidade dos ditos e não ditos, não para desconfiar de uma intenção por trás das palavras, mas para abalar o saber sobre as coisas que estão no mundo. Discurso, então, passou a ser significado como, “*objeto e como forma de a história se materializar*”, (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011 p.234), ou seja, como algo que em determinadas condições de possibilidade materializa objetos.

Segundo Foucault (2011), os discursos são produzidos pela linguagem de forma arbitrária, ao mesmo tempo em que eles produzem a verdade sobre as coisas. Esse foi o primeiro conceito que me chamou atenção, a produtividade dos discursos. Isso indica que os discursos são sempre positivos, pois estão a todo o momento produzindo aquilo ao qual se referem, e provocando tensões nem dentro, nem fora do discurso, mas nas relações que se estabelecem nele.

Todo o discurso, à medida que é produzido, pode também ser considerado como prática “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008^b p. 133). Dito de outro modo, o discurso não é a palavra pronunciada, mas uma prática, que determina o que pode e como pode ser dito algo. E ao fazê-lo, cria objetos.

Foucault (2011 p.35) nos dá um bom exemplo disso quando menciona que o objeto ‘hereditariedade’ – introduzido pelos trabalhos de Mendel – não foi aceito pela comunidade científica por ser estranho à biologia de sua época, isto é, não estava “no verdadeiro do discurso biológico de sua época”. Não existia, portanto, porque não obedecia às regras do discurso biológico. Foram as mudanças no campo discursivo da biologia do século XIX que tornaram possível a existência desse novo objeto.

Contudo, as práticas discursivas não atuam isoladamente na fabricação de novos objetos. A elas se aliam as práticas não discursivas. No caso do objeto *ambiente*, um bom exemplo de prática não discursiva que participou de sua invenção foi a criação das ITCA e, junto a elas, a organização de eventos científicos para discutir exclusivamente esse novo objeto que passa a entrar na ordem do discurso da ciência, da economia, da política mundial...

Assim, os discursos não podem ser pensados como propriedade de alguém ou de algo, ele não está nas mãos de um, mas se constrói em meio a relações de poder e saber que dependem de condições de possibilidade para se estabelecerem. O poder, portanto, muda de

“mão” na medida em que mudam as relações. Em uma relação ambientalista-empresário, por exemplo, o poder pode estar ora nas mãos do ambientalista que supostamente detém o saber que autoriza ou desautoriza os modos de exploração de determinados recursos de interesse do empresário, e em outro pode estar a serviço do empresário quando este financia ou não as campanhas e projetos desenvolvidos pelos ambientalistas.

Aprendemos com Foucault (2011) que as relações de poder não são inerentes aos sujeitos, até porque para este pensador contemporâneo não há um sujeito essencialista, dono de suas próprias decisões, portanto, autônomo, logo, “não seria necessário relacioná-los nem ao sujeito cognoscente nem a uma individualidade psicológica” (FOUCAULT, 2008^b p. 70). O sujeito é um espaço vazio “que pode ser ocupado por diferentes indivíduos” (idem).

Não há um sujeito essência, o que acontece é que todos ocupamos diferentes posições de sujeito, em diferentes discursos, no decorrer da vida. Ora se é **estudante da pós-graduação**, ora se ocupa o lugar de fala da maternidade sendo chamada de **mãe**, em outro momento se ocupa o lugar no discurso biológico e se é **professora de biologia**, e assim posições de sujeito são ocupadas.

Nesta perspectiva um indivíduo só pode ocupar o lugar de fala do **biólogo**, na medida em que toma como verdadeiro o conjunto de práticas discursivas e não discursivas deste campo de saber, e obedece a um conjunto de regras e enunciados que se agrupam, no que chamamos de formação discursiva. Nas palavras de Foucault (2008^b), teremos uma formação discursiva:

“Se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar” (FOUCAULT, 2008^b, p. 50).

No nosso caso, o discurso ambiental pode ser produzido em diferentes formações discursivas (ciência, medicina, religião, educação, economia...), produzindo diferentes discursos ambientais que ora se cruzam, hibridizam, negam, disputam. Podemos, então, utilizar um enunciado que pertença a mais de uma formação discursiva por vezes em uma mesma conversa.

A formação discursiva não se mumifica o tempo, mas articula os acontecimentos com outros processos, “delineia um sistema de regras” (FOUCAULT, 2008^b p.83) que produz os objetos do discurso e inclusive permite que novos objetos sejam produzidos. Segundo Foucault (2008^b p.76), as “formações discursivas são visualizadas quando conseguirmos identificar o jogo de relações em que elas se amparam”. Quando dizemos sobre as formações discursivas, não indicamos que o discurso tenha sua origem nelas; pelo contrário, o discurso

não tem uma origem porque é um produto da linguagem, na qual não há proprietário, mas advém das vidas, histórias, conflitos de todo um conjunto de possibilidades que há muito estão se configurando.

Se o discurso não tem uma origem a ser descoberta, da mesma forma não podemos falar que tenha um autor “um indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto” ou produziu uma imagem (FOUCAULT, 2011 p.26). A ideia do autor só é possível se for como “princípio de agrupamento” (idem). Se no discurso não é possível identificar o autor, não é apropriada a pergunta “o que o autor quis dizer com isso”? Ou seja, a intenção, a “forma de seu espírito, o rigor de seu pensamento, os temas que o obcecaram” quando ocupou lugar em um discurso (FOUCAULT, 2008^b p.32).

Não nos preocupamos em analisá-lo psicologicamente ou apreender seus sentimentos, até porque, segundo a análise do discurso que adotamos, o psicológico e emocional são também produções culturais do discurso. Segundo Foucault (2008^b p.33), não pode ser do nosso interesse abranger o “momento de sua (do enunciado) estrutura formal e de suas leis de construção, mas o de sua existência e das regras de seu aparecimento”, ou de como determinado discurso teve suas condições de possibilidade.

Trata-se de estudar o discurso no momento de sua produção, como afirma Foucault (2011, p.26), “*o novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta*”, tornando cada momento de criação único e irreproduzível. Não pensamos os acontecimentos históricos, somente na ordem dos fatos, do dito, mas também pelos caminhos do não dito que “seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz” (FOUCAULT 2008^b, p.28). Por isso não nos concentramos somente nas funções enunciativas (enunciado) que produzem o *ambiente*, mas exploramos os não ditos minando os ditos do discurso ambiental. Ou seja, queremos explorar as vizinhanças do discurso, que são os enunciados que se associam ao discurso, mesmo pertencendo a outras formações discursivas.

O objeto *ambiente* não é (ou foi) *descoberto, revelado* pelo pesquisador por mais perspicaz que seja em sua pesquisa. O objeto é produzido dentro de condições de possibilidade específicas e que não se confundem umas com as outras, cada objeto discursivo terá suas próprias condições de possibilidade para serem produzidos e então enunciáveis. Se essas condições de possibilidade são tão específicas, poderíamos falar em discursos verdadeiros e outros falsos?

Não para Foucault. O que há são vários discursos que duelam pelo direito de serem enunciáveis e de terem suas produtividades dispersas em diferentes lugares discursivos. Essa dispersão dos discursos acontece a todo o momento, em alguns lugares com maior intensidade

que outros. Vejamos o discurso da preservação de espécies. O mesmo discurso que aparece nos filmes infantis (“Procurando Nemo³⁸”, “RIO³⁹”) também está presente na indústria de cosméticos⁴⁰, nas igrejas⁴¹, dentre outras instâncias de produção dos discursos.

É o mesmo discurso disperso em lugares discursivos diferentes, mídia, indústria e religião, todos envolvem o discurso ambiental. Quando nos voltamos para os enunciados em diferentes materialidades estamos problematizando a dispersão do discurso, seguindo uma regularidade, que para Foucault (2008b p. 42) deve obedecer a “uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum”. A regularidade só pode ser vista em meio à dispersão, pois ela é a dispersão do enunciado em determinadas condições de possibilidade.

O que se torna alvo da dispersão e da regularidade? Os enunciados. Foucault (2008^b), ao aconselhar o procedimento de análise de um enunciado, diz que é necessário montar as séries de enunciados que são formados em determinado discurso o qual desejamos analisar. No livro “arqueologia do saber” (2008^b), Foucault disponibiliza várias ideias sobre o que seria um enunciado, mas não o fecha em um conceito. O mais próximo a que ele chega, como comenta Fischer (2001), é dizer que o enunciado é uma “função de existência”.

Enunciado é algo tão caro para a análise do discurso, que não podemos defini-lo em um conceito, ele precisa ser explicado em pormenores, e Fischer (2001) propõe a partir dos estudos foucaultianos uma série de regras para identificar um enunciado. A primeira pergunta que a autora faz é: O que podemos considerar como enunciado?

Para ser considerado enunciado, este deve ter um referente, ou seja, algo ou alguém que se possa identificá-lo como aquilo; deve ter, ainda, alguém que ocupe lugar e afirme o que está sendo dito; deve coexistir com outros enunciados de mesma ou de diferentes formações discursivas; e, por fim deve ter um suporte, uma materialidade (uma propaganda, um texto acadêmico, uma reportagem), na qual apareça e circule. (FISCHER, 2001).

Além dos conceitos foucaultianos, que nos ajudam a pensar as imagens das ITCA, fazemos uso de dois outros conceitos que podem ser pensados juntos. São eles os modos de endereçamento e a intericonicidade. Ambos são utilizados para a análise das imagens fora dos

³⁸ “Finding nemo” dos estúdios Disney e Pixar. Direção Andrew Stanton, 2003. Dur. 100 minutos;

³⁹ “Rio: The Movie” dos estúdios 20th Century Fox e Blue Sky estúdios. Direção Carlos Saldanha, 2011. Dur. 90 minutos;

⁴⁰ No programa de preservação da natureza na linha Ekos da empresa NATURA. Disponível em: <http://ne.dedalus.com.br/tag/preservacao-da-natureza/> acessado às 20:50 hs de 23/10/2015;

⁴¹ Disponível em: <http://conexao.cpb.com.br/secoes/reportagem/igrejas-verdes> acessado às 21:21 hs de 23/10/2015;

muros da representação, como forma de intensificar as problematizações que desejamos estabelecer neste texto.

Os modos de endereçamento surgem na análise fílmica na década de 1980. É um conceito a partir do qual se pode analisar “que tipo de espectador a imagem pensa que você é?”. Como acontece na relação espetáculo-espectador, que se preocupa com os formatos e as práticas, no nosso caso o que as imagens provocam naqueles que as olham. É possível também, analisar quais as diferentes posições de sujeito que os espectadores são convocados a ocupar quando entram em contato com as imagens (GOMES, 2005).

Ellsworth (2011) destaca que a pergunta que mobiliza os modos de endereçamento é: quem determinada mídia pensa que você é? Adaptando para o estudo da imagem, podemos perguntar: o que esta imagem pensa que eu sou? Ao relacionar o conceito da autora com as análises do estudo foucaultiano, esta pergunta ganha novas condições de possibilidade. Usamos esse conceito como uma forma de questionar as relações que se estabelecem entre a materialidade da imagem e o indivíduo que ocupa determinada posição de sujeito, como se dá essa relação? Para que modelo de homem/mulher/criança/velho a imagem é endereçada?

Cada imagem pode ser pensada como endereçada para um público específico que ocupa determinada posição de sujeito dentro de discursos. Quando as ITCA lançam suas imagens de divulgação, podendo ser campanhas publicitárias, nas redes sociais, em curta-metragem, ou em outras materialidades, essas instituições “planejam” um espectador, com base nas posições de sujeito do discurso ambiental. Não são somente os modos de endereçamento que usaremos para a análise das imagens, a ideia de domínio de memória de Courtine (2010) também será útil em nossas análises.

O termo intericonicidade foi cunhado por Courtine (2010) em seus estudos sobre a memória e como ela é produzida nas relações sociais e culturais dentro da história. Em seus estudos, Courtine estudou a dinâmica das imagens na esteira de Foucault e Pêcheux, e com eles pode pensar uma história das imagens, na qual cada uma tem uma memória que é acionada sempre que essa imagem reaparece, mesmo que reinventada.

Sobre a ideia de fabricação de memórias imagéticas Foucault (2009 p.333) comenta no texto “Anti - retro” sobre a memória popular produzida pela televisão e pelo cinema, tomando como exemplo filmes sobre o movimento de resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial. Sobre eles, afirma: “quando se veem esses filmes, se aprende aquilo de que se deve lembrar”. O que não é diferente para as imagens de ambiente produzida nos filmes. Que rede de memória é acionada quando vemos, por exemplo, as imagens produzidas pelas ITCA?

O conceito de memória discursiva também será um dos conceitos que utilizaremos nas análises. Tomando como referência o conceito de “memória discursiva” em Foucault, Courtine (2010) propõe o conceito de memória discursiva e sobre ele diz: “no discurso há sempre um ‘já lá’ e, sendo assim, há uma saturação por uma memória discursiva de formulações enunciadas, repetidas, reproduzidas, e que há, ao mesmo tempo, deslocamentos, lacunas, apagamentos, falhas”.

A ideia de domínio de memória é produzida fora dos limites da semiótica “que assimila a imagem como signo icônico” Courtine (2013 p.45). É como se, ao deixar de pensar a imagem pela semiótica, se pensasse como cada imagem tendo um já-dito, um eco: “Essa memória das imagens, pode ser uma memória das imagens externas percebidas, mas pode muito bem ser a memória das imagens internas sugeridas pela percepção exterior de uma imagem” (Idem, p.46).

Esses dois conceitos, por mais diferentes que sejam propõem uma expansão na análise da imagem que para nós é interessante, pois permitem que novas possibilidades se abram para desconstruir as imagens de *ambientes* que a todo o momento são produzidos nas mídias e com as quais queremos nos ocupar. Para isso, contamos do processo de escrita sem desprezar as ranhuras do processo de criação e dos discursos que de tão insignificantes que são, se tornam exatamente o que queremos olhar, como nos diz Barros (2006) “Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias (do mundo e as nossas)”⁴².

i. BIO(ECO)IMAGENS: Imagem como enunciado

Na análise das imagens, não buscamos um princípio psicológico gerador do *ambiente*, ou uma história linear do objeto que possamos recontar, como uma sucessão de fatos que culmina para o desfecho final, pois tudo são discursos, que a todo o momento são atualizados em outras relações de poder e saber que vão sendo construídas historicamente. São os já ditos do discurso, que se configuram em rede com outras imagens, dispersas em outros documentos, e por sua vez, dispersos em outros lugares de produção discursiva.

Nesta direção, Foucault (2008^c) defende que não há uma verdade única na imagem, não é uma continuidade de outras imagens, mas cada uma remete a várias outras imagens e produz múltiplos modos de ver o *ambiente*. Ou seja, são múltiplas verdades e não uma verdade absoluta, que deve ser problematizada, em vários suportes, no nosso caso, as imagens produzidas pelas instituições ambientais, e em vários lugares de fala como do **ambientalista, cientista, professor, aluno, político**, etc.

⁴² Trecho do poema “Tratado geral das grandezas do infinito”;

O modo de ver as coisas também é fabricado, pois não nascemos com ele, aprendemos a ver as imagens, durante toda a nossa vida, pois é produção cultural e social, que não tem sua origem em nossa curta existência terrena, mas são historicamente construídas. Quando as ITCA produzem os discursos sobre o *ambiente* elas se utilizam do discurso ambiental científico, mas também do discurso ambiental religioso forjando outras práticas discursivas que vão nos fazendo ver “seres frágeis”, “rios doentes” ou o “planeta Terra ameaçado de morte”, dentre outros.

É comum olharmos para uma imagem despretensiosamente, mas como seria encarar a imagem como enunciado? Seria o mesmo que sempre se fez nos estudos da imagem? Ou, pensar a imagem como enunciado exige novas ferramentas do olhar que desloquem nossas supostas realidades para outro lugar bem diferentes da análise que passamos a vida toda aprendendo a fazer. Se a imagem é produtora de discursos, não poderíamos pensar que as imagens de divulgação das ITCA, somente “mostrem o *ambiente* como ele é”, elas fazem muito mais que isso. Produzem *ambientes*, ao fabricarem modos de ver e dizê-lo. Mas o que provoca a criação de tantos *ambientes* no ato de olhar para uma imagem?

Em uma única imagem pode haver a produção cultural do *ambiente* pela “coexistência, manutenção, modificação ou desaparecimento” de diferentes enunciados (FOUCAULT, 2008^b p.42). A forma como encaramos a imagem está totalmente interligada com o tipo de análise do discurso que fazemos nesta pesquisa. Michel Foucault não chega a escrever teorias sobre as imagens, mas em suas pesquisas por várias vezes usou imagens para analisar a produção discursiva de alguma das temáticas estudadas. Nos textos, “Isto não é um cachimbo” (2008^c), e “Ditos e escritos III” (2009), Foucault chega a abordar os princípios para que as imagens não sejam tratadas como meras representações, mas como enunciados produtores de verdades sobre as coisas que estão no mundo.

O importante é investigar os modos de produção do objeto, na imagem e para além dela, suas vizinhanças, as regularidades dos enunciados e os jogos de relações que a fabricam e que por ela são fabricados. Portanto, consideramos a imagem como sendo o enunciado ou até mesmo um emaranhado deles, produzindo coisas, ao invés de querer fazer uma “reprodução fiel da *realidade*”⁴³. Partindo do pressuposto que a imagem é um enunciado, não pode ser usada

⁴³ No texto Aparência e realidade, Russell (2008, p.72) questiona, que “o que vemos muda constantemente... à medida que nos deslocamos... neste caso os sentidos não parecem dar-nos a verdade..., mas apenas sobre a aparência”. Assim o ambiente que vemos não é a descrição da realidade, mas sim a aparência, na interferência dos discursos. Esse tema também é abordado por Michel Foucault na obra “As palavras e as coisas” e “Isto não é um cachimbo”;

somente como *estratégia de afirmação do conteúdo ou demonstração de estruturas sob uma única perspectiva*, mas devem ser instrumento de problematização do seu entorno.

Chamaremos as imagens de bio(eco)imagens, pois acreditamos serem produtoras e produzidas por discursos sobre aqueles que tem direito ou não à vida, ou como um domínio prático, criado pelo discurso ambiental, e não como rastros, nem vestígios, do que um dia foi o *ambiente*. Portanto, ao tomarmos as imagens como enunciados, elas devem ser tratadas “*não como resultado ou vestígio de outra coisa, mas como um domínio prático que é autônomo (apesar de dependente) e que se pode descrever em seu próprio nível (se bem que seja preciso articulá-lo como algo que não seja ele)*”.

Acreditamos que as bio(eco)imagens, quando problematizadas, podem transformar as possibilidades, e expandir nossa perspectiva das imagens, e quem sabe questionar o que se tem considerado como *ambiente* na atualidade. Delas, podemos: re/cortar, rasurar, de/flagrar e montar múltiplos *ambientes*, problematizando as construções supostamente intrínsecas/*naturais* a ele, e que criam entre arte e ciência práticas discursivas e não discursivas, sobre um *ambiente im/pre/visível*.

Sobre as imagens no discurso ambiental, aplicamos as palavras de Foucault (2008^b), quando põe sobre suspeita a existência de verdade absoluta, presa nos livros, e porque não dizer nas imagens também? “É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas... ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede” (idem p.26).

Nesta perspectiva, o modo como tratamos as imagens é resultante de uma análise enunciativa que nos ensina a desconfiar e problematizar sobre que *ambiente* fomos ensinados a ver, e o que das imagens nos acostumamos a ver como natural. Por semelhante modo, acreditamos que as imagens sempre fazem remissões a outras imagens, fabricando uma teia de lembranças que, como defende Milanez (2011), reverberam em uma rede de acontecimentos, dispersos em diferentes documentos. Isso permite que mesmo aqueles indivíduos nascidos no século XXI possam ter memórias não do vivido, mas daquelas verdades que foram sendo construídas coletivamente, e que se intensificou nos discursos ambientais produzidos no final do século XX.

Não existe forma mais potente de explicar como tratamos a imagem do que trazendo a imagem e mostrando como é problematizá-la, usando como ferramenta de análise a teoria da representação e usando a análise do discurso. Quando usamos a teoria da representação, nosso foco é aquilo que a imagem revela, pois há a crença de que existe uma suposta realidade que deve ser buscada na imagem. Trazemos a imagem abaixo para exemplificar como seria olhar

para ela usando a representação e como seria usando a análise enunciativa. Vejamos a imagem abaixo:

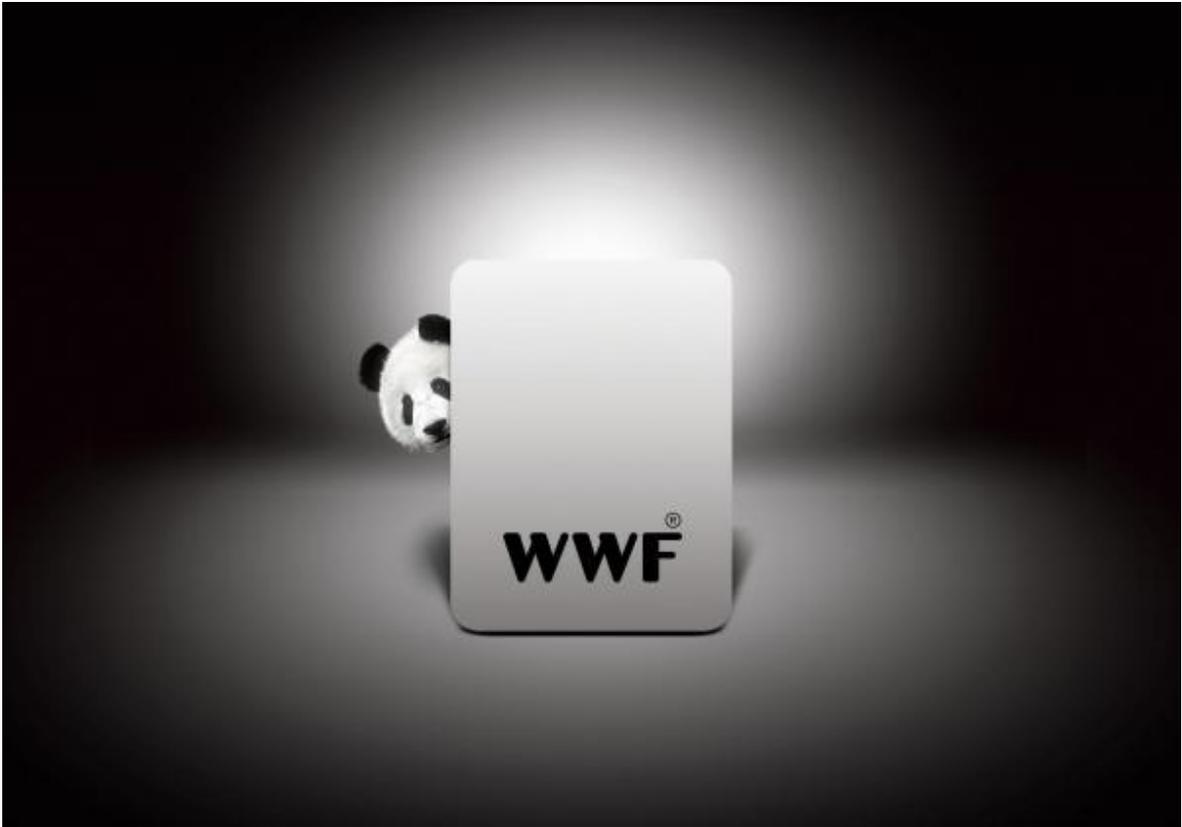


Figura 4. Campanha publicitária da ITCA, WWF denominada "pequeno panda"

Se encaramos a imagem dentro de uma perspectiva representacional, podemos começar *interpretando* o dualismo de cores. O preto e branco são dispostos na imagem para compor o escuro e claro de um feixe de luz que ilumina uma espécie de placa branca com as siglas “WWF”. Por trás da placa aparece um rosto de um *urso panda* com um comportamento semelhante o de um animal perseguido. O *sentido* que os *autores* derram a imagem é de um animal que se protege e se esconde do caçador. Ou seja, a *intenção* é denunciar que até o panda da imagem que marca a ITCA não resiste às atitudes predatórias do homem e se esconde tentando se proteger do perigo. O *ambiente* é aquele que está sendo caçado por todos os lados e de maneira desenfreada.

Se porém, encaramos a imagem dentro da análise do discurso foucaultiana, podemos começar *problematizando* a produção pelas ITCA de alguns seres como indefesos destacando quais as condições de possibilidade para este enunciado ter lugar dentre a lista dos que precisam de proteção. Talvez pensar como os enunciados que hoje produzem os protegidos, em outro momento histórico construam os que deveriam ser mortos, ou para a proteção do homem ou para a prática de caça esportiva, como era realizado nos Estados Unidos da América

(EUA) até a década de 1990. A imagem situa as ITCA como as instituições mais aparelhadas para defender o *ambiente*.

O enunciado produz um modo de ver o *ambiente* como aquele que só pode ser protegido se for abrigado pelo poder e saber institucional. No entanto, no ano de 2015 foi liberada a caça de ursos pretos, cidade da Flórida na Califórnia e com a licença concedida pela Comissão de Conservação da Fauna da Flórida (FWC). O período era de 7 dias de caça, mas apenas durante 48hs, 300 ursos foram mortos, preocupando as ITCA que tem programa de proteção aos ursos. Os caçadores deveriam comprar a licença e caçar somente um urso, que estivesse nas imediações da cidade, com o intuito de proteger os cidadão. E como funcionam essas imagens institucionais? Vejamos alguns exemplos abaixo:



A



B



Figura 5. Principais imagens de divulgação de quatro ITCA. (A) WWF, (B) Greenpeace, (C) SOS Mata Atlântica e (D) Projeto Tamar

O conjunto imagético acima inclui quatro imagens, as trouxemos para problematizar a potência que elas têm na produção do *ambiente*. Essas imagens são as que mais aparecem nas produções de documentos, campanhas publicitárias e demais materialidades das ITCA a que se associam. Ao trazer essas imagens institucionais queremos “*sacudir a quietude com a qual os aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção*” (FOUCAULT, 2008^b p.28), logo, nós analisamos a sua produtividade, ou seja, questionamos que modo de ver o *ambiente* elas estão produzindo e pondo em circulação.

Sacudir a quietude das imagens institucionais é destituir delas o *poder de fazer ver o ambiente* que *precisa ser salvo* pelas/nas causas ambientais e problematizar os *ambientes* que elas têm produzido como os habilitados a participar das listas de espécies. Logo, não acreditamos que seja depositado sobre um ser a verdade única do que é *ambiente*, que agora a sua imagem institucional irá revelar, mas apenas verdades manifestas, momentâneas e fugazes “*um jogo de interrupções em profundidade*” (FOUCAULT, 2008^b p. 3), que nunca é repetível da mesma forma e com a mesma potência, mas sim, com produtividade diferente.

O trabalho de Braz & Guido (2013 p. 102) nos lembra de que as “*imagens tem especial poder de sedução sobre nós, temos que estar atentos e críticos*” as produtividades que são possíveis a partir delas. Por isso, defendemos que as imagens acima não revelam o *ambiente*, elas produzem modos de ver (visibilidades) e de dizer (dizibilidades) o *ambiente*, ou

seja, de forma geral, essas são as imagens que atestam o pertencimento de determinada materialidade à ITCA da qual ela faz parte.

Cada imagem marca uma instituição, podendo não ser reconhecida pelo nome, mas em geral é reconhecida pela imagem que corporifica o próprio *ambiente* que ela se habilita a salvar. Em algumas imagens institucionais há alguns símbolos que produzem essa institucionalização do *ambiente*, em cuja lateral há um pequeno círculo com a letra “C”, como no exemplo: © ou “Copyright”. Quando este símbolo está ao lado de uma imagem, indica que ela é reconhecidamente⁴⁴ propriedade de alguém, e que para utilizá-la, é cobrado um valor concernente aos seus direitos autorais.

Abaixo do desenho, como se fosse o seu assoalho, três letras formam a sigla referente a uma instituição, como se fosse uma extensão dele mesmo, e um símbolo que confere a ela, o lugar de *Marca Registrada*, como no exemplo: ®. O enunciado imagético quando é marcado como pertencente a uma instituição, não é mais um agrupamento de letras aleatórias, ou a imagem de qualquer animal. Ambos produzem *ambientes* im/pre/visíveis construídos em meio a relações de poder e saber.

E quanto às marcações na lateral do mamífero e da sigla, elementos de validação de uma marca e de um conjunto de enunciados imagéticos junto a uma instância superior, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que é responsável por organizar as propriedades criativas de objetos e suas marcas, que segundo o INPI é:

“todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifica e distingue produtos e serviços, bem como certifica a conformidade dos mesmos com determinadas normas ou especificações técnicas. A marca registrada garante ao seu proprietário o direito de uso exclusivo no território nacional em seu ramo de atividade econômica. Ao mesmo tempo, sua percepção pelo consumidor pode resultar em agregação de valor aos produtos ou serviços.” (INPI-Site da instituição⁴⁵).

Nesse sentido, o enunciado se torna “propriedade” da instituição, não somente pelo registro junto aos órgãos competentes, mas também porque aqui o *ambiente* ocupa um lugar de fala institucional, produzido pelo discurso preservacionista. Além de funcionar como símbolo de certificação que aquele documento pertence realmente à instituição.

E o pertencer a uma instituição, que desloca o enunciado, seja do urso, de uma união de seres vivos, da bandeira do Brasil ou de tartarugas marinhas, da posição de mais um componente do *ambiente*, ao enunciado institucional produzindo o modelo ideal de *ambiente*

⁴⁴ Perante alguma instituição que regulamenta as “marcas” para que não sejam utilizadas por outras empresas;

⁴⁵ Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/servicos/perguntas-frequentes-paginas-internas/perguntas-frequentes-marca> acessado em 10/03/2016 as 14:41hs;

que deve ser alvo das causas ambientais. Mas, que coisas são essas que o conjunto imagético institucional fala? Que coisas apaga?

No caso das instituições ambientais, elas detêm o poder para pôr em circulação um enunciado, que produza determinado modelo de *ambiente*. Mas o *ambiente* não é propriedade exclusiva de uma instituição, sejam elas instituições governamentais, que cuidam do meio ambiente (IBAMA, MMA, INPA, etc.), ou instituições não-governamentais. O poder é difuso nas relações, e não se encontra nas mãos de um sujeito ou em um lugar discursivo. É um movimento que envolve diferentes falantes, nenhum deles detém o discurso, o **biólogo**, o **ambientalista**, o **publicitário**, o **empresário**, o **agricultor pecuarista**, os **grileiros**, os **povos da floresta** dentre vários outros sujeitos que ocupam posições de sujeito no discurso, podem produzir seus jogos de verdade sobre o que é o *ambiente* na atualidade.

Em outras palavras, a instituição exerce um certo controle dos discursos que circulam e produzem as imagens, em uma relação de poder e saber que a torna proprietária temporária das siglas e do mamífero, não do ser vivo, pois ele nem ao menos está aqui, mas é produto de discursos que o produziram como aquele que pode apresentar o *ambiente* que deve/pode ser alvo das ITCA. Nesse sentido, as ITCA põem em circulação dizibilidades e visibilidades sobre o *ambiente*, materializados nas produções da instituição como documentos institucionais. Por isso dizemos que o mamífero deixa de ser produto unicamente dos discursos da biologia, como ciência, e passa a ser produto de uma rede discursiva que atravessa as instituições que trabalham com as causas ambientais.

Porque não pode ser qualquer outro enunciado em seu lugar? Não é dada ao enunciado da Toupeira, por exemplo, a oportunidade de apresentar a instituição ambiental, ou de defender as causas do *ambiente*. Porque não poderiam ser os enunciados de plathelminthes o ícone de uma instituição que “profetiza” o futuro do planeta? Em suma, a imagem tem um lugar institucional de fala, de onde produz seus estatutos e rituais em relações de poder e saber. E se por acaso temermos os discursos, a instituição nos dará respaldo para usar o poder que somente dela advém (FOUCAULT, 2011).

As imagens (figura 5) ocupam um lugar institucional, não fala apenas de um símbolo, mas de um conjunto de “*lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades*” (Foucault, 2011 p.8). Um mamífero produzido para lutar por uma causa, não com atitudes bravias, mas com *mansuetude*, conquistando aos que de alguma forma entram em contato com sua materialidade.

Esses enunciados imagéticos circulam nas produções da instituição, de maneira que não se pode mais falar de qualquer jeito do urso ou tartaruga, nem qualquer pessoa, mas somente

aquelas autorizadas. Sendo assim nenhuma outra instituição pode repetir o mesmo conjunto de letras, ou o mamífero da mesma forma, ambos se tornam propriedade da instituição. A palavra e a coisa obedecem aqui a uma só regra, *ser a própria instituição*. Mas nada impede de sofrer deslocamentos. Este caráter institucional da imagem não permite que seja utilizada em outros espaços sem causar estranhamentos. Como acontece nas imagens abaixo:



Figura 6 (A e B). Imagens para problematizar ou satirizar as atividades do WWF.

A Produção de imagens que fogem da imagem institucional, utilizam outros elementos para produção de novos sentidos a imagem inicial do WWF (Figura 6 A). Um panda ergue uma cadeira para bater no panda que toma a posição do mamífero produzido pela WWF e em (Figura 6 B) um panda semelhante ao da WWF; no entanto, o olhar e a mão à cabeça juntamente com os sinais de interrogação produzem um ser que se questiona sobre as produções que são geradas e a si mesmo.

Nesta perspectiva tudo que a instituição produz (campanhas de conscientização, declarações formais, propagandas midiáticas, cartilhas educativas, vídeos de divulgação e in/formação) são acompanhados do conjunto de enunciados imagéticos materializados na imagem de um urso panda seguido das siglas WWF.

Ora, se não há um nome para a sigla WWF, o próprio desenho do mamífero substitue o espaço vazio; logo, o suposto ser vivo é a instituição, e vice-versa. Isso produz um *ambiente* institucionalizado, ao mesmo tempo em que produz uma instituição ambiental, como se estivesse no interior do mamífero a capacidade de apresentar todo um conjunto de discursos

ambientais. Os dois se fusionam em uma só imagem, de maneira que é impossível dissociar o mamífero à instituição, e é inevitável pensar na instituição sem projetar para o mamífero. Isso acontece porque “*os signos invocam, do exterior, pela margem que desenham, pelo recorte de sua massa no espaço vazio da página, a própria coisa de que falam*” (FOUCAULT 2008 p. 23). Quando a imagem se torna subordinada a uma instância institucional, ela tem suas leis de ocorrência detalhadas reforçando a imagem e produzindo outras materialidades. Como o que aconteceu com o mamífero que de caça passou a ícone de conservação ambiental, não só de seus semelhantes, mas de tudo o que se chama *ambiente*.

II. QUANTOS AMBIENTES CABEM DENTRO DO AMBIENTE?

Lições

*Não aprendi a colher a flor
sem esfacelar as pétalas.
Falta-me o dedo menino
de quem costura desfiladeiros.*

*Criança, eu sabia
suspender o tempo,
soterrar abismos
e nomear as estrelas.
Cresci,
perdi pontes,
esqueci sortilégios.*

*Careço da habilidade da onda,
hei-de aprender a carícia da brisa.*

*Trêmula, a haste
me pede
o adiar da noite.*

*Em véspera da dádiva,
a faca me recorda, no gume do beijo,
a aresta do adeus.*

*Não, não aprenderei
nunca a decepar flores.*

*Quem sabe, um dia,
eu, em mim, colha um jardim?*

Quando nos deparamos com o desafio de escrever sobre o *ambiente*, sabíamos como Mia Couto que para viver é preciso marcar e ser marcado pelo seu entorno, porque somos esse múltiplo, inverso, disperso chamado *ambiente*. Também como Mia Couto, já nos convencemos de que é mais prazeroso correr de olhos vendados, do que a suposta sensação de tudo saber, como se tivéssemos o controle sobre os discursos que nos produzem como sujeitos.

Falar dos *ambientes* dentro do *ambiente* é talvez nosso maior desafio na atualidade, porque nunca tivemos tantas visibilidades e dizibilidades circulando nas mídias dizendo o que é *ambiente* hoje. Pois à medida que falamos deles os modificamos, e nos modificamos, e nunca dizemos do mesmo *ambiente* da mesma forma. A diferença entre os modos de ver o *ambiente* não reside no objeto, nem em lugar nenhum a não ser na linguagem.

Se em algum momento pensamos que a pesquisa nos levaria a compreender melhor o *ambiente* hoje, podemos dizer com toda a ousadia que não é essa a função que usamos para o saber sobre o *ambiente*. Pois concordamos com Foucault (1998, p.28) quando ele diz “que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar”. E produzir resistências, como nos diz Albuquerque Júnior (2011 p.32): “A resistência que podemos exercer é dentro desta própria rede de poder, não fora dela, com o seu desabamento completo”.

Nesta perspectiva, não elencaremos uns *ambientes* como certos e outros como errados, ou uns como mais importantes que outros, mas é justamente propor o fim das hierarquizações e estimular a pluralidades de cores, sabores, vidas e possibilidades e que fuja do “corriqueiro, do cotidiano e prosaico” (MARCELLO, 2013 p. 13). Que nos dê outras possibilidades de pensar as práticas discursivas e não discursivas que são construídas pelos enunciados.

Em todo este arsenal de imagens que utilizamos, é interessante aprender a ver e dizer que os discursos se repetem, se chocam, duelam entre si. Enunciados escapam e podem ser ditos em mais de um discurso, pois não estão presos as estruturas semânticas da língua. “[...] como os discursos ora diferem, ora combinam entre si e como eles ‘funcionam’ simultaneamente e combinadamente” (NEVES, 2013 p.91). Ao olhar os múltiplos *ambientes* que pululam nas imagens das ITCA fazemos como Albuquerque Júnior (2011), não contentar-se somente com elas, mas investigar quem mais fala deles na atualidade e como esses *ambientes* são ditos e vistos em outras materialidades.

1. SOMOS TODOS AMBIENTE?

Nesta seção construímos as análises a partir dos enunciados que produzem o *ambiente* sempre como parte de um todo, ou seria ele próprio o todo? Para discutir essa ideia, trazemos à baila o enunciado “somos todos *ambiente*”. Nele, agrupamos as imagens que se interligam produzindo a necessidade de agrupar tudo como o **ambiente sistêmico**⁴⁶. A partir disso, são criadas práticas discursivas e não discursivas para atender as novas necessidades de um *ambiente* que *precisa* ser valorizado como um todo, produzindo uma união quase que intrínseca, em que são “um por todos e todos por um!”.

O enunciado *somos todos ambiente* só é possível porque “nem todos somos *ambiente*”, ou seja, este enunciado tem sempre um referente ou, como nos diz Fischer (2001 p.202), “um princípio de diferenciação”. Dito de outra forma, o enunciado só reivindica para si o direito de ser pronunciável porque não é a regra; logo, se o *ambiente* precisa ser reafirmado como “tudo”, é porque nem tudo pode ser considerado *ambiente*, ou seja, nem tudo é levado em consideração quando se fala de *ambiente* ou nem todos os enunciados são considerados como válidos para fazer *dizer e ver o ambiente* hoje.

Ainda nesta seção temática, na medida em que vamos operando com os enunciados, expandimos a discussão para outras materialidades, diferentes das imagens das ITCA, quer se refiram ao mesmo enunciado, ou de outros que povoam as margens deste. Pois os discursos são tecidos em redes, nas quais enunciados se entrelaçam formando um ou mais tipos de que conversam entre si. Assim, à medida que olhamos o mesmo enunciado disperso em outras materialidades, temos a oportunidade de problematizar com mais intensidade sua produtividade e, em meio à dispersão do enunciado, observar a regularidade com que este opera ao longo de determinado tempo ou em diferentes lugares de produção discursiva.

i. Somos o que, mesmo?

“Na vasta sintaxe do mundo, os diferentes seres se ajustam uns aos outros; a planta comunica com o animal, a terra com o mar, o homem com tudo o que o cerca. A semelhança impõe vizinhanças, que por sua vez, asseguram-se semelhanças” (Michel Foucault, 2007 p.25)

A semelhança, nas palavras de Foucault (2007), é o modelo de pensamento que a história natural usou para contar o mundo do século XVI. No entanto, hoje operam outros elementos para ordenação do pensamento sobre o *ambiente*, pois, no decorrer do tempo, muitos enunciados foram deixados de lado e outros entraram na ordem do discurso ambiental. De

⁴⁶ Nós apoiamos o termo também usado por Dal-Farra, Ripoll e Amaral (2007) definem sistêmico como um: “conceito emprestado do aspecto clínico de avaliação de uma patologia que acomete um indivíduo. Uma doença sistêmica é aquela que está distribuída por todo o organismo, não sendo apenas local” (p. 11)

forma que não é mais possível reunir-se “todos os sésseis”, “os que rastejam”, e “os que voavam”, em um mesmo grupo.

Com o surgimento da biologia, “Retira-se a arbitrariedade de uma escolha baseada no que se acha mais funcional e substitui-se por um caractere empírico, visível em diferentes grupos de seres vivos e que pode ou não ter importância vital” (VIEIRA, 2013 p.88 e 89) para a existência de todos. Mas que não deixa de construir novas condições de possibilidade para que seres e seu entorno não somente coexistam, como a existência de um passe a ser atrelada a do outro.

Não é de estranhar ouvirmos que o *ambiente* é uma junção de tudo o que existe no mundo, uma interligação entre fatores bióticos e abióticos, ou que não se restringe somente ao campo e floresta, mas diz respeito às cidades também. É como se essa coisa chamada *ambiente* fosse um termo imprescindível quando o assunto é o futuro do planeta Terra, de tal maneira que somos a todo o momento, convidados a pensar sobre esse futuro, projetando atitudes no hoje, que *melhor* produzirão o amanhã.

À medida que falamos sobre *ambiente*, são produzidos modos de vê/dizê-lo que nem sempre problematizamos, e que são apresentados como uma forma única de falar dele. No entanto, aqui queremos questionar ao máximo essas produções, a começar pelas imagens a seguir:



Figura 7. Principal imagem do Greenpeace, criada em 1971.



Figura 8. Campanha publicitária "os oceanos estão em perigo. Precisamos exigir uma atitude". Divulgada pelo Greenpeace

Nas duas imagens acima, divulgadas por uma única ITCA, operam o mesmo enunciado. “Somos todos ambiente”. Ambas constroem uma rede de memória, do ambiente como aquele que é uma associação de todos, em prol de um mesmo objetivo: “proteger a integridade”, não de algo que está fora deles, mas de algo que são eles mesmos, ou seja, um suposto “bem-estar” comum, pelo qual todos advogam. Isso produz o ambiente sistêmico como aquele que associa os homens com todas as coisas que o cercam.

Como se todos fossem um só, in/divisíveis, unidos por uma única causa. Independente se for apresentado como uma onda de pessoas, ou uma simples ciranda de silhuetas. Não importa quais símbolos são usados, a imagem produz a união de todos em prol de um só ideal, as causas ambientais. Pela união de todos, se torna possível produzir outras regras que modificam leis e conscientizações cujo lugar de produção vai desde o Congresso Nacional até a união entre diferentes animais, como produzido nas imagens acima.

Em 1988, o Código Civil Brasileiro foi criado, trazendo novas regulamentações sobre o ambiente, pois o que se tinham até então eram reuniões internacionais e movimentos com pouca expressão em nível nacional, mesmo que no plano internacional as discussões já tivessem avançado consideravelmente (CARVALHO, 2001). Nessas reuniões, falava-se de

mudanças nas leis como forma de modificar atitudes frente às causas ambientais, o que tomou força durante a década de 1970, com a intensificação das discussões e da pressão por parte de algumas minorias que trabalhavam com as causas ambientais. O governo que sucedeu o regime militar transformava lentamente utopias e projetos de lei em mecanismos legais que reforçavam medidas ditas, protetivas para florestas, rios, mares, etc.

As leis aprovadas no congresso nacional, ou os acordos assinados pelos países que se comprometiam a diminuir emissões de gases poluentes na atmosfera terrestre são ambos efeitos e produtores de enunciados. O ato de obedecer a alguma dessas leis é dever de todos, ou seja, todos somos responsáveis pela integridade do ambiente (DAL-FARRA, RIPOLL e AMARAL, 2007). Independente das camadas sociais, todos se unem contra o desmatamento, derretimento das calotas polares e vários outros fenômenos atrelados aos problemas ambientais.

O enunciado “somos todos ambiente” também opera em outra materialidade para além das imagens das ITCA, como no desenho infantil “Capitão Planeta”. Nele, a discussão acontece em torno de discursos de “conservação ambiental” e “ativismo ambiental”, convocando os espectadores, principalmente ao final do episódio, para ações diárias que poderiam promover a conservação do ambiente em pequenas atitudes.

Uma consciência ambiental era exigida, pois cada um dos telespectadores deveria ocupar o lugar neste discurso da conservação do ambiente. Isso se potencializava na última fala de cada episódio, em que o personagem “Capitão Planeta” apontava e dizia em direção à câmera: “O poder é de vocês!”, deslocando a ideia do ambiente de como responsabilidade dos adultos para um dever de todos, incluindo as crianças (KAPLAN, 2013).

Na primeira imagem desta seção (figura 7) o ambiente sistêmico é produzido como o que tem, ou deveria ter, todos os elementos em equilíbrio, intocados e preservados, na mais “perfeita” harmonia. De forma geral, exige-se uma interação perfeita entre seus elementos ambientais. Porém, haveria, no ambiente, essa regularidade quase que transcendente? Seria uma tentativa de recriar um Éden, de restaurá-lo, uma terra a ser reconstruída?

Em todos os casos o ambiente vai sendo produzido como o lugar que deve retornar à perfeição, em que as espécies vivam em harmonia umas com as outras, a qual deveria ser mantida intocável para as futuras gerações para que a retorne a ser como era antes da chegada dos colonizadores as terras americanas. Esse modelo de ambiente é produzido como o ideal para as próximas gerações que herdarão o planeta Terra, com tudo o que as gerações anteriores deixaram, sendo elas boas ou ruins.

Em seu trabalho, Amaral (2003), ao pesquisar o relato dos viajantes que apresentavam um modelo de natureza brasileira para a Europa, diz que nesses relatos havia a

produção de um novo Éden: “[...] em termos de melhoramento da própria natureza, para que se possa ter, enfim, uma natureza que se apresente ordenada para ser olhada, observada, estudada, apreciada e aproveitada”. E ainda hoje “novos Édens” são produzidos, porém porque só esse modelo seria ideal? O que essas prescrições produzem?

Prescrições que em geral têm base em padrões antropocêntricos, em que o homem é sempre a medida de todas as coisas, e que tudo deve existir para/pelo homem, que em alguns casos, é construído como sendo da mesma matéria e para ela deve retornar. Ou seja, o ambiente sistêmico depende da participação imprescindível do homem, o que cria, seja na biologia ou fora dela, modos de ver, o ambiente, como tendo a mesma essência que o homem e como se necessitasse experimentar do que era entrar na floresta, comer frutos silvestres, tocar nos animais para ser parte do ambiente.

O vivenciado não é a única forma de se saber o que é o ambiente, ainda segundo Amaral (2003), ao falar de uma cultura ao mesmo tempo se produz a sua própria cultura, porque é transformando o estranho em familiar, que se reforça/constrói o que é próprio e semelhante. Ou seja, é falando do ambiente sistemático que se constrói como sendo parte integrante dele, como se supostamente sempre fosse com ele uma única existência.

Se o *ambiente* é ensinado como feito da mesma essência que o homem, é exigido a compaixão ao semelhante, fabricando uma união, quase predestinada do homem, com tudo o que o cerca. Segundo esse modelo, haveria uma conduta moral que os semelhantes deviam ter uns para com os outros. Esse enunciado aparece em outras imagens que compõem essa rede enunciativa como mostra a imagem abaixo:

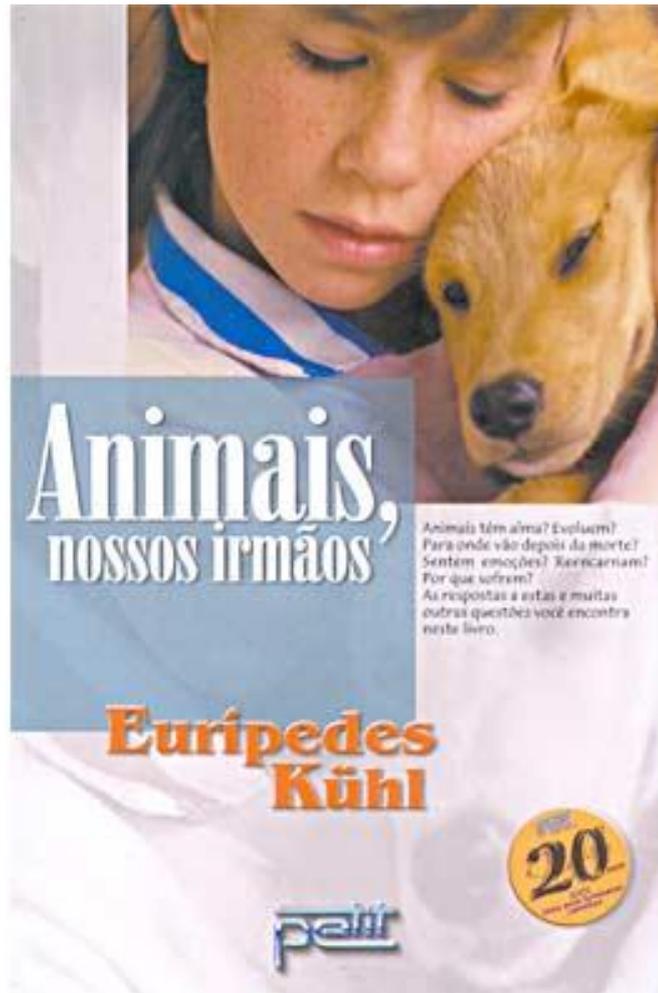


Figura 9. Capa do livro "Animais são nossos irmãos"

A imagem acima produz uma compaixão com aquilo que lhe é semelhante, neste caso, os animais. Na abertura da obra o autor diz: “Esta obra foi inspirada pelo amor aos animais, que como nós, são também filhos de Deus - portanto, nossos irmãos” (P.01). Portanto, a produção da *irmandade* tem condições de possibilidade não somente no discurso ambientalista, mas no discurso ambiental religioso, “esse tipo de panteísmo iria generalizar-se durante o século XVIII, ao se insistir em que todos os elementos da criação têm direito à vida” (THOMAS, 2010 p.426), não havendo espaço para “o homem como senhor da natureza” (ALBUQUERQUE, 2005 p. 9).

No discurso ambiental religioso, entende-se o *semelhante* como aquele que compartilha de características não somente tidas como próximas evolutivamente, mas como algo que está próximo em direitos à vida e à sua existência no planeta. Esse discurso produz o *ambiente* como aquele que precisa ser amado como obra do criador. E como aquele que precisa do homem para ser redimido, salvo do destino cruel reservado para ele.

Arelada à *compaixão ao semelhante*, coloca-se o homem no lugar de *guardião do ambiente*, como se este bípede fosse uma criatura à parte do conjunto de elementos ambientais.

Assim, somos todos *ambiente*, mas não somos iguais, nem ocupamos o mesmo lugar de poder e importância nesta rede vital. Há aí um apelo à consciência, condição atribuída exclusivamente ao homem, sendo apenas por meio dela capaz de decidir sobre o futuro das vidas que estão sob sua responsabilidade.

Sobre esse apelo à conscientização, Guimarães (2001) defende que ela é um produto cultural que se modificou da década de 1970 com os ambientalistas, que contestavam os modos de produção industrial e colocavam a consciência ecológica como imprescindível para evitar a catástrofe ambiental prevista pelos cientistas. Já na década de 1980 e 1990 há uma forte institucionalização dos grupos de ecologistas e o que antes estava na “intencionalidade educativa” se torna um instrumento corporativo compondo o discurso de empresas e demais instituições ambientais.

De senhor a servo, “dono do sim e do não”⁴⁷, cabe ao homem, não mais o direito de usufruir da natureza, mas o dever de protegê-la. Uma igualdade heterogênea e hierárquica destitui o humano do lugar de proprietário e reposiciona-o como propriedade do *ambiente*, cuja responsabilidade o obriga a salvar, jamais degradar, o lugar de onde veio e ao qual pertence.

A igualdade desigual entre os seres é ensinada também na educação básica, usualmente por meio das disciplinas ciências e biologia, quando se fala de *ambiente*, como a relação entre elemento vivo/biótico e/ou não-vivo/ábótico, um conjunto de elementos que se unem e se ligam uns aos outros, num suposto mutualismo, já que, nesta perspectiva, um precisa do outro para manter suas condições de existência.

Na atualidade, a Biologia enfatiza a proteção do *ambiente* em toda a sua complexidade. Animais, plantas, cursos d’água e formações rochosas teriam, segundo esse discurso, a mesma importância para a permanência da vida na terra, produzindo uma interligação quase “mágica” que tornaria possível uma união intensa de “tudo com todos”. Esse discurso coloca a *união* como um *a priori* para produzir o *ambiente* equilibrado; logo, seria necessária a união de todos os elementos efetivos ou imaginados para construir o *ambiente*.

Há alguns livros de referência no ensino de ecologia (ODUM, 2004; RICKLEFS, 2003) que reforçam a interdependência entre elementos diferentes, como quando produz a relação dos microssistemas com os microssistemas, entre animais e plantas, de fatores climáticos com a vegetação, entre outras associações. Agrupam pela diferença tudo o que mantém algum grau de interação, mesmo que fazendo parte de outros modos de *ver* e *dizer* o

⁴⁷ Alusão à música “Luz do Sol” do cantor e compositor Caetano Veloso;

ambiente. Da floresta ao córrego, do lixo que descartamos ao museu que visitamos, das salas de aula às salas de cinema, tudo é *ambiente* e o *ambiente* está em todos, é dito e visto por todos.

Se a interdependência dos seres com o seu entorno pregada pela ecologia tem hoje condições de possibilidade para existir, isso não indica que sempre foi assim. Segundo Foucault (2008^b) a biologia enquanto ciência foi antecedida pela história natural, na qual a vida, enquanto produto dos discursos, não existia; o que existiam eram apenas seres vivos. A vida passou a ter condições de possibilidade com o surgimento da biologia enquanto ciência.

Com a passagem da história natural para a biologia no século XIX e posteriormente na ecologia do século XX, são produzidas associações de diferentes campos de saber como zoologia, botânica, genética, biologia comportamental; debaixo de uma mesma insígnia, a ecologia. Essa ciência ganhou cada vez mais prestígio a partir do momento em que os ditos problemas ambientais passaram a ser entendidos como o resultado de uma série de outros eventos interligados entre si, que não poderiam ser combatidos somente de um único lado do prisma, nem muito menos de uma esfera unicamente social (PIVELLO, 1995 p.4). Deveria ser somente pela união de todos, pelo bem de todos, e para o sucesso de toda a “raça humana” e demais seres que o planeta Terra seria preservado das catástrofes previstas para um futuro próximo.

Com a estruturação da ecologia como ciência, associada aos estudos científicos que já eram produzidos, porém sem o enfoque integracionista dos fenômenos, notícias nos telejornais produziam, com uma linguagem “mais acessível” sobre o que a ciência estava produzindo no nível de conhecimento sobre as mudanças ecológicas. Curtas e longas-metragens criavam, com o auxílio de computadores, enredos sobre como seria a Terra após as catástrofes previstas por cientistas e outros curiosos, um exemplo disso é a produção do filme: “O dia depois de amanhã”⁴⁸. Na literatura, livros como “Antes que a natureza morra”, de Jean Dorst (1973), e “O fim do futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro”, de José Lutzenberger (1976), produziam um *ambiente* que precisava ser olhado como um todo e não fracionado.

Quando nos deparamos com um mesmo enunciado operando em diferentes materialidades, como vimos no parágrafo acima, podemos confirmar que ele não se restringe aos discursos biológicos. Isso acontece porque cada discurso/enunciado tem suas margens preenchidas por outros enunciados que compõem o seu campo discursivo (FOUCAULT, 2008^b), possibilitando que as materialidades sejam diferentes, mas o enunciado permaneça o mesmo. Quando nos deparamos com materialidades diferentes, podemos analisar a dispersão

⁴⁸ “The Day After Tomorrow”. Dirigido por: Roland Emmerich. Distribuído por: FOX Filmes. EUA, 2004;

do enunciado como tramas de uma costura que mistura pedaços de diferentes tecidos, mas que imbricados uns nos outros podem construir um mesmo objeto.

A fluidez do enunciado em diferentes materialidades também denuncia que ele pode fazer parte de mais de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008^b), como é o caso do enunciado: *Somos filhos da mãe natureza*, do discurso ambiental ambientalista; *somos todos feitos do pó e ao pó tornaremos*, do discurso ambiental religioso ou *somos todos iguais perante a lei* do discurso ambiental jurídico. Nesses casos, o mesmo enunciado inventa a igualdade de condições de vida na terra, como se para permanecer vivo fosse necessário a união de todos por um *bem maior*, produzindo uma série de normas e condutas morais, prescrevendo modos de *ver e dizer o ambiente* na atualidade.

Se *todos nós somos ambiente*, seria provável que as imagens de divulgação das ITCA, fossem enunciados que abrangessem a todos: plantas, lixo, animais, cidades, microrganismos, rios, formações rochosas, ou seja, que produzisse o **ambiente preservado** em sua totalidade, e assim, haveria a expressão de todas as formas de vida nas imagens de divulgação das ITCA.

Porém, é isso que acontece? É isso o que temos aprendido/ensinado durante toda a educação básica no ensino de ciências e biologia? Somos todos *ambiente*, como o enunciado produz, ou somente alguns modelos são considerados *ambiente*?

Sabedores de que essas imagens criam padronizações, uma fórmula única para defender o *ambiente*, ou seja, um modo único de conservá-lo, preservá-lo ou tornar as medidas sustentáveis, tratamos essas padronizações como discursos que devem ser fissurados, problematizados. Pois é com base nessa padronização que são produzidas as listas de conservação de espécies? Isso fica mais evidente quando o assunto é o direito a proteção, defesa, ou cuidado ambiental.

Seguindo o raciocínio de que “somos todos iguais”, podemos pensar que as diferentes formas de vida e o que as cercam deveriam receber a mesma ênfase na mídia, inclusive quando o assunto são as causas ambientais. Mas quem determina que modelo de *ambiente* merece proteção e qual não merece? Como em todo o dito há sempre não ditos (FOUCAULT, 2008^b) sendo produzidos, acreditamos que aos enunciados ditos se associam vários não ditos povoando suas margens. Quem são esses não ditos do discurso das ITCA?

Nesta perspectiva, existiriam modelos de *ambiente* sendo produzidos dentro do discurso ecológico, que deslocariam a ênfase da semelhança, para evidenciar o que tornaria cada espécie singular. Seja porque algumas delas são consideradas *espécies-chave*, e por isso deveriam ter *prioridade na conservação*, ou porque são discursos que fabricariam umas poucas

espécies como *bioindicadoras da qualidade ambiental*. Quando não, a preservação dependeria do interesse estético, moral ou econômico que umas espécies poderiam ter dentro de cada sociedade e cultura.

Segundo Ricklefs (2003), no livro “A economia da natureza”, referência nas aulas de ecologia para os futuros biólogos, há outros discursos sendo produzidos sobre o *ambiente*, que não mais se utilizam do enunciado *todos somos iguais*, mas produzem suas verdades pela valorização de umas espécies, em detrimento de outras. Portanto, o enunciado que entra em vigor é que *não somos todos iguais*, já que uns modelos de *ambiente* são produzidos como mais importantes que outros, como explica o autor:

“O valor de cada espécie está baseado em considerações morais gerais, na estética, na economia, e nos benefícios recreacionais que nós usufruímos delas, e no seu papel como indicadores da deteriorização ambiental” (RICKLEFS, 2003 p.459)

Produzem-se espécies com mais *direitos* que outras, inclusive de serem protegidas. Valorização que acontece desde que o homem começou a manipular as espécies para o benefício na agricultura, transporte, alimentação dentre outras utilidades. Vejamos as imagens abaixo. Ambas operam com o enunciado “somos todos ambiente”

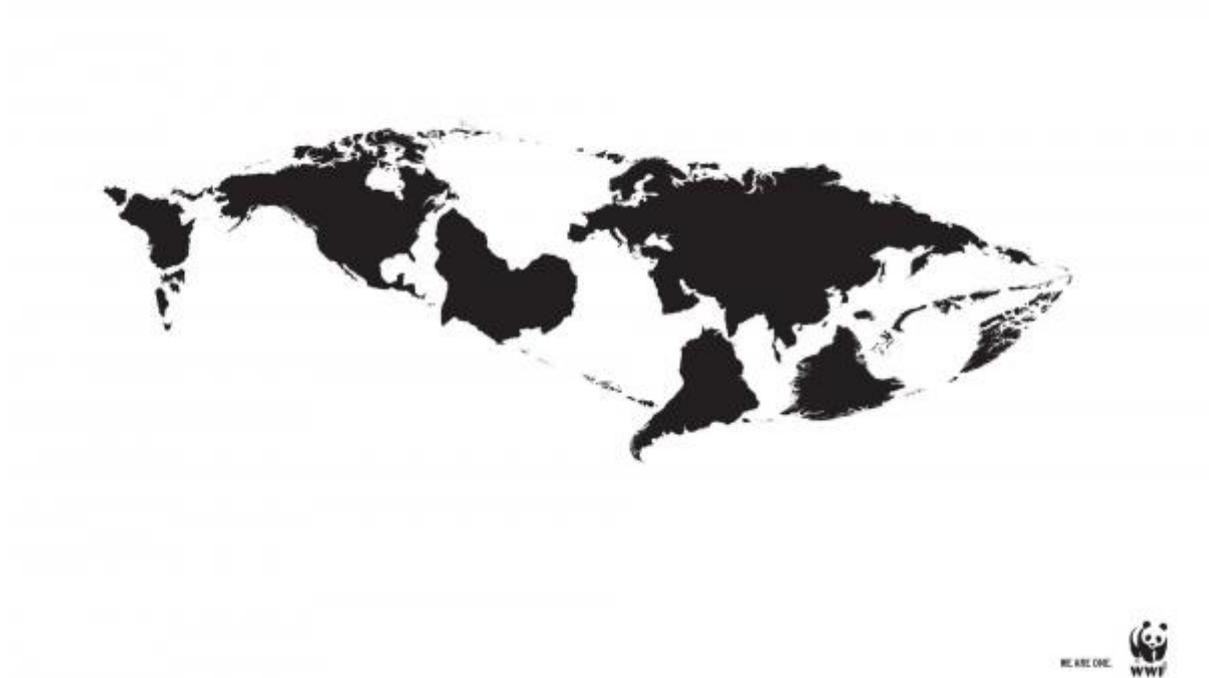


Figura 10. Campanha publicitária "We are one" em português seria "Nós somos um" do WWF.

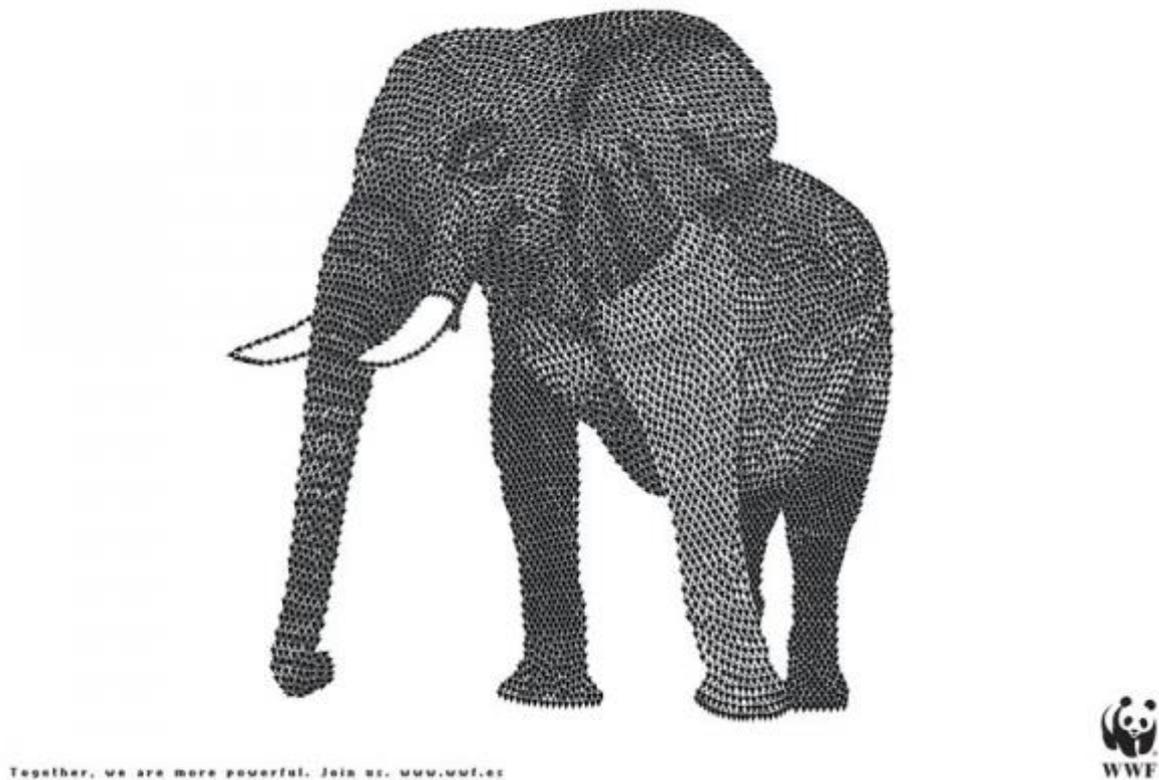


Figura 11. Campanha publicitária “Together. We are more powerful” em português poderia ser: “Juntos somos mais fortes” do WWF

O **Ambiente sistêmico** continua sendo produzido como aquele formado pela união de todos, sejam eles os continentes do mapa mundi, como por árvores, modelando corpos de um grupo específico de animais, os mamíferos. Nas imagens (Figura 10 e 11) o *ambiente* continua sendo produzido como aquele que precisa ser protegido pela união de forças, de todos, do mundo todo, ou pela coexistência de uma floresta inteira. Isso fica marcante quando percorremos os enunciados divulgados pelas ITCA. Em nenhuma imagem, conseguimos enxergar a tão aclamada “*medida da diversidade de organismos numa área local ou regional*” (Ricklefs, 2003 p.483), ou seja, aquela biodiversidade, que os discursos ecológicos ensinam como característica imprescindível do *ambiente*.

Os enunciados imagéticos que geralmente aparecem nas imagens das ITCA são de um punhado de seres, comumente, em situações, que comprometem a perpetuação das espécies: em discursos de *exploração, predação, caça* ou *morte*. Esses discursos criam a tensão de um **ambiente desunido**, cujo principal vilão, em geral, é o mesmo homem que pode salvá-lo.

O **ambiente sistêmico** só é possível porque existe um enunciado que diz: nem tudo é *ambiente*. Logo existiriam alguns outros enunciados que não se enquadrariam como parte do *ambiente*. Vamos chamar esses não ditos de enunciados *desperdiçados*, como aqueles que só são ditos, nos não ditos dos ditos, como nos diz Foucault “minando, no interior, tudo o que se

diz” (FOUCAULT, 2008^b p.28). Da mesma forma, diz Manoel de Barros (2006): “Se admirava de como um grilo sozinho, um só pequeno grilo, podia desmontar os silêncios de uma noite!”. Para Barros (2006), existem seres que mesmo pequenos, desafiam o silêncio da noite, promovendo resistências que provocam o saber naquele momento dominante.

ii. Nem todos somos ambiente

Em todas as campanhas publicitárias que exploramos não vimos enunciados sobre a microbiota, é como se eles simplesmente não *existissem* no discurso das ITCA. Essa ausência é explicada pela relação do dito com o não dito. Os mamíferos de modo geral são os ditos, têm visibilidade nos discursos, e todos os seres que estão fora desse discurso são os não ditos.

Todo o dito tem os não ditos minando sua produção (FOUCAULT, 2008^b), pois ao mesmo tempo em que as imagens de divulgação falam que “todos são ambiente” também falam que “nem todos são ambiente”. O enunciado imagético de microrganismo só aparece nas imagens de divulgação do Ministério da Saúde, para promover o combate a infecções ou epidemias. Como nas imagens abaixo:



Figura 12. Cartaz da campanha do ministério da saúde “Gripe quanto mais prevenção, mais proteção!”, no combate aos vírus da gripe

DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA



**O PERIGO AUMENTOU.
E A RESPONSABILIDADE
DE TODOS TAMBÉM.**

Faça sua parte. Todos em combate ao *Aedes aegypti*.

DISQUE SAÚDE

136

Ouvidoria Geral do SUS.
www.saude.gov.br

APOIO:


Blog do
Anderson Pereira


GOIÂNIA EM 89,7
MANTENDO PRAZER

Figura 13. Campanha publicitária do Estado de Goiânia (Secretaria de Saúde de Goiânia) “Todos contra o mosquito”.



Figura 14. Campanha publicitária sobre uma marca de sabonete que promete a “limpeza” dos microrganismos do corpo.

Em ambas as imagens há a produção do *ambiente* im/pre/visível como aquele que é incerto, para mostrar que não há somente a produção do **ambiente sistêmico**, mas há aqueles que não são chamados para compor as campanhas publicitárias das ITCA. Não são eles *dignos* de receber atenção nos artefatos culturais que trabalham nas causas ambientais. São apenas manchas amareladas que saem do nariz e boca do infectado ou que precisa ser extirpado da pele do homem, pela ação de antissépticos.

Logo, quando o assunto é a causa ambiental, “nem todos somos ambiente”, sendo indicado um conjunto de medidas para o controle da natureza (dominação) e a garantia que os vírus não sejam disseminados. Nas imagens, o Ministério da Saúde, como mais uma instituição que controla os discursos, é que detém a forma correta de controle das práticas que podem, ou não, ser tomadas para impedir que os vírus sejam espalhados na população. Isso também passa pela produção de formas corretas de comportar-se com o seu corpo, em relação ao corpo do outro. O enunciado imagético do vírus produz o *ambiente infectado*, indesejável, que *não precisa ser protegido, mas sim eliminado*.

E qual é o lugar do mosquito transmissor da Dengue, Zika vírus e Chykungunya? Não tem condições de possibilidade nas imagens das ITCA, tem o mesmo destino dos vírus, bactérias e fungos, no lugar dos que devem ser excluídos, pois trazem riscos a vida do homem. A extinção do mosquito é a solução para o fim das doenças que ele transmite, é o mesmo que acontece para todos os transmissores de doenças como ratos, caramujos, pombos dentre outros.

Que lugar esse modelo de *ambiente* ocupa? O lugar da exclusão e daqueles que não precisam de proteção, o enunciado que se produz é *conhecer para proteger-se de algo ou*

alguém, mas, no discurso científico, o corpo humano é uma microbiota na qual coexistem harmonicamente, sendo *natural* tê-los sobre a pele. Tomando como base o saber biológico, a microbiota do corpo humano não é prejudicial enquanto estes vivam harmonicamente em nossos tecidos; mas, pelo discurso da saúde, quanto mais combatidos forem os microrganismos, maior a *certeza* de que estamos *livres* de doenças.

O enunciado imagético que dá o caráter científico para a imagem de divulgação (figura 14) está no detalhe no centro da imagem: uma suposta ampliação da imagem microscópica, promovendo a verificação da existência das tais bactérias antes de usar o sabonete e validando o resultado da exclusão total dos microrganismos depois do uso do sabonete. Tal recurso visual introduz na imagem a ideia de comprovação científica, pois o aumento da resolução do campo de visão do tecido epitelial do menino, torna possível comprovar a eficácia do produto.

Enquanto as imagens de mamíferos, algumas aves e poucos répteis emergem; água, solo e plantas ocupam um lugar minoritário ou simplesmente não aparecem nas campanhas das ITCA. Já figuras de invertebrados e microrganismos são quase inexistentes na materialização do *ambiente* pelas imagens das instituições. Só aparecem sendo produzidas por outras formações discursivas que diferem da biologia, mas com as quais podemos estabelecer conexões.

Tanto o enunciado “*todos somos ambiente*” como “*nem todos somos ambiente*” trabalham juntos e se imbricam, construindo uma rede de in/form/ações sobre modos de *ver* e *dizer o ambiente*. Em ambos os casos, um conjunto de práticas discursivas e não discursivas é produzido, em que nenhum elemento do *ambiente* pode manter-se separado um do outro. Mas há enunciados nas margens, muitos deles, que vamos continuar problematizando nas seções seguintes.

2. SALVEM OS BELOS PORQUE SÃO BONS

Que *ambientes* são possíveis quando *beleza e bondade* se aliam? O que acontece quando eles operam como ícones de proteção ambiental? Nesta sessão, trabalhamos com o enunciado imagético, “salvem os belos e bons”. Esse enunciado produz a *beleza e bondade* como se fossem atributos inatos, ou próprios do *ambiente*, e não como produto cultural, social e historicamente construído. Olhar por este ângulo põe em suspeição alguns critérios estéticos e morais usualmente aceitos, tidos, sobretudo, como próprios da *natureza* do animal, sendo assim utilizados na promoção da ideia de *conservação, preservação* ou *sustentabilidade* do *ambiente*. Mas por que somente alguns elementos são tidos como *imprescindíveis* nas causas ambientais?

O enunciado “salvem os belos e bons” produz o **ambiente carismático**, como sendo o *verdadeiro* modelo ou padrão a ser atingido, elegendo um alvo a ser alcançado nas causas ambientais, propagadas pelas ITCA. Assim, um conjunto de metas e parâmetros biológicos, estéticos, e morais bem intrincados uns aos outros são fixados para o *ambiente*, fabricando modos de ver e dizer e ainda produzindo consciência, como lemos nas palavras de Henning, Henning e Garré (2013 p. 151) “As condutas individuais devem ser minuciosamente reguladas por cada ‘consciência’ em favor da preservação da espécie humana” e da produção do *ambiente* que se deve admirar, sustentar e, por que não (?), salvar.

Não é qualquer elemento que opera o enunciado “salvem os belos porque são bons”. Assim emergem os *domesticáveis, meigos, tímidos, brincalhões, amáveis, fofos, calmos*, dentre outros atributos produzidos como inerentes, mas aqui considerados como um produto da cultura e sociedade no decorrer da História. Em outras palavras, conforme fomos investigando, no enunciado “salvem os belos e bons”, adjetivações vão sendo como que coladas aos seres. Logo, o **ambiente carismático** tem os atributos morais e afetivos como se fossem biologicamente determinados, através, por exemplo, de uma predisposição genética. Nesta perspectiva, podemos nos perguntar: Por que esses enunciados operam e não outros em seu lugar?

Porém, não nos concentraremos somente no enunciado “salvem os belos e bons”, pois, conforme vamos problematizando os enunciados produzidos pelas ITCA, vamos buscando em outras materialidades o mesmo enunciado ou outros que conversem entre si. Com esse conjunto de enunciados, nem um pouco uniforme, produzimos a rede enunciativa que como uma trama se re/envolve para produzir o **ambiente carismático**.

A dispersão do mesmo enunciado em diferentes materialidades obedece a uma regularidade a qual também nos interessa investigar, pois os enunciados juntos falam de uma beleza “nunca vista”, uma “riqueza exuberante”, e de uma “preciosidade em perigo”, que a todo

o momento se produz com mais rapidez seja por meio das páginas nas redes sociais, da televisão, e de diferentes artefatos culturais questões que precisam ser problematizadas e que cada vez mais se aproximam do sujeito pelos aparelhos de comunicação multifuncionais como smartphones e computadores portáteis.

Se há os que merecem e precisam ser salvos, é porque tem quem esteja fora dessa necessidade. Quem são? Onde estão? E porque habitam o reverso do enunciado “salvem os belos porque são bons”? Os belos e bons não existem sem os feios e maus. Um é a condição de possibilidade do outro, um é o referente do outro na ordem do discurso ambiental. Mas que *ambiente* é este pensado a partir de uma lógica em que harmonia e equilíbrio estão assentados em critérios estético-morais, contrariando os pressupostos evolutivo-ambientais? Como ficam situados os saberes do campo biológico nesta malha discursiva em que enunciados em disputa compõem slogans que bradam em prol da vida?

Nessa perspectiva, quem serão os eleitos, os “herdeiros da terra”? Quem é merecedor do “indulto” da salvação? Em suas campanhas, as ITCA elegem “os belos e bons”, que figuram na composição de uma trama enunciativa, na qual saberes e enunciados se digladiam, negam, chocam, cruzam, forjando práticas discursivas e não discursivas, tomadas como adequadas políticas ambientais.

Pensando na montagem dessa rede de enunciados, algumas perguntas emergem: O que permitiria ao **ambiente carismático** continuar conquistando cada vez mais espaço não somente nas imagens das ITCA como em diferentes materialidades? Que condições de possibilidade são necessárias para que ele continue provocando, e convocando mais apreciadores e defensores? Como não *conservar* um *ambiente* com qualidades supostamente tão atraentes? Atraentes para quem? Por quê? E em que momento o enunciado “não salvem os feios e maus” encontra condições de possibilidade para entrar na ordem do discurso ambiental? Para tentar sinalizar algumas respostas, chamamos o primeiro conjunto de imagens, que veremos a seguir:



Figura 15. Imagem do jogo RubeScape, cuja renda é revertida para o WWF;



Figura 16. Campanha do WWF em praça na suíça com 1.600 bonecos, em comemoração aos 50 anos de fundação do WWF 2011.

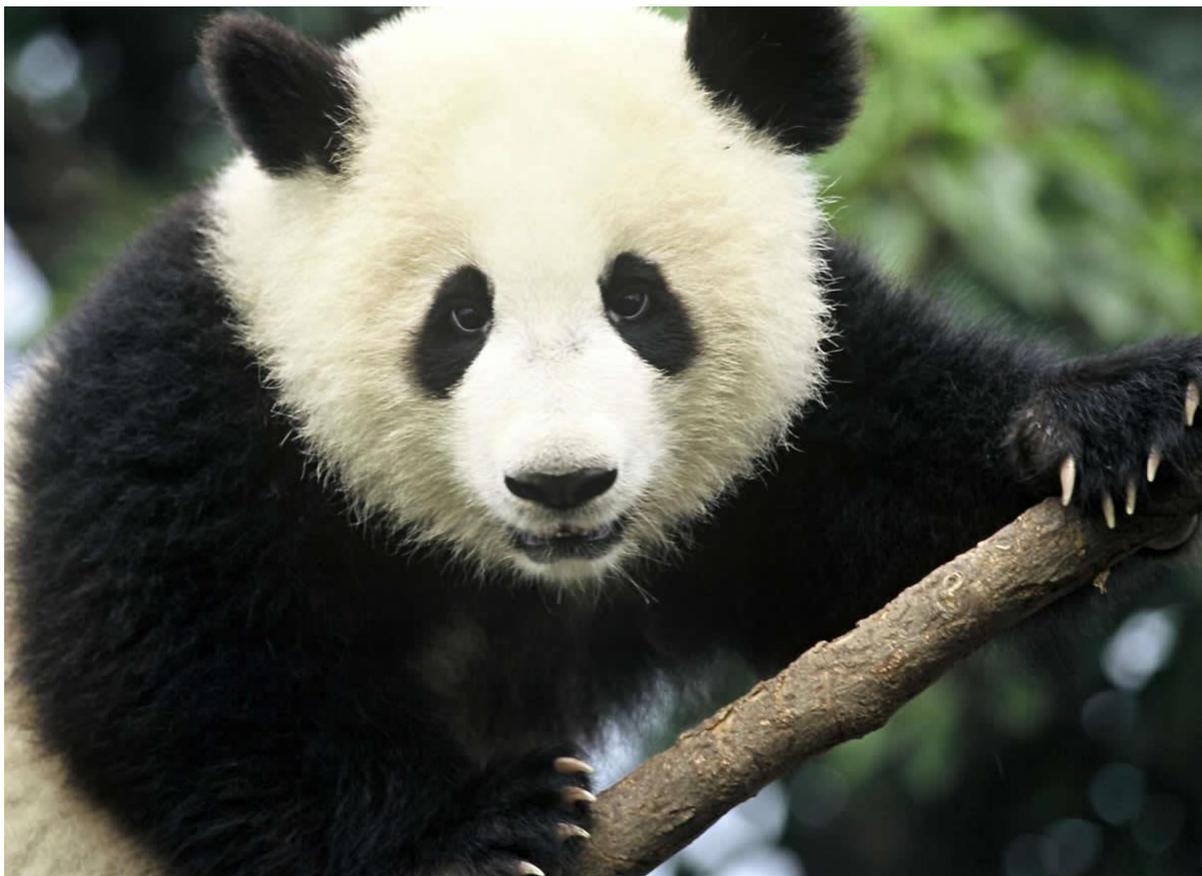


Figura 17. Imagem disponível no site da instituição: <http://wwf.org/> acessado dia 24/02/2016 as 09:43 hs. É a imagem de pano de fundo de uma das seções do site que se refere a adoção de espécies em extinção com valores que serão revertidos para os projetos da ITCA

O conjunto acima é composto por três imagens divulgadas no site do WWF, produzidas em projetos de divulgação da instituição, e nelas opera o mesmo enunciado “salvem os belos e bons”, mas a materialidade que utilizam para forjar o *ambiente* é diferente. Uma (figura 15) circula pelos jogos de videogame, no chamado “mundo virtual”, outra (figura 16) é produzida em plena praça pública, no chamado “mundo real”, e a terceira (figura 17) é divulgada pelo site institucional. Todas trabalham com o mesmo enunciado, e este produz um *ambiente* que se deve/pode, “amar, cuidar e defender”.

A figura 15 é a imagem de divulgação do jogo de aventura para computador, chamado RuneScape⁴⁹. Nele o participante, pela realidade virtual, recebe um felino que deve ser protegido durante todo o jogo. O objetivo é ajudar a “salvar a natureza”, passando por desafios a cada fase. À medida que o jogador avança nas fases, consegue pontos que podem ser doados para um personagem do jogo chamado Conservacionista, e essa doação também concede benefício ao jogador. Apesar de ser um produto feito em parceria, a venda do jogo é

⁴⁹ Disponível em: <http://www.runescape.com/community> acessado 13/02/2016 as 20:57 hs;

totalmente revertida para o WWF, ou seja, essa doação, segundo o site que divulga o produto, é “para a caridade” ambiental.

A campanha publicitária da figura 16, realizada em uma praça pública em Genebra, na Suíça, teve a exposição de 1.600 bonecos artesanais imitando ursos panda para chamar atenção da população em comemoração aos 50 anos de fundação do WWF. Segundo um dos sites de notícias que publicaram a reportagem, “Os ‘animais’ foram distribuídos por diversas partes do local e atraíram a atenção de quem passava pelo parque, principalmente das crianças, que corriam ao redor dos bonecos” (Portal G1, 2011⁵⁰).

A terceira imagem (figura 17) é de divulgação do próprio site da instituição como pano de fundo para a seção “adote um panda”. Em todas essas ações operam o mesmo enunciado, “salvem os belos e bons”, e este ajuda a produzir o **ambiente carismático** como aquele que deve atender a um padrão de beleza associado a critérios de bondade e tudo que é bom deve sobreviver.

Quando essa beleza e bondade são ameaçadas pela indiferença do homem, o *ambiente* é construído como se corresse um perigo iminente. Porém, isso aparentemente atinge somente algumas espécies, tornando a produção das imagens seletiva, porque dá predileção a uns em detrimento de outros.

Alguns dos enunciados que operam nas imagens são familiares, mesmo não fazendo parte da fauna ou flora brasileira, pois nossos olhos aprenderam a *ver* e *dizer* esses enunciados de tanto que esbarramos neles durante nossas vidas. Esse montante de enunciados imagéticos, encabeçados pelos mamíferos, fabricam modos de ver o *ambiente* apelando a supostos atributos culturais naturalizáveis, que aparecem quando criamos determinadas características e dizemos que elas são próprias dos elementos aos quais nos referimos. Quantos são os que sofrem violências e nem chegam a ser mencionados nas listas de espécies ameaçadas de extinção?

Quando nós voltamos para os discursos biológicos, o valor de um ser não é dado por suas características individuais, sequer estéticas, tampouco morais (afinal, há uma moral ou o que se chama de ética na natureza?). Logo, segundo a biologia todos os elementos do *ambiente* podem/devem estar em *harmonia*, ou seja, todos devem ser *preservados*, *conservados* ou *sustentados*. Nesse campo, a importância de um ser é pensada em uma teia de relações, na qual não há hierarquia. As chamadas cadeias alimentares com seus níveis tróficos, por exemplo, são apenas simplificações de relações complexas e cambiantes entre organismos interdependentes.

⁵⁰Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/09/ong-espalha-1600-bonecos-de-urso-panda-em-praca-da-suica.html> acessado em 29/01/2016 às 10:47hs.

No entanto, mesmo no meio acadêmico, há discursos que incentivam que as espécies consideradas belas e/ou bondosas tenham prioridade quando o assunto são as causas ambientais. Um levantamento⁵¹ feito por Murray A. Rudd (2011) com 583 cientistas conservacionistas, informa que 60% dos pesquisadores afirmam serem a favor de uma hierarquização dos seres que têm prioridade na conservação, e que essa categoria não leve em conta exclusivamente a importância biológica do espécime, mas também o fator beleza e simpatia. Sem ele, a fabricação da compaixão ficaria comprometida, pois os seres feios não têm as características estéticas costumeiramente valorizadas para tal empreitada, aqui opera o enunciado “*que me perdoem os feios, mas beleza é fundamental!*”.

Não é de qualquer um que partem esses ditos, mas são sujeitos que ocupam um lugar de fala institucional, o da ciência, para poder falar e serem ouvidos. Esses cientistas falam de um *ambiente* que alia a beleza como ferramenta potenciadora das causas ambientais. De maneira que a associação do discurso ambiental científico a padrões estéticos e morais produz uma adequação que o *ambiente* deve sofrer para convencer mais aqueles que buscam motivos para engajar-se nas causas ambientais. Ressaltamos que muitas das campanhas publicitárias se utilizam de discursos científicos para trazer porcentagens, estimativas, referências para produzir respaldo científico e fornecer mais validade aos discursos.

Se beleza e simpatia são fundamentais para a produção dos que entram nas listas de conservação de espécies não é porque sejam eles os únicos que precisem de proteção, mas porque a beleza e a bondade são construções tidas como valores na sociedade, na cultura; valores que são fruto de determinado momento histórico.

i. “Belos x bons”, “belos porque são bons”...

Ora, a beleza e bondade nem sempre foram direcionadas para os mesmos seres que são hoje, nem foram sempre atreladas uma a outra; ou seja, nem sempre beleza foi sinônimo de bondade. Segundo Thomas (2010), os animais mais belos no século XVI eram aqueles que desempenhavam maior participação no cotidiano do homem, como os cavalos, para o transporte; os cães para a proteção do rebanho; as abelhas que forneciam o mel, dentre outros. Até mesmo os piolhos tinham sua “beleza”, já que incentivavam os homens a demonstrarem de forma mais recorrente cuidado com seus hábitos de higiene. Algumas plantas eram belas pela evidência da simetria ou pela utilidade que tinham na vida do homem, como o couve-flor que era apreciada como uma planta bela (THOMAS, 2010).

⁵¹Com título em inglês: “Scientists’ Opinions on the Global Status and Management of Biological Diversity” em português seria: “Opinião dos cientistas sobre a situação global e gestão da diversidade biológica” (tradução livre);

Ainda sobre os auspícios do mercantilismo com as grandes viagens marítimas no século XVI, nos relatos dos viajantes europeus sobre as terras recém-descobertas, havia a descrição da exuberância animal e vegetal, mas não associada diretamente com a bondade, e sim, com o sinistro, com o inóspito, temerário ou com o assustador. As florestas de mata fechada eram desconhecidas, e conhecê-las era exigência de todo o que participava das viagens. Segundo Amaral (2003), os viajantes falavam de uma floresta magnífica, espetaculosa, mas também destacavam que essa beleza carecia de progresso da agricultura, das estradas, das cidades para ser considerada boa. Esse era o modelo europeu de modificação do seu entorno, por isso essa beleza não era tão boa assim, pois precisava ser modificada.

Os relatos dos viajantes sobre as excursões em 1500 e nas viagens de 1800 para o mapeamento biológico do território brasileiro produzem enunciados diferentes, ou seja, falam da beleza da natureza de formas distintas. Nos primeiros relatos, era produzida uma beleza inóspita que depois foi sendo substituída por uma beleza que precisa ser desvendada, descoberta segundo os parâmetros científicos. O iluminismo não permitiria que algo tão mítico permanecesse sem a iluminação do saber científico, sem experimentos, e quem sabe fornecer a cura para as doenças que assolavam a Europa?

Com relação às características estéticas, para o homem europeu, as matas brasileiras tinham um estranho predomínio do verde, bem diferente dos jardins europeus, em que havia uma multiplicidade de cores, cheiros, formas e tamanhos diferentes, porém todos organizados por uma ordem, com vistas ao “prazer estético”: *“As flores [...] eram cultivadas não por serem medicinalmente úteis ou simbolicamente significativas, mas por serem de estética agradável”* (Thomas, 2010 p.327), já que naquele momento a *diversidade* de cores era tida como um suposto deleite a quem as admirava.

Se fizermos um paralelo com as produções que temos hoje sobre o *ambiente*, devemos considerar os filmes de animação que circulam em nossos dias e produzem o *ambiente* como bom, quando criam uma suposta harmonia entre os seres, um colorido como dos jardins europeus e uma bondade que emana do natural para o civilizado. Isso acontece no longa-metragem “Rio⁵²” (2011), em que o *ambiente* é fabricado com uma explosão de cores, em plena “inferno verde” da Floresta Amazônica. Nesta película os: *“elementos ambientais são totalmente estilizados e descontextualizados, a começar pela idílica floresta urbana apresentada na abertura, com árvores imponentes e uma fauna variada e em plena harmonia cujo colorido é bem evidenciado”*(CERQUEIRA & AGUIAR, 2013 p.121), produzindo o

⁵² Longa-metragem de animação produzido pela Pixar e Blue Filmes sob a direção de Carlos Saldanha EUA, 2011.

natural e o civilizado como convivendo harmonicamente. Como vemos nas imagens retiradas do filme:

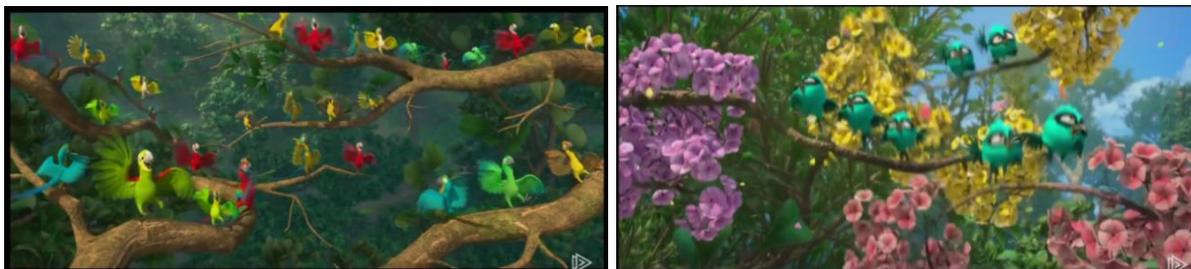


Figura 18. Cenas introdutórias do filme, mostra o nascimento do protagonista a arara-azul "Blue".

Nas Nas imagens acima, o **ambiente carismático** é apresentado como explosão de cores, que se destaca na imensidão do verde da mata, como se cor fosse sinônimo de vida e vida de qualidade, a única possibilidade de pensar o *ambiente saudável, desejável*. A beleza então é produzida na multiplicidade de formas, cores e aromas. Mas, na floresta amazônica, é produzida como um lugar de colorido intenso, muito movimento e alegria, até o desconhecido é produzido como algo que se une à festa.

Outro ponto interessante sobre esses filmes na produção do **ambiente carismático** é a predominância de alguns animais em detrimento de outros como protagonistas das tramas. Porém, como essas películas se comprometem a produzir um *filme ambiental*, espera-se que haja discussões para além do estético. Segundo Cerqueira e Aguiar (2013 p.122), o modelo de *ambiente* produzido nelas são “descontextualizados de seus ecossistemas e das políticas que os degradam e/ou destroem” (CERQUEIRA & AGUIAR, 2013 p.122), o que contribui para a hierarquização de algumas características como mais importante que outras, e formas de vida mais interessantes para ocuparem esse lugar que outras, mesmo que ambas sejam construídas historicamente pela cultura e sociedade.

Voltando aos séculos XVII e XVIII, neles se manteve o predomínio do homem sobre a natureza, tanto que o homem se colocava como o ser mais belo da criação. Para Bacon a natureza deveria ser conhecida e assim, dominada, e se algo diferisse disso, era tido como uma conduta bruta, sem cultura ou carente de civilização. De maneira que ser chamado de “animal” naquele momento era uma das piores afrontas, pois eram muitos os argumentos para aumentar a distância entre os animais e o homem (THOMAS, 2010). Até hoje existem tensões em usar de nomes de animais para se referir a alguém, mesmo com tantos discursos de proteção aos animais.

No século XIX, no contexto econômico, a revolução industrial fazia o homem usar os recursos em um ritmo muito mais acelerado, produzindo as grandes cidades como lugares

muito diferentes do campo. O Romantismo produziu o desejo de renovar os sentimentos sobre a natureza fazendo o homem retornar a admirar a natureza, mas não da mesma forma que antes.

Como lemos no trecho abaixo:

“Em nome dessa sensibilidade que idealizava a natureza, enquanto uma reserva de bem, beleza e verdade, abriu-se um importante debate sobre o sentido do bem viver, onde a natureza foi vista como um ideal estético e moral. Essa posição se expressou nas inúmeras críticas às distorções da vida nas cidades, as invenções humanas na natureza, a posição utilitária dos recursos naturais a violência contra animais, plantas etc.” (Carvalho, 2001 p. 75)

Foi em meio à diferença que o homem quis “fazer o caminho de volta”, foi com a vida nas cidades, o ar cada vez mais denso, que se passou a admirar o ar “puro” do campo, foi em meio à agitação das cidades que foi possível a valorização do interior. Antes mesmo de Darwin e suas teorias terem condições de possibilidade, o homem como ser supremo sobre a natureza estava se fragmentando. A beleza da natureza era cada vez mais enaltecida pelas ciências e ganhava mais notoriedade e potencialidade para continuar sendo desvendada (CARVALHO, 2001).

A beleza e graciosidade eram produzidas associadas nas artes, como a dança. A figura esbelta da bailarina que quanto mais graciosa nas interpretações mais adequada era para o balé, produzia o modelo de beleza feminino desejado para as mulheres (GOMES, 2000). O que não era diferente quando “Os viajantes ‘pitorescos’ olhavam para a natureza apenas em busca de conformidade com um padrão preconcebido ou modelo aceito de harmonia estética” (THOMAS, 2010 p.376).

No século XX, mudanças ocorreram introduzindo uma nova forma de se referir a animais, plantas, rios, montanhas, atmosfera e toda a gama de elementos da natureza que passaram a ser estudados com muito mais especificidade pelas áreas da ciência e assim esses elementos iam sendo vistos como aquele que deveria ser *amado* porque eram bons para a manutenção da vida na terra. “A urbanização acelerada, a expansão agrícola e a industrialização crescente colocavam em destaque discursos de valorização estética da natureza como uma fonte de bondade e beleza” (GUIMARÃES, 2008 p.94).

As mudanças políticas e econômicas foram intensas e a pressão sobre a natureza como fonte de recursos foi fazendo aparecer uma natureza desfigurada, cujo principal vilão era o homem. A natureza passa a ser dita e vista como objeto deteriorado. No final do século XX, ela começava a ser tratada como aquela que precisava de cuidado e atenção ou se tornaria uma situação irremediável. Beleza e bondade se tornam aliadas para falar daquilo que deveria ser conservado e preservado.

No Brasil, as florestas, que antes eram tidas como empecilho ao progresso, com as reuniões e a pressão internacional, foram se tornando foco de mobilização para proteger seus “recantos de vida”, requerendo união mundialmente de todos em prol de uma sociedade anônima, sem rosto ou nacionalidade. A Amazônia neste contexto deixa de ser dita somente como beleza inóspita, e a este se associam enunciados de uma beleza bondosa para com as populações tradicionais, e não só para aqueles em que nela estão, como para o mundo inteiro. “Amazônia sociedade anônima, uma terra de superlativos” é uma das frases que abrem o conjunto de reportagem⁵³ que abordou em 2015 os desafios do século XXI para a Amazônia sem deixar de dar evidência a beleza exuberante que vemos todos os dias na mídia.

Enunciados sobre a beleza e bondade da Amazônia convivem com enunciado da beleza e bondade de ursos, golfinhos e focas. Beleza e bondade que são “exploradas” não mais em seus recursos, mas sim por aquilo que deve ser exposto para o mundo. O consumo da beleza e bondade nunca esteve tão presente no discurso ambiental, pacotes de viagens, intercâmbios e programas televisivos fabricam um *ambiente* à venda. São as “piscinas naturais”, é o “silêncio da floresta”, são os “desafios das cachoeiras” que movimentam e desafiam os turistas a continuarem consumindo o *ambiente* que obedece a características definidas como de um **ambiente carismático**, como aquele que a todos convida para dele usufruir.

Os seres não serão salvos apenas por serem belos, mas porque a beleza implica numa suposta bondade intrínseca. Vemos isso em alguns sites de notícias com reportagens sobre animais que apresentam um “comportamento que emociona” e provoca comentários a cada reportagem produzida. Isso acontece porque é produzida uma bondade nos animais que ensina como nós devemos tratar os outros. Assim emergem os “cães como os fiéis companheiros”, “o cauteloso rio”, “amor das fêmeas por seus filhotes”.

É a moralidade do *ambiente* a serviço da produção de um novo modelo de homem, que aprende a como se relacionar com tudo a sua volta, pelo exemplo dos que o homem sempre teve como os “irracionais”. Uma biopedagogia do amor, que ensina o homem que ele pode aprender “belas” lições sobre como ser bom um para com o outro e, ao aprender, pode modificar o seu entorno.

Vemos os belos sendo produzidos como bons também em outras materialidades, como nas histórias que se contam nas telas do cinema, da televisão, nas páginas dos livros que encantam crianças e adultos. Nessas histórias, os bonitos vão aparecendo como bons e os feios

⁵³ Ver reportagem “Amazônia sociedade anônima” do programa Fantástico, disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/quadros/amazonia-sociedade-anonima/noticia/2015/03/serie-revela-amazonia-ainda-anonima-para-o-brasil.html> acessado em: 18/02/2016 as 19:46hs;

como maus; estes vão sendo construídos como os que devem morrer, desaparecer, pois são indesejados. Ao mesmo tempo são eles que dão vivacidade aos mocinhos das histórias, são eles os que desafiam os príncipes a exercerem toda a coragem e ousadia tão aclamada nas histórias de contos de fadas. Kindel (2003) nos diz que:

“a influência que o romantismo tem/teve sobre a produção dos desenhos animados ao afirmar [...] a ideia do triunfo do bem sobre o mau, bem como a exigência de ter sempre um final feliz para as histórias além da opção pelos enredos heroicos e pela magia dos cenários” (KINDEL, 2003 p. 151 e 152).

Vejamos a clássica história da Bela e a fera⁵⁴ (1991); que produz a beleza atrelada à bondade e à resignação, quando a moça bela e boa se apaixona por um feio e mau, ou seja, um “monstro”. Esse amor só pode ser desfrutado se o “monstro” se torna não somente bom como belo, se adequando aos padrões estéticos dos “príncipes” fabricados pelas empresas Disney. O lugar da maldade é ocupado pelo vilão, que é inculto, bruto e não se “redime” em nenhum momento do filme. O que seria do bem se não houvesse o mal? O que seria dos mocinhos se não houvesse vilões?

Ora, o que seriam dos contos de fadas sem os vilões? São eles que produzem a trama. É pelo ódio, e pelos planos maquiavélicos que o mocinho/príncipe pode expor toda sua coragem, destreza e capacidade de salvar a mocinha/princesa dos perigos. O que seriam dos atos de coragem dos príncipes dos contos de fadas se não fosse a maldade nos vilões. É, portanto, nesta relação entre belo/bom e feio/mau que a grande parte das histórias são construídas.

Se consideramos que os filmes da Disney, por exemplo, são produtores de discursos também sobre a natureza (KINDEL, 2003), podem da mesma forma produzir seus efeitos de verdade sobre o *ambiente*. É o que tem acontecido nos filmes deste século XXI, a discussão que tem ocupado as salas de cinema traz discursos sobre uma revolta do *ambiente*, pelo lixo⁵⁵, desmatamento⁵⁶, caça⁵⁷, dentre outros temas, eles produzem uma beleza ameaçada pela maldade do homem. O que seria das campanhas de preservação se não existisse o vilão homem? Elas não teriam sentido. Mas, quando o homem se tornou o vilão e o *ambiente* algo a ser protegido? Como essa luta entre o bem e o mal foi sendo apropriada pelos discursos preservacionistas?

⁵⁴ Produzido por: Disney, dirigido por: Gary Trousdale, Kirk Wise, nome original “Beauty and the Beast” EUA, 1991;

⁵⁵ “WALL-E” Produzido por: Disney/Buena vista, dirigido por: Andrew Stanton EUA, 2008;

⁵⁶ “Os Sem Floresta” Produzido por: United International Picture, dirigido por: Tim Johnson, Karey Kirkpatrick, nome original “Over the Hedge” EUA, 2006;

⁵⁷ Procurando Nemo Produzido por: Disney/Buena vista, dirigido por: Andrew Stanton, Lee Unkrich, nome original “Finding Nemo” EUA, 2003;

Até o século XVIII não se questionava maciçamente a predominância do homem sobre o *ambiente*; o que se tinha eram pequenos movimentos que questionavam algumas condutas, mas pouco expressivos (THOMAS, 2010). Foi somente no século XX que os discursos do homem como destruidor do *ambiente* foram sendo produzidos, somente após as movimentações em torno do discurso apocalíptico que profetizava o fim do planeta Terra.

A produção da catástrofe, foi amplamente difundida na década de 1980, quando matemáticos e outra série de cientistas elaboraram estudos que avaliavam a interferência do homem no *equilíbrio ambiental*. Nesse contexto, multiplicaram-se as reuniões, seminários, conferências e congressos, que tinham como discurso principal o *ambiente em colapso*, para montar soluções para o caos ao qual se encaminhava a sociedade mundial.

O *ambiente* em colapso não surgiu de uma hora para outra, e nem o homem surgiu como o vilão do *ambiente* rapidamente. Desde o início do século XX se tinham pesquisas que abordavam as consequências dos elementos químicos comumente usados na agricultura e na medicina para o *ambiente*. Mas a morte de animais e a contaminação de rios movimentou mais cientistas para pesquisarem o que estaria causando tantos efeitos maléficos sobre o *ambiente*.

Uma zoobotânica, Rachel Carson, estudou os eventos que ocorriam e as pesquisas que pelo mundo estavam sendo feitas sobre o uso de inseticidas como o DDT e produziu o livro Primavera Silenciosa, (1962), o mais lido nos EUA durante dois anos consecutivos. A denúncia disseminou as consequências que o homem estava provocando no *ambiente*. O *ambiente* passa então a ser alvo nas discussões internacionais, até o ano de 1972 quando acontece a primeira reunião internacional – Conferência de Estocolmo – dedicada à discussão sobre os rumos do *ambiente*.

No evento foi elaborado o Manifesto ambiental⁵⁸, com as resoluções fruto das discussões sobre pesquisas e análises que os países acumularam sobre a situação do planeta Terra. No Manifesto ambiental, o homem aparece ocupando o lugar de agente responsável pelas modificações prejudiciais do *ambiente*, mas a tônica do manifesto é a melhoria deste para o “benefício” do homem. E esse movimento não pode ser pontual, mas interligado:

“Para atingir este objetivo ambiental exigirá a aceitação de responsabilidade por parte dos cidadãos e das comunidades e por empresas e instituições em todos os níveis, todos compartilhando equitativamente nos esforços comuns. Indivíduos em todas as esferas da vida, bem como as organizações em muitos campos, por seus valores e a soma de suas ações, irão moldar o ambiente de mundo do futuro” (Manifesto ambiental, 1972)

⁵⁸ Este documento, assim como outros produzidos nesta reunião podem ser encontrados em: <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en>. Acessado em: 18/02/2016 as 21:46 hs;

O *ambiente* que se produz aqui é como aquele que interliga todas as esferas da sociedade, e impõe novos padrões de conduta, de consumo e novas condições de possibilidade até mesmo para as campanhas publicitárias produzidas pelas ITCA que tiveram seu ápice após esse e outros documentos produzidos em reuniões internacionais. Outro desse documentos foi denominado de “Nosso futuro comum” (1987), no qual em um de seus trechos diz: “Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia”. Colocando assim em circulação outro conjunto de discursos ambientais agora chamado de sustentabilidade.

Podemos destacar dois outros artefatos culturais que participaram maciçamente na produção do homem como o mau e o *ambiente* como o bom na literatura científica e na mídia. Um deles foi o livro “Ponto de mutação” de Fritjof Capra (1983) e o documentário “Uma verdade inconveniente”⁵⁹ (2006), promovido pelo ex-candidato à presidência dos Estados Unidos da América, Al Gore. Ambos têm como objeto de estudo, as transformações que o *ambiente* sofreu como consequência da má administração e dominação do homem sobre o *ambiente*.

Mas, juntamente com os discursos que antecipavam os desastres que a Terra sofreria pela má administração do homem, era produzido, nos arredores deste, o *grito de esperança*⁶⁰, como remediação, se, e somente se, uma série de práticas em relação ao *ambiente* fossem adotadas por governos, empresas e indivíduos. Nesse grupo de práticas estavam as *regras e metas para reduções do crescimento populacional, melhor distribuição de renda e riquezas*, dentre outras mudanças na maneira como o *ambiente* estaria sendo produzido discursivamente (RICKLEFS, 2003), como objeto de *uso inconsequente*.

A década de 1990 é muito aclamada como o momento de maior produção de material midiático, músicas, filmes, programas, reportagens, produtos, e várias outras materialidades em que operavam os discursos ambientais (CERQUEIRA & AGUIAR, 2013). Muitos desses discursos produzidos pelos artefatos midiáticos a que nos referimos, encontraram condições de possibilidade após uma fase de discussões acaloradas no âmbito das instituições políticas, econômicas e científicas, sobre os rumos que o homem estava impondo ao planeta Terra.

⁵⁹ No original: “An Inconvenient Truth”, dirigido por: Davis Guggenheim, produzido por: PARAMOUNT PICTURES. EUA, 2006;

⁶⁰ Música “As crianças, do mundo inteiro, irão gritar / Vocês vão ter que ajudar / A saúde do planeta ou não teremos onde morar / O próprio Deus para criar os homens criou antes esse lugar / E de graça se ofereceu com outros nomes / De pão, de água e de ar”

O discurso ambiental já havia se ramificado em leis para a educação, para a indústria, o comércio e os discursos sobre os problemas ambientais já haviam tomado proporções grandiosas, quando a indústria cinematográfica começou a dar os primeiros passos em direção a outras perspectivas mais inquietantes sobre o *ambiente*. O discurso ambiental ganhou fôlego e produziu novas práticas em muitas esferas da sociedade.

Dentre elas; a entrada das ONG no mundo corporativo e na difusão de campanhas publicitárias de proteção ambiental. O fofo panda que estampa a logomarca da WWF é reconhecido mundialmente suscitando adesões que envolvem apelos à beleza, associado à ternura.



Figura 19. Imagem que marca o WWF internacional

“Nós queríamos um animal que fosse bonito, estivesse em perigo, e fosse amado por muitas pessoas em todo o mundo por suas qualidades atraentes. Também queríamos um animal que tivesse um impacto em preto e branco para poupar dinheiro em custos de impressão.” (Peter Scott– Um dos fundadores do WWF, 1961 **tradução livre e grifos nossos**) 7 de dezembro de 2012 design inspirador no logo da wwf.

Ambos os textos, verbal e imagético, dizem quem deve ser objeto de atenção das causas ambientais. Os atraentes. Mas atraentes para quem? Por quê? O enunciado “salvem os belos e bons” produz nesse conjunto o **ambiente carismático** como aquele que sempre teve condições de possibilidade para encantar e atrair olhares. É como se o animal já tivesse surgido na história evolutiva com todas as credenciais para ser o ícone de proteção ambiental.

Porém, beleza e docilidade diferente do que o conjunto imagético produz não nasceram com o animal, mas são produto cultural de discursos que não se limitam nem ao seu “habitat natural”, mas percorrem o mundo através da linguagem. Com isso queremos dizer que o urso panda assim como os demais membros do seletivo grupo dos belos e bons, não são geneticamente belos, a beleza não está inscrita em seu DNA, e muito menos a amabilidade. Nessa perspectiva, concordo com Freitas (2010), quando trata o DNA para além de um mero “aparato orgânico”, mas como produto e produtor de discursos, muito utilizado para re/forçar fabricações, inclusive do “melhor animal” para apresentar uma ITCA.

Nessa perspectiva, Ripoll (2007) defende que em alguns casos o DNA é construído como a origem de tudo, inclusive da beleza/bondade ou da feiura/maudade. É como se o gene guardasse a beleza de determinada espécie, e possibilitasse que essa beleza fosse expressa como que para a preservação de determinada espécie, ou daquelas que estão nas listas em que elas emcabem. Nesse modelo, os genes são construídos “[...] como uma entidade antropomorfizada, portadora de poderes excessivos” (RIPOLL, 2007 p.121), inclusive para determinar qual espécie salvar.

Logo, não podemos defender que são as ITCA que instituem os critérios, mas provavelmente são elas que contemporaneamente o põe em circulação. Do contrário, como espécies que nunca vimos poderiam produzir atitudes nas causas ambientais? Certamente, porque nossos critérios de beleza não são construídos pelo que experienciamos, mas pela linguagem. É aqui que ronda o perigo, em considerar os padrões biológicos como a única forma de leitura correta para o ambiente e encarar a *beleza, bondade e afeto pelo ambiente* como algo puramente pertencente à genética do animal.

Concordamos com Freitas & Chaves (2011, p.2) quando comentam a potência dos discursos biológicos dispersos na mídia, pois “[...] age como um forte e poderoso instrumento de subjetivação pela maneira com a qual interpela e desse modo cria, através do discurso, modos de ser e agir no mundo, estabelecendo identidades estabilizadas, normalizadas”, como é o caso

dos “belos e bons”, eles normatizam quem será alvo das ITCA. Logo, um *ambiente* não é pré-disposto a ser dócil, mas à medida em que o enunciado “salvem os belos e bons” opera, ele se torna dócil, portanto ele é docilizável, condição criada, e não instaurada pelo nascimento, sequer pela hereditariedade.

Da mesma forma, a dita *fofura* é fabricada pois o panda nem sempre foi dócil, belo e bom. As declarações do tipo: “*Ele é fofa!*”, “*Ele é tão pacato*”, “*Ele é tímido*”, estão a todo o momento circulando na mídia, que noticiam dentre outras coisas o “milagroso nascimento” em cativeiro de mais um “bebê panda”. Isso produz uma suposta esperança no ressurgimento da humanidade pela não extinção dos animais. Mas como um urso panda passou a ser tratado quase como um filhote humano? De maneira que o animal se torna universal, propriedade de uma instituição que produz seus discursos ao redor do mundo? Como o urso se tornou ícone das ITCA? Porque ele e não outro em seu lugar?

Nem sempre o enunciado dos ursos, por exemplo, esteve associado ao discurso ambiental ambientalista. Até o início do século XX o lugar do urso era empalhado ou sua pele transformada em tapetes. Eles eram disputados por caçadores e por aqueles que praticavam a caça esportiva. Eram úteis somente pelo viés do divertimento e do lucro, porém a caça de animais saiu so status de diversão, para ocupar o lugar da ilegalidade. Para que essa mudança fosse possível toda uma conjuntura social, política e econômica teve que ser alterada.

Enunciados sobre o urso eram desconhecidos no ocidente até 1869, quando o naturalista francês Armand David trouxe a pele de um desses mamíferos da China, das montanhas de Chengdu, na região de Sichuan, para o museu nacional de Paris, e lá o classificou como *Ursos melanoleucus* (David, 1869). Porém no oriente, mais precisamente na China o urso era uma espécie comum, encontrar fêmeas com filhotes nas montanhas era algo também comum.

A caça de ursos era livre, em geral funcionava para presentear um conhecido, com desejos de “boa-sorte”. Aqui o discurso ambiental mítico produzia enunciado “matar para dar sorte”, produzia o animal como amuleto, dotado de “poder” para conferir prosperidade aqueles que o recebessem como presente. Mas como esse enunciado “matar para prosperar” foi substituído por “preservar para perpetuar”?

Somente no século XX, precisamente em 1936, uma mulher da alta sociedade norte americana chamada Ruth Harkness, em visita à China, levou para os Estados Unidos da América o primeiro filhote de panda vivo, chamado de Su Lin. A visibilidade do animal era interessante para o momento político em que os EUA viviam, as guerras e para os corações desolados das batalhas, a apresentação de um animal aparentemente *manso* produziu o

espetáculo da natureza. Afetos foram produzidos para curar as feridas que o caos da guerra tinha feito na alma da população fragilizada comovendo a população que precisava de atrativos que os levassem a se ocupar com a observação de uma natureza dócil.

Somente em 1949, o museu de Washington recebeu o primeiro filhote de urso panda para a exposição ao público; mas veio logo a falecer; mesmo com os recursos científicos, não resistiu ficar em cativeiro. O pouco conhecimento sobre o espécime levou pesquisadores a montar um aparato de proteção com base em estudos ainda precoces sobre a biologia e o comportamento do animal.

Após a apresentação do espécime para o ocidente, a pressão política para que o governo chinês proibisse “a caça a seres tão *mansos*” ficou mais intensa, dentro e fora do país. A atitude mítica-social de usá-lo como votos de boa sorte passa a ser tomada como *atitude desumana*. Ou seja, a partir deste período, o discurso político permissivo passa a ser punitivo para aqueles que caçassem ursos panda na China. A mobilização em torno do espécime ganhou proporções mundiais. E aquilo que antes era objeto decorativo, no chão das salas chinesas, passa a ser internacionalmente símbolo vivo de *preservação* ambiental.

Há além do enunciado “salvem os belos e bons” efeitos do discurso como os “bicho de pelúcia” gerado a partir das práticas comerciais que reiteram o cuidado e produzem modelos de infância nas empresas de brinquedos desde o século XX. Essas margens mostram que não basta saber que uma espécie precisa de proteção, ela deve ser produzida como que tendo a *mansuetude* como aliada. Caso não tenha esses atributos, pode haver a associação com outros enunciados para construí-los tão aptos quanto, para “conquistar corações” e produzir discursos protecionistas sobre o *ambiente*.

Os brinquedos de pelúcia, revestidos com material esponjoso, já eram fabricados antes em 1905, porém foi a partir desse momento que a indústria se interessou em reproduzir animais como “bichos de pelúcia”, que rapidamente se popularizaram nos EUA. Algumas referências apontam para o crescimento nas vendas dos ursos de pelúcia a um acontecimento em particular. Um dos presidentes dos EUA, Theodore Roosevelt (1858-1919), em um de seus momentos de caça esportiva (o que era permitido na época), recusou-se a matar um urso pardo que estava com seu filhote. Esta atitude produziu uma comoção na população, e um incentivo aos movimentos de conservação dos ursos pardos nos EUA.

Posteriormente a indústria de bichos de pelúcia criou o “urso ted” em homenagem a atitude do presidente que associado aos discursos conservacionistas concorreu para a produção do enunciado “salve os belos e bons”. Este acontecimento nos faz desconfiar que redes de

memória construídas nos embalos da história são associadas e inventam novos objetos discursivos.



Figura 20. Imagem dos ursos de pelúcia fabricados pela ITCAe que podem ser adquiridos no site da instituição, disponível em: <http://www.wwf.org.br/participe/adote/> acessado em: 30/01/2016 as 12:38hs.

Na atualidade, as ITCA têm linhas de animais de pelúcia e outros brinquedos que contribuem produzindo desde a infância aos modos de ver e dizer o **ambiente carismático, dócil**. Esses brinquedos, segundo as ITCA, trabalham para *conservar o ambiente* a começar ensinando as futuras gerações. Dentre eles estão: pandas, golfinhos, tigres, coalas, focas; até mesmo tartarugas entram na lista de bichos de pelúcia que, juntos, produzem a mansuetude sobre o *ambiente que precisa ser conservado*, já que os lucros da venda são revertidos como auxílio financeiro às ITCA.

Para os ursos de pelúcia, a magreza, insentivada pela estética dos modelos no século XX, é substituída por corpos mais roliços, as medidas corporais recebem outros padrões. Em outras palavras, a produção discursiva da fofura acontece em condições diferentes da produção do ser *gordo*, enquanto esta última é perjorativa, quando produzida pelo discurso da saúde, a outra é apreciativa, ligada a produção do afeto do animal *fofinho*. Assim, cavalos, girafas, camelos, e outros esguios, ganham *versões fofas*, com a cabeça, corpo e membros proporcionais em espessura, produzindo uma beleza aliada a meiguice.

Segundo Thomas (2010, p.426): “Para adultos, os parques naturais e as áreas preservadas cumprem a função que não é diferente da que os bichos de pelúcia têm para as

crianças; são fantasias que cultuam os valores mediante os quais a sociedade, como um todo, não tem condições de viver”. E assim os enunciados imagéticos dos mamíferos vão sendo produzidos fora das imagens das ITCA como aqueles que precisam de cuidados, mas que, quando associados às causas ambientais, potencializam a necessidade de *conservação* do **ambiente carismático**. Não só foram produzidas práticas discursivas para lidar com o urso, como também são produzidas práticas não discursivas para lidar com essa nova configuração do *ambiente*. Isso inclui a criação de profissionais *capacitados* para atender as necessidades do novo e exigente espécime, que principalmente no final do século XX arrancou suspiros dos telespectadores com o nascimento em cativeiro dos primeiros indivíduos.

Uma das práticas não discursivas criadas para lidar com os bebês panda que nascem em cativeiro é o emprego de *Babá de panda*, para suprir a carência dos pais. A reportagem intitulada: “*Descobrimos o emprego mais fofo do mundo: babá de pandas na China*”⁶¹, divulgou o emprego, como sendo um privilégio para os que ocupassem as vagas. O candidato deve saber escrever bem, e produzir boas fotografias, além de saber o básico sobre os mamíferos “*Afinal, ser babá de pandas não é para qualquer um: menos de 2.500 animais da espécie vivem no mundo*”. Porque esse seria o emprego mais fofo do mundo?

Segundo a reportagem, já que são tão poucos os espécimes no mundo cuidar deles seria uma realização pessoal, além do salário que é pago. “*Os pandas são tão fofos que tem gente até que dispensa pagamento para ficar perto deles*”. Poderia até ser um trabalho voluntário, tamanha é a compaixão sobre o urso; logo, o discurso *preservacionista* produz o privilégio de cuidar de um ser em risco de extinção com as mesmas ferramentas que se cuidaria de um filhote humano. Essas reportagens consistem em práticas discursivas produzidas para conceder ao urso panda um tratamento cercado de cuidados como: nutrição regulada, temperatura adequada, espaço para exercício físico, dentre outras práticas que produzem o cotidiano do mamífero. É o *ambiente* que precisou se tornar humano para sobreviver.

O cuidado maternal com o filhote, a cria, construído pela imitação que a imagem faz dessa relação fêmea-filhote, se associa por intericonicidade (MILANEZ, 2013), com os filhotes da espécie humana, já que as imagens de divulgação de fraldas ou produtos para bebês na mídia produzem estereótipos para a cria como aquela que depende da fralda, pois ainda não contém suas necessidades fisiológicas, do “engatinhar”, da chupeta, etc. O papel da ciência nos cuidados com o panda é de auxílio para que a espécie continue existindo, mas e as lesmas? Não teriam direito a uma babá também? Por que não? O enunciado “salvem os belos porque são

⁶¹ Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/entretenimento/2014/05/24/descobrimos-o-emprego-mais-fofo-do-mundo-baba-de-pandas-na-china.htm> acessado em 28/10/2014 as 11h e 20 min;

bons” não circula somente nas campanhas e demais imagens das ITCA, mas se dispersam em outras materialidades, como vemos na camanha abaixo:



Figura 21. Campanha publicitária “Stop using regular light bulbs and we’ll stop running ads like this” em português seria “Pare de usar lâmpadas comuns e vamos parar de lançar anúncios como este”.

Segundo a campanha, trocar as lâmpadas comuns, por lâmpadas brancas é contribuir para a desaceleração no aquecimento global possibilitando que as espécies que

dependem de climas mais frios, não sofrem com o “aquecimento global”. O urso polar é construído como ícone da ecologia do ártico, pois “o que se faz na sua casa se sente no ártico”, mesmo sendo uma atitude pontual, como trocar uma lâmpada, isso pode atingir quilômetros de distância e evitar catástrofes como o aquecimento global. Este temido fenômeno produziu “medo do apocalipse”, e conseqüentemente do derretimento das geleiras e aumento do nível do oceanos. Como comentam Henning, Henning e Garré (2013 p. 146) “Assim através do apelo apocalíptico vamos nos constituindo como sujeitos que precisam preservar o meio em que vivem, respeitar os recursos naturais e as leis da ‘natureza’, pois caso contrário, acertaremos as contas com o futuro”.

Um futuro que começa a dar seus primeiros avisos nas modificações climáticas é produzido como instável e devastador. Porém, não se fala na possibilidade de que a extinção seja parte do processo ambiental, pois a ideia de extinção sempre está fora de cogitação. Só encontra possibilidade no discurso capitalista globalizante que defende o lucro econômico em primeiro plano quando o assunto é a vantagem sobre as espécies animais. Nesta perspectiva, um *ambiente* modificado pelo homem, como uma cidade por exemplo, é sempre negativo e impossível de ser qualificado como *bom*.

A projeção catastrófica também se estendeu ao *fim do habitat dos ursos polares*, que se intensificou com a divulgação de estudos científicos sobre o clima divulgados na década de 1990. Este era mais um dos fatores que falavam a favor de se modificar ações pontuais da população. Essa verdade passou a compor os currículos e materiais escolares, nos quais é comumente abordado, nas aulas de ciências, o problema do aquecimento global, destacando que os mais atingidos por ele são os ursos polares.

A partir dessa verdade, a questão que se instaura e inquieta a todos é: O que acontecerá com o planeta se os ursos polares forem extintos? No entanto, várias são as espécies que desaparecem anualmente, e não chegamos a comentar nada sobre elas durante todo o ensino fundamental e médio. Por que os ursos polares são discursivamente convocados no momento de construir o modelo de *ambiente* que se deseja/pode *preservar*? Por que não nos preocupamos da mesma forma com as sanguessugas? Elas poderiam ser escolhidas para operar aqui?

Quando acessamos as notícias sobre o derretimento das calotas polares, uma das imagens mais evocadas é a do urso branco, sendo separado do seu filhote pela quebra de um bloco de gelo. A imagem fala de uma separação cujo apelo aciona o campo da afetividade e não da racionalidade científica, como se poderia esperar de um discurso ambiental. Essa relação materno-infantil que pertence ao discurso da maternidade produz um objeto-ambiente

antropomórfico diferente, mas ao mesmo tempo solidário, colateral, associado ao discurso ambiental científico.

Como efeito dessa associação, emergem a urgência e a legitimidade científico-moral da *preservação* dessa espécie próxima do comportamento, necessidade e, conseqüentemente, direito do homem. Enunciados como esse não provocam ruídos, mesmo entre aqueles que tem seu cotidiano geograficamente distantes do ambiente evocado, já que o efeito do discurso não está colado à suposta dimensão do vivido, mas abriga-se no que os olhos aprenderam a ver. A imagem da catástrofe circula associado a imagem da desnutrição pela escasses de alimento:



Figura 22. A fotografia do urso polar rendeu nas redes sociais 28.249 curtidas, 5,8 mil comentários e 53.631 compartilhamentos até Janeiro de 2016.

O enunciado acima ajuda a produzir o enunciado “salvem os belos e bons” compondo sua rede enunciativa, mas o *ambiente* aqui é *degradado*, *desnutrido* que nos lembra os corpos cadavéricos das crianças em algumas regiões da África. Não é mais o belo, mas o horror que produz um *ambiente* que precisa de salvação. Assim, o salvacionismo ambiental opera como um dispositivo, envolvendo “discursos, instituições, (...) decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1998 p. 244), não se limitando ao discurso ambiental científico, mas circulando em diferentes formações discursivas.

A introdução de componentes do discurso religioso fabrica uma conduta ambiental (i)moral cristã, cuja insubmissão é punida com a morte. Esse dispositivo da salvação opera tanto por meio das ITCA, como nas leis que instauram medidas ambientais protetivas propondo-as como solução para as alterações climáticas. Esse dispositivo situa o homem como único responsável, para o bem e para o mal, pela continuidade da vida terrestre, tornando-o a um só tempo sujeito e objeto da salvação.

Disperso em diferentes práticas discursivas e não discursivas, o dispositivo da salvação inventa posições binárias para o sujeito humano em relação ao chamado *ambiente*. Uma de salvador, outra de quem precisa ser salvo, do que oferece e o que recebe, do que atende e o que é atendido. Nessa perspectiva biunívoca não há possibilidade para a existência de uma terceira via para pensar o equilíbrio ambiental como algo dinâmico, criativo, sacudido pelo caos, um processo amoral, sem sentido ou direção, cujo humano é tão somente mais um componente ao sabor dos acontecimentos.

A salvação do planeta das mãos do homem, está nas mãos do próprio homem. Mas não é qualquer homem que pode salvar, somente aquele *consciente*. O **ambiente salvo** precisa da ação interventiva do homem, para salvá-lo, do contrário, seria supostamente impossível que as próprias relações ecológicas pudessem fazê-lo. Isso produz uma suposta moral sobre o *ambiente degradado*, que diz o que o espectador deve fazer, ou seja, constrói um modo *correto* de agir. Isso põe em operação uma *norma/conduta correta* frente ao *ambiente*, de salvá-lo, não por quetão de racionalidade, mas simplesmente por ser o *correto* a ser feito.

E assim vão sendo ensinadas práticas não discursivas que *todos* podem reproduzir para proteger/salvar o *ambiente*. Outro tipo de prática discursiva são as legislações ambientais que incentivam a criação de empresas especializadas na produção de equipamentos de captação de luz solar e posterior conversão de energia luminosa em energia elétrica, produzindo práticas não discursivas do **ambiente carismático** como aquele que não foge dos padrões morais de bondade para com a *preservação do ambiente*.

Por uma suposta bondade para com o *ambiente* é que nas últimas décadas foram modificando as estruturas de produção de energia para que se utilizem os recursos ambientais de forma cada vez menos invasiva e deteriorativa. Para isso se inventam as chamadas energias alternativas ou “limpas”, como a energia eólica, produzida pelo vento, ou a energia solar, produzida pelo sol; e as estruturas nas construções das cidades vão sendo modificadas, e um novo estilo de vida vai sendo instaurado.

Novos enunciados vão modificando as estruturas de produção de energia elétrica no mundo, como as “atitudes verdes” do *ambiente*. Esses enunciados produzem efeitos de

verdade, pois “toda a verdade é uma verdade inventada, é resultado de relações de poder. Assim, o que interessa analisar são os efeitos que essas verdades acarretam e os motivos pelos quais uma determinada virada de mundo é eleita em detrimento de outra” (Henning, Henning e Garré. 2013 p. 139). De forma que um **ambiente carismático** seja aquele que também está moralmente de acordo com as convenções de uma cultura mundial, de preservação seja na Amazônia, ou nas Filipinas.

Porém, toda vez que dizemos “salvem os belos e bons”, também dizemos “não salvem os feios e maus”, e construímos outros tipos de *ambientes*. Se é o **ambiente carismático** produto dos ditos, do proferido, do discurso que tem visibilidade, o que dizer dos excluídos? Como são produzidos os não ditos do **ambiente carismático**? E que práticas discursivas e não-discursivas são produzidas? Sim, porque a produtividade não fica restrita somente aos enunciados imagéticos ditos, mas os não ditos também produzem modelos de *ambiente*.

ii. Nem todos podem ser pandas....

Enquanto os enunciados imagéticos de ursos pandas, leões, tigres e macacos marcam a produção do **ambiente carismático**, o que restam aos seres produzidos como *asquerosos e rastejantes*? A exclusão ou a repulsa? E quem salvaria as lesmas, e os vermes? Quem tem o poder de dizer o que deve ou não ser conservado? Quem será salvo e quem será condenado? Como não acreditamos em uma ideologia por trás das imagens, cada imagem, é produzida em meio a relações de poder e saber porque não há produção de um, sem o outro, de maneira que o saber vem sempre relacionado ao poder. Ao pesquisar sobre seres que não obedeciam aos supostos critérios de beleza e bondade, encontramos o grupo de imagens abaixo:



Figura 23. Filhote de mamífero conhecido como Aye aye (*Daubentonia madagascariensis*, sendo carregado por membro da EDGE, especializada em preservação de animais considerados como “evoluídos de uma maneira singular”

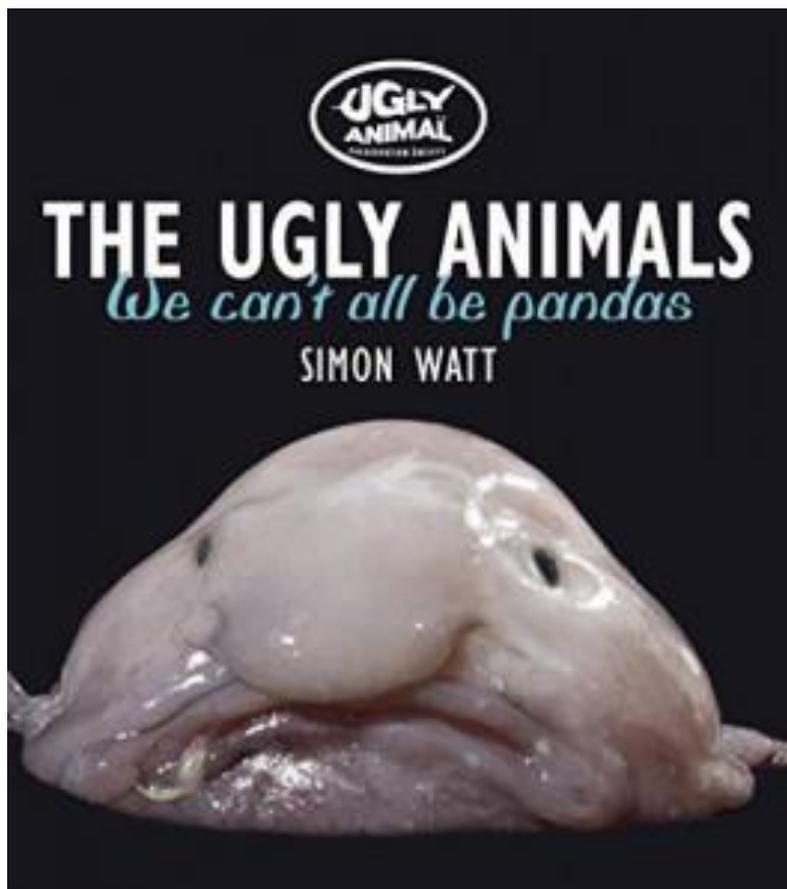


Figura 24. Campanha da UAPS à favor da proteção do ambiente supostamente feio, expondo seu ícone de divulgação da instituição, que tem por título em letras brancas lê-se: “Os animais feios” acompanhado do subtítulo lemos: “Não podemos todos ser pandas”

A figura 23 se refere à imagem que circulou na internet em 2012, para divulgar um dos programas da EDGE⁶²) na *preservação* de espécies, que ninguém queria vivas. Na reportagem⁶³ que acompanhava a imagem (figura 23), lemos sobre a necessidade da ITCA para mediar a *preservação* de espécies “que evoluíram de forma diferenciada” e não eram incluídas nas listas de espécies que a maioria das pessoas salvaria. Segundo a reportagem a EDGE trabalha para certificar-se de que os feios também sejam salvos. A justificativa para a rejeição dos feios, segundo a reportagem, é que, em alguns contextos culturais, determinadas características são associadas a outras figuras estereotipadas, como por exemplo, na imagem (figura 23), o animal tem a sua aparência associada com as imagens que produzem do diabo, de onde veio o nome diabo-da-tasmânia.

⁶² Mais informações sobre esse espécime está disponível em: <http://www.madagascarfaunaflore.org/>. Acessado as 20:24 hs em: 28/10/2015;

⁶³ A imagem (Figura 23), foi divulgada na sessão “Ambiente sustentável”, da revista de circulação nacional, ISTOÉ (nº2246 de 28/11/2012), sobre o título: “Salvem os feios: Enquanto sobram ONGs e governos dispostos a proteger pandas, golfinhos e tigres, animais com problema de aparência rumam para a extinção em vários pontos do planeta”, escrita por Veloso (2012). A reportagem dá destaque para a problemática proteção centrada em uns animais em detrimento de outros, uma das frentes de trabalho da Evolutionarily Distinct and Globally Endangered (EDGE).

A figura 24 se refere a um cartaz de divulgação de uma ITCA norte americana UAPS⁶⁴ (Society Preservation Animals Uglys) com o lema: “Nós não somos todos pandas”. Segundo o site de divulgação da instituição, um de seus objetivos é *lutar pela preservação dos animais feios* ou daqueles que não são alvo das mesmas construções que os mamíferos, por exemplo.

Toda a imagem tem uma história. Essa ganhou a votação feita nos EUA, sobre a pergunta: Qual é o animal mais feio do mundo? Se tem votação para eleger o mais belo, porque não teria do mais feio do mundo? Esse concurso tinha como objetivo escolher o “mascote” da *Sociedade de Preservação dos Animais Feios*, como lemos UAPS em português. Ela foi criada por um comediante/biólogo, que satiriza os temas ambientais e para isso precisavam de um animal que produzisse os sentimentos opostos ao que outros mascotes emblemáticos de diferentes ITCA produzem, afirmando satiricamente que os *feios também têm direito a conservação!*

Em ambas as imagens há uma construção da ITCA como aquela que deveria salvar independente das supostas condições estéticas e morais que o *ambiente* apresenta. O enunciado que opera é “não salvem somente os belos e bons” mesmo não sendo dotado de nenhuma atributo valorizado nos discursos que costumeiramente são produzidos pelas ITCA. Diferentemente das produções que em determinados momentos fizeram do *ambiente* o lugar do exótico digno de admiração, fabricando a comiseração, neste caso, mesmo provocando a repulsão e negação, o animal deve ser conservado. Que lugar os animais com problemas de aparência ocupam?

O enunciado “não salvem somente os belos e bons” produz o **ambiente repugnante** que, tendo sua matriz estética ancorada nos discursos que estão a todo o momento sendo produzidos pelas instituições que trabalham nas causas ambientais e seu **ambiente carismático**, produzem modos de ver e dizer o que são os belos e bons. Isso acontece porque o *ambiente* não dito é fabricado, e se abriga no interior do dito, mas não permanece passivo, pelo contrário, resistem ao discurso que somente o *ambiente* belo e bom pode trabalhar em uma causa ambiental e concomitantemente educar ambientalmente.

Se pararmos para observar não vemos enunciados como “salvem feios e maus” ilustrando brinquedos infanto-juvenis, ou na decoração de produtos e serviços especializados neste público-alvo; protagonização, no cinema de animação; e certamente teremos dificuldade de encontrá-los em exposição nos Museus e Parques Zoológicos. Por quê? Os seres ocupam

⁶⁴ Disponível no site: <http://uglyanimalsoc.com/> contendo maiores informações sobre as atividades da instituição ambiental;

o lugar do desprazer, daqueles que podem ser exterminados, *do sujo, nojento, feio e mau*; atributos que são os não ditos do discurso de beleza, mas que já ensaiam movimentos de combate, de subversão a esses discursos normatizados pelos padrões esteriotipados de beleza.

Esse movimento de proteção dos feios e maus é recente na história do discurso ambiental. Um ramo do ativismo ambientalista mais leve começou a surgir após o ano 2010 com a proposta de proteger a vida e não espécies específicas, isso deu condições de possibilidade para que espécies feias sejam lembradas no momento de confecção das listas de proteção de espécies. Segundo o diretor da UAPS Simon Watt: “Uma grande proporção da biodiversidade do mundo está sendo ignorada. Levantar a bandeira dessas espécies é positivo”. Como é a proposta das duas imagens abaixo:



Figura 25. Animal que ganhou o concurso do cachorro mais feio do mundo;



Figura 26. Imagem da propaganda de uma marca de manteiga chamada “Panda”.

Ambas as imagens não encontram espaço na defesa do *ambiente*, a não ser para defender a si mesmo ou ao conjunto dos que também são produto desse tipo de discurso. Do contrário, só é possível habitarem no limbo do esquecimento ou da indiferença. O **ambiente repugnante** produz com a mesma intensidade *ambientes* que provocam olhares e revoltas com os padrões culturais e somos surpreendidos por uma outra possibilidade de pensar o *ambiente* que deve ser protegido não somente pelos benefícios estéticos que nos fornece.

Perpetuar e defender a multiplicação de discursos como estes acima afeta toda uma cadeia de relações ecológicas na qual *belos e feios* coexistem, mas hierarquizados pela/na relação que o homem institui sobre o *ambiente*, mesmo quando os discursos biológicos dizem que *todos os elementos tem o mesmo valor para a manutenção de vida no planeta terra*. O *ambiente* continua tendo seu destino depositado nas mãos do homem, que continua ocupando o lugar de redentor do *ambiente*.

Seria possível produzir uma educação ambiental menos rígida, menos moral, que não estabeleça tantas certezas, mas provoquem mais dúvidas sobre o que é um *ambiente* hoje? Apostamos na multiplicidade, nas lutas, nos confrontos entre diferentes formas de ver e dizer o

mundo. Talvez assim nossos olhos tão acomodados em um único modelo de *ambiente* sofram os abalos necessários para se posicionar diante da pluralidade de seres, coisas, sabores, inclusive horrores, em que a vida pode se transformar.

3. O SELVAGEM É FRÁGIL

Da mesma forma que o dócil é uma construção, o selvagem também não é uma condição fixa e irremediável, mas produzida pela cultura e podendo ser modificada, inclusive para operar como frágil. Esta sessão temática fala de um *ambiente* em que *ternura, calma e tranquilidade* são os elementos principais na produção do que deve ser *conservado, preservado* ou *sustentado*, mas esses elementos não têm se restringido a operar somente nos dóceis, como vimos anteriormente, mas também se associa com os selvagens. Nesta perspectiva, o selvagem, pode ser frágil?

Os selvagens nas imagens das ITCA não exercem sua selvageria como exercem nas histórias que falavam, por exemplo, sobre um ímpeto incontrolável chamado “instinto”, e que em muito foi produzido pelos relatos de viajantes europeus às terras brasileiras, ou nos discursos biológicos que ainda percorrem o ensino de ciências e biologia, mas que hoje tem múltiplas formas de se reverberarem. Na atualidade, os selvagens obedecem a outras práticas discursivas e por que não dizer as práticas não discursivas também?

O selvagem é construído como aquele que pertencente a um espaço-lugar pré-determinado, a *selva*, que foi durante muito tempo vista como aquela que tem o perigo como aliada, a ponto de punir aqueles que desavisadamente enveredassem por seus caminhos, pagando com a própria vida. Se caso alguma população conseguisse viver nesse lugar, seria porque havia se tornado parte dela, como se diz que aconteceu com as supostas populações tradicionais da floresta amazônica. A selva só é dita como sinônimo da cidade quando esta é considerada um lugar de perigos, chamada em alguns momentos de “selva de pedra”, com construções produto da mente humana, como os arranha-céus que compõe também um modelo de *ambiente*, intenso, rápido e dinâmico.

Já o **ambiente frágil** que é divulgado/produzido pelas ITCA é aquele que precisa de proteção, pois é indefeso e carente de atenção pelas causas ambientais, o que torna improvável existirem as disputas de território, predação, competição, ou outro enunciado que desconstrua um suposto equilíbrio e harmonia no *ambiente*. Pois esse equilíbrio e harmonia são um dos alvos de trabalho para as ITCA, e são produzidos como se o *ambiente* não tivesse condições de possibilidade fora da tranquilidade.

Nas imagens divulgadas pelas ITCA, tornaram-se comum os ditos selvagens aparecerem destrozados, ensanguentados, dissecados e retidos em situações deploráveis. Há a produção do horror, do medo, do fim trágico, contrastando com as imagens divulgadas em documentários e reportagens sobre as belezas das savanas africanas, as matas brasileiras, as florestas europeias, onde a “vida selvagem” renasce, floresce, encantando e produzindo o

espetáculo dos nascimentos, mortes, predações, acasalamentos, dentre uma série de acontecimentos que vendem o encanto pela explosão de vida.

Os selvagens não aparecem somente nas imagens das ITCA, mas também em diferentes materialidades como nos filmes, nas pinturas, geralmente em oposição ao modelo humano de civilização. Esse modelo civilizatório que o homem usou para tentar domesticar a natureza no século XVI, seria o mesmo que hoje se usa para produzir *ambientes*? Que lugar tem sido dado para os selvagens na atualidade? Como seria uma Terra sem o homem e seu modelo de civilidade? Que condições de possibilidade permitem que o selvagem se torne frágil e o homem forte? Que práticas discursivas e não discursivas foram produzidas a partir desse e outros enunciados correlatos?

i. Era uma vez... um selvagem em apuros

“O caminho mais límpido para adentrar o universo é através de uma floresta selvagem”. (John Muir⁶⁵).

Na atualidade, temos ouvido frequentemente sobre os perigos que a “vida selvagem” corre, pela caça, tráfico de animais silvestres ou pela destruição dos refúgios desses animais e plantas, pelo “desmatamento de florestas”, “poluição de rios e oceanos” ou “poluição atmosférica”. Isso tudo interligado produz um quadro situacional que vemos e ouvimos dizer em vários documentários, manifestos e relatórios que atestam uma situação precária para a “vida selvagem”.

Se concordamos que os discursos produzem coisas e que essa produção não tem origem em quem os profere, mas é construída pela linguagem (FOUCAULT, 2008^b), podemos problematizar a fala de John Muir sobre a necessidade de haver um retorno ao selvagem. No contexto histórico em que ele viveu, a caça era uma prática liberada, pois não se tinham discussões em nível internacional como temos hoje, logo a “vida selvagem” era o alvo da caça. O que não era diferente dos discursos que os viajantes europeus que chegaram ao Brasil esperavam ver nas novas terras. Sobre isso, Amaral (2003) diz “que a caça é encarada de modo normal por esses viajantes, inclusive como algo que eles mesmos praticavam” (idem p.184). Por isso vinham munidos de instrumentos de caça, haja vista a ideia que aqui haviam espécies a serem caçadas e estudadas.

Na frase que inicia esse trecho, Muir exaltava um recuo ao modelo de *ambiente* anterior à chegada dos colonizadores europeus no século XVI. Neste caso, o modelo de *ambiente* que é produzido como o mais adequado, não era o modelo dos “vitoriosos”, mas sim

⁶⁵ (1838-1914) conservacionista, criador do Yosemite National Park, um dos mais antigos parques que se comprometem em preservar fragmentos da vida selvagem para as futuras gerações;

dos “vencidos”. Esses eram tidos como aqueles que deviam ser não somente copiados, como deveria mostrar ao homem do século XX o caminho a seguir. O selvagem, então, não era mais aquele que indicava o retrocesso, mas era aquele que deveria ser o centro da atenção de todos os que se importavam com o futuro do *ambiente*.

O selvagem neste momento era produzido como o modelo “certo” de *ambiente* por muitos conservacionistas que utilizavam para dizer, não, ao conforto e os avanços da civilidade, produzindo a “vida selvagem” como modelo máximo de harmonia com o seu entorno. Segundo esse modelo, a vida selvagem seria um recuo ao **ambiente ideal**, como aquele em que o impacto da ação humana fosse mínimo. Como diz Bruhns (2010):

No século XIX, foi desenvolvida a concepção de um conservadorismo reativo, o qual atribuía ao mundo natural todas as virtudes e à sociedade, todos os vícios, numa reação contrária ao culturalismo que via na natureza a enfermidade do homem, uma ameaça de volta à selvageria à qual se deve opor à cultura. (BRUHNS, 2010 p.139)

O impacto das ações do homem sobre a “vida selvagem”, naquele momento, era divulgado por cientistas que começavam a pesquisar os prejuízos mundiais do estilo de vida do humano moderno. O homem, que até então, não tinha pedido permissão para avançar na destruição do *ambiente*, agora se retira do centro e nele coloca o selvagem como exemplo de vida a ser observado.

Enquanto se falava (e até hoje se fala) do retorno ao selvagem, estes ganhavam cada vez mais espaço nas listas de espécies ameaçadas de extinção, por discursos ambientais biológicos que estudavam o impacto da extinção de alguns animais específicos na saúde do planeta Terra. Por isso, o homem deixava de ser aquele que tem todo o poder sobre o seu entorno, para ser pensado como mais um no meio da multidão. Inclusive era deslocado, em alguns momentos, ao lugar do selvagem, tanto quando os demais, pois também teria “instintos até muito mais destruidores” do que aqueles que caçava. O homem, que até dois séculos atrás não via nenhum problema em caçar espécies até as últimas consequências, agora tenta salvar a todo o custo a “vida selvagem”.

O último relatório produzido pelo WWF global (WWF, 2014 p.3) diz que “o índice do planeta vivo, que mede as tendências de mais de 10.000 populações representativas de mamíferos, aves, répteis e peixes diminuiu 52% desde 1970”, decréscimo que vem aumentando nas regiões tropicais. Esses números quando divulgados pelos meios de comunicação tem provocado alardes, principalmente porque em alguns lugares a pressão predatória é por parte das empresas de extração de petróleo, madeira ou gás o que atinge diretamente a economia, que em nossos dias, é em parte, alimentada pela energia vinda das empresas de beneficiamento desses produtos.

Ou seja, o medo que vemos sendo produzido pela mídia, em alguns casos, encontra amparo em pesquisas científicas que apontam para as mudanças no quadro da quantidade e qualidade das populações de espécies tidas como selvagens, que segundo os relatórios vem caindo vertiginosamente. Quem são esses que tem direito a participar das listas de proteção de espécies? Mas como é possível eles aparecerem nas campanhas publicitárias das ITCA? Quando os selvagens passaram a ser alvo das causas ambientais? Em outras palavras, como o selvagem se transformou em indefeso? Para movimentar essas questões, discutimos algumas imagens que produzem o **ambiente frágil** para problematizar que aquilo que temos considerado como frágil, nem sempre foi pensado assim. Vejamos o primeiro conjunto de enunciados abaixo:



Figura 27. Campanha do Greenpeace “De que lado você está?” Beijing Dentsu Advertising, China;



Figura 28. Campanha publicitária intitulada "Stop on. Stop them all" em português seria "Se um parar todos param"

No conjunto imagético acima, o enunciado que opera é "selvagem é frágil" produzindo o *ambiente*, como aquele atingido pela intensa predação exercida direta ou indiretamente pelo homem. Ou seja, a fragilidade se constrói pela coerção que o homem exerce

sobre o *ambiente*, produzindo ideias do *ambiente* “por um fio”, “em risco” ou com as oportunidades de existência limitadas.

O homem por sua vez é produzido como aquele que deveria coexistir harmonicamente com o seu entorno e promover a proteção dos selvagens e não reduzi-los a pó, mas ao mesmo tempo a “vida selvagem” íntegra é pensada como sendo “decorrente da sua independência dos seres humanos,” (BRUHNS, 2010 p.160). Consideramos então “vida selvagem”, para além daquela que “não passou pelos processos de domesticação” e pensando a vida selvagem como aquela que só tem sentido se ao lado do homem; logo, é o humano que faz a “vida selvagem” ser possível, é nesse outro da “vida selvagem” que em determinado momento se produzem as diferenças entre os dois, mas também aquilo que os une como parte da mesma biodiversidade.

No entanto, apesar de re/conhecermos estes enunciados, temos aprendido pela análise do discurso foucaultiana a desconfiar do que está há muito estabelecido, além de concordar com Milanez & Bittencourt (2012), quando dizem que toda a imagem tem uma história, que acreditamos ser passível de investigação dentro de determinadas condições de possibilidade e assim participar das produtividades das ITCA. Essa desconfiança deve nos levar a criticar não os signos da imagem, mas o que essa imagem fabrica.

Imagens como essas se tornam possíveis de serem dizíveis e vizíveis, não de um momento para o outro, mas dentro de um conjunto de condições de possibilidade que inventaram o dito selvagem como aquele que pode produzir a fragilidade como instrumento de convencimento fabricando a forma correta de se ver os selvagens, como aqueles que são ariscos porém frágeis quanto à suportar as mudanças ambientais que o homem tem imposto ao ambiente.

No século XVI, “os animais selvagens necessariamente eram instrumento da ira divina, tendo sido deixados entre nós” (THOMAS, 2010 p. 24) para alguma finalidade, que incluía a caça, atividade que era não somente comum, como sinônimo de divertimento. Tanto que, havia a demarcação de florestas exclusivamente para a prática da caça entre monarcas, “florestas particulares”.

Fora do domínio europeu, a “vida selvagem” continuava sendo intensamente produzida pelos viajantes que voltavam de suas excursões em busca dos tesouros das novas terras. Esses relatos construíam uma “vida selvagem” da qual era necessário se proteger, pois era bravia demais para os modos polidos da burguesia europeia. Inclusive os povos tradicionais que habitavam nas novas terras (AMARAL, 2003) recebiam o mesmo tratamento dos demais

animais e plantas que lá se encontraram, pois passavam a ser construídos como parte indissociável da natureza.

Nesse momento histórico, o que era valorizado eram metais como ouro e pedras preciosas, que naquele contexto tinham valor econômico, e não animais e vegetais. Porém isso não impediu que discursos sobre as diferenças entre as espécies de seres encontradas no mundo selvagem daquelas conhecidas, como a Europa e Índia (territórios já explorados pelo mercantilismo), fossem produzidos pelo viés da hierarquias entre a natureza domada pela civilização europeia e a natureza sem modificações culturais.

Como aponta Carvalho (2001), a natureza nos relatos dos viajantes era construída como o lugar do inculto, bruto, da rusticidade e ela só tinha condições de possibilidade se fosse domada. Nesse sentido, o selvagem não precisava ser defendido porque se defendia sozinho, era *forte* tanto no número populacional quanto nas adaptações que desenvolverm com o *ambiente*. O objeto *selvagem* só tinha condições de possibilidade se fosse no contraponto do objeto *civilizado*, como diz Carvalho (2001):

“A cidade contraponto da natureza selvagem, então se apresentava como locus da civilidade, o berço das boas maneiras, do gosto e da sofisticação. Sair da floresta e ir para a cidade era um ato civilizatório. As pessoas criadas na cidade eram mais educadas que aquelas que viviam nos campos. A natureza tida então como o outro da civilização, representava uma ameaça à ordem nascente” (Carvalho, 2001 p.66-67)

De sorte que o *selvagem* só era possível em presença do civilizado, pois foi pela construção dessa diferença que passou a se produzir o índio como uma extensão da natureza selvagem. Não foi sem razão que no século XVI e XVII, as cidades receberam grande fluxo migratório do campo, o desejo de civilizar-se era valorizado. Isso era o alvo das novas filosofias que se formavam, como o iluminismo (XVIII) e no século seguinte o positivismo (XIX), que insistiam na razão e na ciência como forma de avanço e progresso da humanidade.

Ter “boa condulta” neste contexto, era o extermínio das espécies consideradas perigosas ou bravias (THOMAS, 2010). Porém os discursos sobre a vida ao “ar livre” e *limpo* dos discursos médicos ainda traria os muitos que foram para a cidade, de volta para o campo. Foi o que aconteceu no final do século XVIII:

“o crescimento das cidades conduziu a um novo anseio pelo campo. O progresso da lavoura fomentou um gosto por ervas daninhas, montanhas e natureza não dominada. A recém-descoberta segurança diante dos animais selvagens produziu um empenho cada vez maior em proteger aves e conservar criaturas selvagens no seu estado natural” (THOMAS, 2010 p. 425).

Os discursos entre o selvagem como o perigoso e o civilizado como o confiável se deviam, em grande parte, à dita “boa cultura”, “cultura erudita”, que principalmente os burgueses e a alta sociedade do século XVIII produziam, e até este discurso estava se

fragmentando. Já no século XIX, esse quadro foi abalado pelo crescimento de estudos científicos sobre as emoções dos animais. O naturalista Charles Robert Darwin (1809-1882) realizou trabalhos que falavam sobre a influência das emoções e sensações nos homens e nos animais (Darwin, 2000), pensamento que ganhava cada vez mais espaço na academia e fora dela. Novos discursos começavam a ser produzidos colocando os animais no posto de necessários em algum nível ao homem.

No século XX, os avanços na genética produziam outros enunciados sobre os animais e plantas como sendo um meio para a investigação do que nos aproximava ou afastava dos selvagens, levantando a suspeita se este limite nos fazia uma espécie tão distinta, tão singular em relação às demais. As pesquisas a partir dos estudos de Gregor Johann Mendel (1822-1884) sobre a transmissão de caratères e o comportamento de diferentes espécies levantava dúvidas sobre as semelhanças e diferenças genéticas entre o humano e os “animais inferiores” como dizia Darwin (2000 p.34).

Somente no ano 2000, o genoma humano foi totalmente mapeado, destruindo as certezas de que éramos extremamente diferentes dos demais animais como pensávamos, o que proporcionou a desentronização do homem do posto de superioridade sobre o *ambiente*. Pelo contrário não havia muito que justificasse o homem ser considerado um ser a parte do restante dos animais. Ele era mais um, no meio daqueles, que ele mesmo tentou por tantas vezes se diferenciar.

Há um conjunto de histórias orais sobre crianças achadas em lugares longínquos da civilização, tendo sido criadas por animais. Segundo esses relatos, quando elas foram encontradas não guardavam semelhanças com os humanos, porém o comportamento era de lobos, cabritos, pombos, entre outras populações na qual essas crianças cresceram, por isso foram consideradas “crianças selvagens”.

Na mídia cinematográfica, essas histórias têm espaço e produzem o imbate entre o selvagem e o civilizado em diferentes momentos, como no longa-metragem “Tarzan dos macacos”⁶⁶ (1918,) e “Mogli” (1968), em que a natureza selvagem está presente do início ao fim da trama produzindo o modelo de selvagem contra modelo de civilização. E também produzindo um **ambiente selvagem** como *forte*, porém inculto, contra um **ambiente civilizado** e *inteligente*.

A natureza selvagem no filme “Tarzan dos macacos” é produzida como sendo “desértica de civilização” (GUIMARÃES, 2006 p.34) de uma maneira que não vemos mais em

⁶⁶ É o ano da filmagem mais antiga deste clássico, que já foi por tantas vezes reeditado;

nossos dias. Nele o homem é mais um dos selvagens, lutando pela sobrevivência. O filme “Tarzan dos macacos” é baseado no conto de Edgar Rice Borroughs em (1912). Neste conto o homem civilizado aparece para aculturar o homem selvagem, mostrando a natureza selvagem se rendendo à civilização. Isso cria o civilizado como aquele que “melhoraria” o selvagem através da cultura erudita. Sobre o filme Tarzan, na versão das empresas Disney (1999), Kindel (2003) comenta:

“Ele Tarzan, que é o ‘verdadeiro’ rei da selva, é capaz de realizar movimentos de outros animais, de forma muito mais precisa do que na história de Edgar Rice Borroughs, devido a possibilidade de animação computadorizada, o personagem se arrasta como uma serpente, salta como uma onça, e reúne em seu corpo possibilidades de executar movimentos próprios a vários outros animais” (KINDEL, 2003 p.104)

Outra história que constrói o selvagem neste duelo com o civilizado é o livro de Joseph Rudyard Kipling (1894) que conta a história do menino lobo (Mogli⁶⁷), que assim como Trazan teve ao final da história que se render a “suas origens” e se tornar civilizado. Em ambas as histórias o selvagem deve ser civilizado e levado para a cidade, que é construída como o centro da cultura erudita.

Ambas as histórias foram escritas em um momento singular, final do século XIX e início do século XX, em que a ecologia é concretizada como ciências e os parques ambientais começam a ser fundados sobre a pretensão de proteger a “vida selvagem”. A discussão que se tinha no momento era; até que ponto as atitudes do homem sobre o *ambiente* não retornariam em forma de problemas ambientais como o nevoeiro que em 1952 tomou conta da cidade de Londres matando 12.000 pessoas, pela poluição do ar gerada pela revolução industrial e manutenção de queima de carvão para aquecer as casas. O homem estava vendo que a destruição do *ambiente* provocava a sua fragilidade.

No final do século XX, os movimentos em prol do fim da caça e destruição de espécies, foi incentivada pelas pesquisas que apontavam a diminuição vertiginosa de espécies selvagens e estimativas de extinção rápida de outras. Algumas espécies foram extintas no decorrer desses últimos 250 anos em grande parte pela caça, ou pela introdução de espécies predadoras ou competidoras, mas em outros casos pela colonização de novas terras⁶⁸. Pois, no processo colonizador, muitas espécies são dizimadas por representarem perigo ao homem que avança mata a dentro. Nesse contexto, foram criadas as reservas de “vida selvagem”, pequenos

⁶⁷ Que também virou filme dos estúdios Disney, dirigido Wolfgang Reitherman, EUA, 1968. E a versão de 1999, também pelos estúdios Disney;

⁶⁸ Para saber mais site disponível para consulta: <http://super.abril.com.br/conheca-15-animais-que-foram-extintos-nos-ultimos-250-anos#0> acessado em: 20/02/2016 as 14:32 hs;

fragmentos de mata virgem que são protegidas legalmente pelas ITCA, principalmente aquelas que são administradas pelo governo.

Na atualidade não há mais a valorização de “uma natureza pura e bravia [que] deveria se manter intocada” (AMARAL, 2003 p.30), mas agora ela precisa ser informatizada, pelos “satélites que identificam focos de queimadas”, pelos “rastreadores nas nadadeiras” de tubarões e botos, e pelas “tornozeleiras nas aves”. A “vida selvagem” é observada, vigiada, controlada para o seu próprio bem. O homem então tem sobre a natureza outro tipo de domínio além do cuidado, com uma natureza fragilizada pelas ações degradantes do próprio humano.

A organização de safáris, museus, parques zoológicos criou espaços em que o selvagem fosse exposto ao público, levando às cidades toda a riqueza dos campos rupestres com toda as espécies selvagens. Esses recantos se tornaram lugares em que a civilização beija o selvagem, e se produz a amabilidade para com o selvagem. O zoólogo Emílio Goeldi, no século XIX, que construiu o primeiro parque zoológico no Brasil, disse em entrevista que:

Não almejamos nem o elefante da Índia, nem a girafa do continente negro. Queremos o que é nosso, o amazônico, o paraense, e não será preciso que eu (que não nasci nesta terra e que hoje me vejo aqui por nenhum outro motivo senão o amor à ciência e a vontade de criar aqui na Amazônia um sólido reduto para ela) tenha de mostrar ao povo paraense que a natureza, que nos cerca, tem material de sobra para encher condignamente tanto um Jardim Zoológico como um Horto Botânico (SANJAD Et. Al, 2012 apud Goeldi, 1895⁶⁹, p. 220)

O que Emílio Goeldi e o então governador do estado do Pará, Lauro Sodré, queriam era produzir o *amor* pelos animais e plantas da região amazônica colocando “onças, jacarés e tamanduás, a uma distância bem próxima das mãos”, produzindo um sólido reduto para a Amazônia, selvagem e frágil, no coração dos paraenses. O selvagem é então exaltado, como aquele que precisa ser conhecido para ser alvo da proteção do homem. Não de qualquer forma, mas pelo viés da ciência. Como lemos em outro trecho de Sanjad et. Al (2012):

Pessoas amontoavam-se para ver filhotes de onças, o peixe pulmonado nadando (o único exemplar vivo [naquele momento] do mundo exposto em um museu), bem como garças e emas nidificando. Outras ficavam até tarde da noite, com a anuência do diretor, aguardando o florescimento da vitória-régia, pela primeira vez cultivada em ambiente público na região amazônica (SANJAD Et. Al, 2012 p.200)

O selvagem se torna aquele que deve ser alvo da defesa por parte do homem. Para isso, ele precisa ser considerado frágil, ele precisa contar a história do predomínio da civilização sobre o selvagem, mas também produz a memória do que um dia foi indomável. E essa história perpassa pela intensificação das discussões e punições para os que desobedecessem as leis do *ambiente*.

⁶⁹ GOELDI, Emílio. Relatório apresentado pelo Director do Museu Paraense ao Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará. Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, v. 1, n. 3, p. 217-239, 1895.

Em 1975, foi realizada a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagem em Perigo de Extinção, que criou a lei nº76.623, que proibia a caça de espécies selvagens. Em 1978, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) elaborou o que ficou conhecida como a Declaração dos Direitos dos Animais, “Todos os animais nascem iguais perante a vida e tem os mesmos direitos à existência”, inclusive os selvagens.

Em 1989, foi criada a lei nº 7.735, que dava início ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA, cujas atribuições são de:

“[...] além de objetivar a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, visa também assegurar o desenvolvimento econômico, mas com racionalidade de uso dos recursos naturais. Foi um grande avanço, principalmente numa época onde a visão que existia era a de desenvolvimento a qualquer preço. Quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, essa lei foi a única a ser recepcionada na íntegra. Por outro lado, sua efetivação foi construída aos poucos”. (Site do IBAMA⁷⁰)

Principalmente com a criação de leis mais rígidas e fiscalização por órgãos governamentais como o IBAMA, são feitas apreensões de animais em cativeiros, pele de animais silvestres ou carne congelada para a venda clandestina de caça. Porém, mesmo com novas instituições de regulamentação da caça dos selvagens na atualidade, ainda nos deparamos com histórias de caçadores que chocam a sociedade. Como foi o caso da morte do leão Cecil no Zimbábue, que foi morto por um caçador americano de férias em um parque ecológico no continente africano em 2015. A morte poderia ser de mais um leão, como tantos outros que já foram caçados, mas este era ícone de preservação da “vida selvagem” na África, o que gerou uma comoção mundial a ponto das ITCA pressionarem os EUA para punirem o cidadão americano “para fazer memória do leão símbolo do Zimbábue”.

A história de Cecil é como tantas outras que vêm acontecendo desde que o homem modifica o *ambiente*, mas por que essa causou tantos alardes? O leão, que entre a literatura, pintura, cinema, tem sido “o maior dos predadores”, “O rei leão⁷¹”, dentre outras menções que são feitas a ele, protege, lidera a selva. Mas, no discurso ambiental ambientalista, tem espaço entre os frágeis, compondo as listas dos que precisam de proteção.

O **ambiente frágil** mais uma vez circula como aquele que precisa incessantemente ser dito e visto na mídia produzindo consciências ecológicas que dizem que até os “reis da selva” precisam de proteção. O discurso ambiental biológico produz algumas espécies selvagens como especificamente adaptadas ao ecossistema em que vivem; logo, elas são as espécies que tem importância para um suposto equilíbrio do *ambiente*.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/aceso-a-informacao/historico> acessado em: 20/02/2016 as 17:42 hs;

⁷¹ Filme da Disney. Dirigido por: Roger Allers, Rob Minkoff, EUA, 1994;

Porém a mídia tem sido eficaz em produzir e reforçar essas mudanças, convenções, ou seja, aqueles que nos acostumamos a ver como ferozes predadores tendo algum tipo de fragilidade. Um exemplo disso é o filme Madagascar, que conta a história de um leão, um hipopótamo, uma girafa e uma zebra deixando o zoológico e indo para a savana africana para se “tornarem selvagens”. O filme fabrica o que é ser selvagem, pois o leão que comia carne dada pelos criadores agora é (pelo instinto) forçado a caçar, algumas vezes os próprios amigos de viagem.

Outros enunciados se associam ao “selvagem é frágil” na produção do **ambiente frágil**. Vejamos a imagem a seguir:



Figura 29. Imagem ganhadora do prêmio de melhor imagem da vida selvagem, denominada “Uma história de duas raposas”.

A imagem acima ganhou em 2015 o concurso anual de fotografia da vida selvagem do Museu de História Natural Britânico. O “Wildlife Photographer of the Year” foi criado para premiar fotografias profissionais e amadoras que sejam consideradas a imagem da vida selvagem. Segundo o fotógrafo, uma raposa arrastou o corpo da outra por longo caminho. Na imagem, opera o enunciado “selvagem e frágil”, independente se a causa da morte é pela predação do *ambiente* sobre si ou do homem sobre o *ambiente*, ela é sempre produzida pelo viés do caos, produzindo condutas pouco incentivadas.

Para cada prática discursiva do *ambiente* são fabricadas práticas não discursivas para punir aqueles que estiverem em dívida com o *ambiente*, como “leis ambientais” para delimitar o que é permitido do que é proibido, “cargos institucionais” e “instituições” para controlar especificamente o maior predador do *ambiente*, o vilão dessa história, o homem. O mesmo a quem é dado a responsabilidade de proteger o *ambiente*, cuja fragilidade interfere na sobrevivência do homem no planeta Terra. Esse é um dos fios da rede que queremos tecer, para mostrar que a fragilidade não é fixa a um enunciado, mas pode compor vários enunciados ao mesmo tempo, produzindo fragilidades muitas vezes bem diferentes entre si. Se em um determinado momento a fragilidade é associada ao *ambiente*, em outro se associa ao homem, mas pode também ser associada ao homem pela destruição do *ambiente* ou porque o bem-estar do homem, depende do bem-estar do *ambiente*.

A fragilidade pode ser pensada pelo viés dos discursos utilitaristas que sempre estiveram presentes de alguma forma na relação do homem com o *ambiente*, mesmo quando ele ainda não existia na forma como o conhecemos hoje. Desde o século XVI, já se tinham discursos de um *ambiente* montado no imaginário dos viajantes europeus as novas terras no século XVI. “Antes mesmo de se lançarem às expedições, os viajantes naturalistas pareciam saber exatamente qual era a paisagem útil, bem como os objetos e os espécimes que deveriam ser colecionados” (GUIMARÃES & WORTMANN, 2010 p.309), pois já se tinham discursos utilitaristas sendo produzidos antes do experienciado. Aqui, a paisagem já está a serviço do humano.

O discurso utilitarista nunca deixou de fazer parte da ordem do discurso ambiental, pois, segundo Thomas (2010), a história dos herbários perpassa a história da medicina, quando a re/produção de ervas e plantas medicinais é justificada pelo retorno que haveria para a cura ou tratamento de doenças humanas no ocidente. Em outras palavras, a domesticação de animais e plantas é uma modificação imprescindível para as necessidades do homem em diferentes culturas e sociedades sempre no curso da história.

Outra prática que também produziu o **ambiente útil** foi a polinização artificial de espécies vegetais, mudança em cursos de água para alimentação de colheitas e plantações, e utilização de estruturas rochosas para contar histórias em desenhos rupestres. Os discursos utilitaristas ajudam a produzir o *ambiente* que não precisa ser protegido, mas usado em práticas, técnicas desenvolvidas na relação com o seu entorno. Como essa relação utilitarista vem sendo construída há vários milênios, algumas espécimes, aos nossos olhos, parecem sempre ter sido usadas para o nosso benefício. E só é útil aquilo que beneficia o homem, como se a vocação do *ambiente* fosse suprir as necessidades do homem (AMARAL, 2003).

E quando a fragilidade se desloca do *ambiente* para ser construída como sendo do homem? A fragilidade não é mais do *ambiente*, mas a destruição do *ambiente* fragiliza o homem. O que acontece para que isso seja possível? É a perpetuação da espécie humana que importa. Seja porque o homem precisa do seu entorno para sobreviver, seja porque a fragilidade do seu entorno também o fragiliza. O *ambiente* é produzido como aquele que deve adequar-se as necessidades do homem.

Compondo o enunciado do **ambiente frágil**, estão os ditos produzidos pelos livros didáticos de ciências do 7º ano do ensino fundamental⁷². O que vemos no trecho abaixo contém este enunciado sobre o *ambiente* cuja destruição deixa o homem correndo risco (PROJETO ARARIBÁ, 2010 p.39):

“O meio ambiente deveria ser a maior preocupação de todos, pois é a base de nossas vidas. Não podemos viver num ambiente destruído. Nossa qualidade de vida está diretamente associada aos ecossistemas conservados. Por exemplo, a maior parte da população brasileira vive nos domínios da Mata Atlântica, onde toda a água consumida por essa população é produzida. Portanto, a conservação dessas áreas é crucial para garantir o abastecimento de água” – esclarece Germano. “Devemos

Figura 30. Fotografia do texto de um livro didático de ciências, tópico que aborda: “O instituto Rã-bugio para a Conservação da Biodiversidade” Disponível em: <<http://www.ra-bugio.org.br>> acesso em: 12 /08/2010.

Já que a degradação dos recursos hídricos interfere na qualidade de vida dos bípedes, é interessante que esses rios sejam poupados. Logo, o interesse na conservação do *ambiente* está condicionado à *base de nossas vidas*. Neles, o *ambiente* aparece como *lugar* que deve ser conservado, pois sua destruição significa a destruição do homem. Assim, para haver proteção à vida humana, é necessário a conservação da água, alimento e ar, componentes que são tidos como *essenciais à vida*. Logo, o desejo de conservação da água é condicionado pelo bem-estar do homem.

Em outras palavras, é pelo fio condutor da fragilidade do homem que as existências dos elementos do *ambiente* estão interligadas. A preocupação com o *ambiente a ser conservado* gira em torno do atendimento às necessidades humanas, esse bípede que “*é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente*” (FOUCAULT, 2007). Nesse sentido, o *ambiente a ser conservado*, é “*crucial*” para *melhor qualidade de vida humana*.

⁷²Utilizei a edição anterior do livro didático no primeiro ano em que trabalhei como professora de ciências em uma escola de Belém do Pará, ano de 2008, a versão consultada é a de 2010.

Ainda hoje continua circulando o discurso utilitarista, mas juntamente com ele outros enunciados entram em operação dando condições de possibilidade para outras práticas emergirem. Não é somente o *ambiente* que deve ser útil para o homem, **o homem deve ser útil para o ambiente**, como que com isso retribuisse tudo o que o *ambiente* lhe forneceu e continua fornecendo. Agora o homem deve pagar a conta do que usufruiu desregradamente do *ambiente*, redimir-se dos desgastes, em alguns casos irreversíveis, que fez ao *ambiente*.

ii. Maternagem⁷³ ambiental

“A natureza tem uma estrutura feminina: não sabe se defender mas sabe se vingar como ninguém.” (Marina da Silva)

Na frase acima, a ex-candidata à presidência da república em 2014, que tinha como uma das frentes de campanha os temas ambientais, insere em vários de seus discursos de campanha enunciados sobre o *ambiente* e a fragilidade pelo viés da feminilização, mas ela não é a primeira e nem será a última a relacionar esses três elementos. Nas imagens das ITCA também acontece a produção do **ambiente maternal** marcado pela fragilidade, como vemos nas imagens abaixo:



Figura 31. “Mãe natureza também precisa de cuidado e proteção. Mostre-lhe que você se importa. Através do cuidado com sua árvore”. Retirado de: <http://valappila.com/> acessado em 27/02/2016 as 11:28 hs;

⁷³ Termo usado como sinônimo de maternidade, entendida como mais um dos dispositivos que agem sobre os discursos ambientais, no artigo de MARCELLO, F de A. Dispositivo da maternidade: Mídia e a produção pedagógica de sujeitos, práticas e normas. In: Educar em revista. Nº 26 p. 81-98. UFPR, 2005;

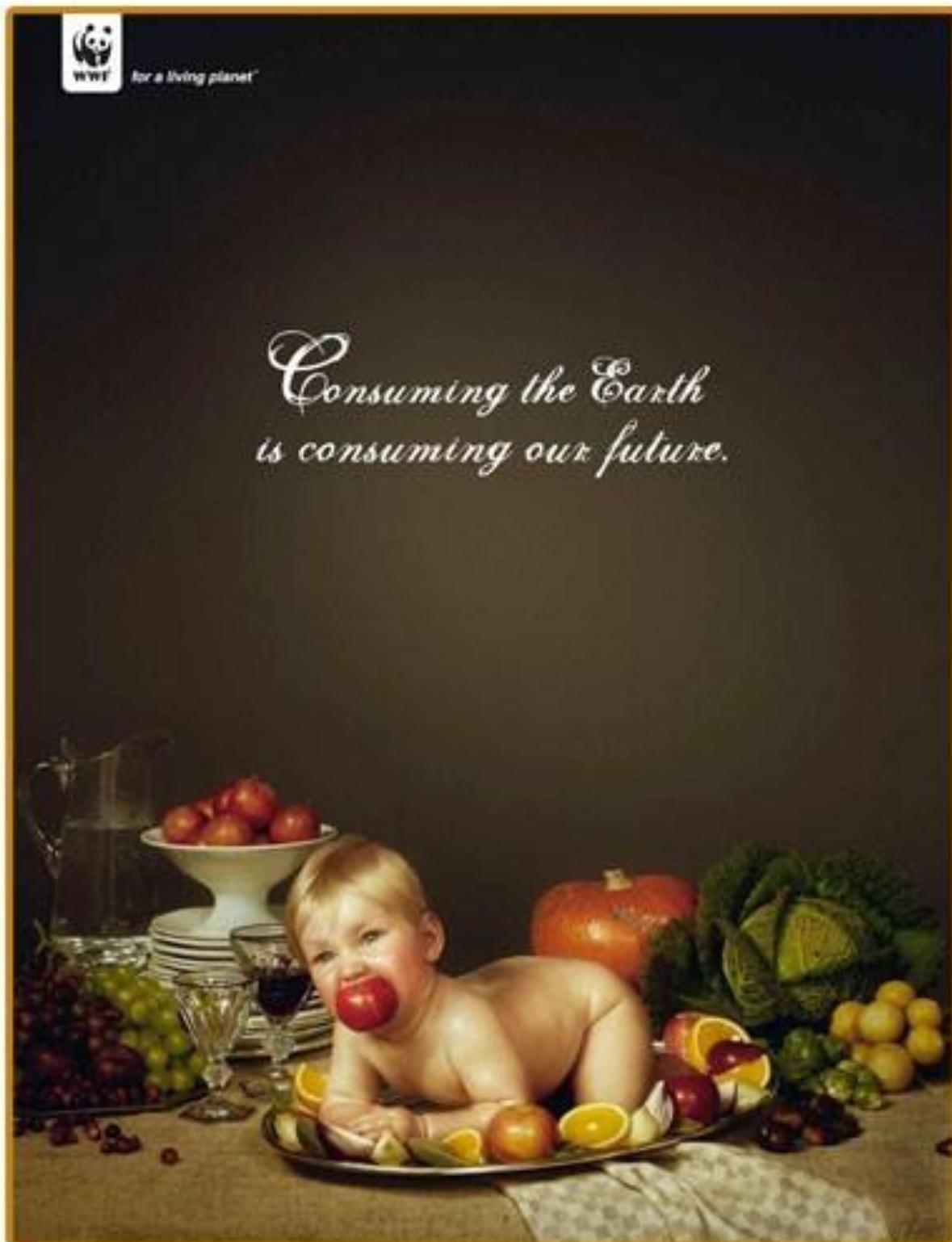


Figura 32. Campanha do WWF intitulada “Consumindo o planeta consumimos o nosso futuro”

O **ambiente frágil** não se limita aos enunciados dos animais, mas também se utiliza do enunciado “todo filhote precisa de proteção”, ensinando o que fazer pelo *ambiente* quando este é indefeso. Nas duas imagens, há a produção da fragilidade sobre o filhote como sendo carente de todos os cuidados possíveis. Os filhotes humanos são mais dependentes do cuidado maternal,

mas isso não se repete para os filhotes de outras espécies, que devem aprender logo que nascem a andar e acompanhar o bando. A noção de filhote como a perpetuação da espécie é outro enunciado que ouvimos principalmente nos discursos ambientais evolucionistas, quando colocam a proteção da prole pelo viés do interesse de que as cargas genéticas da espécie se perpetuem no futuro.

Outro enunciado que opera é da maternidade como algo próprio da natureza e como se “ela fosse nossa primeira mãe”. Ser mãe é na atualidade amamentar seus filhos, provendo-os de vida e chances de desenvolvimento mais seguro. Porém nem sempre esse discurso teve condições de possibilidade. “Até o século XVIII, o ato de amamentar os bebês costumava ser visto pelas classes superiores como uma atividade degradante, a ser evitada quando possível, confiando-se os recém-nascidos aos cuidados de amas de leite” (THOMAS, 2010 p 58). Hoje a mãe que dá a luz é a mesma que amamenta e é a mesma que cuida em toda a fase infantil até a fase adulta. Mas, no século XVIII, uma criança tinha disponível várias referências de mãe, de provedora em vários sentidos.

Não é sem razão que na atualidade foram criados os berçários de ursos panda, com cuidadores, que monitoram a frágil vida dos filhotes, que são submetidos a testes científicos e alimentação definida para sobreviverem em cativeiro. Outros animais são fotografados nas encubadoras logo que nascem, recebendo cuidados que nenhum outro filhote, além dos humanos, poderiam receber.

Nas imagens abaixo, há o deslocamento da relação mãe-filho para outras espécies animais não humana produzindo o lugar de fragilidade no campo discursivo da dita vida selvagem. A antropomorfização gera a noção de maternidade, que é uma produção cultural, como se fosse condição determinada pelas características com as quais já nascemos. A maternidade ou paternidade são criações culturais para dar identidade a determinadas funções, que se modificam durante os anos.



Figura 33. A. Disponível na rede social do WWF em: <https://www.facebook.com/WWF/> acessado em 29/01/2016 as 23:08hs. Figura 33 B. Quadro intitulado "Mãe com criança enferma". Metropolitan Museum of Art, New York;

Essas imagens “*podem mostrar os vestígios deixados por outras imagens da nossa cultura visual*” (Bittencourt & Milanez, 2012); associam-se por um já dito, que consiste em uma rede de documentos que há muito estão produzindo pela cultura. A maternidade aqui, está como sinônimo de cuidado e proteção, pois um ser frágil, indefeso e carente de atenção, por parte da figura materna. O discurso da maternidade se atualiza na figura 33 A, produzindo fragilidade em um momento tão crítico como quando uma fêmea protege sua cria, assim como na tela de Picasso (1903), há a produção de um cuidado terno. O *ambiente* nesse molde está no lugar da vulnerabilidade, requer cuidado especial, proteção embalada em ternura e afeto, criando uma empatia por esse modelo fabricado de **ambiente indefeso**.

O modo de endereçamento da imagem (Fig. 33 A), consiste em projetar um espectador, que olhe a imagem a partir dessas redes de memória na qual fragilidade-proteção amarram-se à rede discursiva da maternidade-cuidado, afeto. A imagem reverbera sobre um público que aprendeu a ver o mamífero pela via antropomórfica. Essa rede de relações costurada à figura 33 A, potencializa o vínculo maternidade-amparo abrindo espaço para que aquele ser se torne um dos embaixadores da causa do **ambiente frágil** necessitado de proteção. Essa produção do ícone ambiental permite que se diga e veja o macaco muito longe de seu hábitat,

ele aparece não só defendendo as florestas tropicais, mas também os mares, os ares, savana africana, floresta amazônica, antártico e ártico, a vida, enfim!

O **ambiente frágil**, é aquele que veremos compondo constantemente os instrumentos em incentivo ao trabalho nas causas ambientais, “*mas que esse entrecruzamento não nos iluda*”, como nos alerta Foucault (2008, p. 06), os enunciados imagéticos não são somente o lugar dos animais *indefesos e inofensivos*, pois ao produzir o **ambiente frágil** há também a produção do *ambiente* selvagem, indomado, perigoso. Isso acontece porque para todo o dito, há o não dito que o circunda e compõe.

Na atualidade, o filme “Depois da terra” produz o planeta como aquele que “evoluiu para matar o homem”⁷⁴. Este então não é mais o caçador; aqui, ele se torna a presa. Fala da Terra depois do fim da civilização, em que as cidades se tornaram selvas e os animais seres “evoluídos” e cuja força, esperteza, e os instintos estavam muito mais avançados. O filme produz modos de ver o *selvagem* como perigoso, mas que pode ser domesticado/vencido, e que mesmo sendo forte, não é superior às tecnologias humanas.

Ainda que o discurso imagético soe imperativo, não está livre de resistências, contradiscursos que criam outras possibilidades para emergência de um *ambiente das margens*, mas que de maneira nenhuma são menos criativos e potentes, para inventar o *ambiente* e o sujeito, imersos em uma luta dos quais, muitas vezes, somente enchemos os rastros (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011).

Usamos as palavras de Foucault ao explicar como o dito está mesclado com o não dito: “*O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo o que se diz*” (FOUCAULT, 2008^b p.28). Logo, quando são produzidos os seres/elementos *ternos* para proteger e serem protegidos, há concomitantemente a produção de uma miríade de outros *ambientes* movidos nas mesmas direção estética, ética e afetiva, no entanto em sentido contrário. Todo o enunciado que produz o discurso do **ambiente frágil** também produz o **ambiente feroz**.

iii. Nem só de frágeis viverão as ITCA

“Não é a terra que é frágil. Nós é que somos frágeis. A natureza tem resistido a catástrofes muito piores do que as que produzimos. Nada do que fazemos destruirá a natureza. Mas podemos facilmente nos destruir.” (James Lovelock⁷⁵)

⁷⁴ Frase dita por um dos protagonistas do filme (Will Smith). E que é presente em textos que especulam como seria a terra sem o homem. Segundo alguns autores seria tomada pela vegetação, e os animais, sem seus caçadores, se multiplicariam e continuariam com o processo de evolução, se diversificando em espécies novas e mais selvagens do que a que temos na atualidade;

⁷⁵ Nascido em 1919 é ambientalista e propôs a hipótese Gaia. Nela a terra é entendida como um grande ser vivo que em simbiose se relaciona todos com tudo o que os cerca.

No ensino de ciências naturais do 7º ano, o livro didático traz uma seção com o título: “O ambiente, a saúde e os seres microscópicos” (Projeto Araribá, 2010 p.100), o texto que segue o título, discute a falada degradação ambiental, como uma condição do *ambiente* na atualidade, que deve ser combatida pelas instituições ambientais. No desfecho da seção, o Instituto Butantan é apresentado como um dos que trabalham para produzir as *soluções* que conduzem o retorno ao *ambiente saudável*. Mas, podemos perguntar, o que faz um *ambiente* ser considerado insalubre? Segundo o livro didático de ciências, além da ação *maléfica* do homem, o *ambiente* deixa de ser *saudável*, quando outros elementos prejudicam o equilíbrio, é o caso das cobras e microrganismos.

Os enunciados imagéticos de répteis e microrganismos produzem um modo de ver o **ambiente perigoso**. Nesse modelo, a instituição teria a função de *descobrir* o antídoto contra os perigos do *ambiente*. Ao mesmo tempo, divulgar/ensinar que é *conhecendo* (biologicamente) os seres, que podemos *combatê-los*. Esse ensino não se produz somente nos livros de ciências. Mas será que eles teriam espaço nas ITCA? Vejamos a imagem abaixo:



Figura 34. A imagem faz parte da campanha “Don’t bring their home to yours” produzida pela agência: Young & Rubicam/Brasil do Greenpeace, em português poderia ser traduzida como “Não traga a casa deles para a sua” em alusão ao desmatamento.

O enunciado imagético da cobra produz uma rede de memória do medo do *perigo* que pode estar dentro de casa, quando no título da imagem: “*Não traga a casa deles para a sua*”

casa” (Grifos nossos), tem como efeito a produção do lugar do medo do perigo, do ser indesejado em receber um morador como esse, em sua casa. O alerta trazido pelo conjunto da imagem e do escrito não é exclusivo deste século, pois desde o final da década de 1960, já é posto em circulação no discurso ambiental ecológico alertas acerca do avanço das construções e de grandes indústrias sobre as matas. Segundo o discurso ecológico, os *seres selvagens* se deslocariam para as cidades (*sua casa*) provindos das matas fechadas (*casa deles*). Portanto, de acordo com este discurso, *não são os animais que invadem a cidade, fomos nós que avançamos sobre o habitat deles*, mas qual a produtividade dessa separação entre a casa deles e a nossa casa?

Há na imagem em questão uma dualidade entre o *selvagem*, produzido pelo enunciado imagético da cobra, e o *civilizado*, pelo enunciado imagético da cadeira. Assim, dois lugares são confrontados: o **ambiente selvagem**, que é casa do outro, e o **ambiente civilizado**, a nossa casa. O lugar discursivo da cobra é do perigoso em oposição ao lugar do civilizado. Nesta composição, o equilíbrio ambiental só é possível na coexistência em separado de ambos os lugares, ele não é obtido pela eliminação de um em prol do outro. É a transposição desses limites que é tida como inadequada. O modo de vida humano, a dita civilização, não é questionado. Ao contrário, é possível vida harmônica se cada um ocupar seu nicho, um só é ameaça ao outro no cruzamento de fronteiras, como se as tais fronteiras fossem limites naturais preexistentes aos ‘dois mundos’.

Contudo, é o nascimento do civilizado que torna possível a existência do selvagem. Em termos discursivos, um inexistente sem o outro. Em termos das práticas, foi a interferência nas terras ditas selvagens que produziu o mundo civilizado, como lemos no trabalho de Amaral (2003). Até então o que se tinham eram as grandes construções, os jardins milimetricamente pensados. Mas, ao contato com as terras-só-exuberância, produziu-se o contraste com as cidades europeias e esse modelo de exuberância foi transformando as matas em jardins e cidades, o que criou essa oposição que agora é pensada em como limite e coexistência.

Há que se destacar que o núcleo do enunciado não é “salve as cobras”, não são elas que precisam ser mantidas, mas a mata. E a manutenção desta não é dita como necessária à vida dos seres, mas à vida civilizada. Aqui o espaço a ser preservado é o humano. É ele o *ambiente* vulnerável que necessita da proteção de suas fronteiras, é ele que está em perigo. Ali o selvagem já não ocupa o lugar do frágil, mas do perigoso e a cobra tem este lugar na rede de memória que é acionada a partir do enunciado imagético.

Esta rede de memória que não inicia nem se encerra nas imagens de divulgação das ITCA atravessa e circula em diferentes materialidades. Passamos toda nossa vida, aprendendo

a ver e dizer as cobras como seres venenosos, traiçoeiros e astutos para capturar suas presas e que por isso se deve manter distância delas. A produção do perigo está em não saber muito, mas saber o suficiente sobre o animal. Os enunciados, *conhecer para proteger-se de...* e *conhecer para proteger algo ou alguém*, estão dispersos em vários artefatos culturais fora de imagens das ITCA.



Figura 35. Cena do filme “Mogli, O menino lobo”. Momento em que a cobra envolve o protagonista a fim de mata-lo

Ao ensinar sobre os *perigos da floresta* (Figura 35), no longa metragem “*Mogli, o menino lobo*”⁷⁶, a cobra aparece como o perigo que ronda a noite na mata, ocupando o lugar moral do vilão. A cena acima conta o momento do filme em que o réptil se aproxima sorrateiramente, hipnotiza e envolve o protagonista para sufocá-lo, reproduzindo uma das táticas de defesa e ataque de algumas cobras. Mogli só é salvo por seu amigo, uma pantera negra, que expanta o réptil e manda que se afaste do menino.

⁷⁶ O filme “Mogli, O menino lobo” Disney de EUA, 1967. Dirigido por Wolfgang Reitherman. (Duração: 1h e 18min) Conta a história do menino que foi deixado na floresta e criado por animais e em determinado momento é hipnotizado pela cobra “Kaa” para ser devorado, é salvo pela pantera negra;

Mais uma vez, a relação entre a mata e o selvagem constrói o **ambiente perigoso**, ou daquilo que ainda não se tem total conhecimento, o desconhecido. O enunciado imagético do réptil novamente produz o perigo e um dos momentos de maior suspense da película. O olhar fixo da cobra, se encontra com os do menino, que também estão abertos e fixos na serpente, isso acontece enquanto ela o envolve para quebrar-lhe os ossos, como uma tática de sufocamento das serpentes não-peçonhentas. Isso produz um modo de ver o *ambiente perigoso*, sempre ligado à mata noturna, fabricando um tipo de *ambiente* que precisamos conhecer para combater. No entanto, ao lado desse, outros modos de ver circulam nos artefatos culturais.

O desenho protagonizado pela “Cobrinha azul⁷⁷” conta a história de um réptil que persegue o besouro com feições orientais que sabe lutar karatê e sempre consegue prever o ataque. O enunciado imagético da cobra faz ver *ambiente selvagem* sempre pronto para atacar, enunciado reiterado em vários programas televisivos que dizem da *vida animal*, as *feras selvagens*.



Figura 36. A A série de desenhos animados A cobrinha azulada década de 1970, sucesso no Brasil no início da década de 1980. B A capa do documentário da Discovery Chanel “O misterioso universo das cobras e serpentes”

⁷⁷A “Cobrinha Azul” é uma série produzida pelos estúdios De Patie-Freleng Enterprises entre 1972 e 1974. A personagem sempre se dá mal por insistir em se alimentar de um besouro que luta artes marciais e por isso não pode ser capturado;

Os enunciados que circulam nestes programas televisivos sobre a dita vida selvagem vinculam-se muitas vezes a discursos científicos sobre as cobras para respaldar a produção de características específicas para predação, como no documentário: “*mistérios das cobras e serpentes*” na figura 36(B)⁷⁸. Nele são utilizados argumentos do campo da ciência, apoiados em gráficos, cálculos, e demais procedimentos para provar que as cobras e serpentes são sagazes.

Nesta perspectiva, são produzidos enunciados das cobras e serpentes como *ágeis caçadoras*, graças aos seus *nervos sensoriais específicos para detectar os movimentos da presa* e outra série de características, tidas como inerentes às cobras, mas que não a transformam em um animal a ser *protegido* e sim, um animal a ser *conhecido por precaução*. O *ambiente* que é produzido nos enunciados das cobras e serpentes, é daquele que *não precisa de proteção* pois se *autodefende*, sendo assim, não tem lugar nas campanhas de proteção ambiental, a não ser aquele ocupado na figura 34.

O discurso que circula dentro e fora das ITCA é de um utilitarismo científico, já que *conhecer ambientes perigosos* livra o homem de ser vítima dos mistérios da *natureza*, tornando-a previsível e controlável. O *bom ambiente* para a ciência seria aquele passível de ser controlado/dominado por instituições que decidiriam quem participaria das listas de conservação. Isso acontece porque cada imagem está sustentada por um saber institucional, documentado e aparelhado para fazer funcionar regras e rituais na produção da verdade.

A questão que fica é: poderia o *ambiente* ser pensado para além dessas dualidades selvagem - civilizado? E se ao invés disso, se abrisse oportunidade para várias formas de *ambiente* em que não se pré-concebessem modelos fixos, mas que se permitissem outros caminhos para além das dicotomias?

⁷⁸Documentário: “O misterioso universo das cobras e serpentes” (The Ultimate Guide Of Snakes) Edição especial da Discovery Chanel;

4. AMBIENTE SUSTENTÁVEL

Nesta seção temática, foram reunidos os enunciados que tratam da invenção da sustentabilidade, e como tem produzido “atitudes sustentáveis”, “mudança de conduta”, “práticas verdes”, ou seja, práticas discursivas e não discursivas sobre o *ambiente*. À medida que esses enunciados entram em operação, todo um aparato de discursos ambientais (econômico, ambiental e social) se entrelaçam e se transformam constituindo o que é nomeado de “nova onda verde”.

O que tem sido chamado desenvolvimento sustentável é produto de determinadas condições culturais e sociais historicamente construídas e que vêm sendo modificadas a cada momento que se fala, não de qualquer *ambiente*, nem de qualquer jeito. Discursos que até a década de 1950 não tinham condições de possibilidade para serem produzidas. Mas que hoje não se limitam somente às ITCA, mas se dispersam no que consumimos, sejam ideias, alimentos, automóveis, roupas, dentre outras possibilidades.

O enunciado “sustentável” não produz um *ambiente* que precisa ser protegido em sua totalidade, como no discurso ambiental conservacionista, e nem deve ser utilizado até as últimas consequências, como no discurso ambiental exploratório. Encontrou-se, então, um suposto meio termo para se administrar o *ambiente*, nem retirando todos os recursos, nem o deixando intocado, quando poderia gerar renda para as sociedades. A ideia disseminada na/pela mídia é de que a sustentabilidade é uma proposta de mudança nos valores da sociedade, nas estruturas da cultura, nos modos de pensar a economia, a política, a vida.

Portanto, ter o “rótulo” da sustentabilidade associado à marca de uma empresa, a uma instituição, ou ao próprio indivíduo passa a ser visto como a “boa conduta” para com o *ambiente* na atualidade. Mas nem sempre ser sustentável é ter as práticas ditas sustentáveis. Algumas vezes isso se torna apenas um esteriótipo que empresas usam para se adequar as exigências do mercado, mas deixam a desejar quanto às bases para o desenvolvimento ambiental.

Aqui, reunimos imagens que operam o enunciado “sustentável”, como aquilo que concilia lucro e *ambiente*, desenvolvimento e equilíbrio ambiental. É o desenvolvimento sustentável que entra em vigor, abalando as relações de poder e saber sobre o *ambiente* e a economia. No entanto, será que essa conciliação é tão harmônica como é propagada nas campanhas das ITCA e nas campanhas publicitárias de empresas? O que seriam essas “atitudes verdes” como uma forma de proteger o *ambiente*? Que modos de gerenciar o *ambiente* são produzidos a partir desse conjunto de enunciados? O que os torna possíveis?

Não podemos falar de sustentabilidade sem antes destacar a abrangência deste tema na sociedade atual e de sua intensa dispersão em várias esferas sociais pelo mundo todo. Porém, não pretendemos esgotar o assunto, mas nos limitar a analisar como as imagens das ITCA produzem um **ambiente sustentável** dentro de uma sociedade tão líquida como a nossa “em que (teoricamente) se torna cada vez mais urgente ter atitudes ecologicamente corretas” (HENNING, HENNING E GARRÉ, 2013 p.150).

“[...] não somos apenas nós, brasileiros, que estamos preocupados com as questões ambientais que se apresentam em nosso planeta. Essa é uma questão mundial que atravessa a todos. O emblema tantas vezes visto por nós na mídia, se apresenta como um chamamento global e uma exigência para a continuidade da vida na terra: Todos pelo planeta!” (HENNING, HENNING E GARÉ, 2013 p.144).

Todos pelo planeta Terra! Ecoa nos ouvidos dos que abrem os jornais, páginas de notícias, redes sociais e telejornais na atualidade. Enunciados que estão mais dispersos do que imaginamos. E que foram se produzindo à medida que novos acordos iam sendo firmados em reuniões internacionais. Os países se comprometiam em diminuir a pressão sobre o *ambiente*, pois o que estava em jogo era a perpetuação da vida no planeta Terra. O papel das ITCA ganhava centralidade na medida em que se tornavam responsáveis por acompanhar, como vigilantes, a concretização das ações produzidas nas conferências internacionais sobre os direitos do *ambiente*. Para discutir os novos enunciados introduzidos pela invenção da sustentabilidade trazemos o primeiro conjunto de imagens a seguir:



Figura 37. Campanha publicitária do WWF "Take care" "Se você desperdiçar energia, o planeta vai pagar a conta." Agência Contraponto BBDO, Espanha.



Figura 38. Campanha publicitária do WWF "Take care" "Se nos salvamos nossas florestas, salvaremos nosso ar limpo" Agência Contraponto BBDO, Espanha.

Em ambas as imagens opera o enunciado “sustentável” quando produz um *ambiente* em que lucro e a perpetuação do *ambiente* têm que operar harmônica e conjuntamente. Aqueles que antes eram opostos se atraem no discurso ambiental sustentável e se unem para produzir as dualidades, que de pouco em pouco deixam de ser tão diferentes assim.

Chaminés e florestas, energia elétrica e luz do sol, coisas que até algumas décadas atrás não teriam condições de possibilidade juntas, encontram nas campanhas publicitárias das ITCA condições para coexistirem. Nesse modelo de desenvolvimento, as práticas de aquisição de lucro não podem levar em consideração somente os benefícios financeiros, mas devem levar em consideração a administração dos recursos ambientais, e se eles estavam sendo utilizados de forma controlada pelas leis que regem as florestas, rios, oceanos, animais, plantas, ar e o solo.

São as florestas que limpam o ar que as chaminés poluem, são elas que permitem que o desenvolvimento industrial continue, mesmo após tantos estudos sobre os prejuízos da fumaça que escapa pelas chaminés. Ou seja, sem deixar o avanço do progresso industrial, e incentivando a preservação das florestas, o discurso ambiental sustentável torna possível que dois enunciados de formações discursivas diferentes operem conjuntamente.

Associadas, a geração de lucro e a responsabilidade ambiental somam-se as populações que dependem ou do *ambiente* ou das práticas econômicas envolvidas para que todos estejam satisfatoriamente envolvidos no processo. Essa triangulação é o conjunto de enunciados do discurso do desenvolvimento sustentável, em que cada elemento é planejado para não prejudicar os demais, mas sim para potencializar e harmonizar a relação entre eles.

A “harmonia entre economia, ambiente e sociedade” é um enunciado que percorre vários discursos ambientais, produzindo o equilíbrio para aquilo que estava desequilibrado. Desequilíbrio e catástrofes ambientais não são pensados para o **ambiente sustentável**, pois ele deve ser o mais planejado possível, cujos objetivos são sempre traçados com antecipação. Mas, então, o que seria das mudanças climáticas cíclicas? E os fenômenos sísmicos pela fricção das placas tectônicas? Eles teriam vez em um *ambiente* tão milimetricamente planejado, como o **ambiente sustentável**?

Para os filhos da década de 1990 e início do século XXI, que em sua maioria estão em nossas escolas e universidades, é improvável pensar o *ambiente* se não pelo discurso do desenvolvimento sustentável. Pois cresceram ouvindo sobre as temidas mudanças climáticas que o planeta Terra estava enfrentando e que só se intensificavam com o passar dos anos. Esse

tema alcançou as telas de cinema com filmes⁷⁹ e documentários⁸⁰ que propagavam o “alerta global” para as sociedades provocando pânico social em relação ao destino da espécie humana.

O discurso do desenvolvimento sustentável propõe uma suposta solução para o conflito entre a “utopia” do discurso conservacionista, que defendia a proteção quase total do *ambiente* e a busca por lucro a partir das matérias-primas dos discursos desenvolvimentistas. A conciliação entre *lucro* e *ambiente* foi durante muito tempo aparentemente impossível, quase contraditória, mas seus elementos se aproximaram dentro do discurso de desenvolvimento sustentável. O que seria então essa coisa chamada sustentabilidade? Layrargues (1997) diz que:

O conceito de ecodesenvolvimento lançado por Maurice Strong em Junho de 1973, consistia na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nesses locais ainda não havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético. Com a declaração de Cocoyoc no México em 1974, também as cidades do Terceiro mundo passaram a ser consideradas no ecodesenvolvimento. Finalmente na década de 1980 o economista Ingracy Sachs se apropria do termo e o desenvolve conceitualmente, criando um quadro de estratégias ao ecodesenvolvimento. Parte da premissa deste modelo se baseia em três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. (LAYRARGUES, 1997 p.6).

A sustentabilidade é supostamente um modelo de desenvolvimento em que a preservação ambiental deve estar no mesmo patamar de importância da subsistência das populações envolvidas e na produção de modificação financeira, e geração de empregos e renda. O que antes era pensado somente separado, como perspectivas diferentes do problema, passam a ser entendidas como interconectadas. Isso produz um **ambiente integrado** em que os elementos envolvidos desempenham cada um a sua função e que assim mantidos não geram problemas ou tensões de qualquer ordem.

Ambiente integrado foi o termo utilizado em uma das reuniões da ONU pela ex-primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que participou da produção do relatório “Nosso futuro comum”, na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987. O conjunto dessas práticas constitui aquilo que Sampaio e Guimarães (2012) nomeiam de dispositivo da sustentabilidade. Segundo os autores, que tomam emprestado a noção de

⁷⁹ Waterworld: o segredo das águas, EUA, 1995, 135 min., Ação/Aventura, direção: Kevin Reynolds. O dia depois de amanhã “The day after tomorrow”, EUA, 2004, 124 min., Ação/Ficção científica, direção: Roland Emmerich;

⁸⁰ **Uma verdade inconveniente**. “Na inconvenient truth” EUA, 2006, 100 min., Documentário, direção: Davis Guggenheim. **A história das coisas** “The story of stuff”, EUA, 2007, 20 min., Documentário, direção: Louis Fox. **A última hora** “The 11th hour”, EUA, 2007, 95 min., Documentário, direção: Nadia Connors e Leila Connors Petersen. **A grande farsa do aquecimento global** “the great global warming swindle”, Reino Unido, 2007, 75 min., Documentário, direção: Martin Durkin. **Meat the truth: Uma verdade mais do que inconveniente** Países Baixos, 2008, 74 min. Documentário, direção: Karen Soeters e Gertjan Zwanikken. **A era da estupidez** “The age of stupid”, Documentário/ficção científica, direção: Franny Armstrong. **A história da água engarrafada** “The story of bottled water” EUA, 2010, 8min., Documentário, direção: Louis Fox. **S. O. S. Aquecimento global** “Six degrees could change the world” EUA, 2008, 96 min., Documentário, direção: Ron Bowman;

dispositivo de Foucault (1998), a sustentabilidade pode ser pensada como dispositivo, porque movimenta não somente discursos, mas também instituições, leis, regulamentos, políticas e modos de produção industrial... Enfim, práticas discursivas e não discursivas, compondo a rede que se estabelece entre esses elementos.

Segundo o dispositivo da sustentabilidade, o mundo pode ser refeito, restaurado, transformado pelas ações/interesses humanos e ainda assim manter a harmonia ambiental. Atestando essa possibilidade são acionados os chamados “povos tradicionais” com seus saberes e condutas ambientais mais integradas com a natureza (SAMPAIO, 2012).

Ainda sobre o trabalho de Sampaio & Guimarães (2012), o dispositivo da sustentabilidade é uma rede de saberes que permite fugas, resistências e não uma linha fixa. Esse dispositivo está emaranhado com outros dispositivos e nos deparamos com eles a todo o momento, quando nos voltamos para as ITCA, para os noticiários, assim como nas aulas de ciências. “Enfim, com seus tentáculos (ou linhas), o dispositivo da sustentabilidade nos atravessa por meio das suas múltiplas estratégias, instando-nos a falar sua língua, a moldar nossas atitudes em conformidade com seus discursos.” (Sampaio & Guimarães, 2012 p.401).

O dispositivo da sustentabilidade, não pode ser entendido como algo fixo. “Ele é um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência”, por isso tem uma função estratégica, dominante. (FOUCAULT, 1998 p. 244). O controle-domação da intervenção humana sobre o *ambiente*, o gerenciamento das condutas, da economia, da saúde, da vida.

No dispositivo da sustentabilidade o termo “verde” deixa de ser somente um comprimento de onda do espectro visível da luz solar, para ser um conjunto de práticas discursivas e não discursivas dentro do discurso ambiental, passando a indicar qualquer atitude associada com o enunciado “sustentável”. E assim se produzem as “práticas verdes” como uma forma de “purificar o ar”, “limpar os reservatórios hídricos”, “reciclar o lixo”⁸¹, “trocar lâmpadas comuns por lâmpadas fluorescentes”, “reduzir o consumo de papel”, dentre outras atitudes que prometem ser a coisa certa a ser feita. Produzindo uma moralidade para lidar com o *ambiente*.

Porém, nem sempre esse modelo de **ambiente sustentável** foi possível, pois as condições de possibilidade para torná-lo visível e dizível foram sendo produzidas conforme acontecimentos que colocavam em operação novos enunciados e produziam discursos que transformavam a forma de se falar do *ambiente*, como o movimento que fizemos no capítulo 2,

⁸¹ Retirado de “Pensamento verde”: <http://www.pensamentoverde.com.br/atidade/10-praticas-sustentaveis-para-seu-dia-a-dia/> acessado dia 02/02/2016 as 21:12 hs.

em que a *natureza-paisagem* passou a ser um objeto modelável, instável, e totalmente múltiplo como é o *ambiente* na atualidade.

i. Nem sempre fomos sustentáveis

As primeiras mobilizações em direção a “proteção” ao *ambiente* eram de cunho econômico, e se formavam quando o que estava em jogo era a matéria-prima de algum movimento econômico importante. Como nos diz Aguilar (2009 p.69):

Regras que surgiram anteriormente tinham uma finalidade econômica e não a proteção ambiental propriamente dita. Um exemplo é o caso do Brasil colônia e a questão do regramento sobre a “madeira de lei” que visava simplesmente a preservar a madeira necessária para a construção de embarcações. Na Península Ibérica, surgiram normas de replantio de florestas também visando à confecção de embarcações. Da mesma forma, na Europa, surgiram regras com a finalidade de proteger a pesca e a caça.

A criação de parques, museus, e outros recantos da “vida selvagem” no final do século XIX como o de Yellow Stone, em 1862, trouxeram discussões sobre até que ponto o homem pode transformar o seu entorno sem pensar nas consequências para a sociedade. Discussões que até então não eram feitas abertamente. Ao final da primeira guerra mundial foi criado a Liga das Nações e ao final da segunda guerra mundial a Organização das Nações Unidas (1942). O produto dessas reuniões foram eventos importantes para o início das discussões ambientais em nível internacional, que nas palavras de Aguilar (2009) tiveram os seguintes eventos:

“Em 1923, foi realizado o I Congresso Internacional de Proteção da Natureza em Paris. Em 1931, foi aprovada uma convenção internacional que regulamentava a pesca da baleia. Já em 1940, deu-se a Convenção de Proteção da Fauna, da Flora e das Belezas Naturais Cênicas dos Países da América” (AGUILAR, 2009 p.69)

Tais reuniões tinham como alvo a discussão dos problemas ambientais, como, por exemplo, a caça de espécies, que eram comuns às nações que faziam parte das instituições internacionais. Até então as questões ambientais ainda eram vistas como empecilhos ao modelo de desenvolvimento econômico que vigorava, como sendo o que tornava possível a geração de emprego e renda às populações mundiais, sendo imprescindíveis para a manutenção da economia mundial. Porém, quando fenômenos e desastres ecológicos começaram a atingir a população mundial, outros enunciados começaram a emergir no âmbito dos setores econômicos.

Após as duas grandes guerras mundiais, o mundo vivia a chamada Guerra-fria⁸², e se investia muito na fabricação industrial de produtos químicos principalmente para a

⁸² Momento histórico denominado por não ter sofrido com conflitos bélicos, mas com sanções políticas, econômicas, disputas técnico-científicas dentre outros movimentos que se desenrolou desde a segunda guerra mundial 1945 até 1991 com o fim da União Soviética.

agricultura, já que os países envolvidos na guerra deveriam alcançar avanços científicos o mais rápido possível, em detrimento de outros países que lhes eram competidores. Nem que para isso, fosse necessária a produção em massa de produtos químicos para combater pragas sem os devidos testes da ação em humanos.

Para *avançar* nas pesquisas, os governos dos países que participavam da chamada guerra-fria liberaram grande soma de investimentos para a produção de agrotóxicos mais potentes, que matassem mais pragas em menos tempo, tudo isso sem estudos prévios detalhados, que investigassem qualquer possível impacto para animais, plantas, solo e cursos de água, mensurando a presença desses componentes químicos.

Aos poucos, foram sendo divulgados nas revistas científicas que esses agrotóxicos não somente faziam mal a toda a cadeia alimentar, como atingiam a saúde humana. Uma reviravolta do *ambiente* começava a ganhar espaço na mídia. A ênfase começava a ser nos produtos orgânicos como aqueles que são livres de agrotóxicos, portanto livres de potenciais efeitos danosos à saúde. A criação dos selos para identificar os produtos orgânicos foi um acontecimento que contribuiu para que os produtos não orgânicos comessem a perder credibilidade. Vejamos o selo abaixo:



Figura 39. Selo de certificação dos produtos orgânicos, que devem obedecer uma série de critérios para serem considerados orgânicos.

Hoje temos a divulgação na mídia dos produtos orgânicos como aqueles que são cultivados com controle natural de pragas e não por meio químico. Esses produtos, além de

serem mais caros para o consumidor, ainda são mais difíceis de encontrar nas prateleiras de supermercado. Não são das grandes indústrias que advém os produtos orgânicos, pois a produção em larga escala impede que o cultivo orgânico tenha condições para acontecer.

Era comum o uso de compostos químicos para a fabricação de inseticidas, larvicidas e repelentes, porém a composição ainda não tinha sido bem estudada pelos cientistas. O discurso ambiental médico produzia um *ambiente* que estaria mais protegido se utilizasse desses recursos para manter as produções e a qualidade dos produtos.

No entanto, um dos acontecimentos que marcaram esse período foi o lançamento do livro “Primavera silenciosa”, de Rachel Carson de (1962). Nele a autora romanceia a denúncia sobre o uso desenfreado de inseticidas/agrotóxicos nas lavouras dos EUA, montando histórias fictícias sobre cidades e populações humanas. Concomitantemente, outros movimentos de pequenos grupos de ativistas em prol do fim da caça as focas, baleias e aves se reuniram e promoveram manifestos, protestos, e panfletagens alertando a população para os riscos dos agrotóxicos e da caça as espécies valorizadas. Reuniões anuais começaram a discutir as pesquisas que já estavam sendo realizadas havia vários anos, mas que ainda não tinham recebido atenção pelo poder político.

Para que esses movimentos fossem ouvidos, era necessário que se organizassem em instituições que tivessem como alvo lutar pela preservação do *ambiente*. Com isso, as solicitações começaram a ser ouvidas e cada vez mais as ITCA ganhavam protagonismo no meio político, econômico e científico. Para divulgar suas atividades, essas instituições criaram campanhas publicitárias que lhes deram visibilidade.

Os efeitos da revolução industrial começavam a aparecer de forma intensa na Europa, “berço da revolução industrial”, no primeiro grande fenômeno atmosférico enfrentado por um dos grandes centros culturais do ocidente foi chamado “Nevoeiro de Londres” que contribuiu para a morte de 12.000 pessoas. Uma espécie de névoa densa de fuligem cobriu Londres em 1952. Pessoas morreram por intoxicação por dióxido de carbono (CO₂) e outras morreram anos depois com doenças ocasionadas por aquele acontecimento⁸³.

Um alerta global foi acionado, pois um dos países considerados o modelo de desenvolvimento humano e econômico estava afetado pela fumaça que ele mesmo provocou com as altas queimas de carvão nas indústrias e em cada casa londrina. O que aconteceu depois foi uma série de eventos que envolviam cientistas, economistas e sociólogos para estudar como a população mundial tinha chegado a um patamar de destruição do seu entorno tão extravagante,

⁸³ Conteúdo histórico disponível em: <http://mundotentacular.blogspot.com.br/2013/01/cidade-das-nevoas-o-grande-fog-de.html> acessado em 04/03/2016 as 19:14 hs;

a ponto de o *ambiente* devolver os produtos dessas ações. Era a “revolução verde” entrando em operação.

Assim, o **ambiente sustentável** foi aos poucos se tornando possível, graças a essas modificações e mobilizações sociais em todo o mundo, produzindo a internacionalização das questões ambientais, através de encontros, conferências, reuniões que foram tomando proporções cada vez maiores. As reuniões, congressos, encontros só foram possíveis porque movimentos que estudavam o impacto das ações humanas sobre os ecossistemas, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1972, começaram a divulgar na mídia as pesquisas, que até então circulavam somente no meio científico (AGUILAR, 2009).

Valendo-se de uma linguagem matemática, os cientistas questionavam e calculavam as probabilidades de eventos catastróficos atingirem repentinamente a Terra, em curto, médio e longo prazo. Porém um raio de esperança também surgia e reluzia na mudança de uma série de atitudes e pensamentos. Mas o que seriam essas mudanças? Seria nas formas de consumo do *ambiente* ou uma adequação do *ambiente* à sociedade de consumo?

O consumismo passou a ser um ponto de discussão nas reuniões internacionais, porque cada vez que as pessoas compravam algo novo, descartavam aquilo que para elas não tinha mais utilidade, e esse descarte, em um ritmo acelerado, não acontecia com tempo suficiente para que o produto voltasse transformado para natureza. Além do descarte de modo geral, havia ainda o descarte dos produtos químicos que deixavam e contaminavam o solo e os reservatórios aquíferos.

Andrade e Scarelli (2014) analisam a perspectiva do “consumo sustentável” na atualidade em um *reality show*, dito ambiental, chamado “Ecoprático”. Segundo as autoras, esse programa ensina os consumidores a escolherem produtos e serviços sustentáveis ou produzir seus próprios produtos por meio do reaproveitamento de materiais já utilizados. “Percebemos que o programa busca a construção de uma mentalidade voltada ao respeito à natureza e também a garantia da qualidade de vida da sociedade” (Andrade e Scarelli, 2014 p.24), áreas que há muito se encontravam distanciadas, mas que foram conciliadas pelos discursos do desenvolvimento sustentável. Mas será que essa conciliação acontece da forma como é planejada mesmo?

Não são somente nas ITCA que os discursos do desenvolvimento sustentável têm possibilidade para expandir seus enunciados. Os desenhos infantis são artefatos culturais que participam da construção do discurso da sustentabilidade com algo de fácil administração.

Segundo Wortman, Ripoll & Posamai (2012), o desenho Peixonauta⁸⁴ que trata sobre “currículos culturais eminentemente comerciais” (idem, p.382), aborda os temas ambientais como se fossem de fácil e rápida resolução, e vão criando um *ambiente* facilmente remediável e atenuando as implicações das atitudes do homem no *ambiente*. Além de fixarem “ações invariavelmente condenáveis” (idem p. 383), como se eliminá-las fosse a única solução a ser empreendida para salvar o *ambiente*.

i. Do lixo sujo ao lixo luxo

“Do ponto de vista do planeta não existe jogar o lixo fora: porque não existe ‘fora’”
(Autor desconhecido)

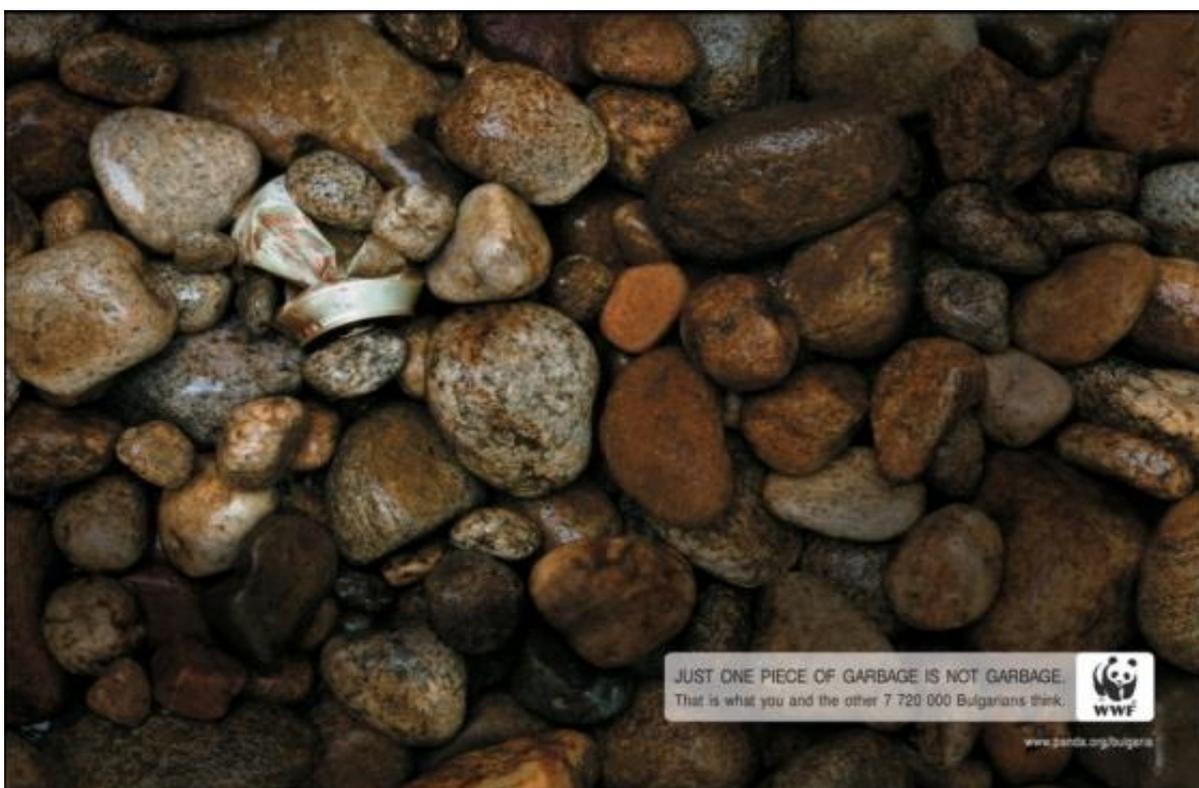


Figura 40. Camanha publicitária intitulada “Just one piece of garbage is not garbage”, que em português é “Apenas um pedaço de lixo não é lixo” do WWF/Bulgária.

⁸⁴ Desenho da televisão fechada Discovery Kids, trata do conceito de Educação ambiental corporativa que também passa o desenho “Sid o cientista”;



Figura 41. Campanha publicitária “Natura nu e reciclabilă. Redirecționează 2% din impozitul pe venit pentru conservarea naturii” em português poderia ser traduzido como “Natureza não é reciclável. Redirecione 2% do imposto de renda para a conservação da natureza”

Em ambas as figuras (40 e 41) o enunciado “sustentável” opera conjuntamente com o enunciado “até o lixo pode ser sustentável”, seja pelo incentivo ao descarte correto, seja na preservação do habitat dos seres vivos. Independente das especificidades da campanha publicitária, o lixo deixa de ser pensado somente pelo descarte, e passa a ser pensado como algo que ainda pode ser útil, pelo viés da preocupação com o destino dos dejetos e as alterações que eles podem provocar no restante do *ambiente*.

Mas como esse enunciado e não outro faz parte do discurso das ITCA? Como é possível que o lixo participe das campanhas publicitárias das ITAC? Poderíamos pensar que este lugar só seria ocupado por animais belos, ou então pelos animais mansos? O lixo ocupou diferentes lugares discursivos durante a história, dentre eles o móvel da geração espontânea de vida, como nas teorias da geração espontânea e ali pertencia ao território do sujo, das doenças, no lugar do imprestável. O lixo que já foi o fim das coisas, agora ocupa o lugar da continuidade. É a ideia de que o lixo pode ser transformado e dele ser criada outras possibilidades, como pela reutilização.

O homem nômade se deslocava a medida que o espaço em que se localizava ficava incapacitado para conter suas necessidades de recursos ou sua densidade populacional, os resíduos eram deixados no lugar de onde saíam e rapidamente eram degradados pela ação dos

organismos decompositores (CARMO, 2009). Com os escritos de Descartes o homem foi separado dos demais seres e objetos pela sua capacidade de pensar sobre as coisas:

“É com Descartes que a possibilidade de fragmentar os objetos – com a separação entre homem e natureza, espírito e matéria – que o resíduo passa a ser visto por meio de uma lógica dicotômica. Nessa lógica as coisas que não se enquadravam numa classificação são consideradas como sobra (sem classificação) e portanto devem ser eliminadas, expulsas” (CARMO, 2009 p.)

Assim, a quantidade de coisas que passaram a ser inúteis aumentava conforme a industrialização dos alimentos, dos utensílios de casa, dos móveis dentre outros produtos. No século XIX as tecnologias de transformação dos produtos químicos em bens de consumo foi se intensivando. Nesse mesmo século o trabalho de lixeiro surge na França, pois até então os moradores enterravam ou incineravam seu lixo (CARMO, 2009).

Até o início do século XIX a maioria dos dejetos era de material orgânico, que é decomposto pelos organismos microscópicos disponíveis na água, ar e solo, tornando a degradação do lixo um processo relativamente rápido. O comércio de borracha, e a indústria química propicia experiências com látex, goma-laca, para a produção de isopreno celofane, silicone, PVC, espuma de borracha. Mas o material mais presente nos lixões da atualidade foi o plástico maleável, material das garrafas PET. Em 1970 as indústrias Coca-cola iniciaram a substituição das garrafas de vidro pelas garrafas de plástico nos EUA. “Um aspecto vital para a viabilização dessa aplicação do plástico foi o desenvolvimento do processo de sopro de garrafas com estiramento biaxial, processo que a Du Pont desenvolveu neste ano e patenteou em 1973” (Gorni⁸⁵, 2007 s/p).

Com a revolução tecnológica na década de 1980, quando os produtos eletrônicos ganharam um crescimento expressivo, a produção de lixo aumentou consideravelmente, e o ritmo de consumo dos produtos e os materiais utilizados para sua confecção, não concordava mais com o ritmo de degradação dos dejetos, gerando uma problemática que até hoje, governos e sociedade buscam soluções para contornar.

Na década de 1980 começaram a ser discutidos no Brasil o problema da produção de lixo, pois associadas às questões ambientais envolvidas, havia também questões sociais. Um dos perigos apontados nas discussões era da toxicidade dos materiais eletrônicos, que segundo Brasil (2005), aumentou consideravelmente com os avanços dos produtos eletrônicos que além de não terem uma longa vida-útil, ainda são atualizados com frequência, o que potencializa o consumo. O descarte desse material muitas vezes é no lixo comum e acaba contaminando o

⁸⁵ Texto disponível no site: <http://www.funverde.org.br/blog/sacolas/a-evolucao-do-plastico/> acessado em 11/03/2016 as 19:20 hs;

solo e os lençóis freáticos pela liberação dos elementos tóxicos, como minério ou gases que afetam diretamente os recursos naturais.

Em 1990, com os avanços nas discussões sobre os rumos do planeta surgem os plásticos biodegradáveis, “a Warner Lambert desenvolve o Novon, resina a base de amido; a I.C.I. lança do Biopol. A Eastman Chemical Co. e a Goddyear conseguem reciclar com sucesso garrafas de PET pós-consumo, transformando o polímero em monômero puro” (Gorni, 2007, s/p). Foram sendo instituídos outros modelos de produtos menos agressivos ao *ambiente*, e o lixo foi sendo visto de outra forma.

O lixo, que antes era somente produzido como o lugar do sujo, do imundo, do suscetível a proliferação dos transmissores de doenças, passa a ser reaproveitado, seja porque isso torna possível a vida de outros animais ou por meio da geração de emprego e renda. De um **ambiente destruído**, que passa a ser um **ambiente reaproveitável**.

Enunciados como “nada se perde, tudo se transforma”, circulam no discurso ambiental ecológico e produzem um “ciclo para a natureza” em que a energia não é finita, mas sempre se transforma, ao ocupar outros níveis de energia (RICKLEFS, 2003). Esse princípio do discurso ambiental ecológico não era aplicado ao lixo na década de 1950 no Brasil. O que se tinha era um movimento linear, em que se extraíam recursos, que eram transformados em produtos e, após serem consumidos, parte deles era descartada em lugares distantes da cidade para serem esquecidos pelos cosmopolitas.

O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), foi criado em 1981 para regulamentar o descarte de material orgânico e inorgânico e produziu uma série de regras para as formas de descarte de diferentes tipos de lixo. Medidas eram exigidas por parte das empresas. Como por exemplo, uma empresa produtora de pneumáticos deveria recolher um pneu usado para cada pneu novo fabricado, segundo prescrevia a resolução do CONAMA nº258/1999 (BRASIL, 2005).

No entanto, somente em 1992 as restrições produzidas pelas leis ambientais se tornaram mais intensas, em parte como efeito das discussões na “Cúpula da Terra”, ou também chamada de ECO 92, reunião que teve até então os maiores avanços nas questões ambientais, pois conseguiu reunir vários países no território brasileiro, 20 anos depois da reuniões das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo na Suécia. Foi em 1972 que o lixo ganhou espaço nas discussões internacionais sobre o destino do planeta. Nela o lixo passa de um problema de saúde pública para ser um problema ambiental (Carmo, 2009).

O cuidado com o lixo deixa de ser um problema somente dos órgãos públicos e passa a ser um problema de todos, que deve ser resolvido pela intervenção de todos. A coleta

seletiva, o destino do lixo e a reutilização são práticas discursivas criadas para esse novo objeto lixo que se instaurava na sociedade no final do século XX.

Um dos desdobramentos da ECO 92, foi a produção da “Agenda 21” que se comprometeu com “crescimento econômico, o progresso social e o respeito ao ambiente” apresentando formalmente ao mundo a sustentabilidade como a nova fórmula para a melhoria na qualidade de vida do homem pós-moderno. As práticas a partir dessas discussões percorriam a partir dos “3R’s”, reduzir, reutilizar e reciclar, como uma forma de modificar cada área da vida social, tentando propor a conciliação entre economia, política e *ambiente*.

Com as mudanças nas leis, criação de grupos de fiscalização do tratamento do lixo, foi possível criar possibilidades para que os catadores de lixo deixassem de ser um problema social e passassem a fazer parte da solução. Movidos por discursos ambientais da sustentabilidade, alguns grupos se reuniam para propor medidas que tornassem esses materiais descartados disponíveis ao *ambiente* novamente, como é propagado pelo discurso ambiental ecológico.

Com a intensa discussão sobre os problemas ambientais o novo objeto lixo foi sendo produzido e, juntamente com ele, práticas não discursivas, tais como a instituição de uma profissão. Nesse aspecto, os catadores de lixo passam a ser coletores de material reciclável, que se organizam em cooperativas, nas quais todos participassem da gestão dos lucros conseguidos pela venda do material coletado. Logo, o lixo torna-se outro objeto, requerendo a criação de novas práticas (discursivas e não discursivas), novos modos de dizê-lo, de lidar. Assim, de objeto de descarte, visto a partir de uma perspectiva linear, o lixo passa a compor a visão sistêmica, integrando-se em um movimento cíclico que o torna algo a ser reaproveitado para alguma outra função no *ambiente*.

Sobre a relação entre o homem e o consumo do *ambiente*, está disponível em um site de vídeos da internet uma série de curta-metragens problematizando o consumo humano e as consequências para o *ambiente*. Podemos destacar dois documentários em que o lixo é produzido como um problema social, ambiental e econômico. O primeiro é o documentário Ilha das flores⁸⁶ (1989), eleito, em 1995, pela crítica europeia como um dos 100 mais importantes curtas-metragens do século XX⁸⁷. Discute a relação dos moradores do lixão de Ilha das flores em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com o lixo. Nesse ano 1989 o Brasil se preparava para sediar a reunião das Nações Unidas em 1992, no Rio de Janeiro.

⁸⁶ Ilha das flores, autora: Cecília Meireles, dirigido por: Jorge Furtado, Brasil, 1989;

⁸⁷ Reportagem disponível em: <http://www.revistaecologica.com/voce-ja-viu-o-curta-ilha-das-flores-aquele-senhor-suzuki-e-seu-polegar-opositor/> acessado em 04/03/2016 as 20:01 hs;



Figura 42. Cartaz de divulgação do documentário “Ilha das Flores”

Outro documentário é “A história das coisas⁸⁸”, em que é analisado como nós adquirimos e nos desfazemos de coisas em uma velocidade nunca enfrentada pelo planeta Terra. A ideia é de que a vida é “insustentável” se houver uma relação desequilibrada entre uso e descarte, mas é possível se a relação for cíclica, e que aquilo que é usado retorne ao máximo e com nova utilidade para o *ambiente*, social inclusive.

Os enunciados sobre o lixo se dispersou em várias materialidades não somente as imagens das ITCA. Vejamos as imagens abaixo:

⁸⁸ The Story of stuff disponível em: <http://storyofstuff.org/movies/story-of-stuff/> acessado dia: 02/02/2016 as 22:51hs. Produzido por: Tides Foundation and the Funders Workgroup for Sustainable Production and Consumption Dezembro de 2007;



Figura 43. Capa de revista de circulação nacional sobre a problemática do lixo no Brasil. Ano 2002;



Figura 44. Brinquedo educativo sobre o destino correto do lixo das residências aos aterros;



Figura 45. Charge sobre a produção de lixo contra o homem;



Figura 46. Campanha do Ministério do Meio Ambiente sobre o uso do lixo na geração de energia;

O *lixo* deixou de ser algo visto apenas do ponto de vista negativo - vetor de proliferação de transmissores de doenças, fator de intensificação enchentes, entulho a ser coletado e de problemático despejo, agente de contaminação de solo e água, dentre outros que apontam para um problema médico, econômico, social, enfim - para ocupar o status de matéria prima. Novos enunciados entram em vigor produzindo práticas de reciclagem e de reaproveitamento de dejetos, fabricando não somente o que passa a ser lixo, como também maneiras de tratá-lo, de formar pessoas com preparação técnica para lidar com o tratamento

deste, bem como um público alvo para consumir o que antes era considerado material inútil, de descarte imediato.

Discursos do “lixo ao luxo” passaram a compor novas propostas de decoração de residências, empresas, produzindo acessórios, utensílios para a casa ou para o uso pessoal, em uma “arquitetura verde”, sustentável. Nas escolas, passam a ser desenvolvidas práticas pedagógicas que valorizam o reaproveitamento de materiais como potes, garrafas, papel... Transformando-os em recursos didáticos para as atividades com os estudantes, tudo isso sob a bandeira do “cuidar do *ambiente*”.



Figura 47. Exemplos de decoração sustentável com pneus e design de interiores. Bárbara Zanotti “Em suas criações, nada é desperdiçado: papelão, couro, plástico e outros materiais são transformados em peças incríveis de design único.

O lixo, então, vira negócio! O mercado do lixo⁸⁹ tem conduzido cada vez mais empresas a lucrar com o que as pessoas não querem mais. São os aterros sanitários, usinas de produção de energia pela incineração de lixo, estações de reciclagem de lixo comum e processamento de lixo orgânico, para mencionar algumas das formas de modificar o lixo que tem rendido 12 bilhões de dólares para empresas particulares nos EUA.

O que antes era um problema ambiental passa a ser interessante para a economia. Gera novos tipos de emprego, postos de trabalho e supostas melhorias sociais, uma vez que os indivíduos que antes trabalhavam de forma marginal e independentes, passam a se organizar em grupos que movimentam decisões políticas e mudanças de vida. Em fim, uma série de práticas não discursivas que a população como um todo deve acatar se quiser se adequar à nova ordem do discurso ambiental, que estabelece novos modos de ver e dizer o *ambiente* como aquele que mesmo sendo consumido pode ser reaproveitado.

Nasce, assim, o *ambiente reciclável* como aquele que é a solução para o problema do acúmulo do inútil. A palavra inventada para dizer do lixo na atualidade é *reaproveitamento*. Mas como nesse gerenciamento o dispositivo da sustentabilidade produz empresas sustentáveis,

⁸⁹ Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/993/noticias/os-donos-do-lixo> acessado em: 04/03/2016 as 00:16 hs;

e mobiliza todo um discurso econômico em prol de uma suposta coexistência harmônica do progresso com o *ambiente*?

ii. Dinheiro brota em árvore?

“Desenvolvimento e ambiente deixaram de ser coisas antagônicas e passaram a ser coisas complementares”. (LAYRARGUES, 1977 p.2)

Esse título foi inspirado no texto de Sampaio & Guimarães (2012), quando discutem como o dispositivo da sustentabilidade fabrica sujeitos para ocupar lugares no discurso do ambiente sustentável. Como este dispositivo cria modos de ver e dizer o *ambiente* e o que fazer com o ele? Vejamos os enunciados imagéticos a seguir:



Figura 48. Campanha publicitária do WWF intitulada “In the environment this company will survive for another 500 years” para o português ficaria: “No ambiente está empresa irá sobreviver por mais 500 anos”

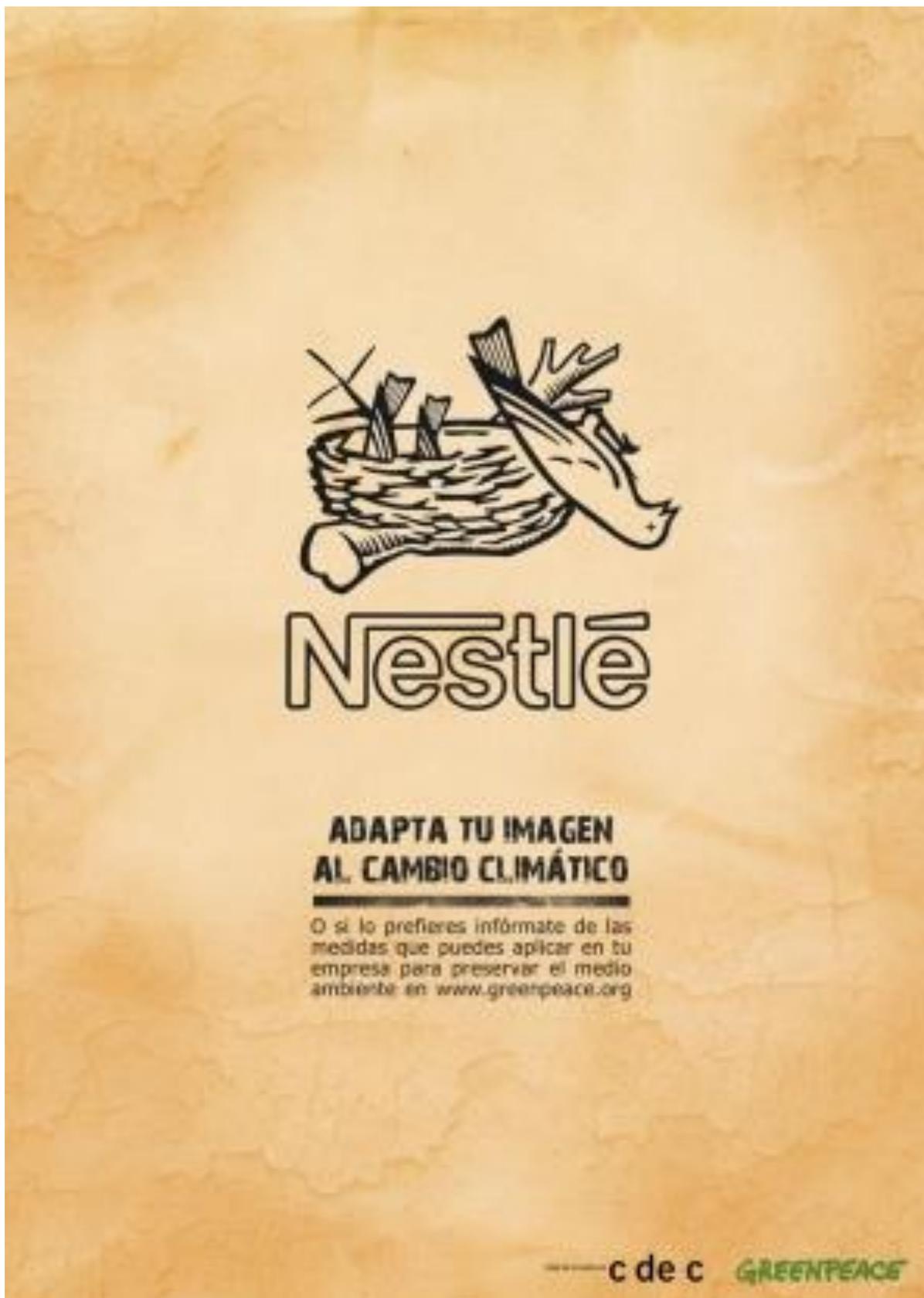


Figura 49. Campanha publicitária do Greenpeace “Adapta tu imagen al cambio climático” em português poderia ser traduzido como “Adapta a tua imagem a mudança climática”;

Nas duas imagens (47 e 48), produz-se a necessidade de um modelo de empresa que se ajuste ao novo modelo de gestão ambiental em vigor. O enunciado ali presente afirma

ser possível conciliar lucro com preservação ambiental, criando o que até meados da década de 1990 não seria possível dizer. O **ambiente intocado** como refúgio para a vida selvagem não tinha mais condições históricas de possibilidade de existência, pois o dispositivo da sustentabilidade produziu instituições, estratégias e discursos que tornavam possível que uma floresta, por exemplo, fosse desmatada, desde que árvores fossem replantadas no lugar das que foram retiradas, ou seja, o discurso do reflorestamento criou uma nova forma do homem lidar com frutos, sementes, recursos hídricos e o tempo de restauração da terra, controlando o que saía e o que se devolvia para a floresta, tornando-a reciclável.

Uma série de critérios de gestão de empresas começou a ser pensada, divulgada e exigida. Uma das estratégias de fazer funcionar essa nova ordem ambiental foi criar rótulos e incentivos fiscais para as empresas cujas práticas fossem consideradas “ecologicamente corretas”. Daí surgem os tais selos ambientais qualificando as empresas, batizadas de “amigas do ambiente”.

As figuras 47 e 48 produzem o lugar da empresa que não utiliza corretamente sua imagem, que se localiza no enunciado do “insustentável” como aquele que não se adequou às “práticas verdes” tão sugeridas nas legislações e divulgadas pelas ITCA. Logo, a sustentabilidade deve ser “abraçada” pelas empresas que querem competir no mercado de trabalho e para isso devem se adequar às novas exigências feitas, criando uma concorrência que estimula a disputa e em contrapartida dissemina as causas ambientais. Ser “sustentável” se tornou uma forma de elevar o status da empresa perante o consumidor e dar prioridade para empresas que têm essa proposta.

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo⁹⁰, Brundtland (2012) diz que muitas empresas têm utilizado o termo sustentabilidade sem colocarem em prática o modelo de desenvolvimento sustentável que foi pensado pelos ambientalistas, ecologistas e economistas que formaram o grupo que discutia o modelo de desenvolvimento naquele contexto histórico. Segundo ela, os pilares do desenvolvimento sustentável são econômico, ambiental e social e esses devem estar contemplados em uma instituição para que ela seja considerada como uma empresa que tem em seu modelo de liderança o desenvolvimento sustentável.

Não é qualquer um que tem autoridade para falar de sustentabilidade e ser ouvido. É necessária a existência de um corpo de especialistas, no qual se incluem: ecólogos, professores, ambientalistas, economistas, sociólogos, políticos, empresários, engenheiros,

⁹⁰ A entrevista na íntegra está disponível no endereço eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2012/03/1065497-ha-abuso-no-uso-de-sustentabilidade-diz-criadora-do-termo.shtml> acessado em 28/02/2016 as 01:53 hs;

arquitetos, artistas, dentre outros que devem ser responsáveis por ensinarem, doando seus “dons”, fazendo com que, o maior número de pessoas tenha contato com as produções da sustentabilidade. Além de postos de trabalho, serviços ecológicos, outras ações se fazem necessárias para suprir uma demanda diferenciada, como as consultorias, eventos, e tutoriais que ensinam como “sustentar” o *ambiente*.

Como uma forma de aumentar a confiabilidade são criados os selos de controle de qualidade, cuja função é de oferecer ao consumidor uma série de verificações, se a empresa cumpre as normas de proteção ao *ambiente* que são exigidas pelas instituições que as regulamentam. Essas instituições criadas para vistoriar as práticas verdes em geral são as próprias ITCA, ou podem ser empresas de consultoria que sugerem formas de incorporar as normas vigentes. Abaixo estão os selos mais conhecidos:



Figura 50. Conjunto de selos ecológicos. Eco Cert; Rainforest Alliance Certified; Sistema Certificado Associação Brasileira de Normas Técnicas; U. S. Green Building Council LEED; FSC.

Cada um dos selos confere a certificação com base em um conjunto de critérios a serem cumprido pela empresa, o que vai desde a coleta seletiva do lixo, até o reflorestamento. O *ambiente* é metrificado, inspecionado e tomado de uma fiscalização que muitas vezes é oferecida pela própria ITCA. Legislações mais rígidas, desenvolvimento de políticas econômicas, novas políticas e posturas do ambiente corporativo, essas são algumas medidas que envolvem uma suposta conscientização dos funcionários, gerentes e presidentes sobre ações simples como desligar os aparelhos inativos da empresa.

A poluição do ar, do solo e da água foram temas recorrentes nas discussões que apresentavam como medida que amenizaria a deterioração do *ambiente* a modificação na forma de produção de materiais pelas empresas, e a modificação no consumo, no tratamento do material descartado, enfim, todo um arsenal de propostas para gerar o *ambiente* que se desejava para o século XXI.

Portanto, o “sustentável”, e o “insustentável” trabalham juntos para a produção do **ambiente renovável**, como aquele que sempre precisa manter uma inter-relação harmônica entre as práticas econômicas, sociais e ambientais.

5. AMBIENTE FAUNOFLORAL.

“Tentamos proteger a árvore, esquecidos de que ela é que nos protege” (Carlos Drummond de Andrade).

Plantas e animais têm o mesmo lugar nas causas ambientais? Como e em meio a que relações a chamada flora aparece nas campanhas de divulgação das ITCA na composição de modos de ver o *ambiente*? Mobilizadas por essas questões, trazemos para esta seção imagens que apresentam associações entre fauna e flora na composição de um tipo de discurso ambiental.

A primeira imagem que trazemos para discussão é da campanha “Botanimal” produzida para a filial francesa da WWF:



Figura 51. Campanha “Botanimal” da Marcel Paris/France. A frase no canto direito inferior da imagem diz: “Doar para salvar árvore e salvar 875 000 espécies de graça. As florestas tropicais cobrem apenas 7% do nosso planeta, mas abrigam mais de 50% das espécies.

Nela, a imagem é trabalhada de modo que os animais tenham sua composição física entrelaçada com a mata, uma espécie de mimetismo que torna animais e plantas um só corpo. Animais não habitam a mata, eles são a própria mata. Nesta perspectiva discursiva, mexer na mata é mexer nos animais. O enunciado que aqui opera é: “matar planta é matar bicho”, produzindo um corpo faunoflorístico integrado, que mais do que coexistente é interdependente, coexistente. *Ambiente* que necessita manter seus elementos em interação constante, coexistindo para que todos possam ser beneficiados.

Os enunciados que se agrupam para produzir o **ambiente faunofloral** ensinam que: “salvar árvores é salvar a vida selvagem”, “uma árvore corresponde a milhares de animais”,

“desmatamento não mata só árvores” dentre uma série de mensagens, que se dispersa em diferentes mídias, fabricam uma das condições para que os animais que tanto fazem sucesso com crianças e adultos permaneçam em primeiro plano. Logo, a flora não é pensada como importante em si, mas como meio de permanência de espécies florais, só é possível se apelar para na relação de dependência que determinadas espécies de animais têm dela, ou como controle da qualidade do ar que nos/os beneficia. Que modos de ver e dizer o *ambiente* vão sendo produzidos nessas imagens das ITCA?

Em meio à produção dos enunciados, vamos fazendo-os conversarem com outros, que conjuntamente, formam em rede, o **ambiente faunofloral**, como aquele que reúne em si mesmo todo um conjunto de biodiversidade em que cada elo da rede depende do outro para sua subsistência. Na dispersão do mesmo enunciado em diferentes materialidades problematizamos ao mesmo tempo a regularidade com que aparecem. Para iniciar as análises vejamos o primeiro conjunto imagético que abre esta sessão:



Figura 52. Campanha da Saatchi and Saatchi – Guangzhou/China (2006) denominada: “Not only a tree is cut down” em português poderia ser traduzido como “Não é apenas uma árvore cortada”, publicada pelo GREENPEACE

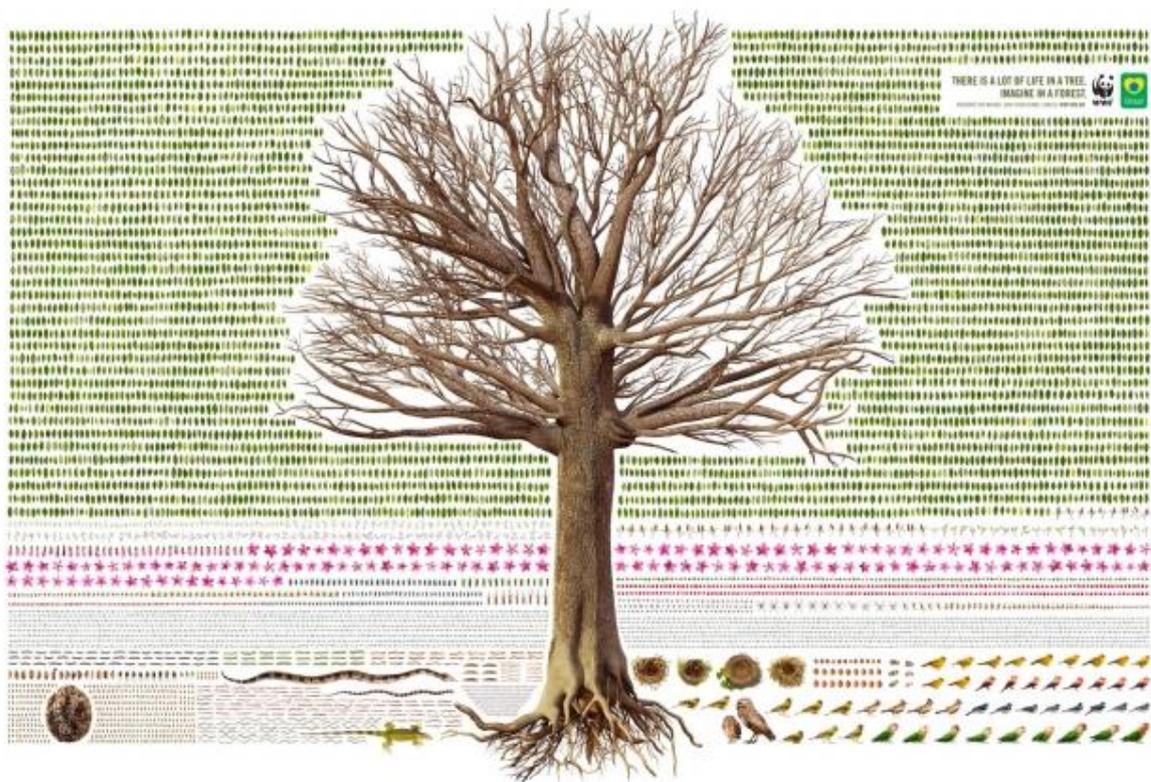


Figura 53. Campanha publicitária criada por DDB Brasil (2009), com a frase “There is a lot of life in a tree. Imagine in a forest”, em português poderia ficar “Numa árvore já tem muita vida. Imagine numa floresta” do WWF Brasil.

No conjunto imagético (figura 50-52), o enunciado que opera é o mesmo “flora em pé, animal protegido”, produzindo uma relação estreita entre animais e plantas. Independente se for um homem, um conjunto de animais camuflados, ou uma sequência de espécies; a flora só é dita importante na medida em que estabelece relação de coexistência com a fauna. Somente assim as plantas encontram lugar no discurso conservacionista.

As imagens em tom de denúncia dizem que cortar árvores é cortar da Terra a existência humana/animal, que quando uma floresta é destruída a verdadeira vida, isto é, a animal se perde juntamente com ela. Nesta perspectiva concordamos com Mahatma Gandhi “O que estamos fazendo para as florestas do mundo é apenas um reflexo do que estamos fazendo a nós mesmos e uns aos outros”.

Nesse enunciado a vegetação é o *ambiente* e *ambiente* é tão somente o espaço onde vive a vida, mas não é a própria vida. Qual a história de aparecimento desta forma de situar as plantas nesta rede vital na qual só se torna vida quando associada a vidas de outra ordem? Tais questões são convites para desconfiar do que vemos e sentimos. “*Cremos na perenidade dos sentimentos? Mas todos, e sobretudo aqueles que nos parecem os mais nobres e os mais desinteressados, têm uma história*” (FOUCAULT, 1998 p.27). Nosso modo de olhar as árvores está impregnado de histórias construídas social e culturalmente.

Após alguns segundos olhando para a imagem (figura 50), somos aos poucos surpreendidos por animais emergindo das árvores, camuflados em musgos e samambaias, numa miríade de outros enunciados imagéticos de: mamíferos, répteis e aves. E a floresta que antes era inabitada, possibilita outras leituras. As árvores que antes eram o centro das atenções tornam-se marginais pelos outros enunciados que vão surgindo do que antes acreditávamos serem galhos, raízes e troncos de árvores, a vida vegetal.

“Doar para salvar árvore e salvar 875.000 espécies de graça. As florestas tropicais cobrem apenas 7% do nosso planeta, mas abrigam mais de 50% das espécies do mundo”. O pouco (7%) só se torna muito (50%) quando nesta contabilidade o verdadeiro objeto da salvação é anunciado. O investimento (doação) não se justifica pela árvore em si, mas o que ela carrega de vida nela. Neste jogo de palavras, a árvore torna-se somente suporte, abrigo, recurso a partir do qual a vida se desenvolve.

Não é simplesmente salvar árvores por elas mesmas, mas salvá-las no viés afetivo pela fauna, e seu benefício, é a afeição por eles que possibilita o apelo à imagem. Seria possível alguma resistência? Não que com essa crítica queiramos inverter o jogo e defender a flora como centralidade, pois acreditamos que “imaginar a floresta como uma mera coleção de árvores equivaleria a negar a importância de toda a biodiversidade e sociodiversidade” (SAMPAIO, 2012 p.210). Queremos sim, problematizar o lugar da flora na construção do ambiente hoje.

Na figura 52, uma grande árvore é acompanhada por fungos, insetos, aracnídeos, pássaros, ninhos, casulos, cobras, lagartos e uma infinidade de seres que reforçam o enunciado “animais protegidos, planta em pé”. Todos eles dependem da árvore para terem um habitat. O discurso ambiental ecológico chama isso de micro-habitat, como um espaço de atividade, em que os animais se alimentam, depositam suas crias, encontram parceiros para o acasalamento, independente se forem atividades ativas ou não.

Segundo Ricklefs (2003 p.172), “partes do ambiente que podem ser distinguidas por suas condições são denominadas micro - habitats ou microambientes”, que podem ser locais mais úmidos ou com o ph mais básico ou mais ácido do restante do *ambiente*. Fornecendo uma parte do *ambiente* diferenciado, assim são as árvores, um microambiente que fornece meios diferenciados para a existência da vida. Mas nem sempre os enunciados de árvores produziram um **ambiente faunofloral**, outros enunciados se associavam ao das árvores para produzir um *ambiente* em que as árvores só tinham uma finalidade, a utilidade ao homem.

Não é somente nas ITCA que enunciados da floresta como recurso é produzida. As charges também operam com o enunciado “Flora em pé, homem protegido”, como vemos na imagem abaixo:



Figura 54. Imagem que foi 1º lugar na Exposição Eco Cartoon. Exposta no Salão Internacional de Humor 2008

Há a produção da morte atingindo não somente a vida das árvores, mas do homem também que tem a sua na dependência da vida das árvores. Na poesia e na música, é produzida a dependência que os homens têm das árvores, não mais somente dos recursos financeiros que elas trazem, mas também pela vida que elas produzem. Neste *ambiente*, fonte/recurso, a *insônia* é gerada pela preocupação com os *destinos* dos que dele sobrevivem, tal como lemos no texto musical abaixo:

Tanto amor perdido no mundo
 Verdadeira selva de enganos
 A visão cruel e deserta
 De um futuro de poucos anos
 Sangue verde derramado
 O solo manchado
 Feridas na Selva
 A lei do machado
 Avalanches de desastinos
 Numa ambição desmedida
 Absurdos contra os destinos
 De tantas fontes de vida
 Quanta falta de juízo
 Tolices fatais
 Quem desmata, mata
 Não sabe o que faz
 Como dormir e sonhar
 Quando a fumaça no ar
 Arde nos olhos de quem pode ver

Terríveis sinais de alerta, desperta pra selva viver
 Amazônia, insônia do mundo
 Amazônia, insônia do mundo
 Todos os gigantes tombados
 Deram suas folhas ao vento
 Folhas são bilhetes deixados
 Aos homens do nosso tempo
 Quantos anjos queridos
 Guerreiros de fato
 De morte feridos
 Caídos no mato
 Como dormir e sonhar
 Quando a fumaça no ar
 Arde nos olhos de quem pode ver
 (“Amazônia”- Roberto Carlos)

A Amazônica espaço, território, *fonte de vida*, de *sonhos*, se deitada ao chão pela *lei do machado*, põe em risco a vida que nela vive, mas só arderá *nos olhos* de quem puder ver isso. A problemática da Amazônia tomou proporções mundiais, aumentando as incertezas se um bem tão valioso estava sendo bem administrado, ocorrendo um tipo de desapropriação discursiva da Amazônia por parte dos brasileiros. No século XX, mais precisamente após a década de 1990, a Amazônia passou a ser alvo de pesquisas sobre pluviosidade, biodiversidade, interferências climáticas mundiais. Isso gerou uma importância muito maior e uma supervalorização da Amazônia pelos órgãos científicos que trabalham nas causas ambientais no âmbito internacional.

Segundo Sampaio (2012), tornou-se comum os noticiários e documentários tratarem sobre a manutenção da floresta, com o objetivo de conter as mudanças climáticas. Em especial, a floresta amazônica, que em algumas materialidades, é produzida como o lugar onde “o espantoso é comum”⁹¹. Um **ambiente exótico** reaparece na atualidade, mesmo séculos depois dos primeiros relatos sobre os encantos e perigos da floresta que desobedecia todo e qualquer padrão produzido, os quais os olhos europeus estavam acostumados a ver. Isso faz parte do movimento de reatualização dos discursos sobre o *ambiente* trazendo elementos que mesmo estando apresentados em outros momentos históricos, voltam e como se reescrevessem a história, produzem uma história nova.

Em uma edição especial da revista Scientific American Brasil (CAPOZZOLI, 2008), a Amazônia é produzida como o lugar de riquezas. Como lemos no trecho:

“Que tesouros deve haver no solo, subsolo, nos rios e lagos e mesmo na atmosfera de uma região tropical de mais de 5 milhões de Km²? [...] Scientific American amplia e aprofunda um conjunto de relatos sobre a porção mais mítica do território brasileiro,

⁹¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Mp_BDiPo4Is ;

fascinante, diversa e ao mesmo tempo, praticamente desconhecida para a sociedade nacional” (Capozzoli, 2008 p. 01)

Como se pode dizer que no século XXI a Amazônia é desconhecida, se todos os dias se fala, se vê, se lê, se vende, se usa, se come Amazônia? Se pelo mundo a fora, estão circulando o Açaí, o Cupuaçu, a Anaconda, o Ver-o-Peso, o “índio”, dentre uma série de enunciados sobre a Amazônia?

É algo que precisa ser recontado a todo o momento com o mesmo entusiasmo que eram contados pelas pinturas, um modelo de *ambiente* comercializável ao mundo ocidental. Como vemos na pintura da expedição Langsdorff (1851), cujo objetivo científico era de coletar informações sobre fauna, flora, e costumes da população local. Essa excursão percorreu da cidade do Rio de Janeiro até a cidade de Belém do Pará:

- i. O início de uma era sem árvores?



Figura 55. Campanha publicitária do Greenpeace sobre o aquecimento global na floresta amazônica.

Na imagem acima, o enunciado é “o planeta está em perigo” que produz o **Ambiente apocalíptico** no discurso ambiental ambientalista, como aquilo que se tornou um caos pelo aquecimento global, que, segundo os cientistas, inverte as temperaturas modificando lugares de climas tropicais em climas frios e locais frios em clima tropical. Outras imagens fazem o oposto, pois apresentam as calotas polares, por exemplo, totalmente derretidas. Sobre essa ameaça global, Santos (2013 p.46) diz que:

“A ideia de uma ameaça global à espécie humana a partir da degradação da natureza implica a ideia da salvação de cada um, de todos e do planeta. A naturalização, a consensualidade em torno da existência de uma crise ambiental de grandes proporções é, sistematicamente, reproduzida através do complexo que inclui mídia, meios discursivos de massa, como o cinema, a música, jornais, revistas, a rede de internet, textos, livros, pronunciamentos, entre outros, o que leva, cada vez mais, as pessoas a se sintonizarem, se comoverem, se preocuparem com a natureza, com a degradação da natureza” (SANTOS, 2013 p. 46)

O caos é antecipado por estimativas feitas pelos climatologistas, como as projeções feitas pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC⁹²), composto por pesquisadores da ONU, em 1988, para acompanhar a temperatura do planeta terra. Em 2014, foi divulgado o relatório mais recente que aponta a participação direta do homem no aquecimento global e na desertificação das florestas como a Amazônia seguida pela escassez de água.

Na história do *ambiente*, sempre houve uma relação de consumo pelo homem e, das árvores. O Brasil, após a chegada do homem europeu, teve mudanças ambientais marcantes, em que eram extraídos dos solos brasileiros todo o material considerado recurso lucrativo e que poderia ter valor no comércio internacional. Nesse interim, diferentes espécies de árvores exclusivas do Brasil tiveram alto valor econômico no exterior.

No período do Brasil colonial, as tão aclamadas riquezas eram retiradas sem qualquer preocupação preservatória, conservatória ou sustentável. O discurso exploratório imperava. As “riquezas” estavam disponíveis a qualquer um que adentrasse as florestas brasileiras. Aqui, ter a “floresta em pé” indicava atraso, o enunciado que operava era “Floresta no chão é desenvolvimento” o que produzia um **ambiente território estéril, inculto** cuja possibilidade de serventia está em ser ocupado, habitado, leia-se urbanizado. Sustentado por esse enunciado séculos de desmatamento fizeram desaparecer boa parte das áreas que antes da colonização europeia eram cobertas de árvores⁹³, como a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica.

No século XX, as árvores eram demarcadas, classificadas e exploradas, pelo valor econômico que tinham. Já que não havia nenhum valor sentimental ou institucional sobre elas,

⁹² Sigla em inglês para Intergovernmental Panel on Climate Change;

⁹³ Em dados atualizados do SOS Mata Atlântica vemos que houve o “desmatamento de 18.267 hectares (ha), ou 183 Km², de remanescentes florestais nos 17 Estados da Mata Atlântica no período de 2013 a 2014, o que equivale a 18 mil campos de futebol, constituindo, porém, uma queda de 24% em relação ao período anterior (2012-2013), que registrou 23.948 Ha.” Disponível em:

<https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/dados-mais-recentes/#sthash.sQENM3Jz.dpuf> acessado em: 06/01/2016 as 22:30hs;

o que interessava era o solo útil para a agricultura, as “madeiras de lei⁹⁴”, e o látex das seringueiras. A Amazônia, apesar de ser construída com o passar dos séculos como o lugar do inóspito, de populações misteriosas e até encantadas também foi o alvo de muitos exploradores.

“A Amazônia configura-se, então, nessa perspectiva, como repleta de desencantos, pois como seria possível desenvolver, modificar, uma *terra encantada*? Tornava-se necessário constituí-la *de outros modos* e, assim, incorporá-la ao processo de desenvolvimento pensado como necessário à República do Brasil.” (Guimarães & Wortmann, 2010 p. 314)



Figura 56. Na foto, o presidente Médici e o ministro Andreazza em visita às obras da rodovia Transamazônica, em abril de 1972 (extraído: <http://educacao.uol.com.br/album/2014/02/24/milagre-brasileiro-grandes-obras-propaganda-e-selecao-embalam-o-pais-na-decada-de->

Com os governos militares (1964- 1985), o governo implementou o Plano de Integração Nacional (PIN). O lema “Ocupar para não entregar” foi divulgado principalmente no estado do Ceará, levando um grande contingente populacional para a região amazônica. Como dizem Guimarães & Wortmann (2010), ela precisava ser incorporada ao território nacional e para isso “não poderia ser incorporada às prerrogativas de uma nação que urgia estar completamente civilizada e caminhando em direção ao progresso, sendo necessário, para tanto, entre muitas outras coisas, eliminar os últimos redutos ‘desérticos’” (Guimarães & Wortmann, 2010 p. 314), produzindo um *ambiente* desenvolvido em ritmo de rodovias e hidrovias que conduzissem o progresso. Abaixo, um dos cartazes que propagandeavam a proposta do governo:

⁹⁴ Este termo indicava madeiras que tinham maior durabilidade e resistência a pragas. CABRAL, D. C. Floresta, política e trabalho: a exploração da madeira-de-lei no Recôncavo da Guanabara (1760-1820). In: **Revista Brasileira de História**. Vol.28 nº55. São Paulo. Jan/Jun, 2008;



95

Figura 57. Cartaz da campanha produzida pelo governo brasileiro em 1970 para divulgar o incentivo a ocupação da Amazônia “Protegido pelo SEMTA”, que era Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, criado desde o governo de Getúlio Vargas

Somente com a produção do discurso ambiental ambientalista, após a Segunda Guerra Mundial, as árvores passaram a ser produzidas institucionalmente com um valor sentimental. No Brasil, os discursos de enaltecimento do nosso verde como o tesouro nacional somente se potencializaram na década de 1990, momento em que ocorreu no Brasil uma das mais importantes reuniões para decisão de causas ambientais, a ECO 92, potencializado com a morte do seringueiro e sindicalista Chico Mendes (1944-1988) que ficou famoso, por promover junto com outros seringueiros a proteção de árvores com o próprio corpo.

Após esse acontecimento, multiplicaram-se as ITCA que trabalhavam no território brasileiro e foram incluídas na consulta por medidas e metas para a produção de outros sentimentos frente ao *ambiente*. As árvores, que até então eram mais interessantes financeiramente se estivessem no *chão*, com a multiplicação de acordos e discussões sobre o destino do *ambiente*, tornaram-se mais interessante em pé.

A mudança no cenário ambiental internacional e o crescimento de movimentos ecológicos modificaram as relações que se tinham com as árvores. Protegê-las tornou-se pauta nas reuniões mundiais em favor do *ambiente*. O que antes era lucro deitada, cortada, como

⁹⁵ Disponível em: <http://www.pakaas.net/indesa.html> acessado em 04/02/2016 as 15:13hs;

móvel de decoração, agora se torna *objeto de preocupação internacional, todos devem cuidar das árvores, pois delas dependemos todos*.

Em outras materialidades, o enunciado em defesa das árvores se mescla com o enunciado que produz o *ambiente* vestido de feminilidade, como sinônimo de fertilidade, a natureza mãe. E como mãe só se tem uma, é preciso protegê-la.



Figura 58. : Imagem de uma página social com o título “Nossas florestas pedem socorro; uma imagem onde poucos vão entender o verdadeiro significado”.

A quem se dirige essa imagem? Que espectador é pensado por ela? Partindo das discussões sobre modos de endereçamento de Ellsworth (2001), podemos questionar: Que produtividade poderia ter a imagem quando produzida para um público que doa seus recursos financeiros para o trabalho com as causas ambientais? Essa produtividade não acontece no espectador ou na imagem, ou até no autor, mas no entre, na relação que se estabelece entre eles.

⁹⁶ Se encontra disponível no endereço eletrônico:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=782422975187334&set=a.130782313684740.26149.100002589172136&type=3&theater> acessado em 06/02/2016 as 23:47 hs;

Ousamos aqui uma variação da noção de “modos de endereçamento” de Ellsworth (2001) para pensá-los não como uma relação entre o fora (a sociedade) e o dentro (psique humana), mas como uma relação tecida do fora para fora, que nos produz e faz ver de determinada maneira, neste caso a feminilidade-maternidade.

O enunciado só funciona na perspectiva salvacionista no tempo presente, na medida em que o objeto “mãe natureza” foi alvo de mutações na história. Se a partir do século XVI, com o renascimento das ciências e conseqüente centralidade do humano no mundo, a natureza era tomada como entidade dadivosa fonte inesgotável a ser explorada para o conforto e prosperidades de seus “filhos”, na segunda metade do século XX, com os movimentos feministas, entre outros, a mulher reivindica outros lugares sociais que não mais se restringem ao lar e à maternidade. Ao tornar-se cidadã de direitos, o posto da mulher não é mais de explorada, mas de protegida. Legislações específicas são criadas para proteger os direitos da mulher. Por extensão, sobre a mulher/mãe também são criados outros olhares.

À mãe única, insubstituível do mundo contemporâneo, vem acoplar-se à ideia de natureza esgotável na composição de um novo objeto “mãe natureza” que agora carece e reivindica proteção. Essa “mãe natureza” é construída como aquela que sofre as ações maléficas do homem e responde, de forma bravia, com as catástrofes provocadas pelas modificações que o homem provoca em seu entorno.

O enunciado “salvem as árvores porque delas dependem os animais” também pode ser lido nas campanhas que lançam mão do universo das histórias infantis. Este enunciado ganha condições de possibilidade em narrativas que há muito são passados de geração para geração. Ali, o objeto da proteção é a cultura humana que sofrerá abalos caso o *ambiente* que compõe o cenário das narrativas tradicionais deixe de existir.



Figura 59. Campanha publicitária "You don't want to tell this history to your children, do you?" que em português seria "Você não quer contar essa história para seus filhos, quer?"



Figura 60. : Campanha publicitária "You don't want to tell this history to your children, do you?" que em português seria "Você não quer contar essa história para seus filhos, quer?"

Muitos contos infantis acontecem tendo a floresta como paisagem, nas narrativas. E muitas ITCA se utilizam dessas histórias para problematizar a destruição da floresta, a mesma que encantava as crianças nas histórias aparece desmatada, mesmo que nessas histórias a floresta seja o coadjuvante, o cenário para as aventuras. Porém se pensarmos no o filme Bambi, a floresta por alguns momentos não é coadjuvante, mas a protagonista. “O grande diferencial desse filme é que a floresta é concebida como um personagem e não apenas cenário” (CERQUEIRA & AGUIAR, 2013 p.125).

Quando as árvores não estão promovendo diretamente a preservação dos animais, elas aparecem promovendo a limpeza do ar que eles respiram.



Figura 61. Campanha publicitária “Tree keep the air clean. Save tree?” que em português seria “Árvores mantém o ar limpo. Salve árvores”

Uma árvore solitária, no meio de um ar denso de poeira e fuligens, recebe uma função. A qualidade do ar depende da existência das árvores, “a importância da manutenção da floresta para o enfrentamento das mudanças climáticas, pauta que se tornou, nos últimos anos, também bastante recorrente na imprensa” (SAMPAIO, 2012 p.218).

Para combater esse ar impuro foi criada, nos EUA, a Lei do ar limpo (Clean Air Act, 1970), haja vista as cidades com maior índice de indústrias serem as que têm a qualidade do ar mais precária. No Brasil, foram tomadas medidas para a limpeza do ar. A resolução nº

418, de 25 de novembro de 2009, pelo CONAMA, regularizou a poluição do ar veicular, ou seja, produzida pelos escapamentos dos carros.

Foi também criado o Plano Nacional de Qualidade do Ar – PNQA (2009), com os lemas "Saúde e Ambiente: vamos cuidar da gente" e "A saúde ambiental na cidade, no campo e na floresta: construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis", e foi o primeiro passo de uma resposta do Governo Federal à crescente demanda para a construção de uma Política Nacional em Saúde Ambiental que ainda não foi totalmente completa. Diante de muitos desafios, o *ambiente* vai sendo produzido como o lugar dos conflitos econômicos e políticos no qual a flora é dita como cenário, mas sobre ela pesa a responsabilidade pela manutenção da vida, a vida que importa, a fauna e nela o *homo economicus* (FOUCAULT, 2008^d).

Portanto, na atualidade, diferentes *ambientes* são produzidos quando o enunciado “animal protegido, planta em pé” e também quando o seu referente “homem lucrando planta no chão” operam. Ambos se associam a outros enunciados e se dispersam em diferentes materialidades, não só nas imagens das ITCA, mas também em músicas, na arte e nos contos infantis, para mostrar que o discurso não se prende às amarras. Mas se constrói em meio a relações de poder e saber.

DAS BIOPEDAGOGIAS ÀS BIOLUMINESCÊNCIAS

“Definir o que é a natureza continua sendo o problema, pois ela jamais cansa de ser outras coisas, outras relações que escapam por entre a explicação científica. Se ela já não é mais as séries articuladas ou as medidas de proporção, também já não é a genealogia ou a filiação e passa a ser as populações que variam de um meio a outro ou num mesmo meio. Se o homem era antes o termo eminente da série, ele passa a ser um elemento inexorável do sistema, uma ligação num circuito extenso ou um fator de desequilíbrio na dinâmica de processos físicos e bioquímicos” (GODOY, 2000 p. 136).

O que é ambiente hoje? Essa pergunta que nos acompanhou em cada movimento da pesquisa, ora nos arremessando em lugares familiares, ora nos lançando em paisagens alienígenas, jamais teve como destino uma resposta fechada e definitiva. Sua função sempre foi a de sacudir o pensamento, fazê-lo vibrar aos solavancos para desalojar sossegadas verdades. Se dessa questão pudesse nascer resposta única e cabal, que sentido teria o advérbio de tempo – **hoje** – anexado à indagação? A presença dele já anuncia que natureza e *ambiente* não são nada em si, mas tão somente objetos cambiantes no tempo/espço. Mas, o que há de tão produtivo em nos ocuparmos disso? O que a multiplicidade de *ambientes* que vimos aparecer, morrer, transfigurar-se ao longo dessa pesquisa pode nos ensinar?

Talvez a maior lição que podemos tirar desse jogo analítico seja a de que a vida é criação permanente, que se orienta pelo imprevisível e segue em direção ao nada. Longe das leituras apocalípticas da degradação ambiental, tomar a vida como criação é situarmo-nos como seres de potência, tornando visíveis os espaços – ainda que intersticiais, intermitentes, nômades – das aberturas dos possíveis, dos lampejos, “dos apesar de tudo” (PELBART, 2013).

Sim, queremos nos ocupar com a construção de um mundo melhor para vivermos, mas nessa empreitada não queremos nos ocupar somente com os abalos ambientais, mas também com as “devastações ecológicas no campo social e no domínio mental”, como nos diz Guatarri (2006, p. 173), ou com as “monoculturas da mente”, como nomeia Vandana Shiva (2003).

São estas devastações provocadas pela monocultura da mente que nos fazem acreditar em horizonte único, assustador. Em um *ambiente* antropomórfico e vingativo que nos devolve, elevado à enésima potência, todos os males que nossa atrapalhada existência humana lhe causou. A maior produtividade desse pensamento monolítico que se alojou no tempo presente foi a instauração generalizada da culpa, do medo e em decorrência deles a paralisia social.

Carregamos uma culpa esmagadora por maltratarmos a “mãe natureza”, seus filhos (nossos irmãos) mais frágeis, indefesos, por não nos enternecermos ou termos compaixão pelo sofrimento desses seres aos quais estamos inexoravelmente ligados e sem os quais não

sobreviveremos. Mas, caso sobrevivamos será uma existência miserável, purgatória. Ai de nós!!! Não seria essa discursividade moral ou *militante*, a nos desmobilizar politicamente capturando nossa potência inventiva? A produtividade desta discursividade “sobre a casa (eco/óikos) única para todos”, não seria uma forma de “regulação dos modos pelos quais nos damos e delimitamos um campo de experimentação”? (GODOY, 2012, p. 215). Seria uma biopolítica instalada no corpo do homem contemporâneo? (FOUCAULT, 2008).

Mais do que responder “o que é ambiente hoje?” lançamo-nos a um angustiante exercício do fora, estranhando as verdades biológicas que nos sustentaram e as quais sustentamos por longo tempo. Um mundo globalizado pensado por meio de soluções igualmente globais e gerais. Tão gerais que somos incapazes de nos vermos nelas, de operar com elas, de realizá-las em nossos modos de vida. Vestir menos, descartar menos, comer menos e respirar quase nada. Essa é a obrigação cívica, moral e ecológica que nos desafia todas as manhãs. E para quê? Para salvar o panda chinês, o mico leão dourado, as árvores e rios da Amazônia, as geleiras do ártico, esses objetos de proteção ambiental escolhidos para figurar entre aqueles que merecem viver. E nós? Quem nos salvará da tirania dessas verdades que definem o que são problemas ambientais e como resolvê-los?

Vivemos, contemporaneamente, o que Santos (2013, p. 53) nomeia de pedagogização ambiental. Ela “se impõe com intensidade a cada um e a todos. A subjetivação ambiental captura e constitui sujeitos ecológicos, tanto em nível de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas”. Isso acontece porque existe um saber sobre um *ambiente* que circula na sociedade ensinando de crianças a idosos, do ambulante ao empresário sobre como interagir com o *ambiente* de maneira menos impactante possível.

Em um determinado momento e sobre determinadas condições de possibilidades na economia, o *ambiente* deve ser “economicamente verde”, deve ser administrado com “responsabilidade ambiental”. Já na ecologia, o *ambiente* deve ser “ecologicamente correto”, “manejado”, “conservado”. Na saúde do *ambiente*, deve ser “livre de patógenos”, “antisséptico”. Na política, o *ambiente* deve ter “desenvolvimento sustentável”, “implantação de energias renováveis”, “cidades sustentáveis”, “cidadão ecologicamente consciente” “práticas verdes” “arborização das cidades” e “política limpa”. Estes são alguns dos jargões usados por diferentes áreas da sociedade para falar em prol das ditas causas ambientais e das boas condutas relativas a elas.

Mas serão esses os problemas ambientais que nos afligem e afetam diuturnamente? Serão eles capazes de movimentar mais do que culpas e medos em nós? Como seria uma educação ambiental que não operasse pelo medo? Que ultrapassando os clichês de conotação

moral se abrisse para pensar a vida como relação ética, que sendo local e pessoal não é menos engajada, nem menos efetivamente coletiva do que as verdejantes atitudes globais? Nas palavras de Pelbart (2013, p. 19) “como não ofuscar a *luz menor* com o “holofote” da razão?” (grifos no original).

Foi problematizando os “holofotes de razão” que fizemos duelarem diferentes discursividades sobre *ambiente*, seus efeitos de verdade e suas prescrições de condutas, não para instituir novas verdades ou governar corpos, mas para fazer aparecer o descontínuo na história e com ele o inesperado, as reviravoltas, os contra golpes que revolvem o curso do que já se acreditava predestinado. A história tem nos mostrado que essas reviravoltas são tecidas no miúdo, que os começos são baixos, em nada divinos (FOUCAULT, 1998). Assim, as verdades mudam de mão e convertem-se em outras, anunciando um mundo cambiante e cambiável que deixa entreabertas possibilidades de reinvenção. Mas como reinventar modos de vida em um meio saturado de certezas, no qual somos “refêns de uma moldura que parece nos proteger de um mundo cujo fim nos ameaça e persegue”? (GODOY, 2012, p. 215).

Talvez tenhamos que admitir perante as novas gerações que nós também não sabemos, que também estamos à procura de respostas, ao menos de pistas que nos ponham em movimento e nos resgatem da paralisia apocalíptica que acampa em nossa vizinhança. Talvez seja imperativo assumirmos que “o chamado Meio Ambiente é uma coprodução de cuja equipe produtora fazemos parte” e que nele só “sobrevivemos porque fomos eternos errantes, caçadores de acasos, visitantes de lugares que ainda estavam por nascer” (COUTO, 2011).

São esses lugares por nascer que esperam para serem inventados como canteiros de micropolíticas que não nos regulem pelo medo ou pela culpa, mas que nos incitem às experimentações outras, desafiadas das propaladas qualidades de vida e sustentabilidades que centralizam as políticas e práticas ambientais do tempo presente. O que seriam atitudes sustentáveis geradoras de qualidade de vida em um mundo tão múltiplo e multiplicável quanto o que habitamos?

Sustentável fala de constância, de estabilidade enquanto a vida brada impermanências, mutações. Como associar qualidade de vida à estabilidade se nossa história de sobreviventes, como espécie, conta de nomadismos e recombinações atravessando nossos modos de vida, nossos genes, nosso DNA? Não seria essa uma pista de que a continuidade de nossa existência está assentada no risco, mais do que no previsível? De que experimentar é nossa chance de proliferar e acender “bioluminescências” (PELBART, 2013), luzes de pirilampos, para brilhar no apagão das ideias redutoras de *ambiente*, de realidade, de educação, de vida, enfim?

Quem sabe a educação em ciências venha a ser esse espaço onde vagalumes encontrarão pouso, entre as *desimportâncias* de *ambientes* feitos de seres *desúteis*, invisíveis, situados às margens daqueles que um dia se decidiram salvar?

Experimentemos...

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. G de & SCARELI, G. Consumo em três *takes*. In: **Revista Texturas**. Canoas-RS. Nº 30: 7-25. Jan/Abr, 2014.
- AGUILAR, S. L. C. Considerações sobre as convenções internacionais do clima e da biodiversidade e o Brasil. In: **Revista Em tempo**. Marília vol. 8. p. 69-75. Setembro de 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5º Ed. São Paulo. Editora Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE, L. M. B. As vias religiosas do ambientalismo. In: **Anais do III Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental FFCLRP/USP**, Unesp/Rio Claro e UFSCar, 2005.
- AMARAL, Marise Basso. **Histórias de viagem e a produção cultural da natureza: a paisagem do Rio Grande do Sul por viajantes estrangeiros do século XIX**. Tese de doutorado UFRGS; Porto Alegre - RS, 2003.
- BACON, F. **Novo Organum**, E-book, <<http://br.egroups.com/group/acropolis/>> 2002.
- BARROS, M de. **Memórias inventadas. A segunda infância**. Editora Planeta do Brasil Ltda. 2006.
- BASTOS, S & CHAVES, S. N. In: **ALEXANDRIA Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v.8, n.2, p.89-106, junho 2015 ISSN 1982-5153.
- BRASIL, Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente/IDEC. **Manual de educação para o consumo sustentável**, 2005.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**. 2008.
- BRASIL, Centro Cultural Banco do. (Realizador) **Expedição Langsdorff**, Ed. Artes A produções, 2010.
- BRAZ, C. dos S. & GUIDO, L. E. Os Simpsons – O Filme: questões ecológicas em foco (p: 103:117). In: In: **Cinema, Educação e Ambiente**. Leandro Belinaso Guimarães, Lucia Estevino Guido e Giovana Scareli (Org.). Uberlândia. EDUFU, 2013.
- BÍBLIA de Estudo de Genebra**. 2ªed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil; São Paulo – SP: Cultura Cristã, 2009.
- BRUHNS, H. O ecoturismo e o mito da natureza intocada. In: **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Vol. 32 n. 2 p:157-164. Maringá, 2010.
- BRUZZO, C. Biologia: Educação e imagens. In: **Revista Educação e Sociedade**. Campinas. Vol.25. N.89. Setembro/Dezembro de 2004. p:1359-1378.

- CAPOZZOLI, U. Amazônia: Tesouros In: **Scientific American Brasil**– São Paulo. Duetto Editorial, 2008.
- CARMO, M. S do. A Problematização do Lixo e a Produção do Reciclável—uma Analítica da Gestão de Resíduo Pós-Consumo e Seus Efeitos em Consumidores/Geradores e Catadores, In: **Anais do XXXIII Encontro da ANPAD**. São Paulo, 2009.
- CARVALHO, I. C. de M. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental**. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2001.
- CASTRO, S. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- CERQUEIRA, J. F. & AGUIAR, S. A representação de natureza no longa-metragem Rio In: **Cinema, Educação e Ambiente**. Leandro Belinaso Guimarães, Lucia Estevino Guido e Giovana Scareli (Org.). Uberlândia. EDUFU, 2013.
- CHAVES, S. N. **Reencantar a ciência, Reinventar a docência** - São Paulo: Editora Livraria da Física, 2013.
- COURTINE, J. J. In: Entrevista com Nilton Milanez **Revista Organon** v.24 , 2010.
- _____. **Decifrar o corpo - Pensar com Foucault**. Petrópolis-RJ. Editora vozes, 2013.
- COUTO, M. **E se Obama fosse africano? E outras intervenções**. Ensaio. São Paulo. Companhia das letras, 2011.
- DAL-FARRA, R. A. RIPOLL, D. AMARAL, M. B. O ambiente e suas abordagens no ensino de ciências: Métodos e representações. **Atas do VI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)** ABRAPEC. Florianópolis-SC. 26/Nov. a 01/Dez. de 2007.
- DARWIN, C. **A expressão das emoções no homem e nos animais**. 2ª reimpressão. Companhia das Letras, 2000.
- DESCARTES, R. **O discurso do método**. Editora Edições 70, 2005.
- DULTRA, Manoel José Sena **A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...** /Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), 2005.
- ELLSWORTH, E. Modo de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: **Nunca fomos humanos: No rastro do sujeito**. Thomaz Tadeu da Silva (org.) Coleção Estudos Culturais. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2001.
- FERNANDES, C. A. & dos SANTOS, J. B. C. A imagem como enunciado operador de memória. In: **Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo**. Lucília Maria Souza Romão & Nádea Regina Gaspar (Org.) Ed. Pedro e & João editores, p:279-286, 2008.

FISCHER, M. R. B. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de pesquisa n 114; p. 197:223. Novembro, 2001.

_____. Problematizações sobre o exercício de ver: Mídia e pesquisa em Educação. In: **Revista Brasileira de Educação**; p:83-94. Mai/Ago de 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder** 4ª edição. Ed. Graal. Rio de Janeiro-RJ, 1998;
_____. Eu sou um pirotécnico. In: POL-DROIT, Roger. Michel Foucault entrevistas, São Paulo Graal, p:67-100, 1998.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9º ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

_____. **Vigiar e punir: História de violência nas prisões** 35ªed. Editora vozes. Petrópolis - SP, 2008^a.

_____. **Arqueologia do saber** 7ªed. Forense universitária. Rio de Janeiro-RJ, 2008^b.

_____. **Isto não é um Cachimbo**. 5ª edição Paz e terra. Rio de Janeiro-RJ, 2008^c.

_____. **O nascimento da Biopolítica**. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2008^d.

_____. Anti retro. In: **Ditos e Escritos III: Estética e literatura, música e pintura**. Manoel Barros da Mota (Org.) 2ª Edição. Editora Forence universitária, 2009.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Leituras filosóficas. 21ª Edição. Edições Loyola Jesuítica. São Paulo-SP, 2011.

FREITAS, L. M. **Quem somos nós? Ciência e mídia fabricando subjetividades**. Dissertação de mestrado. PPGECM UFPA Belém-Pará, 2010.

FREITAS L. M. & CHAVES, S. N. Qual a medida “certa” do corpo? O discurso científico midiático e a estética dos corpos. In: Anais da ABRAPEC no VIII ENPEC, 2011.

GARRÉ, B. H., VIEIRA, V. T. & HENNING, P. C., “Alerta global, fim do mundo, a vingança da natureza” Enunciações da revista veja em análise. In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental REMA**. Edição especial impressa - Dossiê de Educação Ambiental, p:261-276, 2014.

GLOBAL WITNESS. Relatório “Ambiente mortal”, em 2014. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/deadly-environment/>> acessado em09/03/2016 as 16:00 hs.

- GODOY, A. O modelo de natureza a natureza do modelo. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.4 n.14, (p:129-138), 2000.
- _____. Opinião, Biopolítica, Governamentalidade e Controle: as armadilhas da ambientalização e seus mitos e estranhos funcionamentos. In: *Revista de Ciências sociais Política & Trabalho*, nº 36 (p: 239-256) Abril de 2012.
- GOMES, P. B. M. B. Princesas: produção de subjetividade feminina no imaginário de consumo. Porto-alegre, UFRGS, 2000.
- GOMES, S. Modo de Endereçamento no Telejornalismo do Horário Nobre Brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão **V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da INTERCOM** –comunicação Audiovisual. 2005.
- GONÇALVES, J. F. G. **Práticas discursivas e subjetivação docente: Uma análise do discurso pedagógico sobre formação de professores no curso de pedagogia da UFPA**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. Centro de educação. Programa de pós-graduação em Educação. Belém-PA, 2005.
- GORNI, A. A. A evolução do plástico – A origem das sacolas plásticas In: *Revista Plástico industrial* Disponível em: <<http://www.funverde.org.br/blog/sacolas/a-evolucao-do-plastico/>>, 2007.
- GUATARRI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético** São Paulo: Editora 34, 2006.
- GUIMARÃES, L. B. Apelo a consciência ambiental. In: **Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação 24^a Anais da ANPED**, Caxambú, 2001.
- _____. **Um olhar nacional sobre a Amazônia: Aprendendo a floresta em textos de Euclides da Cunha**. Tese de doutorado. Porto-Alegre UFRGS, 2006.
- _____. A importância das histórias e da cultura nas leituras da natureza. In: **Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação UFG**, 33 (1) p:87-101. Jan/Jun, 2008.
- GUIMARÃES, L. B. & WORTMANN, M. L. C. Passando a limpo a Amazônia através da literatura de viagem: ensinando modos de ver. **REP - Revista Espaço Pedagógico**. Vol.17 nº 2. Passo fundo. P 306-318, Jul/Dez de 2010.
- HENNING, P. C. HENNING, C. C. e GARRÉ, B.H. Educação ambiental e cinema: produções discursivas em tempos líquidos. (p. 137:153) In: **Cinema, Educação e Ambiente**. Leandro Belinaso Guimarães, Lucia Estevino Guido e Giovana Scareli (Org.). Uberlândia. EDUFU, 2013.
- KAPLAN, L. "O poder é de vocês!" o discurso ambientalista do desenho animado capitão planeta. In: **Anais do VII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. Rio Claro - SP, 07 a 10 de Julho de 2013.

- KETTLE, W. O. Amazônia iluminada: Landi e a domesticação da natureza. **Anais do II Encontro Internacional De História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.
- KINDEL, E. A. I. A natureza no desenho animado ensinando sobre homem, mulher, raça, etnia e outras coisas mais. Tese de doutorado, Porto-Alegre UFRGS, 2003.
- LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? In: **Revista proposta** v. 25 n.71 (p: 5 – 10), 1997.
- LEIS, Héctor Ricardo & D'AMATO, José Luís. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: Cavalcante, Clóvis (Org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 4ªed. São Paulo: Cortez: Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003: 77-103.
- MARCELLO, F de A. Seleção, soma e multiplicação: matemáticas do olhar no trabalho com cinema e educação (pag. 13-22). In: **Cinema, Educação e Ambiente**. Leandro Belinaso Guimarães, Lucia Estevino Guido e Giovana Scareli (Org.). Uberlândia. EDUFU, 2013.
- MILANEZ, N. **As aventuras do corpo**. Universidade Estadual Paulista. Tese de doutorado, 2006.
- _____. **Discurso e imagem em movimento: o corpo horrorífico do vampiro no trailer**. São Carlos: Clara Luz 2011.
- _____. Foucault e a história da análise do discurso, olhares e objetos: Entrevista com Jean-Jacques Coutine. In: **Michel Foucault e o discurso aportes teóricos e metodológicos**. MARQUES, W. CONTI, M. A. e FERNANDES, C. A. (Org.) p:37-63. Editora UDEFU, 2013.
- MILANEZ, N & BITTENCOURT, J. S. Materialidades da imagem no cinema: discurso fílmico, sujeito e corpo em *a dama de ferro*. **Revista Movendo Ideias** ISSN: 1517-199x. Vol. 17, Nº 2 – julho a dezembro de 2012.
- NEVES, F. M. Educação e cinema em *Desmundo*. (p:73-101) In: **Cinema, Educação e Ambiente**. Leandro Belinaso Guimarães, Lucia Estevino Guido e Giovana Scareli (Org.). Uberlândia. EDUFU 2013.
- ODUN, E. P. **Fundamentos de ecologia**. 6ª edição. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- PELBART, P-P. O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento. São Paulo N-1 edições, 2013.
- PEREIRA, S. M. C. **Etnografia e iconografia nos registros produzidos por Hércules Florence durante a expedição Langsdorff na província do Mato Grosso (1826-1829)**. Diss. Dourados: UFGD, 2008.

- PIVELLO, V. R. **Breve histórico da evolução do pensamento conservacionista no Brasil**. Laboratório de Ecologia de Paisagem e Conservação – LEPaC. Disponível em: <<http://ecologia.ib.usp.br/lepac/>> acessado em:23/02/2016 as 16:52 hs.
- PINTO, Olivério M. de Oliveira. Ciências Biológicas: A zoologia no Brasil 109-174. In: **As ciências no Brasil** (org.) Fernando de Azevedo. 2º ed. Rio de Janeiro – RJ: Editora UFRJ, 1994.
- PROJETO ARARIBÁ, **Livro didático de ciências naturais**. Ed. Moderna, 2010.
- RICKLEFS, R. **A economia da natureza**. 5ª edição Editora Guanabara Koogan, 2003.
- RIPOLL, D. Corpo, Genética e Poder: Notas sobre o filme *Gattaca*. In: **A produção cultural do corpo, da natureza, da ciência e da tecnologia. Instâncias e práticas contemporâneas** Wortmann Et. Al (Org.) 1ª Edição. Editora da UFRGS (p:115-130) Porto Alegre-RS, 2007.
- RUDD, M. A. Scientists' Opinions on the Global Status and Management of Biological Diversity. In: **Conservation Biology**. Vol 25. Nº 6 p:1165-1175, Dez. de 2011.
- SACKS, O. **Um antropólogo em Marte: sete histórias paradoxais**. Companhia das letras, 1996.
- SAMPAIO, S. M. V. de “Uma floresta apenas por homens puros... Ou do que aprendemos com os discursos contemporâneos sobre a Amazônia” UFRGS Tese de doutorado, 2012.
- SAMPAIO, S. M. V de & GUIMARÃES, L. B. O dispositivo da sustentabilidade. In: Revista perspectiva. V. 30 nº 2. (P: 395 – 409) Florianópolis, Mai/Ago, 2012.
- SANJAD, N. OREN, D. C. SILVA JÚNIOR, HOOGMOED, M. S. HIGUCHI, H. Documentos para a história do mais antigo jardim zoobotânico do Brasil: o parque zoobotânico do Museu Emílio Goeldi. In: **Bol. Mus, Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.** Belém, v.7, n.1, p.197-258, Jan-Abri, 2012.
- SANTOS, P. R. dos **Natureza e verdade: a pedagogização ambiental da sociedade contemporânea**. Universidade Federal do Ceará, 2013.
- SHIVA, V. **Monoculturas da mente; perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo. Editora Gaia, 2003.
- THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e animais (1500-1800)**. 1ª edição 1983. São Paulo. Companhia das letras, 2010.
- VIEIRA, E. P. de P. **Ser vivo, Ser espécie, Ser classificado: epistemes, dispositivos e subjetivações no ensino de Ciências e Biologia**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, 2013.

- VIEIRA, V. T. & HENNING, P. C. A crise ambiental em evidência: Análise do discurso foucaultianos - Modos de fazer pesquisa em educação. In: **Revista FAAEBA** v. 22 nº 40, ISSN: 2358 – 0194, 2013.
- WORTMANN, M. L. C. & VEIGA-NETO, A. Estudos Culturais da Ciência & Educação. Volume 2 da Temas & Educação. Edição1. Editora Livraria Autêntica, 2001.
- WORTMANN, M. L. C, RIPOLL, D & POSSAMAI, L. Educação ambiental corporativa para crianças: analisando a animação *Peixonauta* da Discovery Kids. In: **Revista perspectiva**, Florianópolis. Vol. 30 nº 02. 371-394. Maio/Ago de 2012.
- WWF, Relatório planeta vivo, 2014.
- YAMASHIRO, C. R. C. Et al. Características das pesquisas em educação ambiental presentes em anais de um evento da área. In: **Atas do V ENPEC nº 5** Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências: ISSN 1809-5100, 2005.